



Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



320852

290637

v.83, n.794, set./dez 2002 BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.bibliex.eb.br

Editorial



A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro

O Calendário Cívico Militar, publicação do Centro de Comunicação Social do Exército, registra, no dia 17 de dezembro, a criação de uma Escola de Artilharia e Fortificação no Rio de Janeiro, 210 anos atrás.

À primeira vista, a efeméride pode parecer de menor importância ou de importância restrita ao mundo militar, o que não é verdade.

Na edição de número 779, correspondente ao primeiro trimestre de 1998, A Defesa Nacional pôs em destaque a Casa do Trem, na ilustração da primeira capa e no tema do editorial.

Mandada construir em 1762, tinha como destino servir de depósito para petrechos de guerra e munições, e de oficina para manutenção e reparação de material bélico. Pouco tardou porém para que sua destinação fosse ampliada e diversificada. Fundição de armamento, inclusive canhões, e fabricação de outros itens do material de uso militar à época passaram a figurar no elenco das atividades desenvolvidas em suas instalações, além de cursos de formação de mão de obra, denominados Aula Militar.

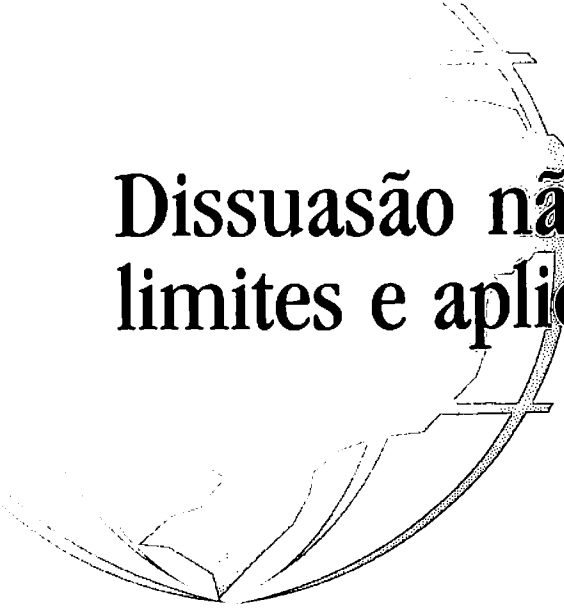
No contexto da Aula Militar é que foi criada, em 1792, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro com o propósito de formar oficiais de todas as Armas e engenheiros para o Brasil. E aí reside sua importância, justificada, pelo menos, pôr três motivos.

O primeiro refere-se à circunstância de ter sido esta a primeira escola de engenharia das Américas e a terceira do mundo. O segundo a de ser o ensino de engenharia militar a origem do ensino de engenharia civil no País. O terceiro, finalmente, está contido no fato de a sua criação ter aberto as portas para a formação de profissionais de nível superior no Brasil, antes vedada pelo colonizador, interessado em manter a colônia à margem de novos conhecimentos e livre da contaminação das idéias liberticidas que começavam a tomar conta do mundo.



Sumário

EDITORIAL	1
DISSUAÇÃO NÃO NUCLEAR: LIMITE E APLICABILIDADE	4
O GRAMSCISMO NO BRASIL	25
<i>Sérgio A. de A. Coutinho</i>	
A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA PROTEÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS EM USO NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	40
<i>Carlos Sérgio Camara Saú</i>	
O ALVORECER DO SÉCULO XXI E A CIÊNCIA & TECNOLOGIA NAS FORÇAS ARMADAS	50
<i>José Carlos Albano do Amarante</i>	
LOGÍSTICA INTEGRADA E ESTRATÉGIA	72
<i>Carlos Alberto Vicente da Silva</i>	
QUESTÕES DE SEGURANÇA NO MERCOSUL PÓS ATENTADOS NOS EUA	85
<i>Sérgio Luiz Cruz Aguilar</i>	
UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PARA O BRASIL	98
<i>Ronaldo Pierre Cavalcanti Lundgren</i>	
CPLP: A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NO ESPAÇO LUSÓFONO	124
<i>Luiz Fontoura</i>	
CENÁRIOS PROSPECTIVOS NO LIMAR DO TERCEIRO MILÊNIO: SEUS REFLEXOS PARA O TERCEIRO MILÊNIO	142
<i>Richard Fernandez Nunes</i>	
COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES	
A CRISE ORÇAMENTÁRIA DAS FORÇAS ARMADAS	150
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
MUSEU DA TRANSGRESSÃO	151
<i>Afonso Romano de Sant'anna</i>	
AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	153
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
EDUCAÇÃO NA NOVA INGLATERRA	156
<i>Arnaldo Niskier</i>	
A ESQUERDA NO PODER	158
<i>Jarbas Passarinho</i>	
HISTÓRIA MARXISTA É CHARLATANISMO	160
<i>Olavo de Carvalho</i>	
GLOBALIZAÇÃO VERSUS MONOPOLARIDADE	162
<i>Reis Friede</i>	
ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR	167
<i>Hélio Leôncio Martins</i>	



Dissuasão não-nuclear: limites e aplicabilidade¹

*Centro de Estudos
Estratégicos da Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da dissuasão baseada em meios convencionais, distinguindo-a da dissuasão nuclear e balizando seus limites. Identifica, ainda, seus componentes essenciais e a relação destes com os interesses nacionais, avalia sua aplicabilidade continental e extra-continental, e propõe ajustes em alguns conceitos contidos no Manual de Estratégia (C 124-1).

PALAVRAS-CHAVE

Dissuasão, retaliação, dissuasão convencional e nuclear.

A Política de Defesa Nacional consagra a dissuasão e a diplomacia como os dois pilares sobre os quais se apoia a defesa do Brasil. A dissuasão, por sua conotação predominantemente militar, tem lugar de destaque na elaboração da estratégia militar decorrente daquela Política. A Estratégia Militar de Defesa e as Estratégias das Forças Singulares, bem como o Manual de Estratégia em vigor no Exército, retratam essa importância.

A dissuasão é, portanto, amplamente difundida no pensamento estratégico brasileiro. Paradoxalmente, é um conceito insuficientemente conhecido.

A impressão que se tem, oriunda da leitura dos escassos estudos específicos sobre o assunto, é que bastaria a definição sumária de seus aspectos mais gerais² para esgotá-la e compreender todo o seu alcance. Essa visão é simplista e pode estar equivocada. Desconhecer sua complexidade pode indu-

¹ Selecionado pelo PADECEME. Texto elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

² Existência de forças suficientemente poderosas, aptas ao emprego imediato e capazes de inibir conflitos, pela capacidade de revidar que representam. (C 124-1 Estratégia).

É defensiva quando um Estado dispuser de meios suficientemente potentes para conter e revidar o golpe inicial do inimigo. O objetivo é dissuadir o inimigo de tomar a decisão de empregar seus meios de ataque, diante da incerteza de que alcançará resultados compensadores. É ofensiva quando a existência de meios potentes é um fator de convencimento da inutilidade de o inimigo se opor a uma ação que se pretenda realizar. (C 124-1)

zir a sérios e lamentáveis erros de avaliação, caso o País um dia dependa de sua eficácia.

A dissuasão é empiricamente conhecida desde os tempos mais remotos. Manifestava-se nas tribos primitivas pelas pinturas e máscaras de guerra, que visavam a demonstrar ferocidade e a inspirar o terror nos adversários, na esperança de inibi-los no combate.

Da Antigüidade até os tempos modernos, subsistiu a crença na importância de mostrar a força para não ter de usá-la, segundo a fórmula cunhada pelos romanos *si vis pacem, para bellum*. Mas é forçoso admitir que essa dissuasão arcaica teve importância mais retórica do que prática, tendo em vista a influência apenas marginal que exerceu nos conflitos. Serviu mais para animar as nações a não se descuidarem de suas forças militares do que realmente evitar conflitos ou para constranger adversários a aceitar uma imposição. Pode ter tido, em alguns episódios, valor tático, mas quando tentou constituir-se em instrumento capaz de afetar decisões políticas, e portanto alterar o curso da guerra ou da escalada para a guerra, não foi bem sucedida.

Durante cerca de trezentos anos, até o fim da Primeira Guerra Mundial, a Europa viveu a política de equilíbrio de poder, que era uma forma de as nações mais fracas ou ameaçadas dissuadirem as mais poderosas ou ameaçadoras por meio de alianças militares. O equilíbrio obtido dessa maneira revelou-se, no entanto, instável, tendo sido a guerra o seu resultado. O valor estratégico da dissuasão, por conseguinte, revelou-se extremamente duvidoso.

A História bem demonstra que Estados rivais poderosamente armados produ-

ziram ao longo dos séculos um ininterrupto rol de guerras sem se deixarem dissuadir, por mais forte que fosse o eventual adversário. Se assim não fosse, apenas para exemplificar, simplesmente não teriam ocorrido as I e II Guerras Mundiais.

Essa simples constatação já é suficiente para reconhecer a inconsistência do argumento de que é possível evitar a guerra simplesmente ao se dispor de uma força militar (convencional) que represente sólida capacidade de revidar, ou que faça o adversário não ter certeza do seu sucesso, conforme as definições.

Foi apenas após o advento da arma nuclear que a dissuasão elevou-se à categoria de estratégia independente, abandonando o simples estágio de precaução e de aplicação marginal. Quarenta anos de Guerra Fria demonstraram sobejamente a eficácia dessa nova forma de dissuasão, ao representar, na história moderna e contemporânea, o mais longo período de alta confrontação entre duas potências sem que nenhuma delas se tenha arriscado ao conflito direto com a sua adversária. Evidentemente essa dissuasão não foi absoluta, permitindo que os Estados Unidos e a União Soviética, ao longo desse período, se chocassem indiretamente em áreas periféricas aos seus principais interesses.

À luz da História, é nítida a diferença entre os efeitos das duas formas de dissuasão: a convencional e a nuclear. Cabe bem analisar essa distinção, a fim de não considerar para a primeira, caso brasileiro, características que são específicas da segunda, à qual o País espontaneamente renunciou ao consagrar a rejeição do uso militar do átomo como um princípio constitucional e ao adotar, conseqüentemente, uma

série de compromissos internacionais³ que materializaram essa disposição.

O escopo deste ensaio é analisar com um pouco mais de profundidade a dissuasão baseada em meios convencionais, distinguindo-a da dissuasão nuclear e balizando seus limites; discernir seus componentes essenciais e sua relação com os interesses nacionais; verificar sua aplicabilidade continental e extra continental e propor ajustes em alguns de seus conceitos.

DISSUAÇÃO NUCLEAR

Em 1946, nos Estados Unidos, Bernard Brodie, referindo-se à bomba atômica, afirmava: *até o presente, o objetivo capital de nosso poder militar foi vencer guerras. Daqui em diante será evitá-las. Ela não pode ter outro propósito útil.*⁴

Já o General Beaufre afirmou: *A estratégia antiga, antes da era nuclear, repousava mais ou menos explicitamente sobre uma capacidade positiva, a capacidade de vencer, o que significa não apenas o poder de impor a vontade, mas de atingir esse resultado de uma maneira relativamente pouco onerosa em relação ao benefício da vitória. Com a arma nuclear, aparece um fenômeno inteiramente novo: qualquer que seja o resultado da luta, vencido e vencedor – se essas distinções ainda existirem – devem pagar o preço exorbi-*

*tante das destruições atômicas, porque não há como se proteger delas eficazmente. Em decorrência, busca-se alcançar o objetivo político não mais pela vitória militar, capacidade positiva tornada extremamente perigosa, mas pela ação indireta graças à paralisia do adversário; portanto, graças a uma capacidade negativa que permite evitar a grande prova de força, quer dizer, graças à dissuasão.*⁵

O cerne da dissuasão centra-se, pois, na percepção material e psicológica da ameaça inerente à decisão de empreender determinada ação ou de opor-se a uma ação do adversário. Essa percepção resulta do balanço entre o valor do objetivo visado e o risco envolvido na sua consecução. Na confrontação nuclear, o risco tende sempre a superar os possíveis ganhos. A amplitude assombrosa do poder de destruição das armas atômicas tornou a guerra nuclear uma hipótese praticamente inaceitável. O temor recíproco entre adversários nuclearizados conduz o ambiente estratégico a grande estabilidade, passando-se, com a arma nuclear, *de uma estratégia de guerra a uma estratégia de ameaça potencial, ou de dissuasão.*⁶

Mas a situação não se revela assim tão simples. Não haveria dissuasão se a estabilidade fosse absoluta. Se as forças nucleares adversas se neutralizassem completamente, elas seriam inúteis e as nações se

³ Acordo Brasil-Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear (Ago 1991).

Acordo quadripartite (Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de contabilidade e controle e Agência Internacional de Energia Atômica) para aplicação de salvaguardas (Mar 1994).

Tratado de Tlatelolco, adesão à zona livre de armas nucleares na América Latina e Caribe (Mai 1994).

Adesão ao Tratado de não-proliferação nuclear e ao Acordo para a proibição completa dos testes nucleares (13 Jul 1998).

⁴ Citado em Gray, Colin S. *Modern Strategy*. p. 304

⁵ Beaufre, André. *Dissuasion et Stratégie*. p. 20

⁶ *Ibid.*, p. 27

veriam livres para buscar seus objetivos via guerra convencional como no passado. Só há lógica na dissuasão se houver o temor de que um ou outro lado, em determinada situação, se decida pelo emprego de seu arsenal nuclear. Se a possibilidade de um ataque não tiver o mínimo de credibilidade, que inspire alguma incerteza no adversário quanto à disposição de um partido de empregar primeiramente o seu arsenal, todo o edifício da dissuasão desmoronará.

A dissuasão nuclear resulta do confronto entre a capacidade de desencadear um ataque nuclear e a capacidade de o adversário retaliar, chamadas daqui em diante de ataque e retaliação. Um ataque só terá lógica se o país que o promover não sofrer retaliação com todo o peso da capacidade adversária, senão o resultado do ataque significaria suicídio coletivo. Portanto, o ataque deve visar às forças nucleares do inimigo, de modo a eliminar a sua capacidade de retaliação ou reduzi-la a um nível aceitável em relação ao valor do objetivo perseguido. Por sua vez, a retaliação terá como alternativa mais viável provocar a maior destruição possível no agressor, sendo dirigida contra os seus recursos vitais, principalmente suas cidades.

A capacidade de atacar redundante, segundo Beaufre, na dissuasão ofensiva, pois, sendo crível, poderia impedir o adversário de se opor a alguma ação deseja-

da pelo atacante. Depende da disponibilidade de meios dotados de precisão adequada e na quantidade necessária à destruição de alvos fortemente protegidos, ou de um sistema de defesa que assegure a destruição dos mísseis de retaliação, constituindo a chave para a iniciativa nuclear.

A retaliação, por sua vez, depende de tornar a força nuclear o mais invulnerável possível ao ataque (por meio de silos de concreto, lançamento de mísseis a partir de submarinos e de veículos etc.), de modo a preservá-la ao máximo e que seu

poder de destruição seja intolerável para o atacante; dessa forma, a retaliação exerce a dissuasão defensiva, ainda conforme aquele autor.

Os parágrafos anteriores reduzem a problemática envolvendo ataque e retaliação à sua essência mais simples. Foge ao escopo deste ensaio a análise mais profunda da dinâmica dessa dialética, que abarca a possibilidade de ocorrência de ataques / retaliações sucessivos. Nessa eventualidade, a diferenciação entre os objetivos visados pelo ataque e pela retaliação passa a ser menos nítida.

A estabilidade nuclear é resultado do equilíbrio entre a capacidade de ataque e a de retaliação. Esse equilíbrio, no entanto, não pode ser estático. *Na realidade, o elemento decisivo repousa na vontade de desencadear o cataclismo. Fazer crer que*

*Na confrontação nuclear,
o risco tende sempre a superar os
possíveis ganhos. A amplitude
assombrosa do poder de destruição
das armas atômicas tornou
a guerra nuclear uma hipótese
praticamente inaceitável. O temor
recíproco entre adversários
nuclearizados conduz o ambiente
estratégico a grande estabilidade,
passando-se, com a arma nuclear,
de uma estratégia de guerra a
uma estratégia de ameaça potencial,
ou de dissuasão.*

se tem essa vontade é mais importante que todo o resto. Naturalmente blefa-se, mas até que ponto? (...) No final de contas, é a incerteza que constitui o fator essencial da dissuasão".⁷ A busca incessante pelo aprimoramento das capacidades de ataque versus retaliação produziu o grau de incerteza necessário para que a dissuasão tivesse credibilidade durante a Guerra Fria. Mesmo atualmente, quando, encerrada a Guerra Fria, as grandes potências negociam tratados de redução de seus arsenais nucleares, elas buscam preservar vantagens que lhes assegurem a capacidade dissuasória, como bem se comprova, na atualidade, com o debate a respeito da intenção dos EUA de implantar um sistema antimísseis.

O que se nota de antemão, como será exposto mais adiante, é que os conceitos de dissuasão adotados na elaboração estratégica brasileira referem-se mais diretamente às condições do ambiente nuclear.

DISSUAÇÃO CONVENCIONAL

Foram vistas, de maneira bastante sintética, as injunções da dissuasão nuclear e a sua capacidade de produzir um ambiente de alta estabilidade estratégica entre as potências que dispõem desse tipo de armamento. Essa estabilidade resulta mais do efeito psicológico produzido pela ameaça de emprego da arma nuclear do que propriamente da verdadeira intenção de fazê-lo. E é essa a primeira distinção entre o nuclear e o convencional. A possibilidade deste de causar semelhante efei-

to psicológico é duvidosa; logo, a credibilidade do potencial convencional está relacionada diretamente com a sua real possibilidade de emprego. O fator incerteza é, em consequência, menos importante no ambiente convencional. A incerteza quanto à reação não dissuadiu o Iraque de anexar o Kuwait em 1990, nem a Argentina de, em 1982, tentar retomar pela força as Ilhas Malvinas.

No entanto, a diferença fundamental reside na disparidade entre a percepção do risco de conflito nuclear ou convencional. No conflito nuclear, conforme visto, há o risco de *destruição imediata, física e mensurável. No ambiente convencional, o risco que dissuade é menos simples: é o medo de ser vencido, de ver o inimigo arrebatado a vitória. Essa diferença com relação ao nuclear é considerável, porque se a destruição nuclear é inevitavelmente bilateral em graus diversos, a vitória é necessariamente unilateral. É o que fez com que a guerra convencional estivesse em voga ao longo dos séculos: a esperança de sucesso justificava os sacrifícios, porque a vitória os compensaria (...)* Devido à expectativa de sucesso, o risco de uma guerra é aceito facilmente. A dissuasão é reduzida ou anulada, e isto para os dois adversários (...), o que quer dizer que o ambiente convencional tende a ser instável desde que as expectativas de vitória deixem de ser mínimas.⁸

A análise da dissuasão convencional deve considerar esse caráter de instabilidade inerente. A conclusão imediata e óbvia é que a dissuasão convencional tem alcance limitado e resultados mais incertos quanto ao objetivo de evitar conflitos armados. Mas parece fora de dúvida

⁷ Beaufre, André. *Introdução à Estratégia*. p. 94.

⁸ Beaufre, André. *Dissuasion et Stratégie*. p. 52 / 53.

que a capacidade dissuasória convencional guarda estreita relação com dois fatores, também válidos para o ambiente nuclear, mas que aqui se manifestam com muito mais intensidade.

O primeiro diz respeito à disparidade entre o poder militar dos contendores. A expectativa de vitória, sendo elevada para o mais forte, e portanto compensadora dos riscos, tenderá a fazê-lo imune à dissuasão defensiva do mais fraco, ao contrário do ambiente nuclear, onde o átomo exerce forte poder equalizador e concede ao mais fraco considerável poder dissuasório defensivo. Por outro lado, é restrita sua possibilidade de exercer a dissuasão ofensiva, pois a História demonstra ser raro um país não reagir a uma agressão armada direta (como exemplo, podem-se citar as intervenções norte-americanas em Granada e no Panamá – é difícil imaginar maior disparidade militar; no entanto, nos dois casos, houve a reação armada). Portanto, quando o mais forte tem a iniciativa estratégica, o mais provável é a ocorrência da não-dissuasão, ou seja, dá-se o conflito armado. Por outro lado, o mais forte tem elevada possibilidade de exercer a dissuasão defensiva.

O segundo refere-se ao valor que cada um dos contendores atribui ao objetivo colimado. A disposição de um país de recorrer à guerra, o que significa não se deixar dissuadir tanto ofensiva como defensivamente, é diretamente proporcional à importância do objetivo para a sua segurança ou para a implementação de sua política nacional, ou seja, a relação entre o objetivo em questão e os interesses nacionais, vitais ou não, dará a medida do em-

penho que os países dedicam à defesa ou conquista desse objetivo.

As combinações entre as diferentes valorações dos objetivos e as posturas ofensiva e defensiva dos oponentes apresentam um quadro diversificado de possibilidades de dissuasão. Se a manutenção de determinado *status quo* é muito importante para um país, e a sua alteração é apenas medianamente ou pouco importante para outro, a possibilidade de o primeiro exercer a dissuasão defensiva é elevada. Invertendo-se a importância dos objetivos, invertem-se igualmente as possibilidades de dissuasão. No caso de o objetivo ser muito importante para ambos, a maior probabilidade seria a não-dissuasão e a escalada para o conflito, enquanto, se for pouco importante para ambos, as possibilidades de dissuasão seriam bilaterais.

Ao contrário do ambiente nuclear, no qual a antevisão da hecatombe possível suplanta qualquer outra consideração, as possibilidades de dissuasão e não-dissuasão são multifacetadas, em virtude das várias combinações mútuas possíveis entre disparidade militar, valoração dos objetivos e as inúmeras nuances de gradação entre esses fatores.

Entretanto, é ainda necessária a análise sob outro enfoque para vislumbrar com mais nitidez a problemática da dissuasão. É preciso distinguir seus dois componentes essenciais, sem os quais é vã a esperança de dissuadir. André Glucksmann afirma que *a ameaça dissuasiva encontra-se dividida entre duas componentes: a componente força e a componente intenção. Transmitir uma ameaça dissuasiva significa ao mesmo tempo manifestar uma capacidade e comunicar uma vontade.*⁹ Corretas na sua

⁹ Glucksmann, André. *Discours de la Guerre*. p. 254.

essencialidade, essas componentes não abrangem, contudo, toda a amplitude da dissuasão. À componente força, somam-se outras condições que a reforçam, e a comunicação da vontade pode não bastar, visto que, como o contendor também é dotado de vontade, pode-se necessitar da materialização dessa vontade, por intermédio da aplicação do poder. Em decorrência, expandindo-se a idéia acima exposta, afirma-se que não haverá possibilidade de dissuasão convencional sem condições dissuasivas e determinação política.

As condições dissuasivas são as componentes passivas. Caracterizam-se por um contexto fisiográfico, econômico, psicossocial, político, diplomático ou militar inibidor das ações agressivas. Não são, porém, determinantes.

Os aspectos fisiográficos podem apresentar condições dissuasivas à medida que causarem sérias restrições às operações militares. Por exemplo: clima extremamente adverso, relevo acidentado, floresta espessa, vastidão geográfica etc.

Os aspectos psicossociais e econômicos, como a coesão nacional, tamanho da população, popularidade da causa em questão, fé religiosa, capacidade industrial, auto-suficiência energética, alimentar e de insumos básicos, são igualmente condições capazes de influenciar a decisão adversária.

Porém, dentre as condições não-militares, principalmente as de natureza diplomática, destaca-se na atualidade a tendên-

***Embora a ilegalidade não
seja razão suficientemente forte para
eliminar a guerra do relacionamento
entre as nações, como bem
se tem visto, o receio do isolamento
político e da imposição de sanções
internacionais representa
sem dúvida um forte risco,
nem sempre aceito facilmente por
um provável agressor.***

cia internacional de repudiar a guerra como forma de solução de conflitos, traduzida pela Carta das Nações Unidas e pelas de outras organizações internacionais.

O recurso à guerra deixou de ser um direito soberano das nações como no passado. Com a aprovação da Carta da ONU,

consolidou-se no Direito Internacional o princípio da solução pacífica dos conflitos, conceito cuja implantação iniciou-se após a Primeira Guerra Mundial com a Liga das Nações. Embora a ilegalidade não seja razão suficientemente forte para eli-

minar a guerra do relacionamento entre as nações, como bem se tem visto, o receio do isolamento político e da imposição de sanções internacionais representa sem dúvida um forte risco, nem sempre aceito facilmente por um provável agressor.

O repúdio à guerra é expresso igualmente pelo sentimento predominante nas sociedades democráticas, que aceitam cada vez com mais dificuldade a morte de seus filhos em conflitos distantes e mal compreendidos.

A ação da ONU e dos demais organismos internacionais, bem como a influência da opinião pública, são condições capazes de causar forte efeito dissuasivo ao restringir a liberdade de ação dos países, vinculando-a ao acatamento das regras do Direito Internacional. O repúdio internacional à guerra constitui-se, pois, num fator de redução da instabilidade inerente do ambiente convencional. Convém ressaltar

entretanto que esse fator será reduzido ou neutralizado se o agressor for uma grande potência com poder político de influenciar as decisões internacionais, ou se o conflito situar-se em região periférica aos interesses dessas potências, únicas capazes de realmente implementar sanções internacionais ou de intervir militarmente.

Ademais, como demonstram as ações armadas empreendidas pelos Estados Unidos e pela OTAN após 1990, a falta de endosso formal pela ONU não é fator impeditivo quando os interesses dos centros de poder exigem tal conduta. Em tais casos, aliás, é comum invocar-se, à guisa de justificativa, uma suposta *comunidade internacional*.¹⁰

Cumprе ainda ressaltar que atualmente uma das hipóteses de emprego da força armada é o gerenciamento de crise, no qual se consideram justificadas intervenções por diversos motivos, desde ameaças ao meio ambiente até violações dos direitos humanos. Essa conceituação é tanto mais ameaçadora pelo fato de que a avaliação da existência de tais condições é feita unilateralmente pelos próprios centros de poder.

É evidente, porém, que, entre as condições dissuasivas, destaca-se a capacidade militar. Como a dissuasão não pode basear-se num blefe, a capacidade militar não pode ser representada simplesmente pelos seus termos quantitativos absolutos, seja de efetivo, seja de armamentos diversos. O elemento que possui condições de dissuadir é a parcela da força realmente capaz de ser enquadrada por comandos

operacionais eficientes e que seja compatível com a capacidade logística, tanto militar como nacional. É a fração da força apta a ser deslocada e concentrada estrategicamente com a devida presteza, bem como capaz de manobrar com eficácia. Além disso, o aspecto quantitativo vale menos em termos dissuasórios do que o potencial tecnológico agregado às forças. A expectativa de vitória aumentará para um contendor que possua capacitação superior à de seu adversário, mesmo que este o supere quantitativamente.

A capacidade militar, embora seja necessária, por si só não é suficiente para a dissuasão. A ação dissuasiva de uma força armada convencional está, como já visto, diretamente relacionada com a disposição de empregá-la. Caso a força armada esteja condenada politicamente à inércia, ela não dissuadirá, contrariamente ao que ocorre no ambiente nuclear, justamente porque a incerteza quanto ao seu emprego não se constitui, no convencional, em um fator preponderante. Em consequência, o componente fundamental da dissuasão convencional é a determinação política de aplicar o poder militar da nação.

A ascensão da Alemanha nazista constitui-se num exemplo clássico do caráter fundamental da determinação política na dissuasão. Em meados da década de trinta, a Grã-Bretanha predominava nos mares e a França possuía o exército mais poderoso da Europa, além de serem aliadas da Polônia e da Tchecoslováquia, potências secundárias. A Alemanha, submetida aos termos do Tra-

¹⁰ "(...) É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de forças armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...) - Madeleine Albright, Secretário de Estado norte-americano (Nov 1999).

tado de Versalhes, dispunha de forças armadas reduzidas e controladas externamente.

As condições dissuasivas representadas pelas forças franco-britânicas, largamente superiores às alemãs na época, não foram, no entanto, suficientes para abalar a vontade de Hitler. Motivado pela importância que atribuía aos seus objetivos políticos e sustentado pelo povo alemão, Hitler, numa decidida e ousada estratégia de ações sucessivas, empreendeu o rompimento do Tratado de Versalhes ao anunciar, em 1936, o rearmamento de seu país e a remilitarização da

Renânia, região contígua à fronteira com a França; anexou a Áustria em 1938; anexou a região checa dos sudetos também em 1938 e, posteriormente, toda a Tchecoslováquia em 1939, antes de invadir a Polônia e desencadear a guerra.

A timidez ou a tibieza dos governos francês e britânico, assustados com as lembranças do morticínio da Primeira Guerra Mundial e consequentemente imbuídos de intenções apaziguadoras, impediu-os de adotar a única opção capaz de realmente deter a escalada nazista para a guerra como, aliás, temia o Alto Comando das Forças Armadas alemãs: colocar o próprio Hitler diante da ameaça de guerra enquanto a Alemanha ainda se encontrava militarmente fraca, caso persistisse na busca de seus objetivos. Sua expectativa de sucesso, então extremamente restrita, devido à superioridade e à firme-

za franco-britânica, o teria com muita probabilidade dissuadido de prosseguir.

O que se constata é que a dissuasão, para atingir todo o seu alcance, não pode restringir-se à passividade das condições dissuasivas. É preciso, segundo uma lógica de confrontação, decidir-se pela escalada controlada do conflito, por intermédio da ameaça de emprego e, se necessário, pelo emprego progressivo do poder militar, a fim de forçar uma solução negociada vantajosa ou que seja minimamente prejudicial.

Para conduzir essa *manobra de dis-*

suasão faz-se necessária perfeita avaliação do potencial relativo das forças armadas opostas e do mútuo valor atribuído ao objetivo pelos contendores. Esses parâmetros regularão a escalada. Os governos deverão, na medida de seus interesses, elevar e abaxiar com habilidade o nível da tensão, ameaçando ou contemporizando, tendo em vista não a derrota do inimigo, mas o acordo mais vantajoso.

A manobra de dissuasão caracteriza-se como uma manobra de crise com objetivo de obter uma solução negociada a fim de evitar um conflito armado externo ou de reduzi-lo ao mínimo de gravidade por meio da ameaça de emprego ou do emprego progressivo do poder militar.

O método da manobra de dissuasão, de modo geral, seria, segundo Beaufre: *ameaças radicais, ações limitadas para de-*

O que se constata é que a dissuasão, para atingir todo o seu alcance, não pode restringir-se à passividade das condições dissuasivas. É preciso, segundo uma lógica de confrontação, decidir-se pela escalada controlada do conflito, por intermédio da ameaça de emprego e, se necessário, pelo emprego progressivo do poder militar, a fim de forçar uma solução negociada vantajosa ou que seja minimamente prejudicial.

*monstrar a determinação de superar o adversário e busca constante da negociação. Caso não surta efeito, aumento mínimo possível da ameaça, acompanhado de declarações dando a entender o pior.*¹¹

Beaufre¹² apresenta a crise dos mísseis de Cuba como um bom exemplo de manobra de dissuasão. Em julho de 1962, os soviéticos estavam preparando-se para instalar armamentos modernos na ilha. No início de setembro, o presidente Kennedy declara que a situação seria tratada com extrema severidade caso as armas não fossem defensivas. Ao mesmo tempo, determina a realização de levantamentos aerofotográficos e solicita permissão do Congresso para mobilizar cento e cinquenta mil reservistas. A ameaça não foi suficiente. Em 15 de outubro, fotografias comprovam a construção de instalações de mísseis balísticos intercontinentais em Cuba. No dia 16, autoridades soviéticas declaram que os mísseis seriam enviados à ilha ao primeiro sinal de alarme. Em 22, Kennedy anuncia o bloqueio de Cuba e obtém da OEA uma resolução autorizando o uso da força. Cuba mobiliza-se. Em 25, o presidente norte-americano escreve a Krushev, exigindo o desmonte das instalações, sob pena de tomar novas medidas. Paralelamente a essa exigência, Kennedy deixa vazar informações a respeito de planos de desembarque em Cuba. Krushev vacila e interrompe o avanço dos navios soviéticos que transportavam os mísseis. Ele aceita o desmantelamento das bases de mísseis contra a suspensão do bloqueio, o compromisso de não invadir Cuba e a retirada das bases americanas na

Turquia. Kennedy, por sua vez, deixa passar vários navios soviéticos pelo bloqueio, mas, em 27, rejeita as propostas do líder soviético, dando, em contrapartida, garantias contra a invasão da ilha. Apesar disso, no dia seguinte, o Pentágono publica a relação das unidades da reserva mobilizadas, declarando que quarenta mil fuzileiros navais estão prontos para desembarcar. Krushev submete-se à pressão norte-americana e o acordo se faz em torno do desmantelamento das bases soviéticas em troca do compromisso norte-americano de não invadir Cuba.

É importante destacar o fato de que, nessa confrontação de duas superpotências nucleares, em momento algum qualquer das partes incluiu no rol das ameaças o emprego de armas nucleares. Pode-se aliás considerar que, paradoxalmente, eventual ameaça dessa natureza retiraria credibilidade à postura cominatória e desafiadora que vinha sendo adotada.

O que se deve evitar numa manobra de dissuasão é a criação de situações irreversíveis, que possam acarretar a escalada incontrolável da crise, fato que, no passado, levou à Primeira Guerra Mundial. Se o objetivo é um acordo que evite a guerra, é importante, numa situação de força, não exercer demasiada pressão sobre o adversário para que este não seja forçado à radicalização devido à inexistência de uma saída honrosa.

A chave dessa manobra é saber explorar convenientemente todos os trunfos existentes, quaisquer que sejam suas naturezas, bem como demonstrar uma determinação mais firme que a do adversário, sem no entanto aceitar um desafio maior do que o valor do objetivo político em disputa e da própria capacidade militar.

¹¹ Beaufre, André. Op. cit., p. 78

¹² Ibid., p. 76

A manobra de dissuasão é eminentemente política e diplomática, pois se deve constituir em atribuição do mais alto nível do poder nacional; só o seu instrumento é militar, ou predominantemente militar. A manobra deve beneficiar-se do concurso de todos os meios do poder nacional.

Podem-se visualizar genericamente os seguintes degraus militares dessa escalada dissuasória, cada um dos quais podendo, conforme a determinação dos antagonistas, conduzir ao acorrido ou à ascensão ao degrau imediatamente superior:

- realização de demonstração de força e de manobras nas proximidades do local da crise;
- ameaça de emprego de meios militares para solucionar a crise;
- concentração de meios adicionais na região;
- realização de golpes de advertência sobre alvos pouco importantes, preferencialmente com meios aéreos ou artilharia;
- ampliação controlada do conflito;
- conflito generalizado, caracterizando o fracasso da dissuasão.

A DISSUAÇÃO E O AMBIENTE ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Feitas essas observações teóricas sobre a dissuasão, cabe agora analisar como

enquadrá-la no ambiente político-estratégico sul-americano sob a ótica do Brasil.

Conforme a Política de Defesa Nacional (PDN), a América do Sul encontra-se afastada dos principais focos de tensão

mundiais e é uma das regiões menos militarizadas do mundo. O Brasil já tem um longo passado de convivência pacífica com seus vizinhos – seu último conflito armado na região ocorreu há mais de cem anos. O País não sofre nenhuma reivindicação territorial. Suas fronteiras estão todas fundamentadas, desde o início

do século XX, em tratados mútuos e internacionalmente aceitos. O interesse brasileiro pela maior integração e aproximação com os países sul-americanos é outro fator de estabilidade e de harmonia na região, ao criar um verdadeiro anel de paz em torno do País.

Em decorrência, é de se supor que a possibilidade de crises sérias passíveis de redundar em conflitos armados entre o Brasil e algum vizinho sul-americano é cada vez mais remota e que o eventual surgimento de animosidade muito provavelmente poderá ser superado por meios diplomáticos persuasivos.

No entanto, ainda poderá haver a necessidade de o País exercer a dissuasão como *ultima ratio regis* da ação diplomática, pois, como atesta a PDN, *o País não está inteiramente livre de riscos. Apesar*

O que se deve evitar numa manobra de dissuasão é a criação de situações irreversíveis, que possam acarretar a escalada incontrolável da crise, fato que, no passado, levou à Primeira Guerra Mundial. Se o objetivo é um acordo que evite a guerra, é importante, numa situação de força, não exercer demasiada pressão sobre o adversário para que este não seja forçado à radicalização devido à inexistência de uma saída honrosa.

de conviver pacificamente na comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, como consequência de ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais.

Além de interesses *vitais*, a PDN refere-se a outros interesses ao estabelecer os seguintes objetivos:

- a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses *nacionais*;
- a consecução e a manutenção dos interesses *brasileiros*¹³ no exterior.

Vitais, nacionais ou brasileiros, quais são exatamente esses interesses do Brasil? Além da integridade territorial, há um véu de indefinição a esse respeito. Apesar de a Constituição Federal, no seu Título I, dar a entender algo a essa questão, ao apresentar os princípios fundamentais que norteiam as relações internacionais do País, falta uma clara manifestação dos interesses que o Brasil estará disposto a defender, o que somente a PDN pode oferecer.

Se os interesses não são bem conhecidos, como estruturar e dimensionar a capacidade militar para dissuadir ameaças? O próprio País não saberá de antemão o quê, quando e onde defender, tendo de deixar para definir o interesse que estiver sendo ameaçado uma vez estabelecida determinada crise. Nesse caso, a idéia de interesse nacional será aviltada, pois, no calor das tensões, será inútil considerar como interesse nacional o que estiver além da capacidade militar existente na ocasião, por não haver como garanti-lo. A inversão então seria gritante: a capacidade militar definindo os interesses e não o con-

trário. Em outras palavras, o País não deve ambicionar ter interesses que excedam o seu poder nacional, mas se esse poder, especialmente sua expressão militar, não for preparado em função da visualização dos interesses da nação, corre-se o risco de ela ser obrigada a aceitar objetivos tímidos, aquém do verdadeiro potencial do País, em consequência de inadequada orientação ou imprevidência no preparo de seus meios de dissuasão.

Além disso, a definição e a divulgação prévias dos interesses que o país está disposto a defender militarmente servem de alerta internacional. A decisão de algum adversário de ameaçá-los, direta ou indiretamente, será tomada com muito maior cuidado, e, uma vez adotada, servirá como medida da sua determinação, aspecto importante para a condução da manobra dissuasiva.

A definição dos interesses abre, portanto, a possibilidade de dissuadir as intenções, ao passo que sua falta permite apenas dissuadir as ameaças propriamente ditas.

Não se pode pretender definir os interesses com detalhada precisão, pois isso seria extremamente complexo e as omissões seriam grandes. Devem ser explicitados em largas linhas, de modo a abranger com facilidade todas as ações que porventura constituam-se em ameaças. A título de exemplo, ver-se-á como os Estados Unidos e a França encaram essa questão.

Os Estados Unidos dividem seus interesses em três categorias:

- *Vitais*: são os de importância preponderante para a sobrevivência, segurança e vitalidade da nação, dentre os quais estão a integridade territorial do país e de seus aliados, a segurança de seus cidadãos,

¹³ Grifos nossos.

o bem-estar econômico da sociedade e a proteção das infra-estruturas críticas contra ataques. Em defesa desses interesses, os EUA recorrerão a todos os recursos, inclusive o emprego unilateral e decisivo do poder militar.

• *Importantes:* são os que, sem afetar a sobrevivência nacional, afetam o bem-estar nacional e o *status* atual do mundo. Abrangem as regiões onde o País tem consideráveis interesses econômicos ou compromissos com aliados, a proteção do meio ambiente contra danos graves, a segurança das redes e sistemas computacionais etc..

• *Periféricos* ou *humanitários:* questões transnacionais capazes de atingir os cidadãos norte-americanos e de comprometer, por longo tempo, a segurança nacional e os interesses econômicos e humanitários do País no mundo, como epidemias que sobrecarreguem o sistema de saúde e de seguridade social e o desequilíbrio de ecossistemas regionais capazes de provocar instabilidade.

A França, por sua vez, dispõe-se a defender militarmente os seguintes interesses fundamentais:

• *Vitais:* integridade do território e dos seus acessos aéreos e marítimos, livre exercício da soberania e proteção da população.

• *Estratégicos:* manutenção da paz no continente europeu e áreas vizinhas e preservação dos espaços essenciais à atividade econômica.

• *De Potência:* fruto das responsabilidades da França como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A defesa dos interesses nacionais levanta uma outra questão: o Brasil deve, a partir de determinado grau de seriedade, dissuadir ameaças não-militares aos seus interesses, ou deve, nesse caso, ater-se exclusivamente aos meios diplomáticos persuasivos? A questão, em princípio, ainda não tem resposta, pois não se sabe exatamente quais são os interesses a defender, conforme explicitado anteriormente.

Um país pode, sem recorrer às suas forças armadas, adotar ações ameaçadoras a determinados interesses de outros países por meio de

ações nos campos político, econômico e psicossocial. Nesse caso, considerar-se-ia defensiva uma eventual dissuasão por parte do Brasil – única postura aceita pela Política de Defesa Nacional? A simples ameaça a um interesse, qualquer que seja a sua natureza, a partir de determinado grau de gravidade, justificaria o recurso à dissuasão, ou a postura defensiva vinculasse exclusivamente a ameaças militares? O Manual de Estratégia consagra essa última opção, já que estabelece, como única finalidade da dissuasão, evitar o conflito armado. A PDN, por outro lado, não é clara a esse respeito.

Ampliando-se o conceito de dissuasão, pode-se facilmente aceitar o emprego de retaliações ou retorções políticas e eco-

A defesa dos interesses nacionais levanta uma outra questão: o Brasil deve, a partir de determinado grau de seriedade, dissuadir ameaças não-militares aos seus interesses, ou deve, nesse caso, ater-se exclusivamente aos meios diplomáticos persuasivos? A questão, em princípio, ainda não tem resposta, pois não se sabe exatamente quais são os interesses a defender

nômicas como formas de *dissuadir* ameaças não-militares. Não seria equivocado considerar tais atitudes como dissuasivas, pois, inserindo-se num processo de confrontação, elas distinguir-se-iam da simples negociação diplomática persuasiva. Há alguns exemplos históricos, no caso do Brasil, do recurso a formas não-militares de dissuasão. Talvez, o mais importante deles tenha ocorrido ante a reação do governo norte-americano à adoção pelo Brasil do limite de 200 milhas para o mar territorial (março de 1970). Washington pretendeu a revogação do decreto-lei, indicando de modo imperativo várias medidas que seriam aplicadas contra interesses brasileiros. Na época, o governo brasileiro havia previsto com precisão a configuração dessa reação e, em consequência, tinha equacionado a maneira de dissuadir o governo norte-americano de concretizar suas ameaças, assinalando contramedida que seria tomada e que afetaria gravemente interesse vital da estratégia militar global dos Estados Unidos. Essa forma de dissuasão, que não implicava emprego ou ameaça de emprego das Forças Armadas brasileiras, foi efetivada no nível diplomático, sem estardalhaço público, e mostrou-se plenamente eficaz.

No entanto, a questão centra-se no emprego do poder militar para dissuadir ameaças não-militares. Dependendo do interesse nacional a defender e da intensidade com a qual ele é atingido, não parece sensato o País se auto-restringir quanto ao emprego do seu poder nacional. A aceitação dessa hipótese redundaria em atribuir à dissuasão defensiva uma finalidade mais genérica, como por exemplo o desencorajamento de ameaças aos interesses nacionais.

Essa é uma questão que merece ser analisada no nível político-estratégico nacional. Não pode ser esquecido no entanto que, para conduzir uma manobra de dissuasão, o País deve saber, de antemão, até que ponto convém elevar o nível da tensão e qual o grau de emprego de poder militar que está disposto a sustentar.

Apesar da falta de ameaças visíveis e do movimento de integração dos países sul-americanos, ainda há necessidade de o País exercer a dissuasão no âmbito regional. Essa contingência pode inclusive decorrer da possibilidade de outro Estado vir a induzir algum país do subcontinente a atentar contra interesse nacional brasileiro, comportamento que normalmente não seria previsível numa análise dos objetivos desse país. No entanto, à medida que as instituições democráticas sul-americanas e a integração regional se aprofundem e se consolidem, aquela necessidade paulatinamente decrescerá, até o ponto de praticamente perder sentido. A partir de então, o Brasil estará diante da necessidade de alargar seu horizonte estratégico-militar em razão do maior peso específico do País no mundo e da integração consolidada do continente. Seus interesses de defesa e os do próprio bloco sul-americano terão de ter alcance extracontinental.

Para exercer o mínimo de dissuasão nessa nova abrangência geoestratégica serão exigidas do Exército Brasileiro capacidades de natureza bem diferentes das atualmente requeridas. As atuais capacidades especificadas para as Forças Armadas orientam-se prioritariamente para o continente sul-americano e consideram a existência de um ambiente marcado pela equivalência tecnológica ou, dependendo do país,

de alguma superioridade do Brasil nesse campo. Portanto, essas capacidades referem-se basicamente a conceitos sem ligação direta com capacitação tecnológica, como eficiência operacional e mobilidade tática e estratégica. Como estas são características intrínsecas e unilaterais da Força, elas podem ser atingidas sem necessariamente exigir maior incremento tecnológico, bastando para isso a existência dos meios de transporte aéreos e terrestres e da realização integral e eficaz do adestramento.

Quanto ao Exército, suas capacidades atuais não se constituem em condições dissuasivas no cenário extracontinental, que envolve interesses de potências do dito Primeiro Mundo, cujas forças armadas dispõem de avançada tecnologia em todos os seus sistemas operacionais. Somente por meio de um significativo incremento da sua modernização tecnológica poderá o Exército exercer algum efeito sobre a expectativa de vitória de um eventual adversário dessa categoria e, desse modo, poder aspirar a dissuadi-lo.

Em função disso, é inadequado, no que se refere à dissuasão, relacionar o dimensionamento do Exército com a vastidão territorial ou populacional do País. O estabelecimento desse vínculo é perigoso porque leva à tendência de priorizar o seu tamanho. Dada a insuficiência orçamentária, essa tendência far-se-á logicamente em de-

trimento da qualidade tecnológica, de maior capacidade dissuasória.

A expressão das novas capacidades exigidas, que não substituem as atuais mas a elas devem somar-se, deve partir do princípio de que as capacidades de uma força e as de seu eventual oponente interdependem, afetam-se mutuamente. A expressão unilateral das capacidades de uma força, que as isolem do seu oponente, como as atuais, não induz naturalmente à imprescindível e permanente necessidade de aperfeiçoá-las. Por outro lado, a expressão interdependente de uma capacidade obriga que um

lado acompanhe os avanços tecnológicos do opositor, caso contrário, a capacidade deixará de ser atingida. Em suma, as capacidades devem ser a expressão de um poder relativo.

Sem pretender especificar quais seriam as capacidades para essa maior abrangência estratégica militar do Brasil, o que exigiria estudos mais aprofundados, sugere-se a seguir uma caracterização ampla por áreas de capacitação:

- *proteção*: abrange capacidades que garantam grau adequado de segurança para as forças em operações (envolvem, entre outras, a defesa antiaérea e a garantia do uso do espectro eletromagnético);

- *deteção*: envolve capacidades que assegurem à força localizar e identificar ameaças antes que elas lhe possam infligir danos;

É inadequado, no que se refere à dissuasão, relacionar o dimensionamento do Exército com a vastidão territorial ou populacional do País. O estabelecimento desse vínculo é perigoso porque leva à tendência de priorizar o seu tamanho. Dada a insuficiência orçamentária, essa tendência far-se-á logicamente em detrimento da qualidade tecnológica, de maior capacidade dissuasória.

- *comando e controle*: significa capacidades que permitam gerir eficientemente a coleta, a busca e a análise de uma grande quantidade de informações oriundas de diversas fontes, que permitam decisões com elevada possibilidade de acerto e a sua divulgação oportuna, e

- *agressão*: compreende capacidades que permitam à força causar significativos danos materiais e baixas a um oponente de elevada capacitação tecnológica.

É imprescindível que essas capacidades estejam alicerçadas numa confiável estrutura de inteligência estratégica, tanto no nível governamental como no militar, a fim de permitir a antecipação às crises, bem como a sua adequada gestão por meio de permanente e acurada análise do cenário internacional.

É conveniente, ainda, que essa elevação da capacidade militar do Brasil seja acompanhada por um processo semelhante nos demais países da América do Sul, principalmente no âmbito do Mercosul. Esse incremento militar, a ser encabeçado pelos principais países da região, não deverá ocorrer segundo a ótica de corrida armamentista, alimentada por desconfianças e receios mútuos – situação superada pela tomada de consciência, por parte dos países sul-americanos, da crescente tendência ao entrelaçamento dos seus interesses no futuro – embora possam ocorrer percalços ao longo dessa caminhada, sobretudo entre outros países sul-americanos e não entre um ou mais deles e o Brasil. A lógica desse processo de fortalecimento militar, ao contrário, deve ser a busca da consistência estratégica do Mercosul e, posteriormente e o quanto antes possível, de toda a América do Sul, para respaldar

de modo convincente um futuro posicionamento político-econômico comum e independente no âmbito mundial. Esse equilíbrio estratégico-militar, fruto do equânime fortalecimento militar regional, abriria a possibilidade para uma dissuasão conjunta em defesa dos interesses do bloco, pois permitiria que as responsabilidades fossem divididas. De outra forma, dificilmente um país sul-americano teria a capacidade ou o interesse de assumir sozinho encargos de defesa e dissuasão em prol do bloco.

Entretanto, a viabilidade da dissuasão em bloco exigiria que a integração regional extrapolasse o campo econômico, passando a abranger o político-militar, por meio do prévio estabelecimento dos interesses comuns dos países membros e do fechamento de um acordo que consagrasse a união política em torno da defesa desses interesses. A virtual caducidade do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) abre espaço diplomático para um possível acordo no âmbito sul-americano nesse terreno.

Não resta dúvida que tal processo seria de grande complexidade e demandaria delicada e paciente negociação diplomática, com ampla e ativa participação militar, a fim de chegar-se à adequada convergência de interesses que satisfizesse todos os países envolvidos. A falta de ameaça comum claramente identificada representa um obstáculo a superar, pois aumenta a incerteza quanto à vantagem a ser tirada de tal aliança pelos países.

Na eventualidade de que essa dissuasão em bloco venha a concretizar-se, é necessário que se faça a distinção entre os interesses do bloco e os interesses exclusi-

vamente brasileiros, bem como de cada um dos demais países integrantes. Para a dissuasão de ameaças a estes últimos, é imprescindível que o País desenvolva capacidade militar dissuasória própria sem depender da cooperação dos seus parceiros estratégicos, embora ela seja desejável.

AJUSTES CONCEITUAIS

A argumentação apresentada até aqui induz à análise da conceituação vigente no Exército a respeito da dissuasão, estabelecida no Manual de Estratégia (C124-1). Conceitos desse manual aparentemente inspiraram os autores da PDN, além de serem adotados nos planejamentos estratégicos das Forças Armadas. Como já afirmado, alguns desses conceitos referem-se com mais propriedade à dissuasão nuclear do que à convencional, além de gerarem alguma confusão conceitual.

Dessa análise, pretende-se sugerir algumas modificações.

O Manual de Estratégia trata a dissuasão como estratégia de segurança e como forma de resolução de conflito. Como estratégia de segurança, é assim definida: *a manutenção de forças suficientemente poderosas, aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revidar que representam*. A primeira observação a fazer é que esse conceito serve apenas e parcialmente para a condição dissuasiva. A capacidade de revidar sugere uma ação sucessiva a uma outra, própria de uma represália nuclear e não de um confronto convencional, caracterizado pela simultaneidade das ações. Somente a capacidade de revidar nuclear (retaliação) é capaz de dissuadir por causa

do risco de destruição mútua, conforme visto. Além disso, a capacidade de se *contrapor a qualquer ameaça* é conceitualmente inócua, pois não significa realmente a capacidade de evitar a concretização de qualquer ameaça, dado o caráter limitado da dissuasão convencional (viu-se a influência dos fatores e dos componentes da dissuasão no estabelecimento dos limites da dissuasão convencional). Por fim, apenas para refutar categoricamente essa sua suposta larga abrangência, basta lembrar sua completa ineficácia diante, por exemplo, de uma ameaça de caráter nuclear. Em suma, a capacidade de dissuadir com meios convencionais não está ligada à idéia de revidar e, sim, à possibilidade de impor a derrota militar ao adversário, ou de anular sua expectativa de sucesso, diferença sutil mas importante.

A estratégia da dissuasão é definida como a capacidade de se contrapor a ameaças. No entanto, ela é subdividida em dissuasão defensiva, que se define praticamente da mesma forma que o conceito que a enquadra, e dissuasão ofensiva, que se concretizaria quando *a existência de meios potentes tornar-se um fator de convencimento da inutilidade de o inimigo se opor a uma ação que se deseja realizar*. Evidentemente, há um grande contra-senso entre a idéia de dissuasão ofensiva e o conceito de dissuasão enquadrante. Se este visa a opor-se a ameaças, já embutindo uma conotação defensiva, como aquele pode pretender constituir-se numa ameaça? Ainda mais, a definição de dissuasão ofensiva é de todo inadequada ao caráter da PDN. A falta de meios não é o motivo da renúncia a essa forma de dissuasão pelo Brasil, mas sim a espontânea vontade política em consonân-

cia com os princípios que regem suas relações internacionais.

O que se percebe nitidamente é que esses conceitos foram apropriados, sem a devida adaptação, da obra do General Beaufre, a qual foi concebida para a lógica da dissuasão nuclear, à época da Guerra Fria.

Quanto à caracterização como forma de resolução de conflito, a dissuasão é definida como uma *forma intermediária entre a persuasão e a coerção, consistindo de medidas de natureza militar que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise*. A coerção, por sua vez, é definida como a forma violenta de solução de conflito. As medidas de dissuasão são a realização de manobras militares e o aumento do poder militar na área onde ocorre a crise. As medidas de coerção são os bloqueios, as ações militares limitadas e a guerra. Há confusão e uma zona cinzenta entre os conceitos. Segundo sua definição, a dissuasão visa a impedir o oponente de escalar a crise. No entanto, suas medidas, já significando elas próprias uma escalada da crise, não poderiam apresentar garantias contra a possibilidade de o oponente fazer o mesmo. Paralelamente, a realização de manobras e o aumento do poder militar na área já representam um grau de coerção e de violência presumidas; por conseguinte, os limites entre a forma dissuasiva e coercitiva de resolver conflitos não são bem definidos, ainda mais porque a caracterização genérica das ações citadas como exemplo esconde uma variedade de matizes.

Verifica-se que o referido manual optou por distinguir a dissuasão da coerção pela intensidade na aplicação dos meios.

Essa opção acarreta a necessidade de, ao longo de um processo coerente e integrado de manobra de crise, identificar o exato momento em que deixa de vigorar a dissuasão e entra em cena a coerção. A identificação exata desse ponto de mutação, além de ser problemática, é absolutamente inútil.

Julga-se mais adequado fazer essa distinção pela finalidade da operação. A dissuasão seria empregada sempre que o objetivo fosse o desencorajamento de ameaças. Nesse contexto, contrariando a conceituação acima, as medidas de dissuasão não devem ser de natureza exclusivamente militar, embora estas possam predominar. Ações nos demais campos do poder, especialmente diplomáticas e econômicas, concorrem juntamente com as militares para o êxito da manobra de dissuasão, podendo inclusive preponderar no caso de aplicação da estratégia indireta, ou mesmo prescindirem da vertente militar na dissuasão a ameaças não-militares. Considerá-las como componentes de processos distintos não é conveniente, pois, conforme já salientado, a manobra de dissuasão deve ser conduzida no mais alto nível da política nacional.

A coerção, ao contrário, seria empregada quando se desejasse impor uma ação a um adversário, possibilidade atualmente teórica para o Brasil, tendo em vista a postura da PDN.

Vê-se que, nessa conceituação, as medidas de dissuasão e de coerção seriam as mesmas, com exceção da guerra, que sempre é coercitiva; as finalidades de seu emprego é que seriam diferentes.

Os conceitos de dissuasão defensiva e ofensiva seriam suprimidos. O primeiro

seria substituído pelo próprio conceito de dissuasão e o segundo pela coerção – uma simplificação que daria maior coerência conceitual ao elenco das ações estratégicas.

Outro aspecto refere-se ao fato de, no âmbito das Forças Armadas, a Estratégia Militar de Defesa considerar a persuasão, a dissuasão e a demonstração de força como formas de resolver conflitos. A coerção não é citada, e, portanto, de acordo com a conceituação vigente no Exército, as ações de dissuasão ficariam extremamente restritas. Quanto à demonstração de força, há um claro equívoco, já que ela não se constitui numa categoria à parte, sendo apenas uma medida de dissuasão.

Finalizando essa análise conceitual, sugere-se que a dissuasão seja considerada como o desencorajamento de ameaças militares (ameaças) aos interesses nacionais, por meio de uma situação caracterizada pelo adequado e integral preparo do poder nacional e pela disposição política de aplicá-lo. A manobra de dissuasão, por sua vez, seria o processo controlado de confrontação, caracterizado pelo emprego progressivo do poder nacional para, diante de uma ameaça militar (ameaça) aos interesses nacionais, forçar o adversário à aceitação de um acordo favorável que evite o conflito armado ou restrinja-o a um mínimo de gravidade (que resguarde estes interesses).¹⁴ Essas conceituações implicam que a dissuasão seja alçada ao nível da estratégia nacional, ao contrário do que pres-

creve o manual de estratégia, que a restringe à estratégia militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meios convencionais somente poderão produzir uma versão fraca de dissuasão, tendo em vista o caráter de instabilidade inerente a uma confrontação dessa natureza, embora tal instabilidade não seja tão aguda como no passado, devido à influência da opinião pública e do Direito Internacional, bem como da ação dos organismos internacionais. O limite de seu efeito dissuasório estará condicionado pelo mútuo valor atribuído ao objetivo em disputa, pelo vigor das vontades políticas contrapostas e pelo poder relativo das capacidades militares, além da influência das demais condições dissuasivas que possam estar presentes.

Difícilmente poder-se-á, de antemão, com meios convencionais, ter certeza de dissuadir uma ameaça. Falta-lhes a condição de assegurar a destruição mútua na amplitude e rapidez dos meios nucleares e, com isso, o poder de inspirar o terror pela eclosão de um conflito que supere todas as outras considerações.

O estado de paz duradoura do Brasil com seus vizinhos sul-americanos deixou a dissuasão em um estado de latência, de atividade suspensa¹⁵. Essa situação de convivência pacífica, desejável sob todos os aspectos, pode, no entanto, causar um

¹⁴ Essas definições consideram que tanto as ações militares como as das demais expressões do poder nacional concorrem para a dissuasão. Os termos entre parênteses substituiriam os que os precedem no caso de aceitação do emprego de meios militares para dissuadir ameaças não-militares.

¹⁵ Talvez a última e mais nítida exceção tenha sido o período crítico de tensão entre Brasil e Argentina na década de 70, envolvendo as divergências criadas pela Argentina em torno da construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

certo torpor que acarrete uma percepção distorcida do ambiente estratégico. Essa distorção seria julgar como efeito potencial da dissuasão, o que não passaria, na realidade, de absoluta falta de ameaça.

Essa suposta distorção poderia bem explicar a maneira sumária pela qual a dissuasão tem sido tratada – afinal, se ela funciona tão bem, qual seria o sentido de analisá-la com profundidade? Tal postura, se verdadeira, é extremamente perigosa para o futuro.

A dissuasão convencional não é uma panacéia, é um remédio contra conflitos armados que possui algumas contra-indicações. Convém bem conhecer os seus princípios ativos para administrá-la adequadamente nos casos indicados e na posologia correta. Ela também tem seu prazo de validade, além do qual perde seu efeito. A condição dissuasiva do aparelho militar de um país estiola-se com o passar do tempo, se ele não for modernizado e adaptado para as novas exigências do ambiente estratégico e geoestratégico.

A análise dessas novas exigências é uma necessidade fundamental e permanente. Para que as exigências do futuro sejam atendidas, é preciso começar hoje a adotar as medidas necessárias. Forças Armadas não se improvisam. Exigem constante preocupação, caracterizada pelo planejamento e pela adoção das ações estratégicas necessárias ao seu adequado e permanente preparo.

A necessidade de dissuadir no continente sul-americano tende a ser transitória. Persistirá pontualmente enquanto durar o processo de integração e de consolidação institucional dos países da região, processo que cada vez mais lhes interessa e que é um objetivo constitucional do Brasil.

As necessidades dissuasivas do futuro, no entanto, apontam inelutavelmente para fora do continente sul-americano, onde os atores são de primeira linha. É preciso que nos preparemos desde já para contracenar com eles no palco estratégico do mundo, o que recomenda o estabelecimento de um poder dissuasivo em bloco no âmbito do Mercosul ou da América do Sul e exige uma clara prioridade aos aspectos qualitativos, que apenas o incremento da tecnologia aplicada aos meios pode oferecer.

O preparo dessa capacidade dissuasiva extra continental trará a vantagem adicional de propiciar ao País uma dissuasão exponencializada no subcontinente, caso a integração sul-americana seja impedida de concretizar-se em sua plenitude, devido à pressão de países hegemônicos contrários a ela, e interesses difusos no ambiente sul-americano venham a chocar-se com interesses brasileiros. Embora pouco provável, essa é uma eventualidade que não deve ser descartada.

Deve ser salientada a suma importância da vontade nacional como condicionante da determinação política de aplicar o poder numa manobra de dissuasão. É fundamental o esforço de mobilização da consciência da sociedade brasileira a respeito dos legítimos interesses do País, de modo que ela própria, a sociedade, disponha-se a resguardá-los e defendê-los das ameaças que, na maioria das vezes, apresentam-se de forma velada e insidiosa. É preciso anular os efeitos na sociedade de alguns aspectos da insistente propaganda internacional, que, sob a cobertura de valores incontestáveis, como o respeito aos direitos humanos e a defesa do meio am-

biente, muitas vezes escondem interesses político-econômicos subjacentes dos promotores da propaganda. A inatacabilidade dos supostos elevados princípios dessa intensa propaganda internacional ilude a boa-fé da sociedade, impede-a de vislumbrar com nitidez o que realmente é do interesse do País e enfraquece a sua capacidade de apoiar qualquer esforço do Estado de exercer a justa resistência em prol dos interesses brasileiros. O internacionalismo, que representa, na realidade, os interesses das nações hegemônicas e cuja

idéia está embutida nessa propaganda, constitui-se em ameaça à medida que o Brasil a ele adira ingenuamente e desarmado dos meios e da vontade de resguardar seus interesses.

Por fim, deve-se destacar que a dissuasão tem de ter credibilidade externa e, para tê-la, a dissuasão tem de ancorar-se na efetividade e eficácia do poder nacional, bem como numa política externa que seja caracterizada pela coerência com os interesses nacionais e pela constância na sua condução. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUFRE, André. *Dissuasion et Stratégie*. Paris: A. Colin, 1964.
- . *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BRASIL. *Constituição Federal*.
- BRASIL. *Política de Defesa Nacional*.
- COLLÈGE INTERARMÉES DE DEFENSE. *Concept d'Emploi de Forces*. Paris: 1997.
- COMANDO DO EXÉRCITO. *Diretriz do Comandante do Exército*. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/1ccomsex/Instituicao/CmtEx/Diretriz/Diretriz.htm>> Acesso em setembro de 2000.
- DEFARGES, Philippe Moreau. *Problemas Estratégicos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *C 124-1: Estratégia* (2ª edição). Brasília, 1997.
- GLUCKSMANN, André. *Discours de la Guerre*. Éditions de l'Herne, 1967.
- GRAY, Colin S. *Modern Strategy*. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1999.
- GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *A National Security Strategy for a New Century*. Washington: 1999.
- INSTITUTO RIO BRANCO. *Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro* (palestra proferida pelo Ministro da Defesa em 28 Ago 2000). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/irbr/cursos/palestra/defesa.htm>> Acesso em setembro de 2000.
- MEIRA MATTOS, Carlos. de *A Estratégia - Seu Desdobramento no Espaço e no Tempo*. Revista da ESG, nº 30, 1995.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas* (com suas posteriores emendas dos anos de 1963 e 1971). Nova Iorque. 1945.
- WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

O Gramscismo no Brasil¹

Sérgio A. de A. Coutinho*

RESUMO

Reprodução de palestra proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, revela a estratégia de Antônio Gramsci na luta pelo socialismo e aprecia a adesão a ela, no Brasil, por praticantes e simpatizantes da doutrina comunista, particularmente após o fracasso das teorias de Marx e Engel, reveladas com a dissolução da URSS.

PALAVRAS-CHAVE

Gramsci, Gramscismo, socialismo.

No final da década de 70, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vinha de uma frustrante e contundente derrota na sua segunda tentativa de tomada do poder no Brasil. Tanto na primeira investida (a *Intentona de 1935*), quanto na segunda (*via pacífica*), o partido seguiu o modelo marxista-leninista para chegar ao poder.

Havia uma certa perplexidade no interior do Partido que se questionava quanto à validade dos modelos leninistas de *asalto ao poder* e da *via-pacífica para o socialismo* (ou *etapista*), ambas mal sucedidas no Brasil. Além disso, havia ainda a má referência da imprudente e cruel opção pela luta armada de alguns grupos dissidentes

da orientação partidária que não conseguiram ir além do terrorismo urbano (1966 - 1973). Começaram então a aparecer os primeiros indícios de que alguns dirigentes do Partido passavam a se interessar pela estratégia de Gramsci já, de certa forma, revelada pelo eurocomunismo. *Como poderia, todavia, o Partido Comunista transportar mecanicamente para o Brasil uma doutrina que se preocupava, no seu tempo, em equacionar os caminhos a percorrer do fascismo à ditadura do proletariado e estabelecer qual o sistema de alianças a ser composto para atingir a meta intermediária de um governo democrático?* (Carlos I.S. Azambuja)

Com efeito, em 1973, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro realizou, com uma criativa manobra intelectual, a transposição para o Brasil da situa-

* General-de-Brigada.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

ção da Itália em 1930: aprovou uma Resolução em que definia o regime brasileiro como *fascista*. Assim propunha a formação de uma aliança *antifascista, incluindo todas as forças de esquerda e de oposição ao regime político vigente, tendo por objetivo a redemocratização* que lhe abrisse espaço para voltar à atividade política ostensiva e à luta pelo socialismo.

A partir dessa Resolução, o Partido passou a dar prioridade aos objetivos imediatos de: restauração da democracia; anistia e Assembléia Constituinte.

Evidentemente, a opção por essa linha de atuação não significava uma deliberada adesão à estratégia gramsciana, mas com ela coincidia de maneira interessante e indicativa, porque estava muito de acordo com o conceito de Gramsci referente ao *Intermezzo* democrático burguês entre a queda da ditadura fascista e a ditadura do proletariado.

Indicativamente também a partir de 1972, pronunciamentos de destacados membros do Partido e artigos publicados nos jornais orgânicos e na imprensa diária passaram a conter freqüentes referências às *categorias* e idéias de Gramsci. Embora fossem significativas indicações de envolvimento de membros do Partido com as idéias de Gramsci, esta posição não era unânime.

A presença do PCB nas campanhas populares anteriores a 1979 não foi muito destacada porque em 1974 e 1975, os órgãos policiais e de segurança, depois de derrotar o terrorismo urbano e uma tentativa de implantação de guerrilha maoísta no país, voltaram-se finalmente contra ele, desorganizando severamente sua estrutura e atuação. Seus militantes foram presos

ou se refugiaram no exterior. Os remanescentes optaram pela clandestinidade ou pela infiltração no partido do Movimento Democrático (MDB), de oposição; tática da dupla-militância.

Quando, em 1979, o regime revolucionário de 1964 tomou a iniciativa da abertura política (revogação do Ato Institucional nº 5 e a decretação da Anistia), o Partido estava enfraquecido, principalmente depois da divergência entre Prestes, que regressara de Moscou, e os membros do Comitê Central, resultando no afastamento do velho líder ainda preso aos *dogmas* da Internacional soviética. Entretanto, a ortodoxia do próprio comitê central o levou também a hostilizar os membros de tendência gramsciana, o que acabou por fazer com que muitos deles se afastassem do Partido e buscassem outras organizações políticas, em particular o MDB e o Partido dos Trabalhadores (PT), recém criado.

A partir de 1980, embora ainda não legalizado, o PCB já podia atuar abertamente, com a complacência do regime que se encerrava ou por meio dos militantes que se acolheram em outros partidos. As campanhas eram então a de legalização do Partido e, em 1984, a de *diretas já*. Esta foi conduzida num amplo movimento não só das esquerdas, mas das oposições como um todo.

Em 1985, o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, finalmente entrando na legalidade. Nesse ano, pode-se dizer, iniciava-se o *interlúdio democrático burguês* como preconiza Gramsci.

Faltava ainda um passo decisivo: a convocação de uma Assembléia Constituinte. O objetivo foi facilmente viabilizado

no clima de abertura política, inaugurado com a posse do Presidente José Sarney.

A CONSTITUINTE E A REPUBLICA SOCIALISTA

O novo Congresso eleito em 1986 veio investido de poderes constituintes. É interessante recordar que o Presidente José Sarney tomou a iniciativa de nomear uma comissão de *Cem Notáveis* para elaborar um anteprojeto da nova Constituição. A proposta apresentada pela comissão foi de tal maneira, *esquerdizante* que o Presidente desistiu de submetê-la à Assembléia Constituinte. Esse fato demonstrou a extensão da opção marxista no meio intelectual brasileiro, nele incluído certamente uma parcela já marcante dos adeptos do pensamento de Gramsci.

No Congresso, os representantes constituintes de esquerda, de maneira despercebida e habilidosa, com a conivência de *socialistas* populistas, e com a omissão da maioria democrata descuidada, conseguiram ver aprovado um regimento da Assembléia em que a metodologia de elaboração da Carta lhes permitiria conduzir o *trabalho fracionável*, técnica de domínio de reuniões e assembléias pela minoria. No caso, o regimento aprovado criava um determinado número de *Comissões Temáticas*, tratando separadamente dos diversos conteúdos da Constituição. Em seguida, a matéria seria harmonizada, por conjuntos de assuntos afins, em uma *Comissão de Sistematização* e, finalmente, levada a plenário para votação, não por artigos, mas em bloco, impedindo emendas parciais. Era o *fracionamento* da assembléia de modo que a minoria tivesse domínio das co-

missões que lhes interessavam, abrindo mão das que lhes eram secundárias.

Além do mais, o regimento admitia *emendas populares* apresentadas diretamente pela *sociedade civil organizada*, isto é, por organizações de massa tais como sindicatos, associações de classe e movimentos populares. Era uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramsciana, que permitia às minorias ativas exercerem a *direção política*, a pressão e o *lobby*, impondo suas idéias e reivindicações, fazendo crer que expressavam a vontade nacional. Com a técnica do *trabalho fracionável* e de pressão de base, quase que a Constituinte é levada a aprovar um projeto parlamentarista e nitidamente socialista.

Quando essa manobra ficou evidente, a maioria democrática reagiu formando um bloco, o *Centrão*, que, a tempo, frustrou o intento das esquerdas. Mesmo assim, a Constituição promulgada em 1988 se caracterizou pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade *democrática* e pelas contradições conceituais. Como veio a se manifestar o próprio Presidente Sarney: *A Constituição torna o país ingovernável.*

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GRAMSCISMO

Em 1990 restava ainda um grupo importante de membros do partido adepto do gramscismo. Se a atuação da organização, desde 1979, não foi oficialmente nessa linha, sem dúvida foi por ela influenciada ou, no mínimo, com ela coincidente. Na verdade, os procedimentos políticos, que poderiam ter sido identificados como

gramscianos, eram próprios da fase *econômico-corporativa* e não seriam incompatíveis com as práticas marxistas-leninistas da equivalente fase *democrático-burguesa*. Certas práticas sugeridas eram até confundidas com atividades de *acumulação de forças* e de *trabalho de massa*.

Nessa época, a crise do comunismo soviético já se tornara explícita, desde que Gorbachev tentara a sua salvação com projeto reformador, a *Perestroika*. Culminou com o repentino colapso do regime soviético e a subsequente desarticulação dos regimes comunistas dos satélites do Leste Europeu. A velocidade dos acontecimentos, a debacle flagrante, a exposição das precariedades sociais e econômicas do Estado totalitário daqueles países demonstraram todo o fracasso do socialismo soviético e da ilusão do comunismo.

O PCB, de orientação soviética e de vinculação ao PCUS, evidentemente foi muito atingido pelo desastre. Diante da reviravolta do comunismo soviético, viu-se obrigado a rever posições e a tentar salvar seu projeto histórico, fazendo um esforço de sobrevivência e de elaboração de uma nova face. A reação foi rápida, o que demonstra já possuir um quadro de pessoas portadoras de um projeto novo, não só oportuno para o momento vivido pelo Partido, mas adequado para o momento histórico do país: o gramscismo.

Assim, no período de 30 de maio a 2 de junho de 1991, o Partido realizou o seu IX Congresso. Outra vez se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: a primeira, a dos *renovadores* sugerindo uma definição *renovada* de socialismo, a segunda, a dos *ortodoxos*, marxistas-leninistas conservadores, a terceira,

a que defendia um novo socialismo baseado na adaptação de Marx, Engels e Gramsci, e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira corrente saiu vitoriosa.

Assim, o velho *Partidão*, o *PC Bão*, vestiu roupa nova, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação - Partido Popular Socialista (PPS). Passou a usar uma nova linguagem, como *pluralismo das esquerdas*, *democracia radical* e outras expressões muito próprias do vocabulário gramsciano como aparece na sua proposta de declaração política ao Congresso: *Para que a esquerda se credencie ao exercício da hegemonia, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma pauta estritamente econômico-corporativa, tornando-a apta a dirigir o país.*

O novo Partido argumenta com *categorias* de Gramsci mas não assume publicamente sua linha gramsciana, aliás como seus congêneres na Europa. Os ex-PC europeus têm agora outras denominações e outras siglas, mas também não revelam abertamente a sua linha revolucionária gramsciana.

AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E O GRAMSCISMO

O conhecimento da obra e do pensamento político de Antonio Gramsci não ficou restrito a alguns membros do PCB. Teve também difusão no meio político, principalmente após 1979, com o retorno ao país de muitos intelectuais e militantes de partidos e organizações de esquerda que se haviam refugiado principalmente na Europa. Os sinais de sua atuação e influência

já apareceram no início da década de 80, como difusão e uso geral de conceitos e categorias gramscianas nos meios de comunicação social, na manifestação artística, na atividade editorial e na linguagem política. O exemplo mais evidente é o uso que se tornou corrente da expressão *sociedade civil*. Igualmente, indicativo foi o surgimento no país, e cada vez mais difundidas, das denominadas organizações *não-governamentais* (ONG), muitas das quais nada mais são do que *aparelhos privados de hegemonia*, voluntários ou de grupos homogêneos, isto é, organizações não-estatais da sociedade civil.

A partir de 1990, foi crescente a penetração de Gramsci na universidade. Aliás, já há muito, essa era área de discussão e de influência do pensamento marxista. Sem dúvida, o meio acadêmico tem sido importante centro difusor do gramscismo.

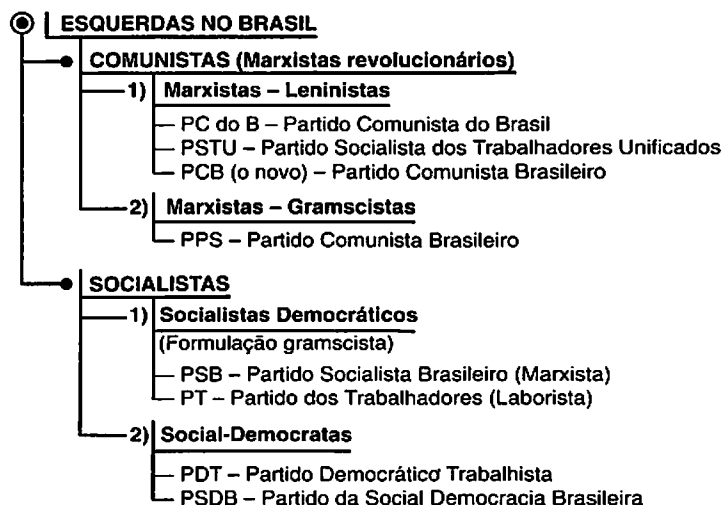
Na área política, os partidos de esquerda que repudiam, tanto o marxismo-leninismo quanto a social-democracia, não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou fazem

genéricas e retóricas referências aos seus conceitos ou simplesmente silenciam. Tentam passar um discurso social-liberal, social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado socialismo-democrático.

É instrutivo fazer um breve reconhecimento esquerda brasileira, destacando os partidos segundo suas posições estratégicas para a fundação do socialismo. De uma maneira mais ou menos arbitrária, a esquerda no Brasil pode ser classificada em dois blocos distintos como resumido no quadro sinóptico abaixo.

Evidentemente, os partidos indicados no quadro não são os únicos; há outros partidos e grupos políticos que compõem as esquerdas no Brasil.

*Na área política,
os partidos de esquerda que
repudiam, tanto o
marxismo-leninismo quanto a
social-democracia, não assumem
abertamente sua opção pela
estratégia de Gramsci; ou fazem
genéricas e retóricas referências
aos seus conceitos ou simplesmente
silenciam. Tentam passar um
discurso social-liberal,
social-democrata ou o eufemismo
de um não bem explicado
socialismo-democrático.*



Pode-se verificar que, pelo menos, três partidos políticos trazem em suas definições ideológicas e programáticas conceitos gramscianos, ainda que não deixem claro a adoção plena da concepção revolucionária que corresponde à *guerra de posição*.

O Partido Popular Socialista (PPS) teria todas as qualificações e respaldo dos seus antecedentes de luta (duas tentativas concretas de tomada do poder) para pretender ser a vanguarda revolucionária da *transição para o socialismo*. Como partido político, porém, ainda não se restabeleceu dos golpes e contratempos que vem sofrendo desde 1964, estando falto de estrutura, prestígio e projeção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) demonstra mais eficiência e coerência na aplicação dos conceitos gramscianos, embora não seja uma organização ideologicamente marxista (sua concepção se aproxima mais do *nasserismo*). É notável o *protagonismo* e o desempenho dos seus *intelectuais orgânicos*, preparados e atuantes como dirigentes e educadores nos três níveis da estrutura partidária, como preconizado por Gramsci.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) abriga em seu interior membros com experiência revolucionária, bem como um corpo de intelectuais orgânicos. Estes estão concentrados na cúpula partidária. A identificação com Gramsci é mantida encoberta por uma aparência social-democrata de conveniência.

O BRASIL E A REVOLUÇÃO NO OCIDENTE

A estratégia revolucionária de Gramsci veio bem a calhar como uma *alternativa*

acabada ao marxismo-leninismo em crise e posto sob crítica desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, principalmente para o histórico PCB. Mas não foi só por esse aspecto imediato que o gramscismo veio a calhar. Efetivamente, a concepção de Gramsci veio também no momento histórico certo para o movimento revolucionário no Brasil.

O país, a partir de 1930, ganhou um projeto nacional que, apesar dos tropeços e de algumas descontinuidades, avançou consistentemente sob diferentes formas. Foi capaz de proporcionar, ao Brasil, magnífico progresso econômico (industrialização), político e social que se refletiu positivamente no desenvolvimento da *sociedade civil* e na modernização do capitalismo, embora com forte participação do Estado. Essa evolução abrangente chegou ao seu momento culminante nos anos 70, como resultado do programa de desenvolvimento econômico e social da Revolução de 1964.

Segundo os comentadores de Gramsci, o Brasil deixara de ser uma sociedade do *tipo oriental* e, definitivamente, se tornara uma sociedade do *tipo ocidental*. Conclusivamente, o modelo revolucionário bolchevista ou marxista-leninista de assalto ao poder (*guerra de movimento*) já não se aplica adequadamente ao Brasil, mas preferentemente a nova e atualizada concepção da *guerra de posição*. E é isso, exatamente, o que se está desenrolando no Brasil.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou

o projeto do PCB de tomada do poder. A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como *ditadura militar fascista*.

A sensibilidade política do Partido Comunista Brasileiro (ainda fiel ao marxismo-leninismo) e das oposições em geral os levou à formulação de um projeto comum que era muito coincidente com a concepção estratégica de Gramsci para essa fase. Possivelmente, pesou a influência de intelectuais gramscistas que já apareciam no cenário das esquerdas. Os empreendimentos recomendados por Gramsci na fase econômico-corporativa foram, de certa forma, seguidos pelo PCB, ou seja, luta pela abertura política, eleições livres, anistia, redemocratização e constituinte.

Diferentemente, grupos açodados e radicais (*foquistas, trotskistas e maoístas*) optaram pela insensata luta armada, *guerra de movimento*, que não conseguiu ir além do terrorismo urbano. De qualquer modo, com a derrota das organizações armadas, o processo de abertura foi iniciado pelo próprio regime em 1979.

Em 1985, o país estava redemocratizado e, em 1988, com uma nova Constituição que, se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela.

Com a crise do comunismo soviético e seus reflexos no movimento comunista no

Brasil (a reformulação do PCB, transmutado em PPS, e a formação de outros partidos de inspiração gramsciana), estava terminada a fase econômico-corporativa e tinha início a fase de luta pela hegemonia (1991).

Agora, a atuação mais importante passa a ser dos *intelectuais orgânicos* e dos intelectuais tradicionais *adesistas*.

Tirante o corpo de intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores que está bem estruturado e atuante em todos os níveis, os demais intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos *aparelhos privados de hegemonia*, nas ONG's,

nas comunidades (de moradores, de favelas, acadêmicas, de minorias, etc.) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, *moderna* e uníssona.

A luta pela hegemonia é desenvolvida em uma *frente popular* tácita, nem sempre muito coesa, que envolve praticamente todos os partidos de esquerda. Embora divergentes em determinados aspectos teóricos e práticos, têm pontos afins de atuação revolucionária. Os empreendimentos dessa fase gramsciana, envolvendo principalmente a reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou o projeto do PCB de tomada do poder. A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como ditadura militar fascista.

hegemônico da burguesia, encontram correspondência na atuação dos partidos socialistas democráticos (não confundir com social-democratas) e na dos partidos marxistas-leninistas, particularmente no *trabalho de massa*

destes, concretizando um amplo *pluralismo socialista* que, nesta fase, é bem-vindo por todos.

Podemos fazer uma breve e imediata constatação de alguns temas trabalhados e dos resultados já alcançados, particularmente em três empreendimentos: superação do senso comum; neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia e ampliação do Estado.

SUPERAÇÃO DO SENSO

O senso comum é o conjunto de opiniões aceitas pela generalidade das pessoas da sociedade, fazendo com que as discrepantes pareçam desajustadas.

A superação do senso comum significa a substituição e modificação de valores tradições, costumes, modo de pensar, conformidade religiosa e social, sentimentos e outros elementos que dão à sociedade coesão interna, consenso e resistência a mudanças ideológicas. Substituídos por outros, modificam significativamente o modo de pensar, de agir e de sentir das

pessoas, contribuindo para a reforma intelectual e moral de toda a sociedade.

Na sociedade brasileira, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o *presente e o passado* com aten-

ção, podemos constatar que, desde os anos 80, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem espontâneas, naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos, Mas, na verdade, são o resultado de uma penetração cultural bem

Na sociedade brasileira, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o presente e o passado com atenção, podemos constatar que, desde os anos 80, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem espontâneas, naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos, Mas, na verdade, são o resultado de uma penetração cultural bem conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

Vamos tentar identificar algumas dessas mudanças, apontando, inicialmente, as que não podem ser simplesmente atribuídas a uma natural evolução social e moral, para demonstrar a existência de um impulso de *direção consciente* por traz do fenômeno:

• O conceito de livre opinião (independência intelectual) está sendo substituído pelo conceito de *politicamente correto*. A legítima e franca opinião individual vai sendo socializada por substituição pela *opinião coletiva* politicamente (homogênea) correta (ética).

- O conceito de legalidade está sendo substituído pelo conceito de *legitimidade*. A norma legal perde a eficácia diante da violação dita socialmente legítima. A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédios públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a *reivindicações justas*.

- O conceito de fidelidade pessoal (dever e compromisso) é substituído pelo

- O conceito de sociedade nacional está sendo substituído pelo de *sociedade civil*. A comunidade como conjunto das pessoas interdependentes, com sentimentos e interesses comuns, passa a ser o espaço das classes em oposição. Embora não seja aparente, é a cena da luta de classes.

Além desses exemplos, há muitas outras *superações* do senso comum, menos evidentes (mas visíveis se apontadas) porque o *antes* e o *depois* já estão muito

Superação do senso comum (Induzida)

Sociedade Nacional	→	Sociedade Civil
Conservação	→	Mudança
Desenvolvimento	→	Conservação Ambiental
Livre Opinião	→	Politicamente Correto
Sociedade Multirracial	→	Sociedade Racista
Vulto histórico	→	Personagem Popular
Cidadão	→	Cidadania
Legalidade	→	Legitimidade
Direito Legal	→	Direitos Humanos
Vontade Nacional	→	Opinião Pública

de felicidade individual. O prazer (em oposição à solidariedade, ao altruísmo, à abnegação) é o critério do comportamento social e moral, moderno e livre.

- O conceito de cidadão está sendo substituído pelo conceito de *cidadania*. O termo cidadania perde o sentido de relação do indivíduo com o Estado, no gozo dos direitos civis e políticos e no desempenho dos deveres para com ele e passa a ser uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados.

afastados no tempo e porque já estão integradas, intelectual e moralmente, principalmente no senso comum dos mais jovens da sociedade:

- a *personalidade popular* como protagonista da história nacional em substituição ao vulto histórico, apresentado como opressor, representante das classes dominantes e criação da *história oficial*;

- a *história revisada* (na interpretação marxista) que substitui a História Pátria, o oficial (*invenção* do grupo dominante);

- a *união conjugal episódica* ou temporária e de pessoas do mesmo sexo em substituição à família estável e célula básica da sociedade;

- *ecletismo religioso* em substituição ao compromisso e fidelidade à igreja de opção.

- *moral laica e utilitária* em substituição à moral cristã e à tradição ética ocidental.

- *discriminação racial*, dita como sutil e disfarçada e como realidade que desmente a crença *burguesa ultrapassada* de tolerância e de sociedade multirracial e miscigenada. Esse conceito recente é interessante porque se tornou senso comum

- a *amoralidade* substituindo à ética tradicional que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais;

- os *direitos humanos* como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado);

- *satanização do bandido de colarinho branco*, identificado como burguês corrupto e fraudador do povo;

- a *opinião pública* como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes;

Mudança do senso comum (Expontânea)

PRECONCEITO	Estigmatização do opositor
INFORMABILIDADE	Abolição das regras burguesas de convivência social
AMORABILIDADE	
FELICIDADE PESSOAL	Negação da solidariedade social e da lealdade cívica
UNIÃO CONJUGAL EPISÓDICA OU TEMPORÁRIA	Neutralização da célula básica da sociedade burguesa
LIBERAÇÃO SEXUAL	
ECLETISMO RELIGIOSO (LAICISMO)	Esvaziamento do controle moral religioso

apesar de todas as ostensivas evidências de que é falso; resultado da *orquestração* (afirmação repetida);

- o *preconceito*, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes;

- a *informalidade* em substituição à convenção e à norma social que pressupõe vinculação institucional e à tradição;

- a *mudança* como valor superior à conservação;

- a *ecologia* como projeto superior ao desenvolvimento econômico (*especulação* capitalista burguesa) e social e

- organização popular (aparelho privado não-estatal, *eticamente*, superior ao organismo estatal burguês.

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos

de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, a cátedra acadêmica e o magistério em geral.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta desses intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum, porém é efetivamente um elemento desencadeador do fenômeno, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências.

NEUTRALIZAÇÃO DAS "TRINCHEIRAS" DA BURGUESIA

De um modo superficial, mas apoiados nas indicações de Gramsci, podemos reconhecer as *trincheiras* do grupo dominante, da burguesia brasileira, identificando-as no conjunto das organizações estatais, da sociedade política e das organizações privadas

da sociedade civil. Indicamos apenas algumas das mais significativas: o Judiciário; o Congresso; o Executivo (Governo); os Partidos Políticos Burgueses; as Forças Armadas; o Aparelho Policial; a Igreja Católica e o Sistema Econômico Capitalista.

A neutralização, se possível a eliminação, dessas *trincheiras* é predominantemente uma guerra psicológica (mas não só esta) visando a atingi-las e a miná-las como já vimos anteriormente, por meio do: enfraquecimento, pela desmoralização, desarticulação e perda de base social, política, legal e da opinião pública; esvaziamento, pelo isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético (*denuncismo*), quebra da coesão interna, *dissidência interna*; constrangimento e inibição por meio do "patrulhamento", penetração ideológica, infiltração de intelectuais orgânicos.

Num modelo de guereamento psicológico, vamos resumir a constatação das idéias-força (objetivos) da penetração cultural e os temas explorados para realizá-las:

"TRINCHEIRAS"	IDÉIA-FORÇA	TEMAS EXPLORADOS
JUDICIÁRIO	- Instrumento de opressão - Parcialidade - Ineficiência - Improbidade	- Favorecimento dos ricos; - Privilégio dos burgueses; - Impunidade dos ricos e dos "colarinhos brancos"; - Lentidão funcional; - Corrupção e privilégios dos magistrados.
CONGRESSO	- Ineficiência - Improbabilidade - Parasitismo	- Privilégios; - Ociosidade; - Escândalos; - Barganhas; - Falta de espírito público.

EXECUTIVO	- Ineficiência - Autoritarismo - Improbidade	- Conduta autoritária; - Abuso de autoridade; - Corrupção; - Escândalos.
PARTIDO POLÍTICO	- Falta de representatividade - Legenda de "aluguel" - Ambição pessoal - "Fascismo"	- "Fisiologismo"; - Falta de programa; - Corrupção; - Verbas da campanha; - Escândalos.
FORÇAS ARMADAS	- Ineficiência - Desnecessidade - Ônus para o país - "Fascismo"	- Destinação; - Acidentes de trabalho; - Escândalos; - Golpismo e ditadura; - Tortura.
APARELHO POLICIAL	- Ineficiência - Truculência - Improbidade	- Reforma e extinção da Polícia Militar; - Escândalos; - Envolvimento no crime; - Violência; - Corrupção.
IGREJA CATÓLICA	- Anacronismo da moral cristã - Opressão moral e intelectual - Aliança com o poder	- Celibato clerical; - Escândalos sexuais; - Inflexibilidade doutrinária; (homossexuais, aborto, controle de natalidade, indissolubilidade do matrimônio); - A inquisição; - Papel político-histórico; - Devoções populares e culto de leigos (fora das Igrejas)
CAPITALISMO	- Divisão de classes e exploração do proletariado urbano e camponeses - Imperialismo - Má divisão da renda	- Greves e protestos; - Domínio econômico; - Ambição e abuso; - Injustiça social; - Neo-liberalismo; - Globalização; - Desemprego.

Todos os meios de formação do novo senso comum são também aqueles que se engajam na luta pela neutralização do *aparelho hegemônico burguês*. Todavia, os elementos principais são os órgãos de comunicação de massa, não só os que estão sob controle dos intelectuais orgânicos mas ainda os outros que acompanham a "pauta" destes, para não perderem a audiência ou os leitores dos seus veículos de divulgação.

Os órgãos da mídia *orgânica* mantêm uma pauta permanente abrangendo os temas a serem explorados. Quando os acontecimentos não trazem por si só os escândalos, a corrupção, as denúncias e os fatos e acidentes propícios à utilização, os assuntos são trazidos a público, periodicamente, por meio de artifícios jornalísticos, mantendo a *orquestração*. Não raro, estes artifícios se valem da meia-verdade, da verdade manipulada, da armação e até da inverdade.

Os meios de comunicação social privados e estatais da burguesia, são também *trincheiras* que devem ser neutralizadas com prioridade.

O ESTADO AMPLIADO

A *ampliação* do Estado, isto é, a absorção deste pela sociedade civil, segundo a estratégia de Gramsci, deve ser iniciada ainda na fase de luta pela hegemonia, antes mesmo da tomada do poder.

Objetivamente, esse empreendimento é conduzido pela *sociedade civil organizada*, mais precisamente, pelos *aparelhos privados de hegemonia* das classes subalternas e dos seus aliados. A *ampliação* se dá à medida em que esses aparelhos (organizações) vão assumindo certas funções estatais. Por isso, as chamadas organizações vo-

luntárias não-estatais têm proliferado, muitas sob a denominação genérica de *organizações não-governamentais* (ONG), cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida. Mas o fato é que seus recursos não são poucos, antes são abundantes e suficientes para financiar os mais variados projetos e iniciativas e para manter um grande número de pessoas ativas sob os títulos de ambientalistas, especialistas, defensores disto e daquilo, pacifistas, etc. Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação social.

Em termos de efetiva *ampliação do Estado*, já é visível o papel das ONG no exercício de algumas funções públicas. Inicialmente, ainda nas áreas limiares, entre a fraca função ou a omissão estatal e a iniciativa dos *indivíduos privados*: ambientalismo, direitos humanos, educação, saúde, administração de comunidades e, até mesmo, segurança pública. Na maioria dos casos ainda têm forma de atuação reivindicatória e controladora do governo e dos governantes como, por exemplo, protesto e obstrução a determinadas iniciativas do Estado e a exigência de *amplo debate* e de *audiência* antecipada da sociedade civil como condição prévia para a realização de determinadas obras públicas e projetos sociais.

O mais significativo, porém, é o crescente número de convênios entre o Governo e organizações não-governamentais para a realização principalmente de projetos sociais e preservacionistas. Esses convênios, além de levarem recursos públicos às entidades da sociedade civil organizada, são a maneira mais eficiente, embora lenta e discreta, de realizar a *ampliação do Estado*.

Essas novidades que, à generalidade das pessoas, podem passar por uma moderna evolução da democracia, na verdade são parte da concepção gramsciana de transição para o socialismo.

Hoje em dia, a concepção revolucionária marxista-leninista já não é a única.

Superando Lenine, sem o negar, entretanto, Antonio Gramsci propôs uma nova estratégia de transição para o socialismo. Após o colapso do comunismo soviético, suas idéias passaram a ter especial interesse em todo o

mundo como uma alternativa e como um modelo revolucionário próprio para as sociedades do tipo *ocidental*.

Por isto, a estratégia gramscista é hoje adotada por uma importante parcela da esquerda marxista brasileira e vem tendo um significativo êxito na sua aplicação prática, particularmente, a partir de 1980. Os avanços revolucionários chegaram a um ponto tal que alguns intelectuais democratas acham que já é irreversível.

Sem chegar a tal pessimismo, também as pessoas esclarecidas têm manifestado grande preocupação com a evolução política e moral do país. Realmente, a mudança induzida do senso comum, geralmente atribuída sem muito critério, a uma amoralidade e tendenciosidade ideológica da mídia, é parte de uma intencional reforma intelectual e moral da sociedade conduzida no processo revolucionário gramscista. Já atingiu extensão e profundidade tais que produziram estragos mo-

rais e culturais irreversíveis ou de reversão demorada e extremamente penosa.

Entretanto o movimento revolucionário, como tal, apresenta deficiências e vulnerabilidades que, exploradas inteligentemente, permitem ainda a sua contenção e reversão. Mas, se a sociedade nacional

permanecer como espectadora impassível, complacente e até mesmo simpática à reforma intelectual e moral que vem sofrendo, certamente a revolução marxista-gramscista será vitoriosa a médio prazo.

E assim, o Brasil será o exemplo histórico de ter sido o primeiro país no mundo onde a concepção gramscista de tomada do poder terá tido êxito.

O socialismo marxista, portanto, é uma nova ordem econômica, política e social que supera o capitalismo e que serve de berço para a transformação revolucionária que, num dado momento histórico, produz o advento do comunismo; para Gramsci, sociedade regulada.

Uma constatação oportuna: a luta pela hegemonia, que deveria ter por objetivo elevar as classes subalternas e torná-las grupo dirigente, se tem notabilizado mais pela realização da hegemonia de uma difusa classe constituída dos intelectuais orgânicos, os neo-marxistas brasileiros. Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adesistas ou ingênuos por aliados, *inocentes úteis* ou *companheiros de viagem*, já constituem uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o

***Uma constatação oportuna:
a luta pela hegemonia, que deveria
ter por objetivo elevar as
classes subalternas e torná-las
grupo dirigente, se tem notabilizado
mais pela realização da hegemonia
de uma difusa classe constituída
dos intelectuais orgânicos,
os neo-marxistas brasileiros.***

monopólio do discurso, exercem a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. Agem exatamente como *homem coletivo*, elaboração ideológica da vontade e do pensamento em conjunto. Esse fenômeno é um sinal premonitório de que a utópica sociedade *dos livres produtores associados* da concepção gramsciana, depois da tomada do poder, vai ceder lugar ao socialismo real, sob domínio de uma *nomenklatura* de partido ou de uma *intelligentsia* da intelectualidade dirigente. Poderá vir a ser um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão.

Se a *sociedade nacional* tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de formar um novo *Centrão*, mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988.

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou uma nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Essa linha convive com o pensamento e a prática política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços numa assumida postura tática de *pluralismo das esquerdas*. O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na

sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio que se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada do poder (passagem da *guerra de posição* para a *guerra de movimentos*), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la.

Creio que as duas citações abaixo fazem a síntese desta tradução da concepção estratégica de Gramsci:

Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada guerra de posição.

Nelson Carlos Coutinho

Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal – a decisiva – já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder.

Olavo de Carvalho

Gramsci antecipa que a vitória alcançada na guerra de posição é definitiva. ●

A segurança da informação e sua importância na proteção dos sistemas informatizados em uso nas organizações militares do Exército brasileiro¹

Carlos Sérgio Camara Saú*

RESUMO

O título expressa o conteúdo do artigo. Ele destaca a importância da segurança das informações informatizadas nas OM do nosso Exército, diagnostica sua situação atual, caracteriza os principais problemas com que se defronta e propõe medidas para solucioná-los.

PALAVRAS-CHAVE

Informações, segurança, informática.

A riqueza de uma nação era, no passado, medida pelo montante de ouro armazenado em seus cofres. Era a chamada época do lastro ouro. Esse conceito evoluiu para uma forma mais abrangente de se medir a riqueza, que tinha como parâmetro o lastro moeda, o qual, por sua vez, resultou na concepção atual de base monetária. Isto é, o somatório de papel-moeda, depósitos à vista, títulos do governo, entre outros, em circulação no mercado. Hoje principiamos uma nova realidade: nação rica é aquela que tem o poder de obter e armazenar a maior quantidade de informações possível. Com segurança.

BETING, Joelmir, *Internet ou Infernet?*, O Globo, 31 de março de 1996, p. 28

* Major de Artilharia.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

Informações armazenadas em arquivos magnéticos são uma realidade cada vez mais integrada à vida das pessoas, empresas, instituições e governos. Essa verdadeira revolução iniciou-se poucas décadas atrás, mas foi mais recentemente, com o barateamento dos preços e a consequente popularização dos microcomputadores, que a informática passou a fazer parte do dia-a-dia.

No mundo moderno, a velocidade na tomada de decisões aumentou assustadoramente, pelo fato de as informações terem passado a ser compartilhadas e atualizadas em tempo real, devido ao emprego maciço da tecnologia de redes, locais ou remotas.

A difusão do uso da *Internet* veio facilitar a troca de informações entre pessoas e entidades, para os mais variados fins. Com isso, informações confidenciais passaram a ser transmitidas por meio de linhas telefônicas, sujeitas a interferências de terceiros.

A responsabilidade pela proteção de dados assumiu complexidade enorme, pois além de estarem espalhados por diferentes áreas dentro da organização, esses dados podem ser acessados não só por outros setores dessa mesma organização, como também por outros elementos externos, bastando para isso que se utilizem os canais de transmissão desses dados.

Atualmente, não basta colocar computadores para trabalhar em rede, ou mesmo ter um serviço que funcione ininterruptamente, sem que haja uma política de segurança e ferramentas que protejam as informações tanto de ameaças internas quanto externas ao meio em que são trabalhadas.

Menosprezar a segurança em processamento de dados deve ser encarado como

suicídio profissional, devendo os comandantes e chefes enfrentar o desafio de encontrar o ponto de equilíbrio entre a possibilidade de segurança absoluta e o perigo da total falta de segurança.

A informatização das Organizações Militares (OM) do Exército tomou grande impulso há pouco mais de uma década, acompanhando a onda da revolução tecnológica, que lançou sobre nós os microcomputadores baratos e com grande capacidade de armazenamento de informações. Com exceção de determinados setores da Alta Administração do Exército, todos os nossos arquivos eram baseados em papel. Essa informatização das OM ocorreu, na prática, de uma forma desordenada, não obstante os esforços desenvolvidos pela Força no sentido de buscar uma padronização e uniformização dos sistemas de *hardware* e *software* utilizados.

Na verdade, os equipamentos que eram adquiridos pelas OM, malgrado os grandes esforços financeiros realizados pelos comandantes, rapidamente passavam à obsolescência, pois os avanços tecnológicos vinham a velocidades surpreendentes, tornando máquinas recém-adquiridas completamente ultrapassadas. Aliado a isso, o desconhecimento das gerações mais antigas no trato com os novos recursos e suas potencialidades colaboraram para que sua implementação fosse um pouco demorada, tendo o computador sido inicialmente utilizado como uma máquina de escrever luxuosa e cara.

Esse início tumultuado trouxe alguns reflexos que se estendem até hoje, acarretando conseqüências para a segurança da informação, pela falta de uma cultura de segurança daqueles que operam esses sistemas.

Quando o assunto é segurança, parece existir uma falta de preocupação com o tema, pois o mesmo está sempre sendo considerado ou adiado, muito provavelmente devido aos custos envolvidos. O importante é lembrar que esta deve ser uma das maiores preocupações na hora de se implantar uma rede de computadores, pois as informações transmitidas serão, muitas das vezes, classificadas, e sua manipulação por pessoas não autorizadas poderá causar, no mínimo, sérios embaraços administrativos.

A solução para o problema certamente passa pela necessidade de se treinar nossos recursos humanos para a nova realidade de que estamos vivendo, não ficando as OM à sorte de encontrar em seus quadros algum integrante que se tenha qualificado em cursos civis, por sua livre iniciativa. Quanto mais for investido na formação e treinamento de pessoal militar habilitado, menor será o desperdício de recursos financeiros e mais rapidamente serão atingidos os objetivos programados.

Mensagens trocadas entre clientes de uma mesma rede ou dados armazenados eletronicamente precisam ser protegidos de maneira que apenas pessoas e processos autorizados consigam utilizá-los, evitando, dessa forma, o furto ou a adulteração da informação, bem como a criação de informação falsa ou a destruição da informação correta.

A segurança da informação descreve toda forma de prevenir o uso não autorizado de dados eletrônicos, ou seja, divulgar, alterar, substituir ou destruir qualquer componente que diga respeito a esses dados.

A segurança da informação abrange as áreas lógica e física, bem como mecanismos de auditoria.

A área lógica abrange todas as defesas contra um ataque à memória dos computadores e ao trânsito dos dados arquivados magneticamente, em rede ou não.

A área física abrange as defesas contra o acesso não autorizado aos equipamentos de *hardware*.

A auditoria de segurança é uma atividade cuja função precípua é fazer a estrutura organizacional trabalhar bem. Suas metas podem ser sintetizadas em prevenir e/ou corrigir falhas, irregularidades e vícios.

A segurança em informática tem que ser considerada parte integrante da segurança das OM e ambas utilizam conceitos e abordagens técnicas, administrativas e operacionais comuns.

Sob esse enfoque, é importante destacar os seguintes aspectos:

- segurança é responsabilidade de todos os profissionais militares, inclusive os da área de informática;
- o patrimônio da OM (recursos humanos, materiais, tecnológicos, etc) precisa ser preservado;
- a análise de segurança em informática implica correlacionar as medidas de segurança com as ameaças e situações de insegurança de cada local físico que compõe o ambiente de informática;
- para o estabelecimento e verificação da segurança, é necessária a determinação de um ponto crítico no ambiente de informática, que mereça acompanhamento, para serem evitadas ameaças em relação a erros, omissões, falhas, fraudes, roubo;
- a falha de segurança ocorrida em uma área pode ocorrer em outras áreas da OM; e
- a segurança é exercida via rotinas e métodos de controle.

Sendo a informação elemento fundamental para a sobrevivência das organizações, é uma velha preocupação dos profissionais de informática a manutenção da sua integridade, segurança e confiabilidade. Isso se deve à fragilidade e às possibilidades de perda ou recuperação de arquivos, principalmente pelo massivo uso das mídias magnéticas.

Quando os dados eram guardados em discos e fitas magnéticas produzidas por centros de processamento de dados (CPD) centralizados, a guarda e a recuperação de informações eram, de certa forma, mantidas sob melhor controle. Hoje, com o advento das redes, dos equipamentos portáteis ligados remotamente por meio de *modem* e outras facilidades, o controle sobre a integridade, confiabilidade e recuperação de dados tornou-se extremamente difícil e complexo.

Outra grande fonte de preocupação na salvaguarda dos arquivos informatizados é a vulnerabilidade destes à nova modalidade na guerra, chamada guerra da informação (*information warfare*), introduzida pela revolução tecnológica, e que irá afetar todos aqueles que utilizam redes de comunicações e computadores.

Um dos problemas com a guerra da informação é que ainda não existe uma definição oficial sobre a mesma, uma vez que sua concepção é muito recente e com muitos significados, tanto no meio militar como no meio civil.

Uma definição utilizada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos

da América (DoD), é a seguinte: *são ações realizadas para obter superioridade de informações, em apoio à estratégia militar de defesa nacional, afetando as informações e os sistemas de informações do ad-*

versário, e, ao mesmo tempo, impulsionando e defendendo nossas informações e sistemas. O objetivo não será tão somente conseguir superioridade de informações, mas manipular o inimigo (ou sua população), com in-

formação falsa ou deturpada, a fim de confundir-lo ou desmoralizá-lo.

A Guerra do Golfo foi o primeiro degrau da guerra da informação, pela utilização de armas inteligentes e computadores. Existiam mais de 3000 computadores na zona de combate, centenas deles ligados a computadores nos EUA.

Esse novo tipo de guerra fornece a potenciais inimigos o poder de destruir a capacidade de comunicações de um país e prejudicar sua economia. Pode, ainda, ser usado por terroristas, os quais, ao invés de plantar uma bomba em um avião, podem introduzir um poderoso vírus de computador num centro de controle de voo em um aeroporto, colocando em risco dezenas de aeronaves ao mesmo tempo.

Embora se procure meios de proteção cada vez melhores, a própria evolução da tecnologia torna praticamente impossível criar um sistema absolutamente seguro.

Desde os tempos da antiga Roma, o uso de mensagens cifradas era amplamente utilizado nas guerras para garantir melhor segurança na troca de informações.

A Guerra do Golfo foi o primeiro degrau da guerra da informação, pela utilização de armas inteligentes e computadores. Existiam mais de 3000 computadores na zona de combate, centenas deles ligados a computadores nos EUA.

Durante séculos, técnicas criptográficas têm sido utilizadas para proteger e dar autenticidade à correspondência político-diplomática e às comunicações militares. Nos últimos trinta anos, a criptografia conheceu um crescimento espetacular, acompanhando a revolução da comunicação e dos computadores.

Nos Estados Unidos, a criptografia é considerada material bélico, sendo a exportação de *hardware* ou *software* criptográfico feita somente sob licença. As chaves para *software* de exportação sofrem limitações em seu tamanho, o que permite, com os recursos computacionais atuais, que elas sejam quebradas em um tempo relativamente curto, o que ainda permitiria o uso da informação privilegiada com oportunidade.

Acredita-se que as vulnerabilidades da criptografia podem ser bastante atenuadas adotando-se políticas de segurança adequadas.

Uma política de segurança lógica e física de sistemas criptográficos deve estar inteiramente comprometida em garantir a capacidade do tripé criptográfico, ou seja, algoritmo, gerência de chaves e procedimentos operacionais.

A implantação de um programa de segurança da informação, quer para o Exército brasileiro, quer para qualquer outra instituição ou empresa, deve levar em consideração os riscos a que os sistemas estão submetidos, os investimentos possíveis de ser realizados para a diminuição desses riscos, a conscientização dos usuários e o comprometimento da alta administração com o sucesso do modelo adotado.

Qualquer política de segurança da informação deve ser dotada de instrumen-

tos que assegurem a confidencialidade, a integridade, a autenticidade e a disponibilidade dos dados e informações de interesse para a Força.

No caso específico do Exército, diferentemente de empresas privadas, deve também objetivar o desenvolvimento da capacidade científico – tecnológica da instituição, no sentido de torná-la auto-suficiente no que diz respeito ao desenvolvimento de *software* e *hardware* destinados à criptografia das mensagens em trânsito, bem como em tecnologias de defesa contra ataques e espionagens aos nossos arquivos informatizados.

Mas, na verdade, o que se quer proteger, quando se fala em segurança da informação?

Uma resposta a essa indagação pode ser dividida em três aspectos.

Inicialmente, deseja-se a proteção dos dados arquivados eletronicamente, e que se mantenham a privacidade, a integridade, a disponibilidade e a autenticidade desses dados. Deseja-se, também, que os recursos computacionais sejam mantidos, preservando-os de ataques externos e do acesso por pessoas não autorizadas. E proteger a reputação da Força, evitando que seja desmoralizada por ataques bem sucedidos.

Outra pergunta que o responsável pela implantação de um programa de segurança da informação deve fazer para direcionar seu esforço de proteção é: *quem são os agressores e qual o seu objetivo?*

Segundo recentes pesquisas da *Price, Waterhouse and Coopers*, as maiores fontes das falhas de segurança e espionagem corporativa estão sendo atribuídas aos usuários autorizados e aos próprios funcionários das empresas atacadas (cerca de

55%). Uma boa parte desses ataques também partiu de ex-funcionários e *hackers* (aproximadamente 30%).

Essas agressões são provocadas com múltiplos objetivos: sabotagem ou desmoralização da empresa, provocada pela concorrência; vingança (no caso de ex-funcionários); furto de informação valiosa; espionagem industrial e militar; obtenção de vantagens financeiras ou acadêmicas; e furto de programas (*software*), entre outros.

O problema da segurança passa também por uma questão cultural. A nossa cultura, bem como a dos países latinos, é a confiança mútua, onde tudo o que não é proibido é permitido. Dessa forma, nossa vulnerabilidade a ataques aumenta, porque os aspectos da segurança são relevados, uma vez que todos confiam em todos.

Portanto, qualquer investimento em segurança deve considerar a necessidade de modificar hábitos socioculturais, ou seja, de nada adiantará adquirir poderosas ferramentas tecnológicas para proteção aos sistemas, se a mentalidade das pessoas que lidam com a informação e operam os equipamentos não for também trabalhada, a fim de capacitá-las para o uso pleno das novas tecnologias e iniciar, também, a difusão de uma cultura voltada para a segurança de dados arquivados eletronicamente.

Disso resulta que os investimentos na área devem considerar a constante atuali-

zação técnica do pessoal, por meio de cursos e estágios, os quais podem ser realizados dentro da Força (por meio dos Centros de Telemática de Área, por exemplo), ou mesmo fora dela, em instituições de ensino civis, desde que isso seja do interesse do Exército.

Contudo, os investimentos em segurança não param nas questões de pessoal, mas continuam na implantação de uma política adequada à Força no desenvolvimento e implantação de sistemas de criptografia, na implantação de sis-

temas de proteção às redes (*firewall*, *virtual private network* e outros), no estabelecimento de grupos de pronta resposta a ataques e na implantação de uma auditoria nos sistemas internos para avaliação permanente dos mecanismos de controle da segurança.

Fazendo um diagnóstico da situação atual, encontramos os problemas abaixo listados para a segurança da informação:

- *Disseminação dos microcomputadores pela Organização* – Como vimos, o crescimento do uso dos microcomputadores foi explosivo, a partir do início da década de 90, com a tendência de os mesmos substituírem no todo ou em parte o processamento de dados corporativos, antes realizado pelos computadores de grande porte e segregados aos CPD. (Centros de Processamento de Dados).

- *Armazenamento de assuntos sigilosos* – As OM do Exército brasileiro, pos-

Qualquer investimento em segurança deve considerar a necessidade de modificar hábitos socioculturais, ou seja, de nada adiantará adquirir poderosas ferramentas tecnológicas para proteção aos sistemas, se a mentalidade das pessoas que lidam com a informação e operam os equipamentos não for também trabalhada.

suindo centenas desses equipamentos processando a informação por toda a Instituição, necessitam utilizar com maior eficácia os meios existentes para a sua proteção, pois os assuntos sigilosos estão consideravelmente mais expostos ao risco de acesso indevido.

- *Manuseio inadequado das mídias magnéticas* – Além do que foi exposto acima, os usuários nem sempre se dão conta de que a mídia magnética – a mais utilizada para armazenar as informações e programas – composta por disquetes, discos rígidos e fitas, a par de conter ativos intangíveis fundamentais para o funcionamento da Instituição, carece de cuidados especiais de manuseio e proteção.

- *O compartilhamento e a comunicação de dados* – Outro aspecto relevante a considerar é que a colocação dessas máquinas em redes, remotas ou locais, permite um acesso fácil a uma vasta gama de informações. A informação é trocada entre dois pontos, sendo possível sua interceptação no meio do caminho, ou sua manipulação nos próprios servidores ligados à rede.

- *O uso de microcomputadores portáteis* – Além dos problemas de segurança provocados pela possibilidade de comunicação entre os computadores, o desenvolvimento tecnológico possibilitou, também, a portabilidade desses aparelhos. Microcomputadores portáteis, do tipo *laptop*, *notebook* e *palmtop*, apesar de convenientes, constitui-se no maior desafio para a segurança em informática, pois permitem que as informações sejam levadas para fora das OM, onde ficam vulneráveis à destruição, alteração ou furto.

- *O vírus de computador* – Há que se considerar, ainda, que todas essas má-

quinas podem ser vitimadas por *vírus*, intencionalmente ou não. *Vírus*, na realidade, constituem uma forma de acesso não autorizado. Uma das maneiras mais eficazes de provocar a disseminação desses *vírus* é a utilização de programas não recomendados, normalmente de origem desconhecida, e, também, por jogos, por parte dos usuários que, afastada a possibilidade de dolo, não se dão conta do perigo a que expõem a sua organização.

UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO

A segurança eficaz somente pode ser conquistada pelo uso de produtos apropriados e por procedimentos realizados por todos os usuários. Produtos, isoladamente, nunca são suficientes. É vital que se assegure que as pessoas envolvidas entendam totalmente o seu papel na segurança e sigam os procedimentos adequados. O comportamento profissional de quem utiliza o computador como ferramenta de trabalho é determinante para o sucesso ou insucesso das medidas de proteção que forem adotadas.

Com essa preocupação, propõe-se uma solução para o problema, por meio de uma diretriz, a qual deverá orientar a elaboração de planos de contingência, por parte das Organizações Militares. Essa diretriz deverá estabelecer procedimentos adequados para contrapor-se aos óbices até aqui descritos, quais sejam:

- *Formação de uma sólida mentalidade de segurança das informações* – O estabelecimento de uma cultura de segurança será o resultado da participação ativa de todos os integrantes da OM, fruto da consciência das ameaças à segurança e do per-

feito conhecimento da responsabilidade individual na busca e neutralização dessas ameaças.

Essa mentalidade, peça mais importante e base para se atingir as metas propostas, só poderá ser alcançada com a colocação em prática de um bem elaborado programa de educação de segurança.

- *Controle do acesso* - O controle do acesso deve ser entendido tanto quanto à possibilidade de utilização de um equipamento (acesso físico), quanto à necessidade de conhecer determinada informação (acesso lógico).

O controle de acesso físico requer a adoção de medidas de segurança orgânica, nem sempre de fácil implementação, em face da grande dispersão dos equipamentos por toda a Unidade. Entretanto, algumas medidas eficazes podem ser tomadas, tais como: distribuição de credenciais de segurança, segregação dos aparelhos utilizados para o trato de assuntos sensíveis em locais cujo acesso possa ser controlado, utilização de cofres para a guarda de discos, fitas ou outros meios de armazenamento de dados sigilosos, entre outras.

O acesso lógico está relacionado com a possibilidade de o usuário interagir com determinadas bases de dados, o que é facilitado quando os microcomputadores estão conectados a outros computadores.

Nesse caso, é importante assegurar-se de que os procedimentos de controle de acesso não conflitem nem sejam encara-

dos como uma inconveniência desnecessária pelos usuários. Deve-se levar em conta que os administradores da rede deverão analisar, entender e implementar as restrições de acesso de acordo com a necessidade de que cada usuário tem de conhecer.

- *Cifragem* - Em ambientes multiusuários, ou quando for necessária a transmissão de dados classificados entre computadores de uma rede ou por meio de *modem*, utilizando linhas discadas, é mandatória a utilização de algorit-

mos de criptografia que forneçam um grau de proteção adequado ao grau de sigilo requerido.

- *Back-up* - A segurança dos dados não deve ser encarada unicamente no sentido de negar ao inimigo o uso das nossas informações sensíveis; há que se considerar a possibilidade de essas informações serem perdidas ou danificadas acidentalmente. A única medida real que pode impedir o usuário e a organização de perder dados é fazer do *back-up* uma prática natural e constante.

- *Uso de programas antivírus* - A melhor proteção contra os vírus de computador é não utilizar programas de origem duvidosa (principalmente jogos), cabendo aos administradores, além da tarefa de supervisão, a de conscientização dos usuários quanto aos riscos que essa atitude pode acarretar.

- *Realização de auditorias de segurança* - As principais metas de uma auditoria

É vital que se assegure que as pessoas envolvidas entendam totalmente o seu papel na segurança e sigam os procedimentos adequados. O comportamento profissional de quem utiliza o computador como ferramenta de trabalho é determinante para o sucesso ou insucesso das medidas de proteção que forem adotadas.

de segurança podem ser sintetizadas em prevenir e/ou corrigir falhas, irregularidades e vícios. É uma atividade que deve ser desenvolvida diuturnamente, pois, de outra forma, o prejuízo causado por alguma negligência ou má fé já terá se tornado irreversível, ou seja, a oportunidade da ação de controle já passou.

A auditoria compreende controles operacionais visando a assegurar que só sejam processados dados completos, precisos e devidamente autorizados; evitar erros acidentais ou manipulação fraudulenta de dados, detectando-os se vierem a acontecer; e a proporcionar segurança contra destruição acidental dos registros, assegurando a continuidade das operações.

Como foi até aqui demonstrado, as ações a serem desencadeadas com a implantação da solução proposta, carrearão inúmeros benefícios diretos e indiretos para a Força, entre os quais se destacam: o efetivo controle da base de dados, o aumento da qualidade e da produtividade, a redução dos custos no processamento de dados e o incremento da mentalidade de contra-inteligência.

CONCLUSÃO

É preciso que se diga que, como Instituição Militar, a segurança é o negócio do Exército brasileiro.

O que se propôs foi, em última análise, a adoção de procedimentos que vêm ao encontro da manutenção da segurança interna das suas OM sob a ótica da informática, com vistas a salvaguardar os conhecimentos sensíveis e indispensáveis ao cumprimento de sua missão constitucional.

A segurança da informação é semelhante a uma corrente, cujo nível de qua-

lidade vai ser expresso pela robustez de seu elo mais fraco. Por isso, é fundamental que a segurança seja implantada em um processo contínuo, dinâmico e em permanente evolução.

Como um bem intangível fundamental à própria sobrevivência das organizações, deve merecer o mesmo cuidado e atenção dispensados ao se definirem os requisitos dos equipamentos e sistemas que serão adotados.

Muito se tem falado sobre a importância das organizações estarem ligadas na tecnologia da informação, que não se pode pretender buscar o desenvolvimento se não estiver atualizado na área de informática. Entretanto, tudo isso é muito moderno e maravilhoso até que não se perca o controle da informação.

Os profissionais militares têm, por obrigação de ofício, o dever de estar permanentemente preocupados em salvaguardar um dos mais emergentes, potentes e importantes trunfos na guerra: a informação.

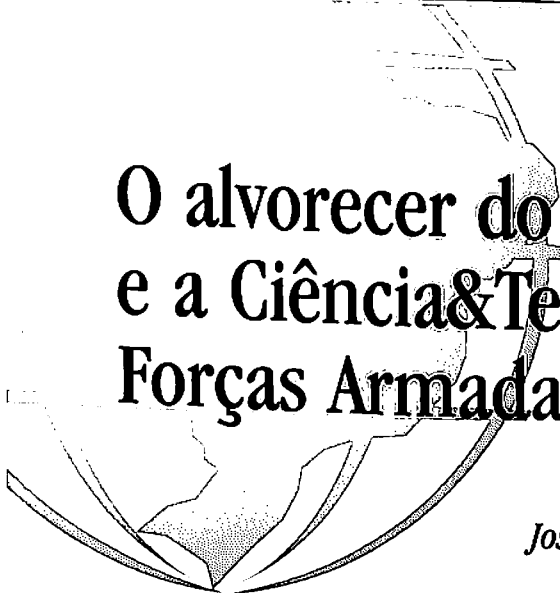
É importante, também, que as soluções que venham a ser adotadas pelo Exército brasileiro, principalmente no campo da criptografia, sejam nacionais, pois a dependência externa no campo da Ciência e Tecnologia constitui sério óbice ao seu desenvolvimento e soberania.

A tecnologia cresce com espantosa velocidade e na proporção inversa à aquisição da cultura que teremos de disseminar aos profissionais militares sobre a segurança de nossas informações. Entretanto, devemos ser incansáveis nessa empreitada, pois ela será, daqui para a frente, o mais poderoso instrumento para a sobrevivência das nações.

Quem tem a informação tem tudo. ☉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Augusto César Athayde. *A Internet como base tecnológica e meio auxiliar para a criação e o desenvolvimento da rede de informações do Exército Brasileiro (EBNet) a curto prazo*. Rio de Janeiro: ECEME, 1997. Monografia.
- ARIMA, Carlos Hideo. *Metodologia de auditoria de sistemas*. São Paulo: Érica, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Controle de acesso para segurança física de instalações de processamento de dados - NB 1333*. Rio de Janeiro, 1990.
- BARROS, Otávio Santana do Rêgo. *A informática e a organização sistêmica do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: ECEME, 1998. Monografia.
- BETING, Joelmir. *Internet ou Infernet?* O Globo, Rio de Janeiro, 31 Mar 1996, p. 28.
- CAMPOS, José Eduardo (eduardo.campos@br.pwcglobal.com). Envio de resultados de pesquisas sobre política de segurança da informação da Price Waterhouse and Coopers Global. 28 Jul 1999. Enviado às 14h28min. Mensagem para: Carlos Saú (csau@uol.com.br).
- COSTA, Edwim Pinheiro, BEKER, Cemilton. *A informática no Exército Brasileiro - sua estruturação, transmissão e segurança de dados*. Rio de Janeiro: ECEME, 1993. Monografia.
- DAMASCENO, Eumar Barros. *O aproveitamento racional dos modernos recursos de informática nas organizações militares*. Rio de Janeiro: ECEME, 1997. Monografia.
- GOLDBERG, Ivan. *Information Warfare*. Capturado em 01 Ago 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.psycom.net/iwar.html>.
- HAENI, Reto. *An Introduction to Information Warfare*. Capturado em 27 Jul 1999. Online. Disponível na Internet <http://tangle.seas.gwu.edu/~reto/infowar/info-war.html>.
- INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. *Política para Segurança de Sistemas de Informações do Exército Brasileiro* (Proposta). Rio de Janeiro, 1998.
- INTERNET nasceu há 30 anos, no meio militar. O Globo, Rio de Janeiro, 24 Nov 1999, Caderno Informática, p.6.
- MAGALHÃES, Eduardo. *Empresas brasileiras não estão preparadas para falhas de segurança*. Computerworld, São Paulo, 13 Set 1999. News. Capturado em 14 Set 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.uol.com.br/computerworld/news/9909/13/990913falhas.htm>
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Diretriz Estratégica de Informática*. Port Min Nr 022- Res, de 25 de março de 1993. Brasília, 1993.
- PROTEJA SEU MICRO CONTRA ATAQUES. *Mundo Digital do Universo Online*. São Paulo, 01 Ago 1999. Internet. Capturado em 20 Dez 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.uol.com.br/internet/virus>.
- QUADRADO, Adriano. *Brasil.gov.br é hackeado*. IDG Now! São Paulo, 13 Set 1999. Internet. Capturado em 14 Set 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.uol.com.br/idgnow/inet/inet1999-09-13a.shl>
- SALLES, Disnei Vieira, RODRIGUES, Alvaro Salio Teixeira. *Segurança de sistemas criptográficos: reflexões*. Revista Militar de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.29-37, 1º trim. 1997.
- SAWICKI, Ed. *Segurança*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- TOFFLER, Alvin, TOFFLER, Heidi. *Guerra e Anti-Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.
- YEARY, Lon M. *Hackerwar and its influence on the Marine Expeditionary Force Commander*. Capturado em 15 Jun 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.fas.org/cp/eprint/96/yeary.htm>.



O alvorecer do século XXI e a Ciência & Tecnologia nas Forças Armadas¹

*José Carlos Albano do Amarante**

RESUMO

Levando em conta as tendências do desenvolvimento científico-tecnológico e suas repercussões, o autor visualiza a Guerra do Futuro e, no seu contexto, a evolução dos meios militares.

PALAVRAS-CHAVE

sensoriamento, processamento, atuação.

Desde a Idade da Pedra, conhecimento e defesa sempre evoluíram paralelamente.

Ao longo dos séculos, os avanços tecnológicos provocaram nítidos desequilíbrios entre forças combatentes adversárias. Nos tempos antigos, porém, a vantagem redundante do uso de um novo armamento podia ser desfeita com relativa facilidade, considerando a sua simplicidade de construção e operação. Desde que não houvesse grande diferença no estágio intelectual dos contendores, a simples cópia do novo engenho não apresentava grandes dificuldades. O equilíbrio tecnológico-militar era logo restabelecido e a sorte dos

combates voltava a depender de outros fatores, como a capacidade dos generais, a combatividade da tropa e o apoio logístico.

Durante a Revolução Cultural (1100-1500), a descoberta da pólvora e a consequente criação das armas de fogo foram alguns dos primeiros avanços tecnológico-militares de difícil absorção. Em consequência, provocou um enorme desequilíbrio de forças entre nações e uma redução drástica de pólos de poder político-militar. A cópia era uma tarefa praticamente impossível para muitos, dado que conhecimentos da metalurgia, da química, da mecânica e da balística envolvidos não estavam disponíveis para todos².

* General-de-Divisão. Engenheiro Militar.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² LONGO, W. X., *Ciência e Tecnologia e a Concentração do Poder*, A Defesa Nacional nº 733, 1987, Rio de Janeiro, RJ.

Recentemente, armas de maior sofisticação tecnológica, como mísseis, aviões multifuncionais (caça e bombardeiro), carros de combate, navios de guerra e submarinos promoveram uma ainda maior concentração de poder político-militar. Nos dias atuais, menos de duas dezenas de nações possuem competência para projetar, construir e equipar, autonomamente, os modernos materiais de defesa. Neste cenário, cresceu o número das forças armadas nacionais dotadas de equipamento militar importado ou fabricado localmente, por empresas estrangeiras ou por firmas nacionais, sob extrema dependência de tecnologia externa¹.

Atualmente, a humanidade ensaia os primeiros passos na Idade Tecnológica (1945-...), caracterizada pelo crescimento exponencial dos meios postos ao dispor do homem. A Tecnologia Militar não poderia deixar de acompanhar essa notável evolução, ora como agente motriz, ora como beneficiária. Como consequência natural desse processo, a tecnologia molda e condiciona a arte da guerra, interferindo nas técnicas de combate de forma cada vez mais intensa e dominante.

Mais recentemente, o progresso da tecnologia militar foi espetacular. Assim, menos de 200 anos depois das Guerras Napoleônicas, na Guerra do Golfo, na presença da avalanche tecnológica aliada, o Iraque ficou imobilizado, incapaz de atuar e de infringir danos às forças aliadas. Sensores e atuadores, operando no espectro eletromagnético, interferiram nas comunicações, neutralizando sistemas de defesa e garantindo uma supremacia eletro-

magnética, com vistas à anulação de pontos vitais de defesa e do sistema logístico. O resultado foi o envolvimento quadridimensional (caracterizado pelo domínio das três dimensões espaciais e da dimensão eletromagnética) estabelecido pelos aliados, que inibiu o poder militar de Saddam Hussem e que reduziu o Iraque a um contendor cego, surdo, mudo, imobilizado e desprovido de vontade de lutar... A consequência natural foi a rendição incondicional iraquiana.

Na atual conjuntura, a defesa recebe influências diretas da Ciência e Tecnologia [C&T] e indiretas das ações políticas, econômicas e psicossociais. Assim, cabe o questionamento de como a C&T causará impacto no desempenho operacional das forças armadas no decorrer do século que estamos a adentrar.

Se tomarmos a Guerra do Golfo como o marco inicial dos conflitos militares na Idade Tecnológica, podemos visualizar os *maravilhosos* sistemas de armas, que desfilarão na vitrine tecnológica do Golfo, como produtos de primeira geração da nova era. Dentro de algumas décadas, eles serão vistos como relíquias ultrapassadas, da mesma maneira como os carros primitivos são hoje lembrados.

O grande ensinamento operacional extraído da análise da primeira guerra da Idade Tecnológica é que a gestão efetiva do complexo militar-industrial das forças aliadas foi o fator determinante da vitória. Em consequência, pode-se inferir que, para a atualização tecnológica de um exército, é fundamental o trabalho conjunto e harmônico do binômio combatente-engenheiro.

¹ LONGO, W. X., *A Visão Internacional e o Papel dos Institutos de Pesquisa*. Congresso ABIPTI, Fortaleza, CE.

TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLOGICO⁴

Procurando entender como os avanços tecnológicos podem proporcionar melhores condições para o combate, é de todo conveniente utilizar uma visão holística e funcional. Em conseqüência, focalizando aplicações tecnológicas, pode-se considerar como funções básicas do combate: o sensoriamento (S), com o objetivo de obtenção de informação sobre a ameaça; o processamento (P), com o objetivo do processamento da informação para a tomada de decisão e sua implementação; e a atuação (A), com o objetivo de execução da decisão e neutralização da ameaça.

É muito simples. Basta que se pense como funciona o corpo humano para se entender como funciona o *corpo de combate*.

O nosso corpo interage com o meio ambiente através de cada um dos sentidos, cujo grau de nobreza está diretamente relacionado com a distância de percepção de fenômenos. Dois sentidos se sobressaem: a visão, excitada pelo campo visível do espectro eletromagnético, que se constitui numa estreita banda limitada pelo infravermelho e ultravioleta, e a audição, estabelecida por perturbações de baixa frequência no campo de pressão ambiente envolvente ao sensor auditivo.

A visão é o sentido que inspirou a evolução tecnológica militar e o atual *state of the art* de fazer guerra. Ela abriu a janela eletromagnética para a exploração tecnológica dos meios de combate modernos.

O processamento é constituído pelo cérebro e os meios de comunicação entre ele e os sensores e atuadores; é responsável pelo processamento da informação e a emissão de ordens para os atuadores, com o objetivo de realizar uma tarefa estabelecida. O cérebro humano é tão perfeito que é capaz de controlar automaticamente a forma e intensidade de operação dos atuadores – braço, perna, língua e outros. Como ocorreu com a visão, o cérebro também está inspirando a evolução da tecnologia militar no campo do comando e controle, mediante a teoria computacional das redes neurais.

O *corpo de combate* funciona de maneira semelhante, desde o combatente individual, passando por sistemas de armas, brigadas e até o escalão de forças combinadas.

Imagine-se um infante com um fuzil. Para desempenhar o seu papel em combate, ele deverá necessariamente utilizar as três funções tecnológicas básicas (S-P-A) ao atirar contra o inimigo.

Na busca da automação, um sistema de armas tenta desempenhar todas essas funções: busca, detecção e identificação do alvo, tomada de decisão para o tiro e guiamento do atuador até a neutralização da ameaça.

Numa simplificada visão da operação de uma brigada, a cavalaria desempenha o papel dos *olhos*, o estado-maior, apoiado pelas comunicações, faz o papel do processamento e a infantaria, artilharia e engenharia fazem o dos atuadores.

Deixa-se para o leitor uma concepção de operação de forças combinadas, sob o enfoque das funções tecnológicas de combate.

⁴ AMARANTE, J.C.A., *A Tecnologia Militar - Repercussões da Guerra do Golfo*, A Defesa Nacional, nº 755, Jan/Mar - 92, Rio de Janeiro, RJ.

Embora não catalogada aqui como uma função tecnológica de combate, deve-se enfatizar que a logística comporta um elevado conteúdo tecnológico e que seu principal objetivo é assegurar meios para a execução das três funções S-P-A.

• A Evolução das Funções Tecnológicas de Combate

Para uma avaliação mais acurada da evolução das funções de combate com base no progresso tecnológico, serão considerados quatro conflitos significativos ocorridos ao longo dos dois últimos séculos: - as Guerras Napoleônicas (1794/1815), - a Primeira Guerra Mundial (1914/1918), - a Segunda Guerra Mundial (1939/1945) e - a Guerra do Golfo Pérsico (1990/1991).

• A Evolução dos Sensores

Como desde os primórdios, as Guerras Napoleônicas ainda continuavam a se valer da audição e da visão como sensores de combate. A visão tinha a sua capacidade óptica ampliada pelo uso de lunetas. No que concerne à audição, é famosa a recomendação dos comandantes aos infantes, durante as ações de penetração em força: avançar na direção do troar dos canhões inimigos. O som proveniente da linha de

tiro denunciava facilmente a localização do centro de gravidade das forças inimigas, uma vez que o alcance dos canhões daquela época atingia a irrisórios mil metros.

Na Primeira Guerra Mundial, o avião ampliou consideravelmente o campo de visão e a invenção da fotografia tornou possível, pela primeira vez, a gravação da informação. Na Segunda Guerra Mundial, o sonar, empregado em operações navais, ampliou o alcance do sensoramento auditivo. Mas foi o radar eletromagnético que descerrou as cortinas para exploração de outras faixas do espectro eletromagnético, ampliando o conceito de óptica para visão eletromagnética. A incipiente tecnologia fazia crescer o campo visual para incluir a banda de microondas.

Na Primeira Guerra Mundial, o avião ampliou consideravelmente o campo de visão e a invenção da fotografia tornou possível, pela primeira vez, a gravação da informação.

Na Segunda Guerra Mundial, o sonar, empregado em operações navais, ampliou o alcance do sensoramento auditivo. Mas foi o radar eletromagnético que descerrou as cortinas para exploração de outras faixas do espectro eletromagnético, ampliando o conceito de óptica para visão eletromagnética. A incipiente tecnologia fazia crescer o campo visual para incluir a banda de microondas. Os ingleses, na Batalha da Inglaterra, devem a vitória a esse notável avanço tecnológico. A chave para o progresso exponencial da função sensoramento havia sido encontrada.

A Ciência e a Tecnologia responderam rapidamente com uma notável expansão da exploração do campo eletromagnético. A Guerra do Golfo fez desfilar uma extensa gama de equipamentos de sensoramento. Agora, eles atuam em variadas bandas do espectro eletromagnético, varrendo o ultravioleta, o infravermelho, as ondas milimétricas, as microondas e a radiofre-

quência. Vários exemplos materializam a citação⁵: o radar doppler; o detector de radiação eletromagnética (microondas, ondas milimétricas, laser, infravermelho, ultravioleta); o veículo aéreo remotamente pilotado (*Spy, Pionner*); os óculos de visão noturna por intensificação de luz residual e por imagem térmica; o sensor por imagem térmica; o designador a laser; o telémetro a laser; o receptor para alerta a radar; o helicóptero de reconhecimento; o avião de vigilância e reconhecimento para alvos aéreos (*AWACS*) e para alvos terrestres (*J-Stars*); o satélite fotográfico (*Photint: Kh-11, Kh-12*); o satélite para detectar comunicações radiofônicas e telefônicas (*Magnum, Chalet*); o satélite para detectar sinais de radar (*Ferrets*); o satélite para detectar mísseis balísticos (*Dsp*) e o satélite para monitorar movimentos de tropa (*Lacrosse*).

• A Evolução dos Processadores

Os processadores estão experimentando, nos dias de hoje, um processo evolutivo comparável ao dos sensores.

Nas Guerras Napoleônicas, o então revolucionário meio de comunicação e controle adotado pela inteligência criativa de Napoleão foi o emprego do estado-maior acrescido de um serviço de *ordens*. O oficial de ligação, responsável por esse serviço, atuava como um mensageiro capacitado a modificar o conteúdo de uma ordem em face à realidade do campo-de-batalha.

Na Primeira Guerra Mundial, a telefonia e o telégrafo vieram prestar uma con-

tribuição significativa para as comunicações, sem entretanto provocar alterações sensíveis na estrutura e no funcionamento do estado-maior.

Na Segunda Guerra Mundial, a radiofonia trouxe reflexos profundos nas comunicações, aumentando a distância e o número de pessoas atingidas pela difusão da informação e das ordens. O espectro eletromagnético começava a ampliar suas contribuições para a evolução das funções de combate, atingindo também o processamento.

Novamente, como ocorreu com os sensores, a Guerra do Golfo é o palco de uma enorme explosão nos meios de processamento. Esse fato é tão importante que a arte da guerra presencia o início de um processo de reformulação estrutural e operacional do estado-maior. Agora, os sensores instalados em aviões, satélites e veículos remotamente pilotados podem transmitir instantaneamente informações para os estados-maiores nos diversos níveis. Os múltiplos dados podem ser acumulados, tratados e atualizados em computadores e ser apresentados, em tempo real, para tomada de decisão. Esse processo é acelerado pelo uso do computador na exploração de jogos de guerra, permitindo a simulação de desenlaces prováveis da batalha. Em baixos tempos de reação, os atuadores podem conhecer a decisão a ser implementada.

São exemplos de novos processadores⁶: o computador (microeletrônica); a rede de transmissão de dados (modem); o avião de C³I - para interceptação aérea (*AWACS*) e para ação terrestre e naval (*J-Stars*); o moni-

⁵ *Defense & Armament International*, nº 103, Feb/Mar 1991; e *OMS Market In Intelligence Report, Beyond the Gulf - A Review of the Political, Economics and Military Impact of the Persian Gulf War*, Forecast International, 1991.

⁶ *Ibid.*

tor de televisão com fibra óptica e intensificador infravermelho; o satélite de comunicação (Intelsat); o satélite para posicionamento topográfico (GPS); o centro C³I para processamento e exposição de dados em tempo real, e o modem para intercomunicação de centros de C³I em diversos níveis.

• A Evolução dos Atuadores

E quanto aos atuadores, aqueles meios disponíveis em combate para a neutralização das ameaças?

Nas Guerras Napoleônicas, os atuadores ainda eram rudimentares. O maior poder de fogo era conferido à artilharia de alma lisa, que atirava sem precisão até distâncias de um quilômetro. A cavalaria constituía importante atuador, mantido em reserva pronto para ser empregado para a decisão do combate.

Na Primeira Guerra Mundial, um importante avanço tecnológico se fez sentir. A metralhadora mudou a feição do combate, fazendo com que o poder de fogo preponderasse sobre o movimento. Isso veio originar a *guerra de trincheiras*. Outros atuadores dessa época foram: a artilharia de alma raiada (com uma precisão sensivelmente melhorada e batendo alvos a distâncias de até seis quilômetros), o submarino e o foguete.

Na Segunda Guerra Mundial, o principal atuador convencional foi o carro de combate – que, já havia aparecido timidamente na Primeira Guerra Mundial – vindo a conferir uma enorme mobilidade ao combate e dando origem à *guerra de movi-*

mento, caracterizada pela famosa *blitzkrieg* alemã. Além disso, a tecnologia militar produziu o míssil balístico, os aviões de caça e bombardeiro, o porta-aviões, o lançador múltiplo de foguetes e a força aeroterrestre. A bomba atômica representou um poder de fogo de enorme capacidade letal, e contra a qual não se dispunha de proteção.

Na Guerra do Golfo, um rol enorme de equipamentos vem, mais uma vez, caracterizar o crescimento exponencial da tecnologia militar⁷: os mísseis: anti-míssil (*Patriot*), anti-radiação (*Harm*), anti-carro (*Hellfire*, *Maverick*), de cruzeiro (*Tomahawk*) e ar-superfície (*Asm-30 laser*); as bombas: de onda de choque (óxido de etileno líquido), penetrante (para alvos enterrados), guiadas (*Paveway*, *Excalibur*) e anti-rodovias; o lançador múltiplo automático de foguetes (*Astros*, *Mlrs*); a artilharia 155mm autopropulsada (40km); a avião multifunção (caça e bombardeiro) com aviônica para combate noturno e em qualquer tempo (F- 15, F- 18); o avião invisível ao radar de microondas (F-117 A); o helicóptero de ataque (*Apache*); o veículo de combate de infantaria (*Bradley*); e os equipamentos de guerra eletrônica, para negar, ao inimigo, a livre utilização do espectro eletromagnético – interferidores e dissimuladores.

TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

O Departamento de Defesa dos EUA⁸ selecionou, para o período 1990-2005, vinte tecnologias críticas, assim qualificadas por serem as consideradas pelos Secretários

⁷ Ibid.

⁸ *Critical Technologies Plan, Department of Defense*, 15 Mar 90, EUA

de Defesa e de Energia como as tecnologias mais críticas para assegurar a superioridade qualitativa dos sistemas de armas dos Estados Unidos. Para o desenvolvimento dessas tecnologias, o governo americano está investindo centenas de bilhões de dólares. Elas possuem uma forte interpenetração com as funções tecnológicas do combate, como veremos a seguir.

Dez tecnologias críticas contribuem, simultaneamente, para o progresso das três funções tecnológicas (S-P-A), isto é, possuem aplicações genéricas, a saber: materiais semicondutores e microeletrônica; produtividade de *softwares*; fotônica; materiais compostos; computação paralela; inteligência artificial e robótica; simulação e modelamento; ambientação de sistemas de armas; supercondutividade; potência eletromagnética (duas causam forte impacto na função sensoriamento); sensores passivos; radares sensíveis (duas contribuem preferencialmente para a função processamento); processamento de sinal; tratamento de dados (seis promovem com maior ênfase o crescimento da função atuação); dinâmica dos fluidos computacional; controle de assinaturas; propulsão com tomada de ar; projéteis hipervelozes; materiais de alta densidade energética e biotecnologia.

Passamos a seguir a fazer uma descrição sucinta de cada tecnologia, assinalando possíveis impactos em futuros sistemas de defesa.

• Materiais Semicondutores e Microeletrônica

Desde o seu aparecimento, há quatro décadas, a tecnologia de microcircuitos tem

sido responsável pelo crescimento exponencial de áreas como processamento de dados, *personal computers* (PC), robótica, *softwares* e simuladores. Essa tecnologia tem alterado, de maneira fundamental, as comunicações, a educação, a recreação e o trabalho. Para o soldado, no campo-de-batalha, ela tem ampliado o alcance da visão e da audição. Alargou também a capacidade da tomada de decisões municiada por uma larga variedade de informações complexas e multiplicou a potência muscular a ser empregada contra o inimigo.

A importância da microeletrônica deriva de sua capacidade em reduzir significativamente o tamanho físico e os requisitos de energia dos constituintes básicos de circuitos eletrônicos. Essa tecnologia apresenta a perspectiva de estar presente em, virtualmente, todos os sistemas de armas, correntes ou futuros, assim como nos sistemas de reconhecimento, de vigilância, de aquisição de alvos e de comando e controle.

• Produtividade de *Softwares*

O *software* tornou-se um ingrediente de garantia de funcionalidade e flexibilidade da grande maioria dos sistemas militares de larga escala.

A capacidade de reutilização de um particular *software*, ou melhor, de uma determinada plataforma informática, é característica importante. Assim, a reutilização de *software* engloba componentes (e.g., projeto, plataforma, requisitos, documentação, conceitos, programas fonte e objeto), que são desenvolvidos para uso em sistemas múltiplos.

Um *software* seguro e confiável previne a infiltração de *hackers* e protege a

integridade de material e dados. Por sua vez, a criptologia é uma ciência de apoio computacional fundamental para que as comunicações militares sejam realizadas de forma segura.

Mediante o desenvolvimento de técnicas de programação de degradação controlada - com o objetivo de operação, em tempo real, de sistemas de comunicação e de armas - a tecnologia de *softwares* envolve métodos para costurar ambientes que aumentam o desempenho e o *benchmark*, isto é, capacidade de estabelecer padrões de referência.

• Fotônica

A Fotônica compreende a tecnologia de produto e de processo de equipamentos que empregam a luz (fótons) e a eletrônica (elétrons) para realizar funções hoje tipicamente exercidas por equipamentos eletrônicos.

O desenvolvimento em fotônica inclui memórias óticas, processamento do sinal ótico, redes de computação ótica, controle ótico por *phased arrays*, redes integradas de optoeletrônica, processamento ótico não linear, diodos laser e uso de fibra ótica.

Como aplicação, a computação fotônica acena com avanços substanciais na velocidade de processamento resultante da utilização da arquitetura paralela e de elevadas velocidades de comutação dos equipamentos óticos. Por eliminar os fios metálicos, a arquitetura de processamento apresenta reduzida suscetibilidade a interferências eletromagnéticas. Além disso, fibras óticas de baixíssima perda, produzidas com fluoreto de zircônio, são de grande importância em aplicações militares críticas.

No campo das comunicações, possibilita aprimorada conectividade tático-estratégica, como na comunicação satélite-submarino por *acoustic arrays* - milhares de sensores acústicos interconectados ao longo de dezenas de quilômetros.

• Materiais Compostos

A criação e o emprego de novos materiais está revolucionando o mundo estrutural de objetos, veículos, construções e, por via de consequência, sistemas de armas. Materiais compostos são definidos como uma combinação de dois ou mais constituintes, de tal forma que o produto resultante apresente propriedades superiores àquelas dos componentes individuais. Materiais compostos consistem geralmente em reforçadores fibrosos ou particulados mantidos aderentes por um material aglutinante. A tecnologia de materiais compostos afeta virtualmente todos os novos sistemas de armas.

• Computação Paralela

A computação convencional realiza os comandos na ordem sequencial. A computação paralela procura trabalhar como o cérebro humano, realizando operações simultaneamente e com um ganho substancial na velocidade de processamento. A pesquisa sobre redes neurais objetiva possibilitar à máquina pensar e decidir como o homem.

Em geral, essa tecnologia está mais relacionada com o projeto de novos sistemas de computação, mediante o desenvolvimento de arquiteturas otimizadas e estruturas de comunicação interna, com

o objetivo de vetorização de algoritmos e de projeto de sistemas de processamento em tempo real, com elevado desempenho.

Dentre os maiores potenciais dessa tecnologia existe o de melhorar o desempenho de sistemas de armas (*cascos inteligentes*, para submarinos, e *asas inteligentes*, para aviões), do comando e controle e da simulação (jogos de guerra, por exemplo).

• Inteligência Artificial e Robótica

Para aplicação em sistemas complexos, o projeto de máquinas inteligentes e robôs requer a combinação de tecnologias de sensoriamento, processamento e atuação com uma adequada interface homem-máquina.

Máquinas inteligentes irão depender crescentemente de avanços em: arquitetura de computação paralela – para controle rápido; produtividade de *softwares* – para manipular a complexidade de sensoriar e controlar; sensores – para fornecer *inputs* para a atuação inteligente; fusão de dados – para administrar as informações de muitos sensores diferentes; e materiais compostos – para permitir baixo peso.

• Simulação e Modelamento

Os avanços em tecnologia da computação, engenharia e ciência básica têm proporcionado o desenvolvimento da simulação computacional e da modelagem de situações da vida real.

Por sua vez, a simulação – física ou computacional – e o modelamento influenciam outras tecnologias críticas como, por exemplo, a dinâmica dos fluidos computacional, a ambientação de sistemas

de armas, os sensores, a fusão de dados e o processamento de sinal.

A simulação e o modelamento podem ser aplicados a cada programa de desenvolvimento de sistema de armas para reduzir o custo de projeto e de produção, aumentar o desempenho, melhorar o diagnóstico de falhas e a manutenção, proporcionar um melhor treinamento de pessoal e aperfeiçoar o Comando e Controle no campo-de-batalha (mediante a ferramenta do jogo de guerra).

• Ambientação de Sistemas de Armas

Devido ao aumento da sensibilidade das novas gerações de sensores de sistemas de armas, os sistemas e as operações táticas estão sendo crescentemente influenciados pelas condições naturais do ambiente (tempo, estação, terreno). As limitações e os potenciais crescimentos de fatores ambientais devem ser claramente compreendidos para aumentar capacidades e desempenho no sistema ou para otimizar o projeto de novos sistemas. Essa tecnologia não é um *hardware* específico, mas cria a preocupação com o desempenho do sistema de armas imerso em ambiente desfavorável: propagações acústicas na água, funcionamento de motor em deserto, etc.

• Potência Eletromagnética

Modificações revolucionárias em cenários da guerra convencional futura são possíveis por causa de importantes avanços na tecnologia de potência eletromagnética, que permite o desenvolvimento de sensores e atuadores de elevada potência. Sensores e sistemas de armas de elevada

potência incluem armas de energia dirigida, armas de energia cinética, sistemas de vigilância e identificação de alvos e plataformas de tiro rápido terra-órbita (arma anti-veículo orbital). As armas de energia dirigida - do tipo laser, microondas ou feixe de partículas - proporcionam operações a velocidade da luz com elevados alcances, e cadências de tiro capazes de destruir ou danificar mísseis e outros alvos.

• Supercondutividade

Equipamentos e sistemas convencionais de natureza elétrica, eletrônica ou eletromagnética experimentam limitações no desempenho e indesejáveis perdas de potência como consequência da resistência elétrica inerente aos materiais normalmente condutores de eletricidade. A supercondutividade é a transferência de energia elétrica com a minimização de perdas.

O domínio da supercondutividade proporcionará uma revolução capaz de modificar a face tecnológica do mundo e, em particular, dos meios de combate. A supercondutividade, que, hoje, somente é obtida a temperaturas muito baixas, poderá ser a base para obtenção de sistemas elétricos para veículos (aéreos, navais e terrestres) mais compactos, geradores elétricos, sistemas de armazenamento de energia, aceleradores de partículas para armas de energia dirigida, armas eletromagnéticas, escudos magnéticos e eletromagnéticos, supermagnetos para geração de microondas e ondas milimétricas, sensores magnéticos e eletromagnéticos, computadores e processadores ultra-velozes, comunicação com elevado desempenho e baixo nível de ruído, sistemas de vigilância, antenas supercon-

duzidas, giroscópios supercondutores, sensores inerciais, detectores de massa gravimétricos e magnéticos.

• Sensores Passivos

Sensores passivos são sensores que não emitem radiação para cumprirem a missão de encontrar alvos, assegurando por isso total discricção. Funcionalmente, são capazes de receber emissões eletromagnéticas do alvo e o identificar. Serão crescentemente importantes para atuar contra a redução da assinatura em muitas faixas de frequência. Os sensores passivos incluem medidas de suporte eletrônico, sensores infravermelhos, sensores acústicos e sensores multi-espectrais. Possuem uma elevada capacidade de atuar contra alvos *stealth* ou com camuflagem eletromagnética.

• Radares Sensíveis

Hoje, existe a crucial necessidade do desenvolvimento de técnicas para atuar contra os esforços de redução da assinatura radar de plataformas em voo. Essa tecnologia provê radares que não somente detectam alvos convencionais, mas também exploram características especiais dos alvos ou utilizam técnicas especiais tais como banda larga, multiespectralidade, polarização dual, biestática (que separa fisicamente o radar transmissor do radar receptor, aumentando a sobrevivência do equipamento), *phased array* e laser. Essas técnicas possibilitam lidar com ameaças *stealth*, isto é, com reduzida assinatura radar, ou alvos não-cooperativos, isto é, alvos que não são identificados abertamente ou que possuam camuflagem eletromagnética.

No caso específico da tecnologia de radar laser, é de se salientar as excelentes perspectivas para a navegação de mísseis de cruzeiro, helicópteros e veículos robô; para a detecção e discriminação de alvos estratégicos; para o reconhecimento e identificação de alvos táticos com baixas taxas de falso alarme; e para futuros sistemas de armas *inteligentes*.

• Processamento de Sinal

Processamento de Sinais é a tecnologia utilizada para extrair informações relevantes de sinais recebidos por sensores, permitindo um operador ou um estado-maior tomar decisões. Como consequência dos progressos nessa área tecnológica, os processos de comando e controle estão sendo automatizados. Essa tecnologia combina técnicas refinadas, tais como redes neurais, processamento adaptativo multidimensional, técnicas de correlação e de casamento de filtros.

A aplicação dessa tecnologia a sistemas de armas convencionais oferece significativas vantagens, tais como liberação da carga de trabalho do operador e aumento da letalidade.

• Tratamento de Dados

Ao longo dos últimos vinte anos, os dramáticos avanços na tecnologia do tratamento de dados possibilitaram significativos progressos no comando e controle (C^2) e nas técnicas para o gerenciamento da batalha. O tratamento de dados avançou até o ponto em que muitas funções, previamente executadas por operadores militares e analistas de inteligência, puderam ser

efetivamente desempenhadas por sistemas de processamento de dados. Entretanto, as crescentes complexidade e velocidade das ações de combate estão proporcionando uma enorme quantidade de informações, que trazem mais dificuldade do que facilidade para a tomada de decisão.

Assim, a fusão de dados ganhou importância na tentativa de humanização do processo da tomada de decisão. A fusão de dados é o processo computacional mediante o qual dados provenientes de múltiplos sensores e variadas fontes de informação são tratados para produzir informações úteis e rapidamente interpretáveis. O tratamento consiste na conveniente redução e filtragem de múltiplos dados para realizar a síntese de uma *nova e integrada* informação, calcadas na interação homem-máquina.

• Dinâmica dos Fluidos Computacional

A dinâmica dos fluidos computacional engloba a resolução das equações que governam o escoamento em torno de corpos para todos os regimes de velocidade - subsônico, sônico, supersônico e hipersônico - e em qualquer tipo de fluido - gás ou líquido. É um conhecimento fundamental para o desenvolvimento econômico e o melhoramento de desempenho da trajetória de veículos - aéreos, navais e terrestres - e de variados armamentos. É uma ferramenta crítica para o projeto de novos sistemas de armas.

• Controle de Assinaturas

Essa tecnologia permite a modificação de assinaturas emanadas de sistemas de armas. Assinaturas são características físicas

pelas quais os sistemas podem ser detectados, reconhecidos e enganados. Elas incluem assinaturas radar e infravermelha de veículos aeroespaciais, assinaturas acústicas de navios e submarinos, e perfil visual de carros de combate. Algumas assinaturas resultam de emissões (rádio, térmica, acústica e outras) do veículo, e outras derivam de energia natural ou artificial refletida pelo veículo, de modo que este contraste nitidamente com o ruído de fundo.

A utilização de técnicas de redução ou controle de assinatura, conhecida como camuflagem eletromagnética, pode melhorar a capacidade de penetração de sistemas estratégicos e a sobrevivência e efetividade de sistemas táticos. Por exemplo, a redução da assinatura infravermelha de um avião pode ser obtida por resfriamento. O contorno visual de um carro de combate pode ser modificado com uma rede de camuflagem. A assinatura acústica de navios e submarinos pode ser reduzida por conformação estrutural do casco ou por aplicação de coberturas anecoicas.

• Propulsão com Tomada de Ar

Nas décadas de 40 e 50 do século passado, com a criação e a rápida evolução da turbina, ocorreu um salto importante na capacidade propulsiva dos aviões. Hoje, barreiras tecnológicas na aerotermodinâmica,

materiais e projeto estrutural podem novamente ser quebradas, proporcionando outra rápida evolução no desempenho de sistemas propulsivos. Essa rápida evolução poderá apresentar uma expressiva

contribuição para o deslocamento das modernas plataformas de combate. A propulsão com tomada de ar, que também tem amplo uso civil, tem aplicação em uma extensa gama de sistemas militares, incluindo aviões, mísseis de cruzeiro, sistemas hipersônicos futuros, carros de combate e navios de guerra, todos movidos por turbinas, estado-reatores ou motores a diesel. No caso específico de

foguetes e mísseis, a grande vantagem propulsiva é que esses veículos somente transportam o combustível, utilizando-se do oxigênio do ar como comburente.

• Projéteis Hipervelozes

A tecnologia de projéteis hipervelozes envolve a capacidade em impulsionar projéteis a velocidades acima da convencional – maior que Mach 6 ou 2.040 m/s, assim como compreender o seu efeito terminal, isto é, o comportamento dos projéteis e alvos a tais velocidades. Sistemas propulsivos capazes de produzir enormes velocidades incluem canhões eletromagnéticos, canhões eletrotérmicos, canhões com propelentes de alta energia, foguetes

O tratamento de dados avançou até o ponto em que muitas funções, previamente executadas por operadores militares e analistas de inteligência, puderam ser efetivamente desempenhadas por sistemas de processamento de dados. Entretanto, as crescentes complexidade e velocidade das ações de combate estão proporcionando uma enorme quantidade de informações, que trazem mais dificuldade do que facilidade para a tomada de decisão.

hipervelozes e tubos-de-choque operados por explosivos. Para o efeito terminal, estão sendo estudadas novas cargas-ocas, penetradores conformados por explosivos e projéteis de energia cinética (com ogiva não explosiva).

• Materiais de Alta Densidade Energética

Materiais de alta densidade energética resultam de composições de ingredientes de alta energia utilizados como explosivos, propelentes e pirotécnicos. Esses materiais são usados em quase todos os sistemas de armas, sejam estratégicos ou táticos. Eles proporcionam a energia necessária para a propulsão - seja uma ogiva, um foguete/míssil ou uma munição flecha - e para o efeito terminal - seja por fragmentação ou penetração.

O desenvolvimento de materiais de alta densidade energética possibilita a obtenção de: propelentes de minimizada assinatura e de elevados desempenho e velocidade de queima; cabeças de guerra com crescentes letalidade e capacidade de penetração; nova geração de explosivos subaquáticos; propelentes de maior energia para aumentar o alcance; explosivos de maior energia para aumentar a letalidade e novos meios pirotécnicos com melhor velocidade e desempenho.

• Biotecnologia

Devido à descoberta e exploração do mecanismo genético que controla organismos vivos, a biotecnologia emergiu como uma tecnologia crítica. Agora, é possível engenhar células microbiais, vegetais

e animais de forma a agir como fábricas para a síntese de materiais novos ou já existentes, eficientemente e em elevadas taxas, seja com objetivos medicinais ou não-medicinais.

Na área médica, a biotecnologia torna possível novas vacinas e novas terapias. Na área não-médica, ela possibilita a obtenção de novos materiais, ingredientes químicos críticos, e soluções práticas para tratamento de rejeitos. Muitos dos produtos possuem significativa aplicação civil, caracterizando importante dualidade tecnológica.

A aplicação da biotecnologia no campo militar pode levar ao desenvolvimento de uma extensa gama de produtos, processos e tecnologias, incluindo polímeros e compósitos de baixo peso e elevada resistência, para construção de aviões, roupas especiais de proteção, sensores para agentes químicos, biológicos e tóxicos, equipamentos microeletrônicos, bioadesivos, coberturas anti-desfolhantes ambientalmente seguras, elastômeros diversos, lubrificantes especiais, e enzimas para operações de limpeza e descontaminação. O bioprocessamento irá proporcionar alguns desses produtos assim como materiais convencionais a partir de fontes não fósseis.

REPERCUSSÕES TECNOLÓGICAS

Com esse ambiente de crescimento exponencial da tecnologia militar, o que se pode esperar em termos de repercussões na arte da guerra? Quais as características norteadoras da evolução das funções tecnológicas do combate? E como a evolução de cada função irá causar impacto na capacidade operacional das forças armadas?

• Digitalização – Evolução do Analógico para o Digital

Uma das conseqüências fundamentais do desenvolvimento do computador é a substituição de equipamentos e meios analógicos por digitalizados. A repercussão tecnológica é tão importante que produtos de uso diário como chave, relógio, dinheiro, televisão, vídeo (DVD), telefone celular, e outros estão se digitalizando.

A base tecnológica para tal evolução envolve a computação, microeletrônica, produtividade de *softwares*, processamento de sinais, tratamento de dados, entre outras tecnologias críticas.

No campo da tecnologia militar, pode-se esperar materiais de emprego militar (MEM) com funcionamento digitalizado e com controle digitalizado. O míssil MSS1.2 anti-carro, em final de desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército e pela empresa Mectron, caracteriza o sucesso da digitalização do controle e guinamento. Outros materiais militares estão em voga e incluem carta digitalizada, substituição do tubo catódico por tela plana no monitor de televisão e do PC, adoção de gatilho digitalizado, e outros.

A conseqüência é que o progresso modifica as características tecnológicas do arma-

mento – particularmente carros de combate, aviões de combate e navios de guerra – mesmo que as novas armas possam parecer razoavelmente similares às que estão sendo substituídas, uma vez que não modificam o aspecto básico das plataformas. Além do mais,

a digitalização melhora substancialmente o consumo de energia, a acurácia do tiro, o sensoramento da informação e o comando e controle de materiais militares.

• Miniaturização

No curto prazo, outra importante conseqüência da digitalização e do desenvolvimento de novos materiais é a miniaturização resultante da redução do tamanho e do peso dos equipamentos. Pode-se observar claramente essa tendência quan-

do avaliamos a diminuição da espessura do monitor de televisão e do PC, do tamanho do telefone celular, dos computadores, etc.

No longo prazo, o progresso dos conhecimentos em supercondutividade sinalizam para uma miniaturização ainda mais sensível. Nesse novo cenário, pode-se esperar o surgimento de nano-computadores atuando em micro-ambientes.

• Qualidade da Informação

Como foi visto, o sensoramento é uma função tecnológica básica para o com-

No campo da tecnologia militar, pode-se esperar materiais de emprego militar (MEM) com funcionamento digitalizado e com controle digitalizado.

O míssil MSS1.2 anti-carro, em final de desenvolvimento pelo

Instituto de Pesquisa e

Desenvolvimento do Exército

e pela empresa Mectron,

caracteriza o sucesso da

digitalização do controle

e guinamento. Outros materiais

militares estão em voga e incluem

carta digitalizada, substituição

do tubo catódico por tela plana

no monitor de televisão

e do PC, adoção de gatilho

digitalizado, e outros.

bate. Na sua evolução, é de se ressaltar a necessidade de se fazer crescer a qualidade da informação obtida, associada com maior sensibilidade de sensores, maior poder de discriminação e nitidez de dados. A base tecnológica para o aumento da qualidade da informação tem o amparo dos progressos em sensores passivos, radares sensíveis, fotônica, computação, processamento de sinal e inteligência artificial.

Considerando o radar, um dos sensores militares de mais elevada importância, algumas técnicas podem melhorar consideravelmente o seu desempenho:

- a visão radar *sobre o horizonte*, com base na reflexão dos sinais radar na ionosfera, possibilitando um incremento no alcance de observação;

- o radar *phased-array* usa uma área fixa e plana, consistindo de grande quantidade de pequenos sensores, varrendo diferentes direções, em substituição a um único e grande sensor rotativo;

- o processamento virtual da informação, mediante uma técnica conhecida como reconhecimento de padrões (*pattern recognition*), resultando em programas capazes de reconhecer objetos em cenas visuais e identificar pequenas variações em uma fotografia, como o descobrimento de camuflagens (à semelhança do *jogo dos 7 erros*).

Considerando o satélite de reconhecimento militar, a técnica de processamento da imagem digital (PID) substituiu o filme analógico, que é revelado a posteriori, por semicondutores sensíveis à luz (CCD - *charge-coupled devices*) capazes de produzir a fotografia em tempo real.

Satélites de espionagem - baixa órbita, até 580km - podem operar com senso-

res infravermelho ou com fotografia, trabalhando com varredura baseada em câmera com grandeangular ou investigando detalhadamente um local definido com câmera de alta resolução.

Outro campo associado com a informação é o do anti-sensoriamento, a negação da informação, com base nas tecnologias de Controle de Assinaturas, Ambientação de Sistemas de Armas, mediante a redução da *superfície-radar* (técnica *stealth*), a redução do contorno visual, sistemas de interferência eletrônica, dissimuladores e emprego de *chaff* - limalhas de alumínio capazes de sobrepor ao navio uma imagem radar compensadora para desviar o míssil atacante.

• Processamento da Informação

A informação obtida pelos sensores deve ser processada para a tomada de decisão.

No caso do guiamento e controle de mísseis de cruzeiro, o processamento da informação utiliza a tecnologia TERCOM (*Terrain Control Matching*) com base em microcomputadores, propulsão com tomada de ar, controle de assinatura, pequena *superfície-radar*, tratamento de dados (navegação em carta digital), posicionamento topográfico com GPS, etc. A tecnologia atual permite que um sistema de controle com 37 quilos garanta uma acurácia de 40 metros para um alcance de 3.000 quilômetros.

Por outro lado, o comando e controle (C²) operacional ou C³I experimenta uma evolução na direção do processamento em tempo real, com base na redução do tamanho do computador, no desenvolvimento de *softwares* apropriados, no au-

mento da velocidade de tratamento de dados, na computação paralela, nos processos de filtragem das informações relevantes, na rede interna de computadores (intranet), na tecnologia da informação (telemática), na simulação e modelamento de jogos de guerra e na comunicação de voz, dados e imagens. O objetivo operacional é receber, filtrar, processar informações e transmitir decisões. O grande desafio tecnológico-operacional é encontrar meios e processos para lidar com uma quantidade imensa de dados e dela extrair, por filtragem e tratamento, informações significantes num prazo adequado para a tomada da decisão.

Outra área operacional importante, relacionada com o processamento da informação, é a Guerra Eletrônica ou seja a batalha pelo domínio da quarta dimensão do combate, a dimensão eletromagnética.

Além disso, o aumento da mobilidade na guerra provoca um aumento na mobilidade das comunicações, que passa a explorar a comunicação via satélite, equipamentos em microondas para comunicação na linha de visada e utilização, para comunicações táticas, de rádios HF e VHF, digitalizados e bastante resistentes a interferência. A tendência atual é pela redução na telefonia operacional por fio.

• Aumento do Alcance

Outra importante repercussão tecnológica no ambiente operacional é o aumento do alcance dos atuadores, função da melhoria do desempenho propulsivo e aerodinâmico. A base tecnológica para o aumento no alcance das armas modernas utiliza conhecimentos de dinâmica dos

fluidos, propulsão, projéteis hipervelozes, material de alta densidade energética, materiais compostos e miniaturização. O emprego desse conhecimento resulta em motores ou cargas mais eficientes, combustíveis e propelentes mais efetivos, miniaturização da carga útil e maior adaptabilidade de plataformas de tiro.

• Acurácia

Somente se vier acompanhado da melhoria na acurácia, isto é, na redução da dispersão, o aumento do alcance é desejável. Considerando a já citada tecnologia TERCOM para mísseis de cruzeiro, ela proporciona o seguinte funcionamento: um computador compara o terreno abaixo do míssil com um plano de vôo pré-programado; a trajetória do míssil é estabelecida antes do lançamento; a área debaixo do míssil é varrida por um radar altimétrico; os desvios da trajetória são corrigidos automaticamente. Assim, pode-se verificar que a acurácia cresce com base em tratamento de dados, processamento de sinal e digitalização da informação.

• Eficiência da Cabeça de Guerra

O aumento de alcance, acompanhado da melhoria na acurácia, só compensa se puder haver um incremento substancial no efeito da carga útil. A eficiência da cabeça de guerra é ampliada com base nas seguintes tecnologias – materiais de alta densidade energética, potência eletromagnética, processamento de sinal e projéteis hipervelozes.

Três exemplos caracterizam o incremento no efeito terminal: evolução do

efeito das cabeças de guerra com o emprego de sub-munições guiadas; evolução no projeto da carga-oca, mediante o retificador da onda de choque e a otimização *do stand-off*, distância entre a ponta de percussão e a base do cone explosivo e exploração da energia eletromagnética (por exemplo, o feixe laser resultante da excitação atômica) em substituição à energia química dos explosivos.

• Combate em qualquer Hora e qualquer Tempo

Os meios militares modernos proporcionam a capacidade de enxergar a qualquer hora e em qualquer condição climática ou do terreno, utilizando avanços tecnológicos com base em sensores passivos, radares sensíveis e novos materiais.

As batalhas do passado perdiam intensidade à noite, com condições climáticas adversas ou se o campo-de-batalha apresentava fumaça ou poeira. No futuro, os enfrentamentos vão ocorrer de dia e à noite, virtualmente em qualquer condição climática ou do terreno. Consequentemente, deverá ocorrer um grande estresse devido à ação rápida e sem descanso, a roupas pesadas de proteção e ao pouco tempo para se alimentar e recuperar forças. A única vantagem é que vão durar menos.

• Aumento da "Inteligência"

Outra importante repercussão tecnológica resultante da exploração das tecnologias críticas é o aumento da *inteligência* embarcada, gerando veículos - carro, avião ou barco - auto-pilotados ou remotamente pilotados, com objetivo de reconheci-

mento ou de atuação, isto é, para procurar, detectar e abater qualquer veículo em qualquer tempo.

A velocidade, a manobrabilidade e a acurácia de tais veículos requerem *inteligência* embarcada, resultante de: sensores de resposta rápida; sistema de controle automatizado; sistema de computação ativado a voz; no caso de avião, radar sensível para detectar e acompanhar alvos de alta velocidade a longas distâncias em qualquer altitude; seleção computadorizada do armamento apropriado; uso de inteligência artificial; identificação de amigo ou inimigo (IFF); etc.

A computação e a inteligência artificial podem contribuir para o desenvolvimento da inteligência militar em tempo real, o desenvolvimento de sistemas de armas inteligentes, o desenvolvimento de mísseis cada vez mais inteligentes para voar em ambiente com ruído de fundo, processadores de dados capazes de centenas de milhões de operações por segundo e sistemas capazes de frustrar contramedidas eletrônicas do inimigo.

Hoje, o computador calcula o que o homem planejou. Amanhã, o computador irá *pensar*, isto é, acumular conhecimento e aplicar esse conhecimento para resolver novos problemas.

• Robotização

A guerra é uma atividade extremamente letal. Se pudermos, deveremos substituir o homem pelo robô em algumas operações militares repetitivas e altamente perigosas com o sentido de valorizar a vida humana. Assim, com base na computação paralela, na inteligência artificial

e, produtividade de *softwares* poderão ser desenvolvidos robôs inteligentes e autônomos e, também, veículos remotamente pilotados que por si só são uma espécie de robôs.

• Automação

Finalmente, o espectro de repercussões tecnológicas sinaliza para a automação das funções tecnológicas do combate. É o caso do funcionamento automático de um sistema de armas, integrando as funções S-P-A. Por exemplo, pode ser uma evolução do Sistema PATRIOT, que foi o primeiro exemplar da automação do combate. O escudo de proteção contra mísseis balísticos caracteriza um outro exemplo da automação. Como se pode depreender, ela se constitui no grau mais elevado de sofisticação tecnológica.

A guerra convencional moderna se vale mais e mais de mísseis, lançados de plataformas – carro de combate, avião de combate e navio de guerra – para abater essas mesmas plataformas.

O objetivo tecnológico é o desenvolvimento de mísseis que sejam efetivos sob todas as condições adversas de combate – fumaça, poeira, chuva, neve, fog – e contra ações defensivas do inimigo – *chaff*, equipamentos de interferência eletrônica e dissimuladores.

Um importante símbolo da automação é o míssil *fire-and-forget*, que demanda a ordem de partida como a única ação humana para o seu funcionamento. Esse tipo de míssil utiliza, normalmente, sensores operando no IV afastado e na rádio-freqüência. Por outro lado, a tecnologia da onda milimétrica tende a ser a tecnolo-

gia dominante nos mísseis da batalha automatizada. Com freqüências de cerca de 30.000 megaciclos por segundo, é capaz de penetrar a atmosfera, mesmo quando ela está poluída com grande quantidade de poeira, fumaça, *fog*, etc.

Na idealização de um cenário de guerra automatizada poder-se-ia descrever que: uma força atacante invade a área de combate com veículos remotamente pilotados ou guiados por robôs; uma força de defesa atua com mísseis *fire-and-forget*; a batalha ocorre sem nenhuma intervenção humana ou com soldados robotizados ou com envolvimento humano remoto.

Esse combate representa a fuga da letalidade, passando a ser um jogo de xadrez tecnológico, ou melhor, é uma batalha tecnológica.

As assertivas acima podem sinalizar a admissão da ocorrência de uma futura guerra de robôs. Entretanto, embora, tecnologicamente falando, visualizemos o campo-de-batalha automatizado, ele se constitui tão-somente em um limite superior idealizado e inatingível. Não devemos esquecer que a guerra é um processo de desentendimento extremo e o homem utilizará todos os meios disponíveis para impor sua vontade ao adversário e, certamente, não aceitará um destino baseado numa contenda de robôs.

A GUERRA DO FUTURO

• Repercussões sobre o Ambiente Operacional

Com todo o potencial tecnológico descrito nos tópicos anteriores, pode-se inferir que o ambiente operacional da guer-

ra convencional tende a evoluir de maneira drástica e contundente. Tomando como base as características fundamentais do combate, a repercussão no ambiente operacional sinaliza alterações substanciais.

- **Densidade de Forças**

Deve ocorrer a manutenção da tendência histórica de redução pela expectativa dos exércitos do futuro de possuírem menores efetivos, pela ampliação da profundidade do campo-de-batalha e pela capacidade de engajamento a grandes distâncias. Assim, os campos de batalha serão mais abertos, isto é, com maiores frentes e maiores profundidades, apresentando grandes áreas desprotegidas e necessidade de emassar forças.

- **Letalidade**

A letalidade resulta do acoplamento de duas características operacionais - o poder de fogo e a precisão de fogo. Como a tendência de ambas é de crescimento, a letalidade tende a aumentar. Os ganhos tecnológicos na capacidade de sensoramento e processamento irão possibilitar o engajamento de alvos altamente compensadores a grandes distâncias e com extraordinária precisão; e também possibilitar a tropa ser detectada e atacada muito antes de atingir o alcance de suas próprias armas.

- **Mobilidade**

Fica evidenciada a manutenção da tendência histórica de aumento, pois os campos de batalha deverão ser mais abertos

e mais *fluidos*. Daí advém a importância da rapidez das ações.

As operações deverão ser mais dinâmicas pois a mobilidade emprestada pelo helicóptero e pela viatura de combate possibilita a expedita concentração de forças, a pronta execução de operações e a rápida dispersão. Note-se que a guerra linear estática pode ser condição rara e temporária.

- **Quarta dimensão do combate**

A exploração da quarta dimensão do combate, a dimensão eletromagnética, poderá ser decisiva na guerra do futuro. Em relação às guerras recentes, a dimensão eletromagnética deverá ser ampliada, passando a contribuir, por exemplo, para o emprego de atuadores de pulsos de energia concentrada (LASER). Como ampliação da capacidade de sensoramento, todos os sintomas de presença e atividades de tropa poderão ser detectados. Por outro lado, a quarta dimensão deverá varrer as funções tecnológicas S-P-A.

- **Estruturação do Campo de Batalha**

As características operacionais descritas anteriormente conduzem a um campo-de-batalha não-linear, fragmentado, menos estruturado e com crescentes espaços vazios. Nele, os combates com linhas ordenadas e definidas são raros. A *zona de combate* pode substituir os conceitos de LAADA e de linhas de frente. Não existem áreas seguras e não existem áreas profundamente a retaguarda.

Do visto, o campo-de-batalha não-linear requer operações em profundidade,

agilidade física e mental de modo a projetar e explorar as oportunidades para conquistar e manter a iniciativa e, acima de tudo, a capacidade, em todos os escalões de comando, de rapidamente concentrar poder de combate através da manobra. Sua equilibrada característica ofensiva/defensiva empresta grande ênfase às forças de armas combinadas que podem ser concentradas rapidamente.

A tecnologia de ponta proporcionará a capacidade de ver a maiores distâncias, disparar armas de maior alcance e mover-se mais rápido do que em qualquer campo-de-batalha anterior. A tecnologia proporcionará enorme quantidade de informações, grande parte em tempo real. O desafio será discernir o importante do não importante. A tecnologia pode liberar o soldado de tarefas altamente letais no campo-de-batalha.

Uma analogia pode ser feita entre a guerra e o futebol. A guerra linear corresponde ao futebol americano. Na guerra linear, cada organização militar possui uma função específica: batalhão de infantaria, grupo de artilharia e regimento de cavalaria desempenham funções próprias. Da mesma forma, no linear futebol americano, o *quarter back*, o *runner* e o *blocker* atuam de maneira inconfundível. Por outro lado existe uma certa similaridade entre as ações na guerra não-linear e no futebol clássico moderno. No futebol clássico moderno, o beque ataca, o atacante ajuda a defesa, o goleiro bate faltas próximo à área adversária, isto é, todos devem atuar com múltiplas funções. A guerra não-linear não possui princípios doutrinários estabelecidos, mas é bem provável que cada organização de valor batalhão

deva apresentar uma capacidade de combate autônoma, ou seja, deva dispor de cavalarianos, infantes, artilheiros, engenheiros, comunicantes e logísticos. Esse é um novo conceito que dá margem a apaixonados debates. É tempo de começá-los.

• Repercussões Doutrinárias

As mudanças no ambiente operacional apontadas no tópico anterior são indicativas da necessidade de adaptação da doutrina de emprego das Forças Armadas, e em particular da Força Terrestre, em cenário cambiante e surpreendente. A sobrevivência e vitória num campo-de-batalha menos denso e mais letal exigirão novos procedimentos doutrinários.

Assim, são inúmeros os aspectos a considerar na doutrina do combate convencional do futuro: campos de batalha mais abertos versus a necessidade de emassar forças; dispersão no interior da zona de combate; necessidade de deslocamentos frequentes; capacidade de atuação durante o deslocamento; atuação em *silêncio* rádio, térmico, visível de microondas e sonoro; necessidade de possibilidades ofensivas e defensivas equilibradas, apontando para organizações de armas combinadas flexíveis (mudança de missões); independência de atuação a nível de batalhão (?), privilegiando a flexibilidade e a coerção; as operações tenderão a ser ar-terra, dinâmicas, de ritmo acelerado, de alta intensidade e se estenderão por grandes distâncias; demanda pela integração definitiva força terrestre - força aérea ou ampliação da aviação do exército; e como empregar e controlar aviões a jato e helicópteros no mesmo espaço aéreo.

Novos procedimentos táticos também devem ser estabelecidos: forma de concentração; de realizar combates violentos e de curta duração; de ter eficácia no emprego dos meios de obtenção de informação; de realizar a coordenação e controle; de ter eficácia nos fogos de grande alcance; de utilizar uma guerra eletrônica de maior abrangência, e utilização da aviação no apoio de fogo.

MEIOS MILITARES NA GUERRA DO FUTURO

Utilizando as repercussões tecnológicas exploradas anteriormente, uma avaliação prospectiva de características do campo-de-batalha convencional do futuro pode nos levar a algumas conclusões sobre a evolução dos meios militares.

• Em futuro próximo

O míssil irá desempenhar papel cada vez mais importante como um atuador de alta letalidade, precisão e inteligência crescente. A tendência é o *fire-and-forget*.

O helicóptero, pela mobilidade e poder de fogo, ganhará espaço como um instrumento de reconhecimento, ataque e transporte.

O carro de combate principal, devido ao seu tamanho avultado e à sua pequena mobilidade, se transformou em alvo fácil para os mísseis AC. Possivelmente, os CC se tornarão mais leves e, com mais mobilidade, irão reduzir a assinatura eletromagnética.

Os sistemas de armas tenderão a possuir meios de navegação, de detecção de ameaça e de autodefesa.

No campo do sensoriamento, ocorrerá o surgimento de novos sistemas de vigilância e de aquisição de alvos.

No campo do processamento, serão desenvolvidos novos processadores para atuar em tempo real, com integração dos diferentes níveis de comando.

Inspirado no sucesso do míssil *Patriot*, o emprego da tecnologia com objetivos defensivos prevalecerá.

A tecnologia proporcionará o combate em profundidade com identificação, designação e destruição do inimigo, através do uso de munições inteligentes e seletivas.

• Em futuro longínquo

A tecnologia proporcionará novos atuadores e a dimensão eletromagnética da guerra, a quarta dimensão, terá o seu papel ampliado para incluir o emprego de armas de energia dirigida (lasers, microondas e feixe de partículas). O seu conteúdo energético poderá ser ajustado para níveis não-letais ou letais.

O satélite será empregado como atuador, utilizando armas eletromagnéticas de forma ofensiva e defensiva.

O espectro eletromagnético será varrido por equipamentos operando nas três funções bélicas S-P-A e passará a exercer um domínio total da guerra.

Em um futuro longínquo, pode-se ter a visão ideal de um campo-de-batalha automático, onde as funções bélicas S-P-A experimentam uma integração total e efetiva. A informação colhida pelos sensores de vigilância e aquisição de alvos é transmitida automaticamente pela rede de comunicações para análise pelo sistema de computação, que seleciona as armas apropriadas

e as direciona contra o alvo sem qualquer envolvimento humano. Os primeiros passos nessa direção foram dados pelo Sistema Antiaéreo, adaptado para Antimíssil, *Patriot*, que é tipicamente um rudimentar sistema automático de primeira geração.

CONCLUSÃO

De tudo o que foi exposto, pode-se considerar que o progresso vertiginoso da tecnologia militar aportará importantes repercussões na forma de desenrolar as guerras convencionais no futuro. Entretanto, desde já se pode enfatizar alguns impactos tecnológicos que irão produzir modificações no ambiente operacional: o sensoriamento mais eficiente irá proporcionar informações com níveis crescentes de qualidade; o aumento do alcance irá proporcionar o aprofundamento do combate; o guiamento e controle digital irão assegurar maior acurácia dos novos sistemas de armas; a evolução nas cabeças de guerra irá proporcionar maior efetividade no efeito terminal; e a evolução da telemática irá proporcionar dados para uma tomada de decisão melhor amparada e a comunicação mais efetiva.

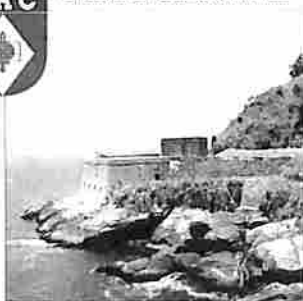
Além das modificações assinaladas, é de se enfatizar a quarta dimensão, o espaço eletromagnético, varrendo o ciclo S-P-A; a ocorrência do campo-de-batalha não-linear, fragmentado, menos estruturado e com crescentes espaços vazios; e, evidentemente, uma doutrina adequada para o combate convencional do futuro.

Nesse cenário de tecnologia avançada, ressalta o valor do soldado profissional, dado que a complexidade crescente dos novos materiais de emprego militar irá demandar operadores com consideráveis habilidades técnicas. Em consequência, o treinamento militar tende a ser cada vez mais caro, envolvendo profissionais com elevado nível educacional.

Finalmente, o direcionamento da tecnologia militar aponta inevitavelmente para o aumento da automação do combate, cenário em que a tecnologia-chave é o Processamento da Informação. Entretanto, embora, tecnologicamente falando, visualizemos o campo-de-batalha automatizado, ele se constitui tão-somente em um limite superior idealizado e inatingível. O homem irá sempre participar da guerra, para resolver um processo de desentendimento extremo. ●



Diretoria de Assuntos Culturais



Fortaleza de São João

Av. João Luiz Alves, s/nº – Urca – CEP: 22291-090
 Tel: 2543-3323, ramais 2056, 2057 e 2058 / Fax: 2295-0743
 Visitação: (apenas para grupos, com hora marcada)
 — de 2ª a 5ª-feira, das 9h às 11h30min e
 das 13h30min às 16h30min
 — 6ª-feira, das 9h às 12h
 Ingressos: R\$ 3,00



Logística integrada e estratégia¹

*Carlos Alberto Vicente da Silva**

RESUMO

Matéria extraída de trabalho apresentado, pelo autor, como atividade final de disciplina do programa de pós-graduação da Escola de Engenharia de São Carlos, EESC/USP, trata da atividade logística nos meios acadêmico, empresarial e militar. Apresenta um resumo do assunto Logística Integrada e Estratégia e uma revisão bibliográfica sumária do tema Logística Militar Brasileira, em forma de sinopse. Os vínculos identificados entre as duas abordagens são destacados no desenvolvimento do artigo e um posicionamento conclusivo é realizado ao seu final. A logística é destacada como atividade operacional e estratégica, sempre atenta para integrar conceitos e procedimentos visando à busca da vantagem competitiva no mercado ou vantagem operacional nas ações militares.

PALAVRAS-CHAVE

logística, integração logística, logística estratégica.

A origem da logística confunde-se com a do homem e sua luta pela sobrevivência ao procurar alimento e abrigo. Essas necessidades aumentaram com o advento das organizações primitivas da sociedade - a família, as tribos, os clãs etc. - e sua aglutinação ao redor dos líderes, em exércitos organizados para sua defesa. As necessidades de vestuário,

armamento e equipamento para o esforço bélico levaram às primeiras formas de logística, praticadas pelos vencedores na forma de saque. No ano de 362 a.C., Epaminondas (estadista e general grego) utilizou pela primeira vez o sistema de *requisições* em país inimigo, como alternativa ao saque. Durante a segunda guerra mundial (1939-1945), a logística foi utilizada como atividade de apoio às operações militares. Na invasão da Normandia, após 28 dias do assalto anfíbio, haviam sido desembarcadas 1.000.000 de toneladas de suprimentos e

* Coronel de Artilharia.

¹ Selecionado pelo PADECCEM.

300.000 toneladas de viaturas. Pela dimensão dos números, pode-se avaliar a amplitude dos problemas e as dificuldades enfrentadas pelos logísticos das Forças Aliadas. Essa guerra exigiu dos Estados Unidos da América a capacidade logística de movimentar e manter grande quantidade de homens e suprimentos para as frentes de batalha da Europa e da Ásia.

Após a Segunda Guerra Mundial, a condução dos conflitos tem destacado a atividade logística, não só como apoio às forças militares em operações de combate, mas, também, nas atividades de mobilização que envolvem as áreas governamentais e da iniciativa privada que darão suporte a essa logística militar. As Forças Armadas brasileiras assimilaram essa experiência e passaram a desenvolver doutrina militar própria, experimentada em exercícios e manobras militares em território nacional e em missões de forças de paz a serviço de Organizações Internacionais.

A Política de Defesa Nacional estabelece diretrizes para o planejamento estratégico militar de defesa e dá destaque às políticas de logística e de mobilização. Constitui importante instrumento institucional, a ser conhecido e debatido por representantes das vertentes política, econômica, militar e da área de ciência e tecnologia, no sentido da formulação e da execução de uma Estratégia Nacional de Defesa.

Dessa forma, a origem da logística se confunde com a da existência do homem e sua necessidade de sobrevivência. A evolução da arte da guerra contribuiu para aprimorar a atividade logística, que atingiu níveis elevados na estratégia militar e na integração com a produção e circulação de bens voltados para o esforço de guerra,

em especial durante o conflito mundial de 1939-1945. A participação brasileira nesse último conflito e a absorção da experiência adquirida, adaptada às peculiaridades do País permitiram que as Forças Armadas brasileiras aprimorassem doutrina própria nesse setor.

LOGÍSTICA INTEGRADA E ESTRATÉGIA

Formação do conceito de Logística

A formação do conceito de logística apresenta fases distintas influenciadas pelos movimentos inspiradores do pensamento administrativo, nos últimos cem anos.

- Fase I – período anterior a 1900

A principal contribuição desse período foi o aparecimento do termo logística (*logistics*). A sua origem tem possíveis versões históricas e etimológicas. Como destaque é apresentado o significado segundo Houaiss (2001): *s.f. 1 MIL organização teórica da disposição, do transporte, do abastecimento de tropas em operação militar 2 p. ext. administração e organização dos pormenores de qualquer operação. ETIM fr. logistique (1840) nome dado à parte especulativa da ciência das armas, este emprt. ao gr. Logistikós, ê, ôn relativo ao cálculo; que diz respeito ao raciocínio.*

- Fase II – Do início do século XX até a década de 50

Essa fase foi influenciada pelo movimento da racionalização do trabalho ou movimento clássico da administração, uma vez que o sistema de produção em massa necessitava de grandes quantidades de matérias-primas, para atender à expansão dos mercados.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), proporcionou avanços significativos na área dos transportes e da logística, impulsionados pelas necessidades de movimentação de pessoas e suprimentos de guerra, por dois grandes cenários distintos (Pacífico e Europa).

- Fase III – década de 50 até o início dos anos 60

Os destaques nessa fase ocorreram no campo do desenvolvimento tecnológico (surgimento do computador e progresso dos meios de comunicação) e na área do pensamento organizacional, sob a égide do movimento sistêmico ou estruturalista da administração. O conceito de sistema gerou uma estrutura para o entendimento dos complexos relacionamentos internos à organização, englobando as atividades logísticas.

A evolução da visão sistêmica identifica a necessidade de integração da logística durante o estabelecimento do plano estratégico da empresa. A concepção de agregação de valor ao produto através da prestação de serviços ao cliente é valorizada e as empresas passam a incluir conceitos de desempenho ligados à prestação de serviços, valorizando assim o serviço logístico e integrando-o às atividades de manufatura e de marketing. (Bowersox et al., 1986)

- Fase IV – anos 60 até o final da década de 70

Durante os anos 60, o ambiente produtivo, é influenciado por uma nova realidade: o setor de marketing consolida-se e passa a exercer forte pressão sobre a produção; a manufatura ganha uma importância estratégica; a forte concorrência externa vem despertar as empresas para um novo conjunto de transformações mundi-

ais emergentes, como a integração agregando vantagens competitivas; e as preocupações voltam-se para os materiais, estoques e compras, que são incorporadas às atividades de transportes e distribuição física.

- Fase V – década de 80 até o início dos anos 90

Os novos processos de administração aplicados neste período (customização, inovação, qualidade, just in time, gestão estratégica etc.) deram destaque à logística dentro do planejamento estratégico das empresas, que ganha reconhecimento na prática da gerência empresarial, assumindo uma função de integração e coordenação de atividades de diferentes áreas. O interesse acadêmico aumenta e associações de profissionais de logística, como o *Council of Logistics Management* – CLM –, congregam discussões e contribuições vindas da prática no mercado de trabalho. Da mesma forma, os cursos, programas e artigos acadêmicos/científicos produzidos refletem a importância da logística no meio empresarial como fonte de vantagem competitiva.

A Consolidação da Atividade e do conceito de Logística

A evolução da atividade logística ao longo do século XX para um sistema eficiente e eficaz ocorre com a busca da melhora na prestação de serviços, de modo a proporcionar uma percepção de ganho de valor pelo cliente, ao menor custo possível. Assim, uma proposta do conceito de atividade logística tem hoje a seguinte forma: Logística – *É o processo da cadeia de suprimentos que planeja, implementa e controla o fluxo e o estoque de bens e serviços e as informações relativas, do ponto*

de origem ao ponto de consumo, de maneira eficiente e eficaz, buscando a satisfação das necessidades do cliente (Council of Logistics Management, 2002).

Os professores Bowersox e Closs (2001) apresentam a logística inserida numa *visão de integração de processos*, através dos quais a logística desenvolve competência e valor na ligação da empresa com seus fornecedores e clientes. O processo logístico agrega valor no fluxo de materiais, a partir da compra de matérias-primas, seu processamento e entrega de produtos acabados ao cliente. O fluxo de informações identifica locais específicos dentro do sistema logístico em que é preciso atender a algum tipo de necessidade.

do profissional de logística como fornecedor de mercadorias e serviços a clientes de acordo com suas necessidades e exigências da maneira mais eficiente possível. Apresenta como proposta de conceito: *A missão da logística é dispor a mercadoria ou o serviço certo, no lugar certo, no tempo certo e nas condições desejadas, ao mesmo tempo em que fornece a maior contribuição à empresa.*

A Logística e a vantagem competitiva

A logística e a estratégia sempre foram atividades valorizadas no meio militar, uma vez que o uso adequado de ambas é fator decisivo para a obtenção de um vantajoso

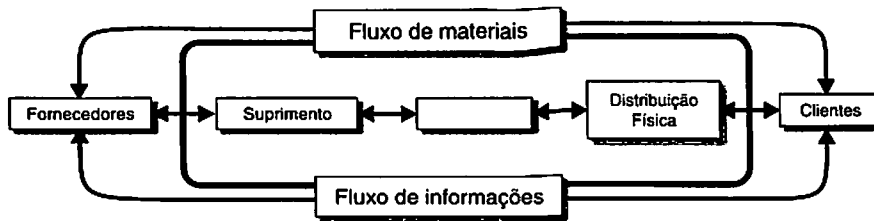


Figura 1: Integração logística (adaptado de Bowersox & Closs, 2001, p. 44, 99).

As contribuições de Lambert e Stock (1992) tratam como foco principal a gerência da logística integrada e destacam o fundamental comprometimento entre essa gerência e as políticas de marketing. O efetivo resultado (satisfação e sucesso dos clientes) somente é alcançado se a empresa executar o planejamento e a gestão adequada ao nível de serviço estabelecido para seus clientes, fundindo as propostas das atividades de marketing e das operações logísticas.

Uma visão mais operacional é detalhada por Ballou (2001) ao destacar a missão

poder de combate. Mais recentemente as organizações empresariais reconheceram o impacto vital que o gerenciamento logístico e estratégico pode ter na obtenção de vantagem competitiva.

Segundo Chistopher (1992), as organizações que serão líderes de mercado no futuro serão aquelas que procurarão e atingirão os picos gêmeos da excelência: conseguirão tanto a liderança de custos como a liderança de serviços.

Uma das mais importantes tendências comerciais do século XX foi a emergên-

cia da logística como conceito integrador que abrange toda a cadeia de suprimentos, desde a matéria-prima até o ponto de consumo, ou seja, alcançar o objetivo da vantagem competitiva através da redução de custos e da melhoria dos serviços.

Logística e Estratégia

A exemplo do conceito de logística, o pensamento estratégico evoluiu muito nas últimas duas décadas. As concepções originais do planejamento estratégico foram desenvolvidas para auxiliar na análise de problemas enfrentados pela direção geral de grandes empresas, como a definição de em quais mercados a corporação deveria com-

Duas abordagens se destacam juntamente com os modelos de excelência logística, para reproduzir esse envolvimento estratégico. Mesmo tratando-se de propostas distintas, elas podem ser complementares como contribuição para a formulação e gestão estratégicas.

• *Estratégia em função do ambiente externo (estrutura da indústria)*

Esta abordagem está consolidada na obra de Michael Porter (apud Mussetti, 2000), iniciada nos anos 80. Como marco inicial de sua obra, Porter, através do modelo das cinco forças competitivas, procura explicar o sucesso das empresas em função da atratividade da indústria a que pertence e em função do posicionamento relativo da

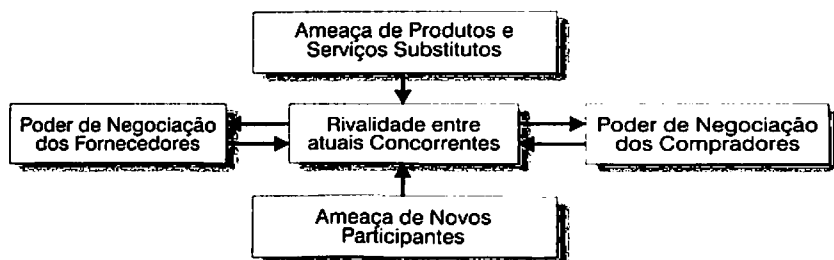


Figura 2: Modelo das cinco forças competitivas

petir e como alocar recursos entre diferentes possibilidades de negócios. (Weiss, 1996).

Ségundo Schermerhorn (1999), o propósito do planejamento estratégico é ajudar as organizações a conseguirem vantagens competitivas. Estratégia é um plano de ação completo que dá o rumo crítico e orienta a alocação de recursos para alcançar objetivos organizacionais de longo prazo e, ainda, qualquer estratégia define o rumo que a organização pretende tomar num âmbito competitivo.

empresa dentro dessa indústria, caracterizado pela vantagem competitiva alcançada pela empresa em relação às demais.

Porter apresenta como proposta principal a definição da estratégia de uma empresa a partir da análise do ambiente externo, no qual ela está inserida, privilegiando a visão externa como direcionadora da competitividade. A estratégia competitiva é vista como a construção de defesas contra o conjunto das forças competitivas, como um modo de influenciar o equilíbrio das forças

externas em favor da empresa, ou como uma resposta, antes dos concorrentes, às mudanças nos fatores básicos destas forças.

• *Estratégia em função dos recursos da empresa*

São inúmeras as contribuições para a formação da abordagem dos recursos da empresa, nos últimos quinze anos. É uma abordagem integradora que envolve a proposta evolucionária da empresa e a proposta das competências essenciais.

A teoria evolucionária é baseada em analogias com os conceitos biológicos de inovação (variação, mutação), hereditariedade e seleção (empresa como uma entidade de conhecimento-comportamento). Essa proposta procura ver os fenômenos sociais e econômicos em termos de processos de mudança. Para isso, as empresas se envolvem com seus ambientes e geram o fator motivador para a melhoria contínua de seus processos e rotinas organizacionais, adaptando-se novamente às necessidades detectadas do ambiente e inovando a tecnologia e os aspectos gerenciais das operações (seleção).

A teoria das competências essenciais propõe que a alta gerência deve concentrar grande parte de seus esforços na distinção dessas competências, baseado em três critérios: o valor percebido pelo cliente; a diferenciação entre concorrentes, gerando um diferencial (produto ou serviço de domínio exclusivo ou de difícil reprodução); e capacidade de expansão (novos mercados, produtos ou serviços).

Neste contexto, a logística pode ser reconhecida como um recurso estratégico em situações onde sua exploração encontra os critérios qualificadores como capacidade distinta: ser valioso, escasso e difícil de imitar.

Modelos de Estruturação Estratégica Logística

Os modelos de estruturas visam oferecer condições competitivas diferenciadas, através do envolvimento estratégico dos processos logísticos e da indicação dos principais requisitos gerenciais, técnicos e de infra-estrutura.

• *Modelo proposto por Fawcett e Clinton (1996)*

Este modelo foi desenvolvido a partir dos resultados de uma pesquisa feita com um grupo de empresas consideradas de alto desempenho. Fawcett e Clinton (1996) propõem um modelo de excelência logística composto por áreas básicas para a implementação de uma estratégia competitiva logística.

O modelo propõe como áreas básicas: *orientação estratégica* de compartilhar planejamentos e missões, interna e externamente; *processos de mudanças* voltados para uma postura proativa, orientada para o cliente; *mecanismos de integração e gestão de alianças* voltadas para atividades que adicionam valor; *medidas de desempenho* e *sistemas de informação* como áreas suporte das anteriores; e *desempenho logístico* como o resultado dos esforços realizados por todas as áreas que integram a estrutura.

A comparação entre as empresas líderes e as normais sugerem que o desenvolvimento logístico é influenciado pelos seguintes fatores: o envolvimento estratégico da logística; o nível pelo qual o cliente torna-se o foco da estratégia logística; a agressividade das mudanças de processo, ou seja, a renovação contínua torna-se padrão; a utilização de metas operacionais consistentes e outros mecanismos de integração; a habili-

dade em estabelecer alianças na cadeia de suprimentos baseadas na confiança; o desenvolvimento da capacidade de medição do desempenho; e o compromisso da construção de uma competência em informações.

• *Modelo proposto por Bowersox e Closs (2001)*

Essa estrutura realça o que as melhores empresas estão focando na exploração da competência logística como um processo estratégico essencial. A figura 3, destaca seis iniciativas gerenciais que norteiam a propos-

organizados em quatro níveis, que devem ser integralmente coordenados e integrados para a obtenção de um desempenho de classe mundial (Laughlin & Copacino, 1994).

• *Modelo proposto pela equipe da Michigan State University (1995)*

Esta proposta é o resultado do trabalho conduzido pelo grupo de pesquisa em logística da Michigan State University. O modelo é estruturado sobre o relacionamento entre práticas, direcionadores e capacidades, gerando competências para o alcan-

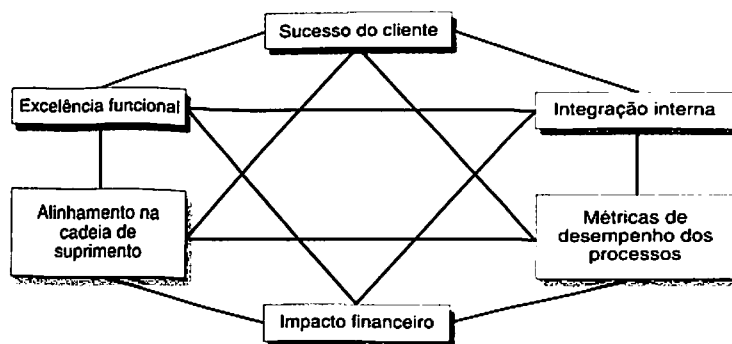


Figura 3: Dimensões da excelência logística. Adaptado de Bowersox & Closs (1997).

ta de Bowersox e Closs (1997). A proposta é conduzida, através da apresentação das iniciativas gerenciais e de seus respectivos vínculos com o suporte à excelência logística.

O sucesso do cliente consiste no entendimento de suas necessidades para desenvolver uma solução logística e atender essas necessidades, comprometendo-se com o seu sucesso.

• *Modelo proposto por Andersen Consulting (1989)*

Este modelo baseia-se numa estrutura desenhada pela Andersen Consulting, ilustrado na figura 4, e identifica dez componentes chaves de uma estratégia logística,

ce da excelência logística. As *práticas* são os aspectos mais visíveis da logística e são definidas como a execução de um trabalho específico ou de uma ação que está relacionada e é altamente relevante à situação específica do negócio. Os *direcionadores* são a união de um grupo de práticas que desenvolvem capacidades específicas. As *competências* são uma síntese de *capacidades* que geram um estado suficiente, coerente e gerenciável capaz de ganhar e manter clientes selecionados.

O modelo resultante da pesquisa apresenta como requisito para o alcance da excelência logística o desenvolvimento simul-



Figura 4: Componentes chaves da estratégia logística (Andersen Consulting, 1989, apud Laughlin & Copacino, 1994).

tâneo de quatro competências-chaves. A competência *posicionamento* trata da seleção de estratégias e de estruturas adequadas à direção das operações logísticas. O processo de *integração* logístico é construído sobre capacidades que permitem o alcance de desempenho de classe mundial. A competência *agilidade* é a realização e retenção do sucesso e da competitividade dos clientes. A competência da *mensuração* é o monitoramento interno e externo das operações logísticas. Proporciona a base para a identificação da necessidade de mudanças.

LOGÍSTICA MILITAR BRASILEIRA – SINOPSE

Política, Estratégia e Doutrina Militares do Brasil

Após a segunda guerra mundial, o novo quadro de desafios e oportunidades, levou o Brasil a promover o desenvolvimento de

modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País. Em 1946, uma das medidas adotadas foi a criação do Estado-Maior das Forças Armadas como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, com a finalidade de proceder estudos com vistas à fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares.

Em 1949, para a consecução deste objetivo foi criada a Escola Superior de Guerra, um instituto de altos estudos,

destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento da segurança nacional. Essas ações concorreram e facilitaram a constituição do Ministério da Defesa (2002), em 1999.

Concomitante a outras medidas, observa-se a inserção da logística na própria estrutura do Ministério da Defesa (2001), com a Secretaria de Logística e Mobilização, órgão que teve seus encargos regulamentados em 2001 e a quem compete: formular e supervisionar a Política de Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas; formular a Política de Mobilização Nacional; estabelecer diretrizes gerais para a logística e a mobilização militares; entre outros encargos.

Forças Armadas

Detentoras de estruturas flexíveis, alta mobilidade, disseminação por todo o terri-

tório nacional, disponibilidade dos seus variados e competentes recursos humanos e identificação com o povo, características estas que permitem às organizações militares uma maior facilidade no desempenho de suas missões constitucionais. Essa missão é cumprida pelo desenvolvimento de três tipos de atividades: fim, meio e subsidiárias.

As atividades-fim dizem respeito ao emprego operacional das Forças em atividades bélicas e o preparo correspondente a tal fim. As atividades-meio reúnem as ações de apoio e dizem respeito, basicamente, a atividades administrativas e sua articulação no território nacional. As atividades subsidiárias abrangem os campos social e econômico e dirigem-se às áreas de ciência e tecnologia, à indústria, à infra-estrutura de construção, ao transporte, à colonização, à assistência social, à educação, à saúde, ao apoio à população civil em áreas carentes, ao apoio nas calamidades públicas, preservação do meio ambiente, defesa civil e em diversos outros campos que envolvam situações de caráter emergencial.

Se na atividade-fim encontra-se a aplicação preponderante da logística militar, é na atividade subsidiária que está, em maior ênfase, a aplicação da logística integrada à orientação estratégica de atuação do Estado brasileiro. Assim, as Forças Armadas executam, silenciosas e anônimas, o trabalho que lhe é destinado por lei e apresentam um potencial logístico integrado e estratégico, relacionado às demais áreas governamentais e com a participação dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial do País.

Inserido nesta realidade, o Exército conduz suas ações por uma permanente avaliação da conjuntura que permita clara previsão das conseqüências de cada rumo adotado, de modo a manter elevados níveis de operacionalidade e eficácia. Entre essas ações destaca-se a logística, integrada às áreas de ciência e tecnologia, de mobilização, do ensino, da gestão orçamentária, financeira e do material

Logística Operacional no Exército Brasileiro

O manual de campanha C 100-5 – Operações (Estado-Maior do Exército, 1997) apresenta a doutrina básica de operações do Exército Brasileiro, e destina-se a orientar o emprego da Força Terrestre no cumprimento de suas missões operacionais e logísticas. Enfatiza, como fatores decisivos para o sucesso na guerra: *o espírito ofensivo; a importância da conquista e manutenção da iniciativa; a rapidez de concepção e de execução das operações; a iniciativa dos subordinados; a flexibilidade para alterar atitudes, missões e constituição das forças; a sincronização das ações no tempo e no espaço; e a liderança e capacidade de decisão dos comandantes em todos os escalões.*

Em operações de guerra o apoio logístico é de competência dos respectivos sistemas logísticos dos escalões subordinados à Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestre (FTTOT)². Quando o comandante da Força decide centralizar esse apoio, é organizado um Comando Logístico Combinado do Teatro de Operações Terrestre.

² FTTOT é o grande comando operacional terrestre que, quando constituído, planeja e conduz operações no nível estratégico-operacional, executadas por seus elementos subordinados.

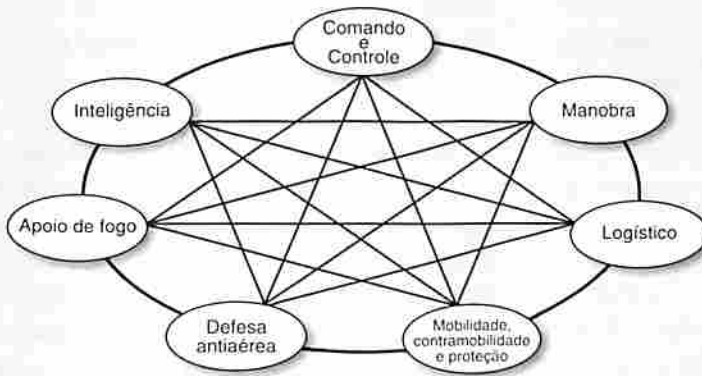


Figura 5: Sistemas Operacionais

Nesse espaço geográfico os elementos de combate, apoio ao combate e logísticos interagem, integrando sistemas operacionais, esquematizados na figura 5, que permitem ao comandante coordenar o emprego oportuno e sincronizado de seus meios no tempo, no espaço e na finalidade.

Esses sistemas aplicam-se tanto ao nível tático quanto ao nível estratégico-operacional do combate e facilitam a integração, coordenação, preparação e execução de operações de armas combinadas.³

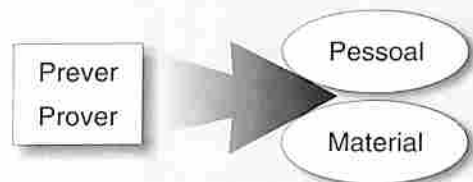
O sistema logístico incorpora técnicas especializadas e se estrutura para cumprir as funções logísticas, figura 6, organizando-se em torno das atividades funcionais, respeitando a interpenetrabilidade entre elas e a melhor funcionalidade e especialização em cada escalão. Apoia-se no máximo aproveitamento da infra-estrutura local e dos meios civis existentes e mobilizáveis. Orienta-se, fundamentalmente, para o apoio

ao pessoal e ao material dos elementos de combate e de apoio ao combate. Deve integrar-se perfeitamente ao sistema de manobra.⁴

• *Apoio logístico ao combate*

O apoio logístico ao combate engloba as ações realizadas para preparar e garantir a continuidade do combate, incluindo o processo de

planejamento e execução do apoio às operações. Essas ações estão presentes em todas as fases do combate, havendo estreita ligação e sincronização entre o planejamento da manobra operacional e a manobra logística. Seus elementos devem participar desse planejamento e ter perfeito conheci-

Figura 6: Funções logísticas
(adaptado de Estado-Maior do Exército, 1997)

mento e entendimento das operações, para melhor apoiar sua execução.

Deve manter a capacidade de responder às condições dinâmicas do combate de qualquer intensidade. Operações con-

³ Operações de armas combinadas são aquelas relacionadas com ações militares estratégicas, estratégico-operacionais ou táticas, em que tomam parte elementos ponderáveis de mais de uma unidade de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, sob um só comando, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação.

⁴ Manobra consiste na combinação de fogo e movimento para posicionar-se, no campo de batalha, de maneira vantajosa em relação ao inimigo.

tinuadas, ininterruptas ou circunstâncias imprevisíveis não podem ser obstáculos para a logística operacional. No seu conjunto, os elementos logísticos devem possuir flexibilidade, criatividade e versatilidade para cumprir sua missão. Ela crescerá em complexidade e importância na mesma medida em que aumentem o volume e a intensidade das operações.

CONCLUSÃO

A proposta de resumo do assunto logística integrada e estratégia e a de sinopse do enfoque militar sobre o assunto apresentam vínculos e idéias em comum que indicam a logística como atividade a ter um contínuo estudo visando a correta aplicação no contexto da administração organizacional, seja empresarial ou militar.

A evolução da logística tem um histórico que a liga estreitamente à atividade militar de transporte, suprimento, mobilização e outros encargos de apoio à manobra. Por outro lado, em que pese a atividade sob o enfoque militar ter adquirido experiência ímpar durante a segunda guerra mundial, após esse conflito os meios acadêmico e empresarial deram maior ênfase à continuidade dos estudos e pesquisas que concorreram para a evolução conceitual e prática da logística, direcionada para a elaboração de processos administrativos que levassem à obtenção de vantagem pela organização. A área militar acompanhou o trabalho acadêmico / empresarial e aprimorou sua doutrina de emprego operacional da logística, de modo a estar em condições de agilizar a passagem da situação de paz para a de guerra. Essa interação ocorrida na segun-

da metade do século XX facilitou a condução do apoio logístico durante os conflitos que se seguiram até os dias atuais.

A integração logística, procurada no meio empresarial como *processo* administrativo, ou através do *comprometimento* da gerência, ou ainda pela *finalidade* de dispor a mercadoria ou serviço certo, no lugar certo, no tempo certo, nas condições desejadas e ao menor custo, tem correlação com a atividade no meio militar por serem os caminhos que levam ao sucesso das operações no campo de batalha.

O planejamento estratégico, com a inserção da logística na visão estratégica da empresa de sucesso, é também valorizado no meio militar uma vez que a sua correta condução – concepção, elaboração, execução e controle –, de forma integrada, é considerada fator de vitória ou fracasso em conflito armado.

A arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as forças do Teatro de Operações visando a alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados no plano estratégico é um conceito militar doutrinário da estratégia operacional. A substituição das expressões de uso militar por similares de uso empresarial, no conceito ora exposto, torna-o perfeitamente aplicável à estratégia operacional de uma organização direcionada para a atividade logística.

Os quatro modelos de estruturação estratégica logística, desenvolvidos para propiciar condições competitivas diferenciadas às organizações, através do envolvimento estratégico dos processos logísticos, têm semelhanças com as manobras estratégico-operacionais – onde uma das vertentes é a logística –, concebidas para

criar as condições favoráveis visando à conquista do objetivo estratégico fixado.

Cabe destacar que o emprego da logística de uma forma integrada, como uma prática inserida na estratégia de gerenciamento, tem trazido importantes benefícios às organizações empresariais ou institucionais.

Da mesma forma, a visão sistêmica aplicada à gestão empresarial ou ao comando operacional militar tem na logística uma abordagem em que seus respec-

tivos elementos interagem e integram, permitindo ao gerente ou ao comandante a obtenção de vantagem competitiva.

Assim, a valorização crescente da atividade logística no planejamento estratégico organizacional é uma mostra da mentalidade gerencial de procurar por uma constante melhoria do poder de competição, seja através parcerias e alianças estratégicas, seja com o emprego de recursos de toda ordem à disposição da organização, empresarial ou militar. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLOU, R. H. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial*. Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 85-7307-851-0.
- BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J. *Brazilian Logistics: a time for transition*. Gestão & Produção, São Carlos, v. 4, p. 130-139, ago. 1997.
- BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J. *Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento*. São Paulo: Atlas, 2001. ISBN 85-224-2877-8.
- BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J.; HELFERICH, O. K. *Logistical Management*. 3. ed., New York/London: Macmillan/Collier Macmillan, 1986.
- CHRISTOPHER, M. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimento*. São Paulo: Pioneira, 1992.
- COUNCIL OF LOGISTICS MANAGEMENT. CLM. Illinois, Jan. 2002 Disponível em: <<http://www.clm1.org/about/purpose.asp#definitions>> Acesso em: Jan. 2002.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. C 100-5: Operações, 3. ed. 2. tiragem. Brasília: EGGCF, dez. 1997.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Apresenta dados sobre o Departamento Logístico. Brasília 2001. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Deptos/dlog/indice.htm>>. Acesso em: Jan. 2002.
- . Apresenta textos sobre o Exército Brasileiro. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2002.
- FAWCETT, S. E.; CLINTON, S. R. *Enhancing logistics performance to improve the competitiveness of manufacturing organizations: A triad perspective*. Production and Inventory Management Journal, APICS, p 40-46, First Quarter 1996.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 3008 p., 23 x 30,5 cm. ISBN 85-7302-383-X.
- LAUGHLIN, K. A.; COPACINO, W. C. *Logistics Strategy*. In: ROBESON, J. F.; COPACINO, W. C. *The Logistics Handbook*. New York, The Free Press. p. 57-75, 1994.
- LAMBERT, D.M.; STOCK, J.R. *Strategic Logistics Management*. 3. ed., USA, IRWIN, 1992.
- MICHIGAN STATE UNIVERSITY. *World Class Logistics: the challenge of managing continuous change*. Illinois: Council of Logistics Management, 1995.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Apresenta publicações de interesse da defesa nacional. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/Publicacoes/publicacoes.htm>>. Acesso em: Jan. 2002.

- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Regimento interno da Secretaria de Logística e Mobilização*. Baixado pela Portaria n.º 442/Gabinete, de 24 de julho de 2001. Brasília: Diário Oficial da União, 25 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/materia.asp>>. Acesso em: Jan. 2002.
- MUSETTI, M. A. *A identificação da entidade gestora logística: uma contribuição para seu processo de formação e educação*. 2000. 168 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- PORTER, M. E. In: MUSETTI, M. A. *A identificação da entidade gestora logística: uma contribuição para seu processo de formação e educação*. 2000. 168 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 3, p. 46-49.
- SCHERMERHORN Jr., J. R. *Administração*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- WEISS, J. M. G. Uma contribuição ao estudo da administração estratégica de segmentos industriais. In: MUSETTI, M. A. *A identificação da entidade gestora logística: uma contribuição para seu processo de formação e educação*. 2000. 168 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. p. 43-46.



Diretoria de Assuntos Culturais



Forte de Copacabana

Praça Coronel Eugênio Franco, Nº 1
Copacabana – Posto 6 – CEP 22070-020
Tels.: 2522-4460 e 2521-1032
Fax: 2522-6263
Visitação: de 3ª-feira a Domingo,
das 10h às 16h
Ingresso: R\$ 3,00

Questões de Segurança no Mercosul pós atentados nos Estados Unidos da América (EUA)¹

Sérgio Luiz Cruz Aguilar*

RESUMO

"O Terrorismo e as Organizações internacionais", "ações do Mercosul relativas à segurança nacional", "implicações dos atentados no Mercosul", "carências do mercado comum", e a "integração de aspectos relativos à segurança" são os tópicos desenvolvidos neste artigo, na apreciação das questões referenciadas no título.

PALAVRAS-CHAVE

Mercosul, ONU, OEA, segurança.

As ações terroristas não são algo novo na história da humanidade. Têm sido executadas pelos mais variados tipos de grupos e indivíduos através dos tempos e com os mais diversos propósitos. Seja por ideologia, objetivos políticos ou questões religiosas e étnicas, atentados têm sido executados de maneira sistemática e imprevisível, colocando em risco a segurança de instituições e dos cidadãos.

Algumas ações conseguiram mudar o rumo dos acontecimentos e alterar a política de governos para determinadas re-

giões. O atentado ao Hotel Rei Davi, em 1945, influenciou na retirada britânica da Palestina. Da mesma forma, os norte-americanos retiraram-se do Líbano, em 1983, após o atentado que levou a morte 241 de seus soldados.

Assim como a economia, o terrorismo globalizou-se. A liberdade de movimento, o fácil acesso à informação e a tecnologia das comunicações possibilitaram que ações terroristas fossem planejadas e coordenadas em distâncias extremamente grandes dos locais dos atentados. Da mesma forma, facilitaram a reunião de material necessário, como explosivos, armamento e munição e o conhecimento de técnicas, como confecção de

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

bombas acionadas a distância, ou a pilotagem de aviões.

Os atentados sem precedentes de 11 de setembro de 2001 possivelmente marcarão uma nova era, devido à magnitude do planejamento, execução, efeitos causados e o alvo atingido. Ao ferirem o orgulho da nação mais poderosa do mundo, que até então se achava inatingível, os terroristas atingiram também todos os Estados democráticos do planeta. Logicamente, a reação deverá ser da mesma magnitude. Pelo menos em relação a questões de segurança, o mundo terá o antes e o pós-atentados.

Neste contexto, pretendemos identificar as implicações dos atentados nos EUA na integração de questões relativas à segurança no âmbito do Mercosul. Para isso, serão verificadas as ações contra o terrorismo adotadas por alguns organismos internacionais, as peculiaridades e vulnerabilidades de cada Estado membro do Mercosul, as ações já adotadas e as que possam vir a ser implementadas pelo bloco.

O TERRORISMO E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A ameaça terrorista tem levado a comunidade internacional a debater o tema e a tentar encontrar mecanismos para neutralizá-la.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem implementado acordos que dão ferramentas legais para o combate ao terrorismo internacional. Várias convenções foram adotadas relativas a atos come-

tidos a bordo e captura de aeronaves; atos ilícitos contra a segurança da aviação civil e da navegação marítima²; prevenção e punição de infrações contra pessoal protegido internacionalmente, incluindo agentes diplomáticos; tomada de reféns; proteção física de material nuclear; marcação de explosivos plásticos para efeitos de detecção; repressão de atentados terroristas com utilização de bombas e repressão do financiamento ao terrorismo. Em 1994, a Assembleia Geral adotou a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, com seu posterior suplemento, adotado em 1996.³

Foi estabelecido também o Serviço das Nações Unidas para a prevenção do terrorismo, integrado ao Escritório das Nações Unidas para Controle de Drogas e Prevenção do Crime, com sede em Viena, na Áustria.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) já havia também se pronunciado através das resoluções nº 1267 e 1269 de 1999 e nº 1333 de 2000, pelas quais determinava a entrega do terrorista Osama Bin Laden a autoridades competentes para ser julgado, condenava os atos terroristas e chamava os Estados membros a adotar medidas para seu combate, além de exigir o fechamento de campos de treinamento de terroristas no Afeganistão, respectivamente.

Em 29 de setembro de 2001, o CSNU aprovou resolução visando a combater o terrorismo. A resolução pediu aos países que colaborem na troca de informações

² No caso da navegação marítima a Convenção foi aprovada em 1988 e complementada por Protocolo que estende as mesmas condições a plataformas marítimas de exploração de petróleo e gás.

³ Textos das convenções disponíveis em: http://www.undcp.org/terrorism_conventions.html. Acesso em 20 Nov 01.

sobre atividades de grupos terroristas, que impeçam o movimento dos mesmos pelas fronteiras internacionais, bloqueiem as fontes de apoio financeiro e logístico e aumentem a cooperação policial e judicial. A resolução, obrigatória de acordo com o capítulo VII da Carta da ONU, previu sanções aos países que não a cumprirem. Foi instalada uma comissão composta por especialistas e membros do CSNU para verificar o cumprimento da resolução e estipulado o prazo de noventa dias para os Estados informarem as medidas adotadas.

No âmbito da OEA, foram realizadas conferências especializadas sobre terrorismo em Lima, em 1996, e em Mar Del Plata, em 1998. Na primeira, a Declaração de Lima originou o Plano de Ação de Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo⁴. Na Segunda, foi firmado o compromisso que fortaleceria o plano de ação⁵. Em 1999, foi criado o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, em conformidade com o Art. 53 da Carta da OEA, com o objetivo de desenvolver, coordenar e avaliar a implementação do plano de ação e do compromisso de Mar Del Plata. O Comitê tem a finalidade de facilitar a cooperação nas áreas jurídica, policial, legal e de serviços de inteligência⁶.

A União Européia (UE) realizou encontros em nível ministerial com os EUA e uma cimeira com a Rússia. Em 21 de setembro de 2001, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Europeu. Foram realizadas visitas ao Paquistão, Irã, Arábia Saudita, Egito e Síria para, junto com a

ação dos Estados membros, construir uma coligação internacional contra o terrorismo. O Parlamento Europeu aprovou o regulamento relativo ao congelamento de bens de organizações e de indivíduos suspeitos de apoiarem ou financiarem atividades terroristas.

Foram propostas medidas legislativas para enquadramento jurídico comum de combate ao terrorismo, assim como a adoção de um mandato de captura europeu que substituiria os processos de extradição.

A Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa aprovou, durante Conferência realizada no início de dezembro de 2001, um plano antiterrorismo para eliminar armas e fundos ilícitos para extremistas.

PECULIARIDADES DOS PAÍSES DO MERCOSUL

Os países membros do Mercosul possuem peculiaridades específicas que merecem ser destacadas, pois têm implicações nas questões de segurança na região.

A Argentina tem a maior comunidade judaica da América Latina e a segunda do hemisfério (atrás apenas dos EUA), em torno de 600 mil pessoas, das quais 300 mil vivem em Buenos Aires. Isso faz do país um alvo em potencial de grupos fundamentalistas islâmicos que pretendam realizar atentados para atingir a comunidade judaica. Em 17 de março de 1992, um atentado destruiu a embaixada israelense em Buenos Aires, matando 22 pes-

⁴ Disponível em <http://www.oas.org/juridico/english/docu7.htm>. Acesso em 22 Nov 01.

⁵ Disponível em <http://www.oas.org/juridico/english/docul.htm>. Acesso em 22 Nov 01.

⁶ Disponível em <http://www.oas.org/juridico/english/docu2.htm>. Acesso em 22 Nov 01.

soas e deixando centenas de feridos. Em 14 de junho de 1994, outro atentado contra a Associação Mutual Israelita-Argentina (AMIA) matou 89 pessoas e deixou cerca de 300 feridos.

Além disso, há um grande descontrole em relação aos imigrantes. Estima-se que 2 milhões deles estejam ilegais no país.

O Paraguai possui uma grande comunidade árabe-palestina que se localiza, principalmente, em Cidade de Leste, sendo que a grande maioria atua em atividades ligadas ao comércio.

No Uruguai, a garantia do anonimato para titulares de contas bancárias e a liberdade de câmbio em qualquer moeda estimula a repatriação de capitais através das Sociedades Anônimas Financeiras de Investimentos (SAFI), permitindo que esse tipo de empresa seja utilizada na lavagem de dinheiro necessária ao apoio financeiro a grupos terroristas.

O Brasil possui também uma grande comunidade árabe-palestina. Além dos grandes centros, destaca-se a região de Foz do Iguaçu com mais de 15 mil membros, a maioria de origem libanesa, os quais executam atividades ligadas ao comércio e se reúnem nas Sociedades Árabes Palestinas brasileiras. Na região da fronteira sul, destacam-se também as comunidades de Chuí e de Uruguaiana.

O incremento do comércio na região, com o advento do Mercosul, e o agravamento da crise no Oriente Médio atraíram

um grande número de imigrantes de origem árabe para as fronteiras dos países do bloco. A facilidade de entrada e de locomoção nesses países, os ganhos que podem ser obtidos com as diferenças de câmbio, a facilidade de evasão da região pelos estrangeiros que se encontrem em situação ilegal

e a facilidade de se obter documentos falsos, contribuíram também para a sua instalação, principalmente na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu.

Essas são parte das razões que levam a suspeitas de que a região abriga terroristas de movimentos fundamentalistas islâmicos,

as quais se tornaram mais fortes após os atentados terroristas na Argentina.

No afã de acabar com as suspeitas sobre o abrigo a terroristas em seu território, a polícia paraguaia deteve, logo após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, 17 pessoas de origem árabe sob acusação de pertencerem a grupos terroristas.

Em 8 de novembro, a polícia paraguaia prendeu um libanês, procurado por agências de inteligência de vários países e irmão de dirigentes do grupo Hezbollah, sob acusação de evasão de impostos e lavagem de dinheiro. Foram apreendidos documentos de envio de dinheiro para o Canadá e para o Líbano.

Não há dúvida de que terroristas escondidos na região teriam fácil acesso a Buenos Aires ou a qualquer outro local dentro do Mercosul em condições de relativa tranquilidade para cometer atenta-

A Argentina tem a maior comunidade judaica da América Latina e a segunda do hemisfério (atrás apenas dos EUA), em torno de 600 mil pessoas, das quais 300 mil vivem em Buenos Aires. Isso faz do país um alvo em potencial de grupos fundamentalistas islâmicos que pretendam realizar atentados para atingir a comunidade judaica.

dos contra a comunidade judaica daquele ou de qualquer país do Cone Sul.

Há também o problema das fronteiras comuns dos Estados membros do Mercosul. Nas pontes internacionais das cidades brasileiras de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Quaraí e Chuí, o controle é precário. Além disso, os mais de duzentos quilômetros de fronteira seca entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, os inúmeros pontos de passagem e portos clandestinos nos rios Quaraí, Jaguarão e, principalmente no Rio Uruguai, a fronteira seca do Paraguai com o Mato Grosso do Sul fazem com que haja uma grande facilidade de locomoção de pessoas ou de transporte de materiais ilícitos sem controle. Por consequência, facilitam também o transporte de materiais que possam ser utilizados em atentados.

Deve-se destacar também a facilidade com que se consegue comprar armas contrabandeadas no território do Paraguai e do Uruguai.

Todos esses fatos fazem da região englobada pelo Mercosul um atrativo para

a formação, refúgio ou montagem de bases de apoio para grupos terroristas de qualquer espécie, principalmente de fundamentalistas islâmicos, os quais facilmente se inseririam na grande comunidade de mesma origem que ali vive, passando praticamente despercebidos.

Dentro desse contexto, torna-se relevante a adoção de medidas comuns no campo da segurança, de modo a diminuir a possibilidade da ação desses grupos contra as instituições ou pessoas dos Estados que compõem o Mercosul. Tal adoção tornou-se ainda mais importante após a ONU ter aprovado resolução, de cumprimento obrigatório, sobre a questão.

AÇÕES DO MERCOSUL RELATIVAS À SEGURANÇA REGIONAL

Antes mesmo dos atentados nos EUA, os países membros do Mercosul e os associados (Bolívia e Chile) haviam adotado várias medidas relativas à segurança regional, como exposto no quadro abaixo:

QUADRO I

Decisões com implicações na área de segurança adotadas pelo Mercosul⁷

Decisão Nº 05/93	Acordo para a Aplicação dos Controles Integrados em Fronteiras entre os Países do Mercosul	IV Reunião do CMC - 1 Jul 93 - Assunção
Decisão Nº 01/97	Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações de Alfândegas do Mercosul relativo à Prevenção e Luta Contra as Ilegalidades Aduaneiras	XII Reunião do CMC - 18 Jun 97 - Assunção
Decisões Nº 05 e 06/98	Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul e entre o Mercosul, Bolívia e Chile.	XIV Reunião do CMC - 23 e 24 Jul 98 - Buenos Aires

⁷ Decisões do CMC disponíveis em <http://www.mercosur.org.uy/portugues/sdyd/actas/LISTACMC.htm>. Acesso em 02 Dez 01.

Acordo Nº 7/98	Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos para o Mercosul.	XIV Reunião do CMC - 23 e 24 Jul 98 - Buenos Aires
Decisão Nº 14/98	Acordo Sobre Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul	XV Reunião do CMC - 10 Dez 98 - Rio de Janeiro
Decisão Nº 13/99	Regimento Internos da Subcomissão de Seguimento e Controle da Comissão de Administração do Sistema de Intercâmbio de Informação do Mercosul, Bolívia e Chile	XVII Reunião do CMC - 7 Dez 99 - Montevideu
Decisão Nº 22 e 23/99	Plano Geral de Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, Bolívia e Chile.	
Decisão Nº 24/99	Regulamento Interno da Subcomissão de Acompanhamento e Controle e da Comissão de Administração do Sistema de Intercâmbio de Informação.	
Decisão Nº 25 26/99	Regulamento de Organização e Funcionamento do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do Mercosul e do Mercosul, Bolívia e Chile.	
Decisão Nº 06 a 13/00	Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de tráfico de menores, delitos econômicos e financeiros, ilícitos ambientais e ilícitos de material nuclear e radioativo entre os Estados Membros do Mercosul e entre o Mercosul, Bolívia e Chile.	XVIII Reunião do CMC - 29 Jun 2000 - Buenos Aires
Decisão Nº 14/00	Regulamentação do Regime de Trânsito Vicinal Fronteiriço entre os Estados Partes do Mercosul.	
Decisão Nº 16 17/00	Centro de Coordenação de Capacitação Policial entre os Estados Partes do Mercosul e entre o Mercosul, Bolívia e Chile.	
Decisão Nº 18 19/00	Complementação da Definição e Configuração do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança entre os Estados Partes do Mercosul e entre o Mercosul, Bolívia e Chile.	

Decisões Nº 20 21/00	Conformação do Grupo Especializado de Trabalho "Capacitação", Complementação do Plano de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul e entre o Mercosul, Bolívia e Chile.	XVIII Reunião do CMC - 29 Jun 2000 - Buenos Aires
Decisões No 42 e 43/00	Regimento Interno do Centro de Coordenação de Capacitação Policial no Mercosul, Bolívia e Chile.	XX Reunião do CMC - 14 Dez 00 - Florianópolis
Decisão Nº 03/01	Programa de Ação do Mercosul de Combate aos Ilícitos no Comércio Internacional.	XX Reunião do CMC - 22 Jun 01 - Assunção

A Decisão 07/98, que trata do registro de armas, explosivos e munições, previu um mecanismo conjunto de registro integrado pelas bases de dados e outros arquivos dos órgãos competentes dos Estados membros, cujas ações para concretizar seu funcionamento estariam a cargo de um grupo especializado de Informática e Comunicações⁸.

O acordo sobre extradição enquadrrou, em seu Cap. III, o terrorismo como não sendo crime político e, portanto, passível de extradição, além de enumerar diversos delitos considerados terroristas e prever a possibilidade de extradição também pela tentativa de execução desses atos.

A criação do Centro de Coordenação de Capacitação Policial deveria, dentre outras medidas, propiciar o intercâmbio de experiências na área da segurança pública e o desenvolvimento de planos e programas de capacitação de instituições policiais.

O Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíprocas para a Segurança Re-

gional⁹ deveria maximizar os níveis de segurança na região através do intercâmbio de informações entre os órgãos de controle e as forças de segurança e/ou policiais; cooperação e coordenação para o desenvolvimento de atividades simultâneas operacionais e de controle; estabelecimento de sistemas de informática e de comunicações necessários para o exercício da ação policial; aperfeiçoamento da capacitação dos recursos humanos disponíveis dos diferentes órgãos de controle e forças de segurança e/ou policiais, de modo a obter sua utilização racional.

O Plano previu também ações contra o terrorismo, como: criação de um foro especializado de intercâmbio de informações no âmbito da Reunião de Ministros do Interior, com reuniões semestrais entre os representantes dos Órgãos Especializados e/ou de Inteligência de cada um dos Estados-partes e associados; elaboração de informes bimestrais; criação de um sis-

⁸ Criado pelas Decisões nº 20 e 21 de 2000, que complementaram o Plano de Segurança Regional. Foram criados também grupos especializados de trabalho nas áreas: Delitual; Migratória; Ilícitos ambientais; Tráfico Ilícito de Material Nuclear e/ou Radioativo e Capacitação.

⁹ O Plano substituiu o Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional, aprovado pela decisão Nr 05/98 e o Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira.

tema de consultas rápidas integrado ao Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul (SISME) para agilizar pedidos de antecedentes relacionados com o terrorismo; coordenação de procedimentos que permitissem uma rápida colaboração entre os órgãos responsáveis dos Estados; intercâmbio de experiências e capacitação de técnicos e especialistas¹⁰.

As diversas decisões que complementaram o referido Plano previram uma maior integração dos órgãos responsáveis por diversas áreas delituais dos Estados membros, o intercâmbio de informações através do SISME, o estabelecimento de sistema de alerta e de comunicações permanente entre os órgãos responsáveis pelo controle de transporte de cargas e a criação de um banco de dados.

O Programa de Ação do Mercosul de Combate a Ilícitos no Comércio Internacional previu medidas necessárias para a comunicação e a transmissão de dados entre os Sistemas Informatizados de Gestão Aduaneira, previstos para serem implementados até 31 de dezembro de 2001; registro das operações de comércio exterior; intercâmbio de operações aduaneiras entre os Estados de mercadorias intra e extra zona; intercâmbio de técnicas de

inteligência aduaneira fiscal; investimento em tecnologia como radares e satélites, dentre outros, para vigilância e controle nas fronteiras; estabelecimento de medidas para ação conjunta das aduanas e outros organismos dos Estados Membros; harmonização de legislação relativa a pe-

nalidades impostas a empresas e pessoas envolvidas em contrabando, falsificação e outros delitos; e recomendou a criação de um foro público composto por órgãos de segurança, justiça, empresas seguradoras e aduanas.

Em 28 de setembro de 2001, os ministros do Interior da

Em 28 de setembro de 2001, os ministros do Interior da Argentina, Paraguai e Uruguai e da Justiça do Brasil declararam o repúdio aos atos terroristas e a decisão de criar um Grupo de Trabalho Permanente no Mercosul para avaliar ações conjuntas e coordenadas contra o terrorismo, o aumento de troca de informações sobre a questão, além de estudar ações a serem inseridas no Plano de Segurança Regional.

Argentina, Paraguai e Uruguai e da Justiça do Brasil declararam o repúdio aos atos terroristas e a decisão de criar um Grupo de Trabalho Permanente no Mercosul para avaliar ações conjuntas e coordenadas contra o terrorismo, o aumento de troca de informações sobre a questão, além de estudar ações a serem inseridas no Plano de Segurança Regional¹¹.

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DOS ATENTADOS NO MERCOSUL

Os atentados deverão ter reflexos, com maior ou menor dimensão, em diversas áreas como a econômica, política, psicos-

¹⁰ Mercosul. CMC. Decisão nº 22/99. Disponível em <http://www.mercosur.org.uy/portugues/snor/normativa/decisiones/dec2299.htm>. Acesso em 22 Nov 99.

¹¹ Declaração do Mercosul sobre o Terrorismo. Disponível em <http://www.mj.gov.br/acs/releases/2001/setembro/RLS%20260901%20declaracao.htm>. Acesso em 15 Nov 01.

social, de segurança pública e científico-tecnológica. No final do século passado, as questões econômicas praticamente conduziram as relações internacionais. A ousadia do terrorismo pode mudar esse panorama e colocar as questões de segurança em destaque nessas relações. Aumentar a segurança e combater o terrorismo significaria aumento de orçamento para a defesa e aumento dos gastos públicos dos EUA, que elevariam os juros a longo-prazo e o dólar, mais fraco, aumentaria o risco de pressão inflacionária e de recessão. Como em 1929, a recessão levaria os países a adotar medidas protecionistas de seus mercados, agravando a própria recessão, na medida em que diminuiriam as oportunidades de comércio em escala global, o que dificultaria o processo de integração do Mercosul.

Por outro lado, prevalecendo as questões político-estratégicas, ter-se-ia alterações na possível integração hemisférica, através da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A estratégia norte-americana puramente econômica dessa integração teria que ser repensada, incluindo fatores políticos, estratégicos, de segurança e, consequentemente, militares.

O combate ao terrorismo deverá ser longo e sistêmico, e o governo Bush demonstrou a intenção de agir contra qualquer país que não adote medidas contra os terroristas. Essa disposição poderá ser aliada à capacidade e habilidade norte-americana de aproveitar as mais diversas situações para atingir seus objetivos estratégicos, algumas vezes utilizando-se de subterfúgios os mais diversos, com o consequente apro-

veitamento do terrorismo para obter maior inserção em regiões onde, em condições normais, teriam dificuldades em fazê-lo.

Dessa forma, é importante a ação dos países do Cone Sul através de medidas mais práticas de combate ao terror, de maneira a diminuir as possibilidades de uma maior ingerência norte-americana na região. As críticas apresentadas pelo estrategista do Departamento de Estado dos EUA, Edward Luttwak, ao governo brasileiro por *permitir o contrabando na fronteira com o Paraguai* que geraria lucros para grupos extremistas islâmicos que operam na região, durante palestra realizada a estudantes e professores em São Paulo, em outubro de 2001, sinalizam para uma possível pressão das autoridades norte-americanas no sentido de maior envolvimento do governo no combate ao terror¹².

Deverá aumentar o controle das fronteiras, de entrada e saída de estrangeiros e a troca de informações sobre concessão de vistos, assim como a regularização dos estrangeiros que se encontrarem ilegalmente nos países. Aumentarão as medidas de combate ao crime organizado e, consequentemente, aos grupos terroristas, pois utilizam-se dos mais diversos meios ilícitos para obter armas, explosivos, documentos falsos ou executar a lavagem de dinheiro.

Poderá haver uma diminuição das liberdades civis e maior facilidade de os órgãos de segurança pública obterem autorizações para quebra de sigilo bancário, realização de escutas e vigilância eletrônica.

Muitos países que praticamente aboliram os serviços de inteligência, após a que-

¹² Agência Reuters. "Estrategista dos EUA critica vigilância na fronteira do Brasil." Disponível em <http://br.news.yahoo.com/011031/16/15cv.html>. Acesso em 01 de novembro de 2001.

da de regimes ditatoriais e a volta da democracia, deverão ativá-los por serem de extrema importância no combate ao terrorismo, não apenas como parte da comunidade de segurança do Estado mas, principalmente, integrada a um sistema internacional de informações.

Na área científico-tecnológica, deverá haver um aumento de investimentos na tecnologia da informação e de equipamentos de segurança. Poderão ser disponibilizados recursos por parte dos EUA aos seus aliados estratégicos, para serem aplicados no desenvolvimento de tecnologias relativas à segurança.

Nessa área específica deverão concentrar-se os maiores reflexos dos atentados, podendo destacar, no âmbito do Mercosul, os seguintes: maiores investimentos nos órgãos responsáveis pela segurança, com aumento de efetivos policiais e aquisição de equipamentos como barcos-patrolha, helicópteros, radares, etc.; maior controle do espaço aéreo, fluvial e marítimo, principalmente das regiões de fronteira; aumento das medidas de segurança nas instalações que contêm materiais nucleares; incremento das atividades de inteligência e da troca de informações entre os órgãos especializados; aquisição de material especializado de informática e de comunicações, com a conseqüente capacitação de pessoal, de modo a integrar bancos de dados e possibilitar a troca de informações oportunas; maior integração dos órgãos responsáveis

pelos controles aduaneiro e de movimento de capitais, dentro do Mercosul e dos países do bloco para o exterior, de modo a coibir a lavagem de dinheiro e o financiamento de grupos terroristas; estrito controle da produção e transporte de explosivos, munição, agentes químicos e biológicos, assim como da venda de armas; revisão das medidas de segurança no transporte aéreo, nos aeroportos e portos, com possível uniformização de procedimentos dentro do bloco; revisão ou confec-

ção de planos de evacuação e melhor preparo de equipes de busca e salvamento, assistência médica, identificação e apoio psicológico; e aumento da segurança em pontos sensíveis comuns, como a Hidrelétrica de Itaipu, por serem alvos potenciais de ações terroristas.

A INTEGRAÇÃO DE ASPECTOS RELATIVOS À SEGURANÇA

Com base nas possíveis implicações dos atentados na região do Mercosul e nas ações adotadas anteriormente pelos países que compõem o bloco, verifica-se que várias decisões foram tomadas, inclusive com certa antecipação, em relação aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. As decisões refletiram a preocupação dos países com relação ao terrorismo e apresentaram medidas para seu combate, cuja operacionalização permitirá maior integração

Muitos países que praticamente aboliram os serviços de inteligência, após a queda de regimes ditatoriais e a volta da democracia, deverão ativá-los por serem de extrema importância no combate ao terrorismo, não apenas como parte da comunidade de segurança do Estado mas, principalmente, integrada a um sistema internacional de informações.

dos aspectos relativos à segurança. Os principais aspectos seriam:

- operacionalização do SISME, permitindo a integração dos bancos de dados e arquivos dos órgãos responsáveis dos países membros, de modo a permitir consulta rápida a conhecimentos sobre diversos ilícitos como contrabando, narcotráfico e falsificação; registro de armas, explosivos e munições, assim como o controle de transporte de carga, operações aduaneiras, movimentação financeira, emissão de vistos, entrada e saída de estrangeiros e de material nuclear;

- integração da capacitação e coordenação de atividades policiais, com desenvolvimento de atividades operacionais simultâneas dos órgãos de segurança, intercâmbio de experiências e de conhecimentos, além de capacitação integrada dos recursos humanos;

- estabelecimento de sistema integrado de comunicações, possibilitando a coordenação das atividades policiais, troca de informações e alerta antecipado sobre alguma ação terrorista a ser realizada;

- integração da capacitação e coordenação de atividades de inteligência, permitindo a capacitação de analistas que trabalhariam nos dados disponibilizados pelo SISME, intercâmbio de dados obtidos pelos especialistas em inteligência dos países membros, intercâmbio de informações com países extra-bloco e a coordenação de atividades de inteligência de modo a racionalizar seu emprego;

- harmonização da legislação, provocando uma rápida aplicação de penas para

tentativa ou execução de atentados, estudando-se, inclusive, a emissão de mandado de captura comum do Mercosul para crimes terroristas.¹³

- fortalecimento do bloco, de modo a fazer frente aos problemas econômicos causados pelos atentados, incluindo-se o incremento das relações bilaterais com a União Européia e a Ásia, e medidas para reduzir os efeitos do aumento dos *custos de transação*. Será necessário maior esforço dos membros do Mercosul para, a despeito dos problemas argentinos, acharem uma forma de buscar esse fortalecimento, já que a coordenação mundial das políticas econômicas têm-se mostrado difícil de ser conseguida.

CARÊNCIAS NO MERCADO COMUM

As várias decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum enquadram-se dentro das medidas que vários organismos internacionais e países adotaram antes ou após os atentados. Logo, havendo mecanismos já previstos de luta contra o terrorismo, nas questões relativas à segurança no Mercosul, o mais importante seria enfrentar certas carências, de modo a evitar que as medidas adotadas fiquem apenas na retórica e gerando condições para sua efetiva operacionalização no mais curto prazo. Entre as principais carências, pode-se citar as que se seguem.

• Retórica

Tem-se notado muito discurso e assinatura de acordos, sem que haja a dispo-

¹³ Na Reunião de Ministros do Interior e da Justiça, realizada no início de dezembro de 2001, em Montevidéu, foi decidida a elaboração de uma legislação comum contra o terrorismo no primeiro semestre de 2002, a qual tratará inclusive do bioterrorismo.

nibilização de recursos necessários à execução das medidas acordadas, ou seja, pouca solução prática.

- Carências institucionais

Apesar das diversas decisões no âmbito do Mercado Comum do Sul, essas carências manifestam-se na inexistência prática de coordenação política das medidas adotadas. Uma área sensível e de grande importância para o combate ao terrorismo, a inteligência, não possui ainda uma coordenação que a torne eficaz no âmbito do bloco.

- Falta de cumprimento dos acordos

Ligado aos itens anteriores, os acordos não são cumpridos, ou o são parcialmente, ou demora-se um tempo excessivo em estudos e decisões, ou são revistos em virtude de variações da situação política e econômica dos integrantes do bloco.

- Construção da cooperação

Apesar de uma década de formado o Mercosul, o clima de cooperação entre seus membros ainda está em construção, o que é bastante natural. Assim sendo, a abordagem de temas sensíveis ainda causam inibições que aumentam o tempo necessário a soluções. Apenas o tempo, com o incremento da confiança mútua, diminuirá o hiato atual entre o discurso e a prática cooperativa em temas sensíveis, facilitando não só a ação diplomática, como o envolvimento da sociedade no debate dessas questões.

- Interesses particulares versus cooperação

Talvez este seja o problema principal da questão, a firme determinação de adotar medidas concretas por parte dos governantes, algumas delas com repercussões substanciais no *modus vivendi* de alguns

países, tais como: o controle da movimentação financeira de pessoas e empresas no Uruguai; a repressão ao contrabando no Paraguai; a disposição de fortalecer o Mercosul por parte da Argentina, a despeito de seus problemas econômicos internos; a disposição do Brasil de, deixando a retórica de lado, realmente investir em tecnologia para operacionalizar sistemas de controle.

Assim procedendo, a região ficará menos vulnerável à pressão norte-americana e a suas tentativas de ingerência em assuntos internos dos países, pelos menos em relação a questão do terrorismo.

CONCLUSÃO

Sem dúvida, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA abrirão um novo capítulo na História. Provavelmente teremos uma revolução do pensamento como as provocadas pelas guerras mundiais ou a queda do Muro de Berlim. Os terroristas não têm pátria nem se prendem ao tempo. Atores terroristas têm sido praticados nos mais diversos lugares, pelos mais diversos indivíduos ou grupos e nos mais diferentes períodos da história. Por vezes não são dirigidos a um inimigo declarado, mas contra qualquer outra instituição ou pessoa que possa vir a atingi-lo, sendo que em determinadas situações não há sequer o inimigo definido. Seu campo de atuação é o mundo. Os grupos terroristas dificilmente serão eliminados, mesmo pela maior potência do mundo. Enquanto persistirem as causas, grupos ou indivíduos insatisfeitos continuarão se utilizando desses métodos para tentar alcançar seus objetivos. Dessa forma, o combate ao terro-

rismo deve partir de um esforço mundial e se prolongar no tempo, de modo permanente e sistemático.

Assim sendo, os países do Mercosul devem inserir-se no cenário mundial que se formou, operacionalizando medidas

através do aporte dos recursos necessários para, ao menos, inibir ou diminuir a possibilidade de execução dessas ações na região, esforçando-se ao máximo, de modo a mantê-la como uma das mais pacíficas e seguras do mundo. ●

BIBLIOGRAFIA

• JORNAIS

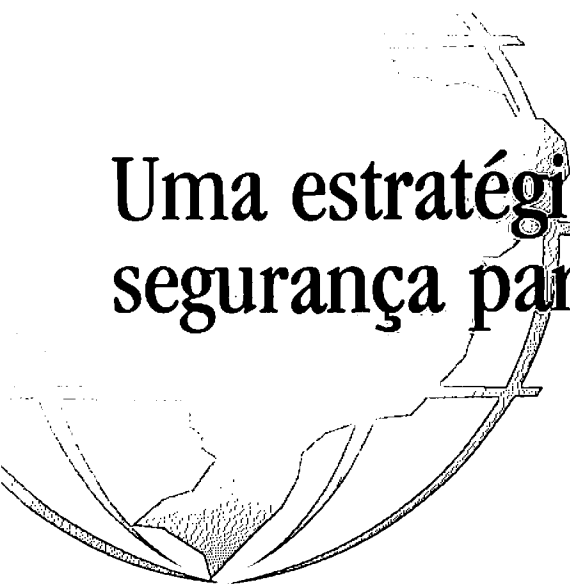
- SANTOS, Klécio. *Mais rigor em aeroportos e nas regiões fronteiriças*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 14 Set 01, p. 16.
- . *A Conexão*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 04 Out 01, p. 36.
- TREZZI, Humberto. *EUA pressionam Brasil a colaborar*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 19 Set 01, p. 6.
- . *Sigilo ao alcance dos gaúchos*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 07 Out 01, p. 39.
- WAGNER, Carlos. *Divergências nas relações Brasília-Washington*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 19 Set 01, p. 8.
- . *Ex-guerrilheiros na fronteira*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 23 Set 01, p. 14.
- . *A porta para a entrada do terror no Brasil*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 04 Out 01, p. 38.
- . *Para cada suspeito um espião*. Porto Alegre. *Zero Hora*. 04 Nov 01, pp. 4-6.

• INTERNET

- http://www.undep.org/terrorism_conventions.html. Acesso em 20 Nov 01.
- <http://www.oas.org/juridico/english/docu7.htm>. Acesso em 22 Nov 01.
- <http://www.oas.org/juridico/english/docu1.htm>. Acesso em 22 Nov 01.
- <http://www.oas.org/juridico/english/docu2.htm>. Acesso em 22 Nov 01.
- <http://www.mercosur.org.uy/portugues/sdyd/actas/LISTACMC.htm>. Acesso em 02 Dez 01.
- <http://www.mercosur.org.uy/portugues/snor/normativa/decisiones/dec2299.htm>. Acesso em 22 Nov 99.
- <http://www.mj.gov.br/acs/releases/2001/setembro/RLS%20260901%20deciaracao.htm>. Acesso em 15 Nov 01.



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*



Uma estratégia de segurança para o Brasil¹

Ronaldo Pierre
Cavalcanti Lundgren*

RESUMO

O artigo identifica as ameaças que fazem face ao Brasil e, dentre elas, as que podem interferir no curso adotado pela nação para garantir que seus interesses sejam preservados. Identifica também as tendências globais que influenciarão o futuro do País nos próximos 15 a 20 anos e aponta uma estratégia de segurança para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança, defesa, estratégia.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, o então-Presidente da República, Dr. Juscelino Kubistcheck, destacou que *no mundo contemporâneo, cada vez mais se vão ampliando as matérias que se inscrevem no âmbito da Segurança Nacional*.² Apesar disso, a expressão *segurança nacional* não é vista com bons olhos no Brasil e até se visa a extingui-la. As atuais lideranças do País, políticas, empresariais ou ligadas às áreas de comunicação de massa, acreditam que os anos de regime militar distorceram o conceito, utilizando-o como pretexto para perseguições políticas.

Na verdade, segurança faz parte da cesta de necessidades de qualquer indivíduo ou sociedade. Sem segurança não há ambiente favorável para a busca do desenvolvimento social. Ao contrário, com segurança desfruta-se de altos índices de respeito aos direitos humanos e da garantia do estado democrático de direito.

Segurança não é defesa. São conceitos distintos, com abrangências diferentes. Enquanto o conceito de defesa tem permanecido relativamente inalterado ao longo do tempo, o de segurança tem evoluído, acompanhando as mudanças ocorridas no mundo.

* Tenente-Coronel de Infantaria.

¹ Selecionado pelo PADECME.

² Juscelino Kubistcheck, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1960.

Assim, observa-se que o entendimento de segurança nacional durante o período da Guerra Fria é bem diferente dos conceitos adotados hoje em dia. Cada país, em realidade, deve desenvolver o seu próprio conceito, para atender às suas características.

Para que a segurança seja usufruída em sua plenitude, devemos subordiná-la aos valores compartilhados pela população brasileira. Os valores nacionais são a principal referência para a formulação do conceito de segurança e, mais importante, para a formação e a preparação das forças que, por delegação do povo, são constituídas para protegê-lo.

Tomando-se os valores como farol, o País pode definir os seus interesses. Ao torná-los de conhecimento da sociedade, a comunhão de esforços que será gerada, tanto por parte da iniciativa privada como do governo, facilitará ao País perseguir os seus objetivos.

Quais as ameaças que fazem face ao Brasil? O que pode interferir com o curso adotado pela nação para garantir que os seus interesses sejam alcançados? Quais as tendências globais que influenciarão o futuro do País nos próximos quinze ou vinte anos?

Este ensaio aborda os assuntos levantados anteriormente e vai além, apontando uma estratégia de segurança para o Brasil. Muitas das propostas apresentadas são, correntemente, adotadas pela administração federal. No entanto, elas estão dispersas, compondo diversos documentos e leis. Outras vezes, elas não aparecem em papéis oficiais do governo, pelo menos naqueles

não-sigilosos. Várias aparecem em discursos, entrevistas, artigos, ou palestras de autoridades e acadêmicos. Algumas são de iniciativa do próprio autor deste ensaio. Como uma proposta de estratégia de segurança, o seu grande valor é o de reunir, em um único documento, uma coletânea de assuntos complexos e importantes para o País.

UM CONCEITO DE SEGURANÇA

... é preciso que cada Estado nacional defina com clareza sua percepção à cerca dos conceitos de segurança e defesa.

Geraldo Quintão,
Ministro de Estado da Defesa

Nas últimas décadas, as estruturas políticas e sociais mundiais têm vivido sob a influência de incertezas, o que tem afetado a segurança de vários países. Esse fato tem exigido que os Estados nacionais procurem reduzir as condições de insegurança geradas, visando a criar um ambiente de confiança na população, que possibilite o desenvolvimento sustentado e a melhoria nas condições de vida de seus povos.

*Segurança é um estado ideal, uma condição; defesa é um lado concreto, vinculado diretamente a determinado tipo de ameaça caracterizada e dimensionada.*³ Acentuar a diferença entre os dois conceitos é uma medida sábia, tendo em vista o forte componente emocional, ainda existente na sociedade, que os assuntos relativos a segurança trazem em seu bojo.

Com o fim da Guerra Fria, governos e intelectuais têm questionado o tradicio-

³ Congress, Senate, Committee on Foreign Relations and National Defense, Statement of the Brazilian Ministry of Defense, Mr. Geraldo Magela Quintão, (Brasília, DF: 4th Quarter of 2000).

nal conceito de segurança nacional, por considerarem que o mesmo não é abrangente o bastante para cobrir grande parte das ameaças que fazem face aos Estados.

De maneira geral, os dicionários definem segurança como uma *condição de estar livre de perigo ou de receios*.⁴ Para atingir esse grau de sentimento entre a população, governos procuram desenvolver e aplicar suas próprias definições.

Este ensaio será balizado pelo seguinte conceito:

Segurança nacional é de responsabilidade tanto do Estado quanto do povo, representados, respectivamente, pelas instituições governamentais e por organizações privadas, em relação a vulnerabilidades externas e/ou internas, que ameacem, ou tenham potencial para ameaçar, enfraquecer as estruturas do Estado e/ou reduzir o desenvolvimento humano.

Ao contrário do tradicional conceito de segurança nacional adotado durante a Guerra Fria, o conceito aqui apresentado considera que vulnerabilidades internas e/ou externas podem vir ameaçar não somente as estruturas de um Estado, mas também o desenvolvimento humano do seu povo.

Um outro aspecto importante diz respeito ao compartilhamento da responsabilidade pela segurança de um país entre o seu governo e o seu povo. De fato, os eventos ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA), em 11 de Setembro de 2001, exigem que o Estado se faça mais presente na sociedade, definindo ações e procurando alertá-la para os perigos eminentes. Por

outro lado, há um perfeito entendimento de que a estrutura de um Estado, mesmo a de uma potência hegemônica, não é capaz de garantir um completo sentimento de segurança na população. Assim, o apoio às ações propostas pelo governo por parte de organizações não-governamentais, de órgãos da mídia e, mesmo de indivíduos será de grande importância na busca de um sentimento coletivo de segurança.

Vale ressaltar que não se visualiza a figura de uma *nação em armas*, preparada para enfrentar quaisquer ameaças apontadas pelo governo. Imagina-se no entanto, comunidades participando na melhoria da qualidade da educação, cooperando com os esforços municipais, exigente na correção dos atos praticados pelas autoridades. Enfim, vislumbra-se que a sociedade, ao mesmo tempo, demande medidas que satisfaçam seus interesses, mas que esteja envolvida no esforço para atingi-los.

VALORES E INTERESSES NACIONAIS

É de fundamental importância que os valores e interesses nacionais sejam definidos, pois servirão de guia na elaboração de uma estratégia de segurança para o País.

Os valores da nação brasileira estão claramente definidos no preâmbulo da nossa Constituição. São eles: direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça. Ações estratégicas que contrariem esses valores, além de serem inconstitucionais, correm o risco de não contar com o imprescindível apoio popular.

⁴ Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira e José Baptista da Luz, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A., 11a. Edição).

Vale notar que os valores descritos acima são compartilhados por grande parte do mundo ocidental, permitindo que sejam vislumbradas oportunidades de entendimento internacional entre ele e o Brasil.

Entende-se que o interesse nacional está voltado para o exterior, envolvendo as relações internacionais do Brasil com outros países e organizações. Baseando-se nos valores já definidos, esses interesses são alcançados com o emprego, em graus variados, de todas as expressões do poder nacional.

Os interesses nacionais do Brasil são divididos em três categorias: vitais, importantes e periféricos. Como vitais, temos a manutenção da soberania, a proteção do cidadão e da integridade patrimonial, o desenvolvimento sustentado e a paz social. Os interesses importantes são o perfeito funcionamento das instituições democráticas, o fortalecimento do livre comércio, a consolidação da América do Sul como uma zona de paz e a busca da paz e segurança internacionais. E por fim, os interesses periféricos buscam uma maior participação do País no processo de tomada de decisões internacionais, bem como assumir um significativo papel nas questões internacionais.

Uma vez ameaçados os interesses vitais, o Brasil está disposto a fazer uso de seu poderio, inclusive o militar, para retornar ao estado de segurança pré-existente à ameaça. Para atingir os interesses enquadrados como importantes, o poder militar não se apresenta como protagonista das ações estratégicas do País, embo-

ra possa vir a ser empregado em apoio a outros poderes. Para esses interesses, bem como aqueles definidos como periféricos, a atuação política e econômica do Brasil são as principais ferramentas à disposição do Governo.

TENDÊNCIAS FUTURAS COM REFLEXOS PARA O BRASIL

O planejamento de medidas que contribuam para a segurança devem considerar as tendências mundiais com reflexos para o Brasil. Normalmente, essas tendências podem ser grupadas tematicamente, definindo-se aspectos chaves que modelarão o futuro. Os seguintes aspectos merecem uma especial atenção e, por isso, serão apresentados em forma de cenários: demografia, meio ambiente e recursos naturais, economia, ciência e tecnologia, governanças nacional e internacional.

DEMOGRAFIA

A tendência de crescimento da população brasileira indica que, por volta de 2015, o País terá cerca de 200 milhões de habitantes.⁵ Com o aumento da expectativa de vida, associado à diminuição das taxas de natalidade, o número de idosos sofrerá um acréscimo percentual em relação ao total da população. Os sistemas previdenciário e de saúde poderão ser afetados. Um grande número de eleitores mais experientes influenciará, de maneira imprevisível, a dinâmica do processo político.⁶

⁵ Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty*, Política Externa - Vol. 5 - N. 3 (dezembro 1996).

⁶ National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*, (Washington, DC: National Intelligence Council, December 2000), 15.

Por essa época, os países mais desenvolvidos terão uma carência acentuada de jovens, devido ao envelhecimento de suas respectivas populações. Tal fato poderá acarretar a adoção de políticas visando a atrair imigrantes provenientes dos países menos desenvolvidos, procurando preencher os postos de trabalho não ocupados pelos idosos. Como País de crescente migração em direção ao exterior, o Brasil deve acompanhar com crescente atenção o fenômeno, procurando implementar medidas de proteção a esses brasileiros, bem como promover os seus direitos.⁷

O número de habitantes vivendo em grandes centros urbanos será ainda mais acentuado, demandando empregos e serviços para a melhoria da qualidade de vida.

MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A produção de grãos alimentares será adequada às necessidades da crescente população mundial. A despeito da disponibilidade de comida, problemas de distribuição de alimentos persistirão, afetando as parcelas mais pobres da sociedade.

Por volta de 2015, quase metade da população mundial viverá em países com elevados índices de escassez de água, sen-

do difícil manter os atuais níveis destinados para a agricultura. Políticas que visem a taxar mais realisticamente o preço da água não deverão ser implementadas, devido à sensibilidade do tema.

*Por volta de 2015,
quase metade da população
mundial viverá em países
com elevados índices de escassez
de água, sendo difícil manter
os atuais níveis destinados para
a agricultura. Políticas que visem
a taxar mais realisticamente o
preço da água não deverão
ser implementadas, devido à
sensibilidade do tema.*

Em termos de energia, a economia global tenderá a ser mais eficiente. A exploração de petróleo em águas profundas desenvolver-se-á, possibilitando a abertura de novas áreas de produção. É provável que o Brasil se torne auto-suficiente em petróleo nos próximos 15 a 20 anos.

O crescimento sustentado da economia mundial, juntamente com o aumento da população, acarretará um acréscimo de cerca de 50% na demanda de energia.

Os problemas de degradação do meio ambiente continuarão a existir. O uso intensivo de terras aráveis, bem como os danos causados às florestas tropicais, deverão ser administrados com mais atenção. Questões ambientais estarão entre as principais preocupações dos países mais desenvolvidos.

ECONOMIA

O processo da globalização econômica se expandirá, contribuindo para o crescimento de diversos países. Organizações internacionais, tais como o MERCOSUL e a provável conclusão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) facilita-

⁷ Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty*, Política Externa - Vol. 5 - N. 3 (dezembro 1996).

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A contínua difusão de tecnologia da informação e novas aplicações no campo da biotecnologia serão de particular importância mundial. Haverá a integração de disciplinas existentes correntemente, formando-se novas. Por exemplo, a integração de tecnologia da informação, biotecnologia, ciências e nanotecnologia permitirão uma maior inovação, com reflexos profundos para os negócios e o comércio, a saúde pública e a segurança. O tempo entre a descoberta e a aplicação de avanços científicos continuará reduzindo.

Tecnologias existentes atualmente terão um importante papel no desenvolvimento de novos mercados, tais como, na área de *chips* de computadores.

GOVERNANÇA NACIONAL

O Estado continuará a ser visto como o principal ator internacional. Assuntos relativos à política, economia e segurança, permanecerão de interesse para o Estado. No entanto, os governos passarão a ser desafiados por atores não-estatais, que exigirão ações visando à solução de conflitos gerados pelo incremento das relações internacionais.

Estados e atores não-estatais compartilharão, de forma crescente, a responsabilidade e a administração de assuntos que eram, tradicionalmente, tratados apenas

rão a integração regional, ajudando a desenvolver a economia dos Estados membros.⁸ Nos próximos quinze anos, o Brasil deve consolidar sua posição entre os dez países mais ricos do planeta.⁹

O sistema internacional se orienta tendencialmente para a multipolaridade.¹⁰ É muito provável que os EUA continuem sendo o principal mercado individual do mundo. Possivelmente, aquele país continuará, unilateralmente, a recorrer a medidas de proteção e de busca de acessos no exterior. *A crescente ascensão econômica e política da Alemanha, da China e do Japão, embora cruciais e determinantes no planejamento estratégico-diplomático brasileiro, não deve alterar essa realidade...*¹¹

Empresas, governos e consumidores estarão cada vez mais entrelaçados, devido aos recursos de comunicações e informática. Esses recursos tecnológicos exigirão trabalhadores mais educados e qualificados. É possível que haja uma redução no número de postos de trabalho que exijam baixo nível de qualificação.

Crises financeiras ainda assolarão a América Latina, devido à grande dependência de capital externo e ao fato de que vários países possuem apenas uma única *commoditie* como base de suas respectivas economias. Essas crises, aliadas ao crime organizado, à corrupção e ao tráfico de drogas, poderão afetar o processo democrático nesses mesmos países.

⁸ National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*, (Washington, DC: National Intelligence Council, December 2000), 52.

⁹ Manuel Cambeses Júnior, *Aspectos da Conjuntura Internacional*. Available from <http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a055.htm>. Internet. Accessed 09 May 2001.

¹⁰ Manuel Cambeses Júnior, *Aspectos da Conjuntura Internacional*. Available from <http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a055.htm>. Internet. Accessed 09 May 2001.

¹¹ Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty*, Política Externa - Vol. 5 - N. 3 (dezembro 1996).

pelos governos. Três grandes desafios se apresentarão para os Estados: administrar as relações com os atores não-estatais, combater o crime organizado e responder, adequadamente, à dinâmica dos grupos étnicos e religiosos.¹²

Há muito ficou evidente que o desenvolvimento social é condição para o desenvolvimento econômico e constitui a primeira linha de defesa nacional e de sustentação da soberania. A consolidação da cidadania é base fundamental da soberania no mundo moderno e fonte de legitimidade e poder do Estado, que deve estimular, por intermédio de políticas adequadas, a crescente preeminência do cidadão, na sua vertente política de eleitor e na sua vertente econômica de consumidor.¹³

Os próximos 20 a 25 anos poderão assistir ao *amadurecimento do Brasil como potência média, economicamente forte e socialmente mais sólida e coesa, com intensa presença regional e considerável intercâmbio com outras regiões, embora sem poderio estratégico e capacidade de influência global*.¹⁴

Do ponto de vista estratégico-militar, duas tendências se desenham para o futuro. De um lado, as relações internacionais continuarão dominadas pelo unipolarismo, com o predomínio dos EUA como a única superpotência mundial. De outro, have-

rá a intensificação da integração regional e da integração entre regiões.

Terroristas, narcotraficantes e o crime organizado, entre outros fatores, poderão usufruir das vantagens que a tecnologia proporcionará, principalmente para as informações, incorporando-as às suas atividades ilegais, aumentando o risco de ameaça à estabilidade e à segurança dos países.¹⁵

AMEAÇAS À SEGURANÇA

Da análise da conjuntura acima apresentada, pode-se afirmar que é remota a possibilidade de deflagração de uma guerra entre as grandes potências mundiais. Mesmo vindo a ocorrer um conflito nesse nível, o papel a ser desempenhado pelo Brasil seria secundário, com pequena margem de influência sobre as partes envolvidas. De forma semelhante, não há indícios de que haverá uma guerra envolvendo o País e seus vizinhos sul-americanos.¹⁶

No entanto, constata-se que, para solucionar crises internas, forças de países vizinhos possam vir a tentar utilizar parte do território nacional como via de acesso à região de conflito¹⁷, exigindo-se que sejam adotadas medidas de caráter dissuasório ou, caso não sejam suficientes, empreendidas ações visando a preservar os interesses vitais do País.

¹² National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*, (Washington, DC: National Intelligence Council, December 2000), 52.

¹³ Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty*, Política Externa - Vol. 5 - N. 3 (dezembro 1996).

¹⁴ Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty*, Política Externa - Vol. 5 - N. 3 (dezembro 1996).

¹⁵ National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Non-government Experts* (Washington, DC: U.S. National Intelligence Council, 02 December 2000).

¹⁶ Geraldo Magela Quintão.

¹⁷ Idem.

Por outro lado, a atuação crescente de atores não-estatais, muitas vezes de alcance transnacionais, tais como o crime organizado, o narcotráfico, o contrabando de armas, a lavagem de dinheiro e o terrorismo, constituem uma ameaça consistente à segurança do estado e do povo brasileiros. Algumas localidades no País estão sob forte influência de grupos criminosos, que desafiam a autoridade do Estado e diminuem as opções de desenvolvimento da população.

Verifica-se ainda, que os países considerados como superpotências têm aproveitado seus poderes para influenciar as decisões de diversos organismos internacionais, de forma a não terem seus interesses prejudicados. Certas vezes, tais atitudes chocam-se com os interesses brasileiros e devem, portanto, ser vistas como ameaças à segurança do Estado, com reflexos no bem-estar social.

Com a crescente presença de migrantes estrangeiros, praticantes de religiões diversas e provenientes de diferentes civilizações¹⁸, o Brasil pode vir a enfrentar problemas associados ao terrorismo, à segurança pública, ao contrabando de armas, ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro.

Desequilíbrios de caráter econômico contribuem para a insegurança do País e do povo. A busca do desenvolvimento sus-

tentado fornecerá as condições básicas para um sentimento coletivo de segurança.

O narcotráfico merece uma atenção especial. Internamente, a Comissão Parlamentar de Inquéritos, realizada pela Câmara dos Deputados, comprovou o envolvimento de autoridades com o tráfico de drogas e mostrou a extensão dos danos causados na sociedade. Externamente, a crise em andamento na Colômbia pode vir a propagar-se na região de fronteiras,¹⁹ afetando, principalmente, a estabilidade na Amazônia.

Em relação à região amazônica, cabe destacar a sua importância para o Brasil e reconhecer que o mundo reserva uma autêntica preocupação com a floresta tropical. Por isso, protegê-la é uma prioridade. Cuidados com a degradação ao meio ambiente e com a população indígena devem balizar as medidas adotadas visando ao desenvolvimento sustentado da área.

A necessidade de água para consumo humano já faz parte da agenda de diversos países. No Brasil, medidas adotadas pelo governo visando à preservação das bacias hidrográficas demonstram que o País, embora possuidor de grandes mananciais de água, não está imune ao desperdício e à degradação ambiental. Ameaças externas, visando ao acesso aos nossos rios, não é provável, embora não possa ser descartada.

Com a crescente presença de migrantes estrangeiros, praticantes de religiões diversas e provenientes de diferentes civilizações, o Brasil pode vir a enfrentar problemas associados ao terrorismo, à segurança pública, ao contrabando de armas, ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro.

¹⁸ Samuel Huntington, *Clash of Civilizations*.

¹⁹ Geraldo Magela Quintão, *Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro*, discurso aos alunos do Instituto Rio Branco (Brasília, DF: 28 de agosto de 2000).

FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA

OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA

Por não dispor de uma estratégia de segurança nacional desde a adoção da atual Constituição, o País não tem definida uma série de conceitos que são associados àquele tema e que são adotados por todos os países bem sucedidos. Os valores e interesses nacionais, as ameaças e até mesmo uma definição própria para segurança nacional, não são nem do conhecimento do público em geral e, infelizmente, nem de diversas autoridades nos três níveis de poder.

A Constituição de 1988, que praticamente coincidiu com o fim da Guerra Fria, procurou descaracterizar a maior parte dos assuntos que estavam relacionados aos governos militares anteriores. Com isso, quase todo o arcabouço legal e estratégias que visavam a estruturar a segurança nacional foram abolidos. No entanto, o grande aumento no número de conflitos que passou a ocorrer em várias partes do mundo após o fim da Guerra Fria, demonstra com clareza a necessidade de o País preparar-se estrategicamente para fazer face às ameaças a sua segurança.

No Brasil, quase diariamente, a *midia* tem exaustivamente mostrado o avanço da criminalidade. A população não se sente segura. Em alguns lugares, os próprios órgãos policiais adotam práticas que aumentam o sentimento de insegurança, afastando o povo daqueles que existem para protegê-los. Mas não é só a segurança pública que assusta os brasileiros. O risco do desemprego, o receio da volta aos períodos inflacionários, a lentidão da justiça, a baixa qualidade da educação, as greves em serviços

essenciais, a dificuldade em ter os direitos do consumidor resguardados, entre outros, tudo tem conduzido para uma percepção coletiva de insegurança.

O risco de um conflito entre o Brasil e outras nações é remoto. Esse fato é devido a uma série de fatores, tais como: antecedentes históricos, fronteiras satisfeitas, opção constitucional em não desencadear guerras de conquista, regime democrático, busca da solução pacífica de conflitos, adoção de uma economia de mercado, vontade do povo e poder dissuasório das Forças Armadas. Por outro lado, existem ameaças transnacionais concretas, como o terrorismo e o tráfico de drogas, que ajudam a aumentar aquela percepção coletiva de insegurança.

Vale destacar a capacidade dissuasória das nossas Forças Armadas. Em termos comparativos, as forças militares brasileiras são mais bem equipadas e adestradas do que as dos países vizinhos. Há, ainda, um grande intercâmbio militar, principalmente nas áreas educacional e de inteligência, procurando reduzir possíveis desconfiças existentes entre aqueles segmentos.

O Brasil precisa de uma estratégia que tenha como principal objetivo promover a segurança no País. Medidas precisam ser implementadas. A sociedade organizada precisa ser convocada a agir. O medo precisa acabar ou, no mínimo, diminuir.

Com a volta do sentimento coletivo de segurança, o Brasil usufruirá de um resultado indireto que faz parte dos interesses nacionais: a projeção do País no cenário internacional. Quando o mundo notar que o cidadão e o consumidor brasileiros têm os seus direitos respeitados, tanto no País como no exterior, a imagem de um país justo será associada à já existente imagem de um país

pacífico e com potencial para assumir um lugar de destaque no concerto das nações. Essa estratégia, portanto, procurará mostrar os caminhos para se promover a segurança no País, ao mesmo tempo que contribuirá para projetar o Brasil no exterior.

ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA

• *Atuando preventivamente*

A adoção de medidas preventivas facilitará ao País atingir os dois objetivos estratégicos de segurança já definidos. Essas medidas constituem a parte central dessa estratégia. Elas envolvem ações a serem implementadas nos planos interno e externo. O envolvimento do Congresso Nacional respaldará as ações estratégicas que serão implementadas pelo Governo.

É de suma importância que o Brasil continue a buscar a prosperidade econômica. Sem ela, dificilmente o País reunirá as condições básicas que permitam a proteção do cidadão e da integridade patrimonial, bem como a manutenção da soberania nacional. Porém, não é suficiente apenas obter-se o desenvolvimento econômico. Há necessidade de serem incrementadas políticas visando ao desenvolvimento social. As parcelas mais carentes da população, assim como as desigualdades regionais, exigem medidas que permitam a inclusão das mesmas no grupo que apresenta altos índices de desenvolvimento humano.

Um outro elemento que contribuirá decisivamente para a segurança do País está relacionado à diplomacia. Tradicionalmente, o Itamaraty tem servido como um instrumento solucionador de crises internacionais. Uma postura pró-ativa da diplomacia brasileira, procurando difundir uma

agenda com os interesses nacionais, deixará clara as nossas prioridades. Atuando junto a organismos internacionais ou bilateralmente, poderemos criar oportunidades que sirvam tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a segurança do País.

Com a adoção de uma postura estratégica dissuasória, apoiada nas capacidades econômica, política e militar, o Brasil continuará usufruindo de sua privilegiada condição de País pacífico, sem grandes problemas externos que venham a ameaçar a segurança nacional a curto e médio prazos. A existência de Forças Armadas bem equipadas contribui para respaldar a ação diplomática brasileira.

A sociedade precisa ter o sentimento de que o Estado está presente, pronto para lhe proporcionar o atendimento às necessidades fundamentais de saúde, educação e segurança. Para as demais necessidades, um Estado regulador, que aponta rumos e deixa a execução a cargo da iniciativa privada, pode ser o ideal. Porém, para lidar com as três necessidades citadas acima, o Estado precisa se fazer presente, sendo notado pelo cidadão. Elas exigem uma grande atenção do governo. Nunca é demais ressaltar que a ausência do Estado é facilmente preenchida por outros atores.

Em resumo, a prosperidade econômica e social do País, aliada a uma diplomacia ativa, à capacidade dissuasória e à presença do Estado junto à sociedade, são componentes fundamentais para a prevenção de conflitos.

• *Respondendo a ameaças*

Caso a prevenção não seja suficiente para coibir as ameaças ao País, o Brasil deve estar em condições de empregar as suas

expressões do poder nacional, a fim de não ter os seus interesses comprometidos.

Antecipando-se aos possíveis conflitos, o trabalho desenvolvido pelos órgãos de inteligência, liderados pela Agência Brasileira de Inteligência, será imprescindível para o País. Nesse sentido, a participação do Congresso Nacional proporcionará a transparência exigida pela sociedade na condução dessas atividades.

Nos campos econômico e diplomático, o Brasil procurará agir por intermédio dos diversos organismos internacionais aos quais pertence.

No campo militar, as Forças Armadas têm se mostrado prontas a atuarem em defesa da soberania nacional. Foi assim nas respostas às ações guerrilheiras das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), ocorridas na Amazônia em 1991, 1996 e 1998²⁰. Efetivos prontos para agir, quando acionados pelo Presidente da República, têm sido a tônica das forças militares brasileiras. No monitoramento do mar territorial, na preservação do espaço aéreo e na inviolabilidade de nosso território, o Ministério da Defesa tem se mostrado capaz em responder às ameaças ao País.

Quanto aos órgãos federais responsáveis pela segurança pública, a sociedade tem sido testemunha do esforço que as Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal vêm desenvolvendo para que a

população sinta-se livre de perigos. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, sob a coordenação dos respectivos chefes dos executivos, a União tem adotado uma atitude de apoio, intervindo apenas nos casos onde há necessidade de se garantir a lei

e a ordem. Nestes casos, o emprego das Forças Armadas, apoiada na legislação em vigor, procurará, no mais curto prazo, restabelecer a normalidade institucional.

Pode-se afirmar, portanto, que o País tem seus meios preparados para responder às necessidades que se apresentem. De forma

combinada, agindo nos planos econômico, militar, diplomático e da segurança pública, caso as ações preventivas não sejam suficientes, o Brasil saberá perseguir os seus interesses e proteger-se das ameaças que lhe fazem face.

• Inserindo o País no cenário internacional

Com o sucesso das medidas preventivas apontadas anteriormente, o Brasil terá facilitada a sua inserção no cenário internacional. Sua participação ativa nos organismos internacionais dos quais faz parte, através dos representantes diplomáticos, cooperará na formação da imagem de um país que tem, como sua principal motivação, a garantia dos direitos dos cidadãos que nele reside.

No campo militar, as Forças Armadas têm se mostrado prontas a atuarem em defesa da soberania nacional. Foi assim nas respostas às ações guerrilheiras das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), ocorridas na Amazônia em 1991, 1996 e 1998. Efetivos prontos para agir, quando acionados pelo Presidente da República, têm sido a tônica das forças militares brasileiras.

²⁰ William W. Mendel, *Controlling the Hydra*, Military Review, Fort Leavenworth, Jul-Aug 1999.

A América do Sul continua sendo a área de mais alta prioridade para o País. A busca de uma maior integração econômica e o incremento na cooperação no campo da segurança, ambos alicerçados no compromisso democrático reafirmado durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul²¹, fazem parte dos interesses brasileiros.

Quanto à integração hemisférica, capitaneada pela ALCA, cujo início está previsto para o ano de 2005, o Brasil, como um dos membros do MERCOSUL, continua se dispondo a negociar a sua participação. No entanto, é de fundamental importância que os acordos, porventura assinados, reflitam uma verdadeira integração, traduzida em concessões feitas por todos os países envolvidos e possibilitando a sobrevivência das indústrias nacionais.

Devido à sua dimensão político-estratégica, o País deve atuar globalmente, não podendo se limitar ao universo regional. O fortalecimento de relações comerciais e diplomáticas com Portugal, Espanha, Alemanha, União Européia, China, Japão, Rússia, Oriente Médio, África e Índia, entre outros, são de grande importância para o Brasil.

Um outro fato que requer uma maior atenção brasileira diz respeito à solução da crise colombiana. Esse conflito carece de um esforço internacional para resolvê-lo. O Plano Colômbia pode receber uma maior atenção do Brasil, o que facilitaria o processo de inserção internacional do País.

De forma abreviada, para o Brasil ter uma maior participação no processo de tomada de decisões internacionais, bem

como para assumir um significativo papel nas questões mundiais, serão necessárias uma série de ações diplomáticas, comerciais e de segurança. Priorizar a América do Sul, continuar trabalhando pela integração regional, atuar globalmente e participar na solução da crise colombiana, são as ações que, apoiadas nas medidas preventivas já apresentadas, conduzirão o País para uma maior inserção internacional.

IMPLEMENTANDO A ESTRATÉGIA

A guerra contra o terrorismo, liderada pelos EUA, está servindo para reduzir as incertezas que o fim da Guerra Fria trouxe para o globo. Anteriormente, a existência de um mundo bipolar ordenou os países em, pelo menos, três grandes grupos: os democratas, os comunistas e os não-alinhados. Com a dissolução da União Soviética, a hegemonia americana agravou os problemas de segurança, fato que é facilmente demonstrado pelo aumento no número de conflitos regionais. Após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, uma ameaça com alcance mundial real foi materializada. O combate ao terrorismo deverá liderar a agenda internacional por um bom período. As ações desencadeadas contra o terror têm influência sobre o processo de globalização. Fronteiras passaram a ser mais bem guarnecidas, aeroportos e portos mais bem vigiados. Além da diminuição do fluxo de mercadorias, o fluxo de pessoas ficou mais restrito. Essa tendência, embora não deva se prolongar por um grande período de tempo, permanecerá por alguns

²¹ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

anos, até que medidas sejam implementadas visando a adequar a segurança dos indivíduos e bens à agilidade das transações que a globalização requer.

Nesses anos iniciais do novo século, torna-se necessário ao Brasil procurar seguir a sua própria agenda.

Nesse sentido, os recursos da nação disponíveis para a implementação dessa estratégia de segurança serão descritos a seguir.

PARA PROMOVER A SEGURANÇA NO PAÍS

Nossa estratégia para promover a segurança no País possui dois elementos principais: a prevenção a possíveis conflitos e a resposta às ameaças.

Prevenindo possíveis conflitos

• *Prosperidade econômica e social*

Para garantir o crescimento econômico, o Brasil depende de três condições fundamentais: (1) que se mantenham as condições de governabilidade democrática; (2) que a economia brasileira consiga sustentar, ao longo de toda a década, um crescimento na ordem de 4 a 4,5% do PIB; (3) que se dê continuidade e se reforcem as políticas de inclusão social, inclusive no que diz respeito à redução das desigualdades regionais.²²

²² Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

²³ Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

A mudança do regime macroeconômico que foi empreendida com êxito a partir do Plano Real proporciona ao País um cenário inédito de queda da taxa de juros real e da inflação, alongamento de horizontes, redução da incerteza, aumento do investi-

mento, tudo isso se traduzindo em crescimento sustentado.²³

Para acelerar mais o crescimento da economia, temos que levar adiante novas reformas que permitam reduzir os custos e aumentar a eficiência das empresas. O País precisa melhorar a qualidade do sistema tributário, fortalecer o mercado de capitais e dar continuidade à modernização da infra-estrutu-

ra. Educação e saúde de boa qualidade para todos, além de um imperativo de justiça social, também são fundamentais para fortalecer a economia.

O alicerce do círculo virtuoso que a economia brasileira começa a experimentar é a construção de um novo regime fiscal, que só se tornou possível a partir das reformas estruturais feitas na década passada.

Na agenda das reformas, sobressaem:

(1) a reforma tributária; (2) a reforma do mercado de capitais; (3) a modernização e integração da infra-estrutura; (4) a reforma da legislação trabalhista; e (5) a complementação da reforma previdenciária.

Entre as políticas que conformam uma verdadeira agenda de política industrial, cabe

As ações desencadeadas contra o terror têm influência sobre o processo de globalização. Fronteiras passaram a ser mais bem guarnecidas, aeroportos e portos mais bem vigiados. Além da diminuição do fluxo de mercadorias, o fluxo de pessoas ficou mais restrito. Essa tendência, embora não deva se prolongar por um grande período de tempo, permanecerá por alguns anos, até que medidas sejam implementadas visando a adequar a segurança dos indivíduos e bens à agilidade das transações que a globalização requer.

destacar o apoio ao desenvolvimento tecnológico, o fortalecimento das médias, pequenas e micro empresas, e a expansão das exportações. O objetivo de expandir as exportações não se esgota no setor agropecuário ou agro-industrial. Ele é válido para o conjunto das atividades e setores da economia brasileira, e requer a ação articulada de um conjunto de órgãos e instituições, dentro do setor público e do setor privado.

Na frente relativa às negociações internacionais, a cargo do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil atuará com serenidade, mas com firmeza, nos fóruns multilaterais e bilaterais, para assegurar condições justas de acesso a mercados para bens e serviços produzidos no País, reforçando sua posição nos diferentes mercados externos.

A reestruturação do gasto público requer outras reformas, que permitam avançar mais do que avançamos, até aqui, nessa direção. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o dinheiro público beneficie os verdadeiramente pobres na sociedade brasileira.

É necessário prosseguir nas reformas da previdência social. O gasto per capita dos servidores civis da União é três vezes maior do que a renda *per capita* do País. Essa iniquidade subtrai recursos de programas dirigidos às camadas de baixa renda.

O Banco Central deverá ter autonomia operacional, com mandato fixo para seu presidente e diretores. Deverá também ter a incumbência de zelar pela solidez do

sistema financeiro nacional, e a obrigação de atuar com transparência e prestar contas à sociedade e ao Congresso Nacional.

• *Diplomacia ativa*

*Nós somos uma cópia do Ocidente, mas uma cópia original... Temos que ser sempre Ocidente, mas um outro Ocidente.*²⁴

Fernando Henrique Cardoso,
Presidente da República.

Alguns estudiosos defendem a idéia de que existe uma civilização Latino Americana²⁵, muito próxima da civilização ocidental, mas distinta. O Brasil, como um dos membros dessa civilização, é *uma nação onde existe pluralismo: pluralismo cultural, político, étnico e religioso*.²⁶ Esse sentimento de diferença deve nortear o trabalho de nossos diplomatas. Por ter uma sociedade pluralista, o Brasil tem grande facilidade em estabelecer relações com outros povos, sem trazer ameaça alguma para a segurança dos mesmos.

Para nós, a América Latina compõe o primeiro foco de atenção aonde, conforme consta do próprio texto constitucional, deveremos buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.²⁷

Na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *evento de caráter histórico e pioneiro na região... os chefes de Estado reafirmaram o compromisso com*

²⁴ Fernando Henrique Cardoso, *Statement of the President of Brazil on the Graduation of Instituto Rio Branco - Class 2001*, (Brasília, D.F.: October 2001).

²⁵ Samuel P. Huntington, *Clash of Civilizations*

²⁶ Fernando Henrique Cardoso, *Statement of the President of Brazil on the Graduation of Instituto Rio Branco - Class 2001*, (Brasília, D.F.: October 2001).

²⁷ Constituição Brasileira, Parágrafo Único, Artigo 4º.

a integração na América Latina e no Caribe. Tal compromisso ressalta a convergência de interesses entre os países sul-americanos, provenientes de um passado comum. O continente inicia o novo século buscando consolidar as instituições democráticas, reafirmando o compromisso com o respeito aos direitos humanos, a proteção do meio ambiente, a superação das injustiças sociais e o desenvolvimento de seus povos, pelo crescimento econômico, pelo empenho em manter a estabilidade econômica e pela ampliação e aprofundamento do processo de integração regional.²⁸

No contexto da América Latina, a América do Sul merece a nossa maior atenção. Por compartilhar fronteiras com todos os países sul-americanos, exceto dois, o Brasil reúne as melhores condições para auxiliar naquela integração, que deve ser buscada, no entanto, sem qualquer pretensão hegemônica, procurando "promover a estabilidade e a cooperação regionais."²⁹ Essa cooperação tornou-se possível graças à *consolidação da democracia e da paz em toda a região*, que permitiu a *superação, por meio de soluções negociadas, de controvérsias entre nações irmãs*.³⁰ Dessa forma, vislumbra-se a real possibilidade de o Brasil liderar a integração econômica e dos assuntos relativos à segurança entre os países do continente.

Embora as realidades geográficas, políticas, econômico-sociais e culturais das

Américas do Norte, Central e do Sul³¹ sejam distintas, não podemos estar alheios ao hemisfério como um todo. O fortalecimento das relações hemisféricas faz parte dos interesses brasileiros. Todavia, o Brasil acredita que a integração sul-americana facilitará a coordenação de posições dos países no contexto das negociações para a pretendida integração hemisférica.

Dois principais eixos lideram a integração sul-americana: o econômico e o da segurança. No eixo econômico, o MERCOSUL, que atravessa dificuldades devido ao fato de que a *conjuntura dos países não favorece avanços substanciais*,³² é considerado pelo Presidente Fernando Henrique como *destino natural* para o País.³³ Por ser um projeto de interesse para o Brasil, a curto prazo será prioritário que o bloco permaneça unido. Garantida a continuidade do projeto, avanços nas áreas comercial e cultural devem encabeçar as negociações.

O acordo entre MERCOSUL e a Comunidade Andina, visando ao estabelecimento de uma área de livre comércio entre os países signatários em 2002, é fruto da existência de um clima de confiança entre as diversas nações, baseado na adoção do regime democrático e no compromisso pela busca pacífica de solução de conflitos. Esse acordo, mesmo que tenha sua efetiva implementação postergada, ajudará na formação de uma imagem de Amé-

²⁸ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

²⁹ Geraldo Magela da Cruz Quintão, *Statement on the Inter-American Dialogue*, (Washington, D.C.: 3rd Quarter, 2000).

³⁰ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

³¹ Geraldo Magela da Cruz Quintão, *Statement on the Inter-American Dialogue*, (Washington, D.C.: 3rd Quarter, 2000).

³² Rubens A. Barbosa, *Análise Sobre Relações do Brasil com os Estados Unidos da América*. Tempo Real, Edição de 03 September 2001.

³³ Henry Kissinger, *Brazil's 'Destiny': An Obstacle to Free Trade?*, The Washington Post, 15 May 2001.

rica do Sul unida, disposta a se integrar. Os países que não são membros daqueles pactos comerciais poderão ser atraídos, a partir do momento em que resultados concretos comecem a comprovar o sucesso do acordo firmado entre ambos.

Ainda no eixo econômico, uma outra área que segue a passos largos diz respeito à integração física da infra-estrutura dos Estados. Esta "integração transfronteiriça se fortalece porque decorre, entre outros fatores, da proximidade geográfica, da identidade cultural e da consolidação de valores co-

muns.³⁴ Vias de transporte interligando o Brasil aos demais países, tornará as fronteiras uma linha de desenvolvimento, facilitando o trânsito de pessoas e bens. Com esse objetivo, a criação ou melhoria de rodovias que ligam a região amazônica brasileira aos nossos vizinhos contribuirão sobremaneira para o crescimento e a segurança da área. O comércio de energia, particularmente o gás natural, o petróleo e a energia elétrica, é de grande importância para o crescimento econômico do País. Acordos com o Paraguai sobre a energia produzida pela hidroelétrica binacional de Itaipu; com a Bolívia para a compra de gás natural; com a Venezuela e a Argentina para o comércio de petróleo e

seus derivados, são exemplos concretos da integração regional. Mais oportunidades existem e devem ser buscadas, cabendo à nossa diplomacia identificá-las e promovê-las, em conjunto com outros ministérios, junto ao empresariado nacional.

No campo da segurança, o Brasil acredita que pode haver um grande avanço no caminho da integração. O País não se envolve em conflitos com os demais países vizinhos a mais de 130 anos, tem suas fronteiras perfeitamente definidas e é, tradicionalmente, um País pacífico, respeitador e

cumpridor das decisões adotadas pelas cortes internacionais de arbitragem, sempre que recorreu às mesmas para solucionar os seus conflitos. Com esse respaldo histórico – aliado ao fato de que a América do Sul se apresenta como um continente único, por abrigar países democráticos, com baixos índices de despesas militares – o Brasil tem estabelecido conversações de alto nível com as demais nações, procurando preservar a América do Sul como uma área livre de armas nucleares e determinada na busca da solução de conflitos pela forma pacífica. Para tanto, negociações foram iniciadas visando à criação de uma Zona de Paz Sul-americana,³⁵ que permitirá ao Brasil, bem como aos de-

No campo da segurança, o Brasil acredita que pode haver um grande avanço no caminho da integração. O País não se envolve em conflitos com os demais países vizinhos a mais de 130 anos, tem suas fronteiras perfeitamente definidas e é, tradicionalmente, um País pacífico, respeitador e cumpridor das decisões adotadas pelas cortes internacionais de arbitragem, sempre que recorreu às mesmas para solucionar os seus conflitos.

³⁴ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

³⁵ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

mais países, concentrar seus recursos no desenvolvimento econômico e na melhoria das condições sociais de sua população.

No contexto de integração hemisférica, a criação da ALCA é a iniciativa mais adiantada. Por não existir unanimidade na sociedade brasileira a respeito da adesão ou não do País a tal acordo comercial, torna-se necessário agir com o máximo de transparência possível, informando a população sobre as vantagens e desvantagens que advirão.

As negociações para a implantação da ALCA devem considerar os interesses dos nossos diversos setores econômicos, procurando estimular aqueles mais competitivos e preservando os que necessitam de mais tempo para se adaptarem à realidade internacional. Essa negociação deverá ser conduzida, preferencialmente, considerando o Brasil no contexto do MERCOSUL, segundo as normas já acordadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Uma atuação mais preeminente do Brasil no cenário regional não pode deixar de levar em conta nosso relacionamento com os EUA.³⁶ O Brasil considera aquela potência hegemônica como o "mais sensível e importante interlocutor". Embora tenhamos um relacionamento franco com os EUA, isso não significa concordância automática do Brasil com a agenda de interesses americanos.

O Brasil porém, não pode limitar sua agenda internacional aos países das três Américas. Devido ao nosso papel de ator global, nós temos interesses em várias partes do mundo. Dessa forma, é imprescindível que as ligações do MERCOSUL com a União Européia sejam incrementadas. De modo semelhante, a China, a Índia, o Japão, a Rússia, Portugal, a Espanha, a Alemanha, o Oriente Médio e a África, entre outros, merecem uma atenção especial de nossa diplomacia.

*No plano multilateral, assiste-se a uma revalorização dos organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU).*³⁷ Esse fato tem ocasionado um aumento significativo da presença brasileira em diversos foros mundiais. Recentemente, o Brasil vem participando em missões de paz, tais como Moçambique, Angola e Timor Leste. No caso específico de Angola, país com o qual possuímos ligações históricas, houve a "mais importante presença militar do País no exterior desde o envio à Itália da Força Expedicionária Brasileira em 1944/45."³⁸ Nos assuntos referentes à não-proliferação de armas de destruição, direitos humanos, meio ambiente e crime organizado, o Brasil tem *tido um papel de liderança nas negociações internacionais.*³⁹

³⁶ Geraldo Magela Quintão. *Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro*. Palavras do Ministro de Estado da Defesa aos alunos do Instituto Rio Branco, (Brasília, DF: 28 August 2000).

³⁷ Desafios da Globalização e da Integração: Novos Campos de Atuação Internacional. Temas de Diplomacia Contemporânea, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/temas/dg001.htm>, 11 June 2001.

³⁸ Desafios da Globalização e da Integração: Novos Campos de Atuação Internacional. Temas de Diplomacia Contemporânea, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/temas/dg001.htm>, 11 June 2001.

³⁹ Desafios da Globalização e da Integração: Novos Campos de Atuação Internacional. Temas de Diplomacia Contemporânea, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/temas/dg001.htm>, 11 June 2001.

A ONU vem reformando sua estrutura nos últimos anos, num processo que ela própria considera como uma *revolução silenciosa*.⁴⁰ O resultado dessa reforma é de grande interesse para o País, particularmente a do Conselho de Segurança (CS). A atual estrutura de poder da ONU é a mesma desde a sua criação em 1945. O CS é formado por apenas 15 dos 185 países-membros e continua com os mesmos cinco membros permanentes, com o direito de vetar qualquer decisão, sem conseguir representar adequadamente os interesses das diversas nações que compõem a ONU. *Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que tem a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes*.⁴¹ Uma solução que se apresenta passa pela ampliação do CS, incluindo países em desenvolvimento. Nesse sentido, o Brasil continuará reivindicando a expansão do CS, colocando-se como o representante da América Latina para assumir uma vaga de membro permanente.

O papel desempenhado pela diplomacia brasileira contribuirá sobremaneira para a prevenção de conflitos. Em sua agenda, temas como MERCOSUL, Pacto Andino, ALCA, EUA, OMC, União Européia, ONU e outras organizações internacionais, outros países e regiões de interesse para o Brasil, a integração sul-americana no campo da segurança e assim por diante, exigirão forte dedicação, coordenação de esforços e planejamento de nos-

sa chancelaria, para contribuir com a segurança do País.

• Presença e Dissuasão

As Forças Armadas brasileiras estão presentes em todo o território nacional. Ao longo dos anos, elas têm provado ser capazes de atender às necessidades de defesa do nosso espaço geográfico, bem como de cumprir as decisões Presidenciais de garantia da lei e da ordem.⁴² Todavia, com os recursos de transporte atualmente disponíveis, esse conceito de presença pode ser aperfeiçoado.

Estar presente é possuir capacidade de atender, rapidamente, a necessidades em qualquer lugar do País. Portanto, é válido admitir-se que a concentração de unidades em uma única área é perfeitamente possível. Tal medida deve ser adotada seletivamente, com o Ministério da Defesa estudando os casos mais adequados. Como novos locais de concentração, devem ser escolhidas regiões afastadas dos grandes centros urbanos, de modo a contribuir com o desenvolvimento e a integração do País, assim como permitir a realização de treinamentos de tropas com maior liberdade e grau de segurança.

Aproveitando essa concentração, o Ministério da Defesa deverá criar comandos militares conjuntos, reunindo forças da Marinha, do Exército e da Aeronáutica sob um mesmo comandante. Tal medida estruturará as nossas Forças Armadas para melhor exercer seu papel dissuasório no contexto regional.

⁴⁰ Relatório Sobre a Reforma da ONU, <http://www.ifi.unicamp.br/jornal-da-ciencia/msg00767.html>, 03 January 2002.

⁴¹ Fernando Henrique Cardoso, Discurso do Presidente da República do Brasil na Abertura da 56a Assembleia Geral das Nações Unidas, New York, NY: 10 November 2001).

⁴² Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 142.

Mas não será bastante a criação de comandos militares conjuntos para aumentar a nossa capacidade dissuasória. Por o País ser signatário de uma série de acordos internacionais que limitam o emprego de determinados armamentos e munições, cabe às Forças Armadas adequarem suas doutrinas e estratégias militares a essa realidade. Para isso, será necessário um esforço visando à modernização. A aquisição de novos materiais de emprego militar, preferencialmente produzidos com a participação de indústrias brasileiras, devem aten-

der a um planejamento centralizado pelo Ministério da Defesa. Esses materiais deverão procurar reduzir o hiato tecnológico atualmente existente em relação às forças armadas dos países mais desenvolvidos.

Com forças dotadas de equipamentos mais modernos, o Brasil aumentará sua capacidade dissuasória. Possibilitará também, que o País participe em melhores condições de operações de paz sob a égide de organismos internacionais. Nossos militares têm demonstrado uma grande competência profissional em todas as operações que participaram, contribuindo com o esforço pela busca da paz mundial, ao mesmo tempo que atestam as condições militares do País, no

momento que são reivindicadas alterações na estrutura da ONU.

Patrulhar o nosso mar territorial, garantindo o livre fluxo da navegação comercial em águas brasileiras, é fator de projeção de poder e de segurança de nosso patrimônio, particularmente, de nossos campos de exploração de petróleo. Para isso, o Porta-Aviões São Paulo e a nossa força de submarinos são peças importantes desse esforço. Ainda, o Brasil deve buscar articular uma força naval combinada, constituída por componentes de países sul-americanos

que desejem participar, de forma a expandir a segurança marítima do continente.⁴³

A região amazônica é uma área de grande potencial de recursos naturais, recoberta pela maior mancha florestal do planeta⁴⁴, sendo de grande importância para o Brasil. Ela tem despertado a atenção de vários setores da comunidade internacional, que compartilham com o País o interesse em sua preservação. Nesse sentido, o Governo Federal desenvolveu dois projetos estruturadores para a área, visando a desenvolvê-la, preservá-la e protegê-la de ameaças diversas: (1) o Projeto Calha Norte; (2) e os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM).

Não será bastante a criação de comandos militares conjuntos para aumentar a nossa capacidade dissuasória. Por o País ser signatário de uma série de acordos internacionais que limitam o emprego de determinados armamentos e munições, cabe às Forças Armadas adequarem suas doutrinas e estratégias militares a essa realidade. Para isso, será necessário um esforço visando à modernização.

⁴³ Robero Godoy. *EUA Articulam Força Supranacional no Cone Sul*. O Estado de São Paulo. <http://www.estadao.com.br/servicos/imprimir.html?deonde=/editoriais/2001/12/16/...>, Accessed on 16 December 2001.

⁴⁴ Sistema de Vigilância da Amazônia. <http://www.frigoletto.vilabol.uol.com.br/GeoFis/Amazonia/sivam.htm>, Accessed on 06 January 2002.

Dentre essas ameaças, destacam-se o narcotráfico proveniente de países fronteiriços, o dano ao meio ambiente e a exploração descontrolada que empresas e certas organizações têm patrocinado à fauna e flora amazônicas.

O Projeto Calha Norte é uma iniciativa que tem como objetivos o desenvolvimento regional e a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial.⁴⁵ Ele pretende contribuir para a solução do *esvaziamento demográfico das áreas mais remotas*, bem como reduzir as *atividades referentes aos crimes transnacionais*.⁴⁶

Para controlar a região Norte, o SIPAM/SIVAM permitirá uma cobertura completa de toda a Amazônia, possibilitando que a área seja *permanentemente vigiada, controlada e fiscalizada*.⁴⁷ Por sua abrangência e capacidade de coleta de dados, tais como de controle ambiental, de controle de tráfego aéreo e de monitoramento das condições meteorológicas, os países amazônicos demonstraram interesse em compartilhar essas informações, confirmando que existem várias formas de integração na América do Sul.

O desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente, nas áreas sob a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira, também contribuirá para garantir a presença do Estado em todo o território nacional. O lançamento de satélites brasileiros, por intermédio de veículos lançadores nacionais, afirma a nossa capacidade empreendedora, ao mesmo tempo que

permite o imageamento remoto, as comunicações, o controle ambiental e a previsão meteorológica.

Com o aumento da criminalidade e da violência, sobretudo nas áreas metropolitanas, a sociedade tem experimentado enorme inquietação, reclamando providências urgentes. A gravidade e complexidade da questão da segurança pública exigem mais empenho por parte de todas as esferas do poder público. Constitucionalmente, *a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos*.⁴⁸ Cabe aos Governadores de Estado e do Distrito Federal, como chefes dos órgãos policiais, zelar pela segurança de seus cidadãos, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Infelizmente, no entanto, temos vivido um quadro agudo de insegurança pública.

*Dentro da sua esfera de competência, o Governo Federal tem priorizado o combate à lavagem de dinheiro, que é o pulmão financeiro do crime organizado.*⁴⁹ Com esse fim, serão adotadas novas iniciativas nesse campo, procurando: (1) implementar os dispositivos da *Convenção das Nações Unidas para o Combate ao Crime Transnacional Organizado e de seus protocolos adicionais sobre tráfico de armas, de pessoas e de imigrantes*; (2) *proporcionar apoio à Polícia Federal e à Interpol para aparelhamento, treinamento, montagem de laboratórios e incorporação de tecnologias para o combate ao crime organizado*; (3) *realizar*

⁴⁵ Programa Calha Norte. <http://www.defesa.gov.br/pcn/oquee.htm>, Accessed on 06 January 2002.

⁴⁶ Programa Calha Norte. <http://www.defesa.gov.br/pcn/oquee.htm>, Accessed on 06 January 2002.

⁴⁷ Sistema de Vigilância da Amazônia. <http://www.sivam.gov.br/PROJETO/Index.htm>, Accessed on 06 January 2002.

⁴⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 144.

⁴⁹ Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

*gestões junto à ONU, OEA e MERCOSUL para adoção de medidas conjuntas contra o tráfico de armas.*⁵⁰

Cabe ao governo Federal apontar caminhos e coordenar ações, procurando reduzir os indicadores de insegurança pública nas diversas Unidades da Federação. Para aumentar a segurança, dois caminhos devem ser seguidos. Um, buscando efeitos de curto prazo. Outro, atuando a médio e longo prazos, procurando modificar comportamentos e adequar instituições.

Como medidas de curto prazo as seguintes medidas contribuirão para melhorar os níveis de segurança pública: (1) consolidar o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública⁵¹, de modo a integrar os órgãos de inteligência de segurança pública dos Estados e Distrito Federal, permitindo que ações policiais preventivas reduzam os crimes que buscam levantar dinheiro para as organizações criminosas e o comércio ilegal de armas e munições. O Subsistema poderá vir a integrar outros países, especialmente os do MERCOSUL; (2) estimular a unificação dos comandos das polícias civil e militar, possibilitando a unidade de esforços no combate à criminalidade; (3) acelerar a votação da proposta de emenda constitucional que visa permitir a criação de convênios entre os governos estaduais e as prefeituras, a fim de integrar as ações das guardas municipais com as polícias; (4) estimular a capacitação profissional das polícias, aperfeiçoando suas qualida-

des investigativas, educando-as para o respeito à cidadania e aos direitos humanos, e adequando os seus equipamentos e armamentos às peculiaridades de cada estado; (5) implantar o serviço civil voluntário em todos os estados; (8) implantar serviços de disque-denúncia de violação de direitos humanos; (7) ampliar o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas; (8) instalar Conselhos da Mulher, estaduais e municipais; (9) promover, em âmbito nacional, a uniformização das ações de combate à violência contra a mulher, com os diversos órgãos que atuam na área;⁵² (10) criar mecanismos de ajuda financeira aos estados e municípios que resolvam aderir às medidas já citadas.

Nos médio e longo prazos, as ações devem visar não somente as forças policiais mas toda a sociedade. Em primeiro lugar, a melhoria da qualidade da educação. O ensino deve ser orientado para a cidadania. Os alunos precisam aprender a importância do respeito às leis, o valor do bem público, como exercer os seus direitos de eleitor e consumidor. Os meios de comunicação de massa podem ajudar enormemente no processo educacional, promovendo valores éticos e contribuindo para formar uma cultura de paz.⁵³ Paralelamente à melhoria da qualidade da educação, as forças policiais deverão estar habilitadas a fiscalizarem o estrito cumprimento das leis. Sejam leis de trânsito, de proteção ao patrimônio público, ou as de combate aos chamados crimes do *colarinho branco*, a população precisa perceber que a autoridade e que o estado estão presentes, prontos para preservarem uma sadia convivência social. Na mesma linha

⁵⁰ Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

⁵¹ Decreto Nr 3.695, de 21 December 2000.

⁵² Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

⁵³ Plano Nacional de Segurança Pública.

de ação, a reforma do Poder Judiciário é imprescindível. Aquela máxima de que *a Justiça tarda mas não falta*, precisa dar lugar a decisões mais rápidas e exemplares. Outro campo a ser melhor abordado é o relativo à saúde pública. Atendimento médico e dentário devem estar disponíveis a toda a sociedade, tal qual prescreve a Constituição.⁵⁴ Medidas voltadas para a saúde preventiva, tais como a vacinação, o saneamento básico e a água tratada, devem caminhar junto às medidas voltadas para a medicina curativa.

O Congresso Nacional estuda a possibilidade de criar uma Guarda Nacional, destinada à proteção de bens e serviços da União em todo o território nacional. É importante que a legislação pertinente considere o emprego dessa futura corporação em *situações críticas no campo da segurança pública*.⁵⁵

Em resumo, as nossas Forças Armadas devem adotar um novo conceito de presença nacional, estabelecendo comandos militares conjuntos e ainda, terem seus materiais modernizados. Os órgãos de segurança pública, por sua vez, carecem de uma maior atenção. Medidas de curto, médio e longo prazos precisam ser implementadas com o fim de restabelecer a confiança da população nos efetivos policiais

e de reduzir os altos índices de criminalidade existente no País. Por fim, a região amazônica, área prioritária de interesse da segurança, tenderá a se integrar ao restante do País à medida que os projetos, exclusivamente existentes elaborados para atender às suas necessidades, estiverem completamente implantados.

Respondendo a crises

Caso as medidas anteriormente adotadas não se mostrem suficientes para prevenir conflitos, o Brasil está disposto a usar o seu poder nacional para de-

fender-se de ameaças que possam afetar a segurança das instituições e da população.

• *Decisão para o emprego de forças militares*

A decisão para empregar as nossas forças militares depende exclusivamente do Presidente da República que, para isso, pode convocar o Conselho de Defesa Nacional.⁵⁶ O assessoramento ao Presidente deve ser conduzido de modo a não se ter dúvida de que todas soluções pacíficas já foram tentadas. De maneira geral, o uso das Forças Armadas ocorrerá para garantir a manutenção da soberania, a proteção do cidadão e da integridade patrimonial.

Nos casos de ameaça à soberania nacional, o recurso ao poder militar será o

***O Congresso Nacional
estuda a possibilidade de criar
uma Guarda Nacional,
destinada à proteção de bens e
serviços da União em todo
o território nacional.
É importante que a legislação
pertinente considere o emprego
dessa futura corporação
em situações críticas no campo
da segurança pública.***

⁵⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 60.

⁵⁵ Agenda de Governo Para o Biênio 2001-2002.

⁵⁶ Constituição da República Federativa do Brasil, Artigos 84 e 91.

último argumento que resta ao País para defender-se. Seu emprego porém, deverá ser feito para atingir um objetivo político claramente definido e que seja compatível com os meios alocados ao componente militar. Ainda, os riscos aos quais as nossas forças estarão submetidas deverão ser considerados. Esses riscos influenciarão a decisão de emprego militar.

Para a proteção do cidadão e do patrimônio nacional, o emprego das Forças Armadas se dará quando for esgotada a capacidade de ação das forças de segurança pública.⁵⁷ Nesses casos, caberá ao Governo Federal designar uma autoridade civil responsável pelas ações necessárias, inclusive as militares, visando à proteção do cidadão e do patrimônio nacional.

Uma vez decidido que o emprego das forças militares é a melhor solução, dois princípios devem ser enfatizados: (1) elas devem receber uma missão clara, acompanhada dos meios necessários para que os objetivos sejam alcançados; (2) o apoio da população brasileira, bem como o apoio da comunidade internacional, serão indispensáveis para atingir o sucesso desejado.

• Defesa do território brasileiro

Como os nossos recursos são limitados, devemos ser seletivos nas respostas, concentrando esforços contra aquelas ameaças que afetem os interesses nacionais. O uso adequado de meios, de forma isolada ou combinada, garantirá o sucesso de nossas ações. Dentre as ferramentas disponíveis para o Governo, destacam-se o emprego da informação, a diplomacia, as medi-

das econômicas, o emprego da inteligência e da contra-inteligência e o recurso a operações militares para defender o território brasileiro.

Caracterizada uma real ameaça ao país, cabe ao Governo desencadear campanhas de esclarecimento à população, informando-a sobre a situação e os riscos que serão enfrentados futuramente. A vontade do povo é essencial para sustentar as demais ações que o Governo deve adotar com vistas a obter uma solução favorável ao conflito.

Em virtude de ameaças provenientes de outros estados ou de organizações não-estatais, o Brasil buscará formar, preferencialmente, alianças e coalizões com países que compartilhem nossos interesses. É importante que organizações internacionais, tais como a ONU e a OEA, respaldem as ações que o governo brasileiro venha a tomar para garantir a inviolabilidade e a integridade territoriais.

O apoio internacional não se obtém gratuitamente. Ele é fruto de um trabalho anterior, construído em cima dos sólidos princípios constitucionais da independência nacional, da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da igualdade entre os Estados nacionais, da prevalência dos direitos humanos, da defesa da paz e da busca de soluções pacíficas para os conflitos.⁵⁸

Garantido os apoios interno e externo, medidas de caráter econômico e financeiro serão tomadas para disponibilizar os meios necessários ao emprego dos nossos meios militares, ao mesmo tempo que

⁵⁷ Decreto No 3.897, de 24 de Agosto de 2001, Artigo 3.

⁵⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 4.

procurará interferir no acesso e na geração de recursos utilizados pelos atores que ameaçam o país, procurando reduzir sua capacidade de durar na ação perpetrada.

Cabe à Agência Brasileira de Inteligência acompanhar as conjunturas interna e externa, reunindo os conhecimentos necessários à tomada de decisão em tempo oportuno. Ainda é de sua responsabilidade, negar o acesso de nossos assuntos sigilosos aos atores que possam ameaçar a segurança do País.

Dispondo de Forças Armadas adestradas, dotadas de armamento e equipamento modernos, compatíveis com a estatura político-estratégica da nação, o Estado empregará as mesmas visando a obter uma decisão favorável, rápida e duradoura. Caso não seja possível, em função da superioridade das forças inimigas, o País está disposto a conduzir uma campanha de longo prazo, visando a desgastar inimigo, ao mesmo tempo em que reforça sua posição no âmbito internacional.

CONTRIBUINDO PARA PROJETAR O PAÍS

Uma das aspirações do povo brasileiro é a de ver o Brasil sendo reconhecido como um importante ator no processo decisório mundial. Para projetar-se internacionalmente, o País depende de uma série de fatores, destacando-se: desenvolvimento econômico, democracia, direitos humanos e participação ativa nos organismos internacionais. O sucesso nesses fatores **demora para ser percebido pela comunidade internacional.**

No passado recente, o envolvimento rápido e decisivo de certos países na solução de crises ocorridas em suas áreas de

influência, contribuíram para acelerar o processo de inserção internacional desses países. Foi assim nos casos da crise Peru e Equador e da crise no Timor Leste. Em ambas as ocasiões, houve uma pronta resposta por parte das lideranças regionais. O Brasil, juntamente com os Estados Unidos, a Argentina e o Chile, tiveram uma atuação decisiva na pacificação da crise entre o Equador e o Peru. Da mesma forma, a Austrália conseguiu parar o massacre que estava sendo perpetrado ao povo timorense. Essa atitude de se sentir responsável pelo o que acontece ao seu redor, diferencia os líderes dos liderados, sendo percebida com nitidez pela comunidade internacional.

Ao nosso lado, persiste uma crise de proporções gigantescas há muito tempo. O conflito colombiano necessita de um apoio externo para ser solucionado. Mais do que possuir capacidade de auxiliar aquele país irmão, o Brasil tem a responsabilidade de fazê-lo. O nosso maior envolvimento trará como benefício para a região, a redução de ameaças, o fortalecimento da visão da América do Sul como uma zona de paz e a melhoria das condições para o desenvolvimento econômico e social. Como reflexo dessa atuação, o Brasil aceleraria a sua inserção em âmbito mundial.

Crise Colombiana

A crise colombiana já se prolonga por mais de cinquenta anos, não se vislumbrando uma solução interna a curto prazo. Em linhas gerais, nosso vizinho enfrenta **três problemas distintos, com consequências graves para a governabilidade daquele país e reflexos nos estados limítrofes.** O primeiro e mais conhecido problema

refere-se ao tráfico de drogas. O segundo, à insurgência liderada pelas FARC e ELN. O terceiro, aos grupos paramilitares.

Para que o Brasil possa ter uma participação mais atuante, haverá necessidade de um pedido formal de auxílio do governo colombiano. *Qualquer auxílio deve ser prestado dentro das linhas mestras que tradicionalmente têm orientado a ação externa brasileira, como as da não-intervenção, do respeito à autodeterminação e da não-ingerência em assuntos internos em outros países.*⁵⁹

Em termos abrangentes, a solução para a crise colombiana requer ações simultâneas em várias diferentes esferas: "política-diplomática, sócio-econômica, psicológica-moral e estabilidade-segurança".⁶⁰ À semelhança do pronto envolvimento na solução do conflito entre o Peru e o Equador, o Brasil pode, atendendo a pedido formal de ajuda, contribuir para pacificar o país vizinho. São diversas as áreas que nós podemos atuar. Contudo, a participação militar brasileira deve ser descartada, não só por contrariar dispositivo Constitucional, mas também para evitar que o Brasil venha a quebrar um ciclo de mais de 130 anos sem se envolver militarmente em conflitos com os seus vizinhos.

A partir do momento que o Brasil passar a participar mais ativamente na solução da crise, o País demonstrará com ações o compromisso contido no Comunicado de Brasília, de *estreitar a cooperação nos campos da inteligência, das ope-*

*rações policiais, do controle ao tráfico e desvios de precursores químicos e do controle ao tráfico ilícito de armas, bem como em combater a lavagem de dinheiro.*⁶¹ Essa participação será percebida pelos diversos países, contribuindo para acelerar a inserção brasileira no cenário internacional.

CONCLUSÃO

Sem segurança não há condições de se manter o desenvolvimento sustentado em uma nação. Muitas vezes, os recursos aplicados por um país para a área de segurança são suficientes para proteger a população. Porém, os resultados não são os desejados. Tal fato deve-se, entre outras coisas, a uma falta de planejamento centralizado, definido pelo Governo Federal.

No Brasil, após o fim do regime militar em 1985, as lideranças políticas e empresariais, contando com o apoio dos órgãos de comunicação de massa, decidiram apagar todos os resquícios daquele regime. Nesse bojo, a expressão *segurança nacional* passou a ser vista como um argumento utilizado para violar os direitos humanos e políticos. Em seu lugar, passou a ser empregado o termo *defesa nacional*. Como foi visto neste trabalho, os dois termos têm significados distintos, com abrangências diferentes.

A grande maioria dos países considerados como bem sucedidos possui a sua própria estratégia de segurança nacional. O Brasil não pode se dar ao luxo de prescin-

⁵⁹ Geraldo Magela da Cruz Quintão, *Statement on the Inter-American Dialogue*, (Washington, D.C.: 3rd Quarter, 2000).

⁶⁰ Max B. Manwaring. *U.S. Security Policy in the Western Hemisphere: Why Colombia, Why Now, and What Is To Be Done?*, U.S. Army War College, June 2001, 14.

⁶¹ Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, *Comunicado de Brasília*, (Brasília, DF: 31 August and 01 September 2000).

dir da sua. O País carece de um documento elaborado pelo Governo e encaminhado ao Congresso, explicando as ações estratégicas necessárias para criar na população o sentimento de estar livre de perigos, sejam eles externos ou internos.

Este trabalho procurou contribuir para o debate nacional, chamando a atenção para assuntos que não são discutidos amplamente com a sociedade, tais como: um conceito de segurança nacional compatível com o nível de desenvolvimento brasileiro; a definição dos valores e interesses nacionais, que tem sido muito falado por políticos e intelectuais, mas não são do conhecimento do

povo; alguns cenários futuros com reflexos para o País; as ameaças que fazem face ao Brasil; finalizando com a proposta de uma estratégia de segurança nacional. Muitas das ações propostas já são implementadas pelo governo. Outras, são inéditas.

No dia 13 de Setembro de 2001, o Presidente Fernando Henrique dirigindo-se aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, chamou a atenção para o fato de que nenhum país, *nenhum cidadão está, hoje, isento da possibilidade de um ataque de irracionalidade*.⁶² Para melhor proteger nosso povo, precisamos de uma estratégia de segurança nacional. 🌐



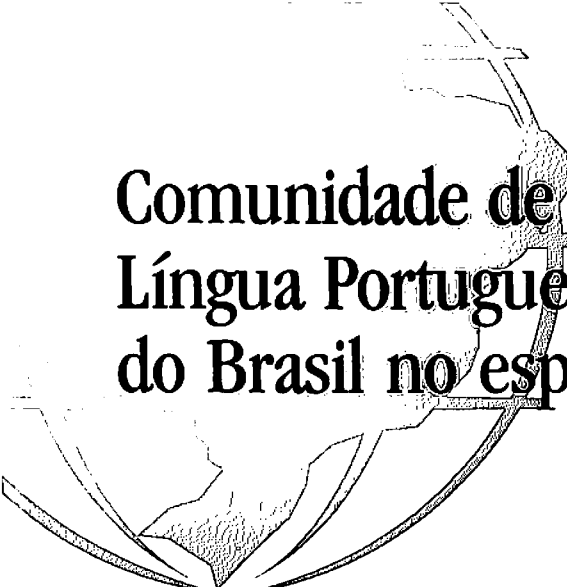
Diretoria de Assuntos Culturais



Fortaleza de Santa Cruz

Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/nº
Jurujuba – CEP: 24370-370
Tels.: 2710-7840 e 2711-0166
Visitação: diariamente das 9h às 17h

⁶² Fernando Henrique Cardoso. *Palavras do Presidente da República na Abertura da Reunião com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e os Líderes dos Partidos no Congresso Nacional*, (Brasília, DF: 13 de setembro de 2001).



Comunidade de Países de Língua Portuguesa – A importância do Brasil no espaço lusófono¹

Luiz Fontoura*

RESUMO

O artigo justifica a afirmação do título, fornecendo informações de natureza histórica, econômica, geopolítica e geoestratégica que tornam o Brasil líder natural do processo de consolidação de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

PALAVRAS-CHAVE

CPLP, Atlântico Sul, Antártica, Amazônia.

A relação colonial portuguesa não se concluiu do modo que melhor correspondesse à expectativa que era o registro das nossas tradições. Poucos haviam escutado as razões de Bandoung, os povos que ali foram festejar² a alvorada da libertação e proclamar os caminhos do futuro que pretendiam, em livre escolha, fosse uma mensagem moral a ser recebida pela Humanidade. Como poucos haviam atendido, apreendendo-lhe a essência, a am-

pla e intensa movimentação que vinha de trás, de todo o lado, numa lenta mas fecunda agregação de esforços de que nem sempre estiveram afastadas as armas a apoiar justas aspirações³. Para outros, nem mesmo a peremptória resolução da Assembleia Geral da ONU de 1960⁴, determinando o termo imediato e universal do colonialismo, significou o ponto final que a Humanidade ali representada decidira pôr a uma situação que os tempos condenavam, e de

* Conferencista da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

¹ Conferência proferida na Academia Internacional da Cultura Portuguesa, em 1 de março de 2001.

² Cfr. Declaração Final da Conferência Afro-Asiática de Bandoung, de 24 de abril de 1955.

³ Eduardo dos Santos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, Ed. do A., 1968; Henri Grimal, *La Décolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985; Philippe Decraene, *Le Panaficanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976; Philippe e Jack Woodis, *Africa: los orígenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, 1968 e Horace Campbell, *Pan Africanism in the Twenty-First Century*, in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp. 212-228.

⁴ Resolução 1514 de 14 de dezembro de 1960.

forma inequívoca. Os que lhe prestaram atenção e perscrutaram o futuro, não tiveram oportunidade de fazer ouvir a razão.

Conhece-se a forma como se liquidou a presença de Portugal nas suas colônias. Ao contrário do que fora acontecendo na generalidade das situações coloniais, (salvo exceções, saldadas, aliás, também, em deploráveis tragédias) foram o desgaste de uma violenta guerra de 13 anos tornada inútil e a crescente pressão da conjuntura internacional, as determinantes essenciais do ajuste final. Por todo o lado onde as situações coloniais se haviam resolvido sem a intervenção do argumento das armas, houve oportunidade de encontrar múltiplas formas de cooperação imediata⁵, nalguns casos dando mesmo lugar a que a direção das estruturas institucionais dos novos Estados se mantivessem, temporariamente, na responsabilidade da antiga potência colonial; noutros, que permanecessem, como garantia da ordem local, e por tempo acordado, contingentes armados. As independências significaram, algumas vezes, apenas, mas imprescritíveis do ponto de vista da sua dignidade humana, a modificação da natureza da relação política entre colonizador e colonizado, revigorando-se, nesse reencontro, a convivência entre povos, que, em liberdade e em cooperação, prosseguiram destinos próximos. Os impérios coloniais inglês e francês souberam e puderam transformar-se em comunidades vivas e atuantes, conjuntos de nações livres e independentes, tradução livre de um passado comum⁶.

No caso português uma obstinada inconsideração do que MacMillan designara, em Joanesburgo, por *ventos da História*, e uma deficiente percepção do sentido da exigência dos interesses geoestratégicos dos poderes que marcaram o século XX, impediram soluções semelhantes, inspiradas nos propósitos da restauração da dignidade dos povos colonizados, de uma paz aberta ao futuro e acolhendo o sentimento prevalecente na comunidade internacional. Nem houve, sequer, soluções à prova; houve guerra, com termo que não nos honra. Transformaram-se, entretanto, em inimigos, povos que, durante séculos, tinham conhecido um outro convívio com as gentes portuguesas e, durante treze anos, sofreu-se uma guerra cruel e sem sentido que, disseminando a destruição no presente, minava concomitantemente as raízes mais profundas de uma relação multissecular, constituindo-se em sério obstáculo à criação das condições legitimadoras de um entendimento futuro.

O confronto pela hegemonia mundial, levado a todos os azimutes, não podia alhear-se do desenvolvimento da luta naqueles territórios, quase todos com expressivo valor geoestratégico, além de em alguns casos, serem detentores reconhecidos de matérias primas de valor de primeira grandeza. A disputa de influência e domínio das situações pendeu para Leste, completamente livre que estava de compromissos estratégicos contraditórios para agir, e agindo, com coerência irretocável, na linha dos princípios que postulava, por outras

⁵ Maurice Flory, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977, pp. 120-150.

⁶ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 151 ss. e François Luchaire, *Droit d'Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1959, pp. 117 ss.

palavras, a liquidação total e completa das situações coloniais, com todas as consequências desfavoráveis ao opositor. A intervenção não poderia ter sido mais ostensiva, com a duração e a profundidade suficientes para criar raízes duradouras. A formação e o treino aturado e interessado ideologicamente de quadros nas universidades militares e civis, a sustentação aberta da guerra com armamentos, conselheiros e, mesmo, combatentes, o apoio e, até, a condução da movimentação diplomática, o financiamento da logística do combate.

É nesses momentos que se firmam acordos de cooperação em que tudo se cede, em alguns casos até a independência por que arduamente se luta; é o que a doutrina francesa designa por cooperação *engagé*,⁷ no fundo pouco mais do que uma retribuição com compensações avultadas pelo financiamento do combate e tudo o resto. Paralelamente, foi-se construindo, nos territórios das ainda colônias, o modelo de Estado do futuro, cópia fiel da matriz situada a Leste, por mais desadequada que se viesse a revelar mas, em todo o caso, pressupostos de garantia para o futuro, de fidelidades e de grande valia para a construção de um mundo que se supunha ainda possível.

Foi, por tudo isto, extremamente difícil o recomeço das relações entre Portugal e os novos Estados africanos que falavam português. Vitoriosos apoiados numa superpotência ideologicamente inimiga do colonizador, enquadrados na *Organização da Unidade Africana* e no *Movimento Não-Alinhado*, organizados em franca ruptura com a tradição colonial – domi-

nadas as estruturas do Estado nascido na luta por quadros hostis –, disputados violentamente, por todos os interesses internacionais os mais implacáveis, plenos de esperança e firmes na convicção de que o fim do colonialismo seria, por si só, o início das venturas. Além disso, a impedir ou a envenenar afetos, as feridas ainda sangrando de uma guerra que podia ter sido evitada. O ressentimento não podia deixar de identificar o colonizador com o inimigo da véspera, em consequência sem legitimidade aceitável para propor a retoma de uma relação fundamentada na amizade e na igualdade.

Houve, no entanto, em Portugal e nos países que haviam sido colônias portuguesas, apesar do sentimento nesse sentido ser pesadamente adverso, quem não tivesse desistido de meditar nas vantagens, quase diria na inevitabilidade histórica, da reconstrução de um espaço histórico-cultural, partilhado e enriquecido por todas as nações livres que se exprimem em português – no português que cada uma vai recriando e valorizando, no seu dia a dia, com o seu cunho nacional. Aconteceu, também, a mudança dos tempos, que permitiu e aconselhou a reavaliação das convicções iniciais apreendidas em contexto diferente e, em alguns aspectos, surpreendendo mesmo os observadores mais treinados na previsão do futuro; as dores foram sofridas, os interesses reponderados e, paulatinamente, as circunstâncias recriaram as condições propícias a uma reaproximação. Portugal e as suas antigas colônias outorgaram, então, acordos de cooperação que consignaram ajudas consistentes da antiga potência colonial em todos os domínios da vida dos novos Estados e

⁷ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 134-144.

foram executados com presteza e o lealdade; fez deslocar centenas de cooperantes portugueses, sobretudo para setores neurálgicos, como saúde e educação, que não puderam, na circunstância, dispensar esforços de compreensão em momentos de tensão, muitas vezes impulsionados por outras cooperações adversárias, em alguns casos com objetivos políticos estratégicos.

Mesmo esse fato da rápida consolidação das novas relações não pareceu, no entanto, suficientemente legitimador de qualquer proposta que resultasse de iniciativa do Estado português.

Das nações que também partilharam conosco séculos de um passado feito História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar a declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): o Brasil⁸.

A sua origem na colônia que os portugueses fundaram no continente sul-americano, isto é, a sua condição de ex-colônia; a forte componente africana na expressiva e fecunda cultura do seu povo⁹; o cruzamento de raças sobre a qual se formou a etnia brasileira¹⁰, a distância bastante prudente com que se salvaguardou no desenrolar do conflito no quadro das suas relações especiais com Portugal, de-

vendo, a propósito, recordar-se a decisão de Jânio Quadros de contrariar, na ONU, a posição tradicional do seu país de apoio a Portugal¹¹; o reconhecimento, de pronto, das independências de 1974 e o estabelecimento imediato¹², pelo governo do General Ernesto Geisel, de relações diplomáticas intensas e de formas de cooperação ativa em todos os domínios com os novos países, numa aproximação carregada de objetivos políticos que os seus interesses nacionais há muito reclamavam¹³. Com Portugal, a outra parte, mantém a nação brasileira fraterna e sólida relação, que o decorrer do tempo não tem lesado. Acrescerá, aos demais, o fato de, no quadro dos desígnios brasileiros, há muito se entender o Atlântico Sul como espaço da sua vocação e poder.

O Brasil reunia, tudo permite concluir assim, as indispensáveis condições de confiança e legitimidade para ser a única voz que podia ser ouvida com consequência. O momento tinha chegado e a História podia, finalmente, receber, no seu seio, um novo ente que, perscrutando o futuro, considera imperativo *consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial entre eles; encarecer a progressi-*

⁸ Recorde-se, neste momento, a lúcida visão e o empenhado esforço do então Embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. José Aparecido de Oliveira, na criação da CPLP. Venceu obstáculos que pareciam insuperáveis, convenceu opositores, entusiasmou reticentes, mobilizou vontades, congregou esforços, consertou desavindos.

⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 121-132 e Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

¹⁰ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994, pp. 107 e ss.

¹¹ Therezinha de Castro, *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, pp. 198 e ss.

¹² O Brasil foi, em 1975, o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular de Angola e a instalar representação diplomática em Luanda.

¹³ Manuel Correia de Andrade, *Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, Editora Ática, S. A., 1995, p. 46.

va afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum; reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a afirmação cada vez maior da Língua Portuguesa. Uma entidade que reafirma constituir, a Língua Portuguesa, entre os respectivos povos, um vínculo histórico e um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada, que é, no plano mundial, fundamento de uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente.

Estas, são as solenes declarações do Comunicado Final que num ato de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos, os representantes maiores da novel comunidade assinaram, em Lisboa, a 17 de Julho de 1996. Não deverá passar sem anotação as repetidas afirmações contidas no documento de que a entidade prevê intervenção internacional influente, representando culturas ligadas por um idioma comum.

Recordem-se, no entanto, neste momento, alguns visionários desse espaço lusófono, como Gilberto Freyre¹⁴ e Adriano Moreira¹⁵; um, intentando explicar o povo

que todos somos, o futuro que podia acontecer, *naquele começo de uma vasta cultura plural*; o outro, com a visão do oceano moreno a unir uma comunidade inspirada numa matriz cultural, a perspectivar rumos para a História. Juntem-se-lhes, Golbery do Couto e Silva¹⁶ e o destino manifesto brasileiro em que sempre insistiu nos seus estudos geopolíticos e geoestratégicos, e, entre outros¹⁷, Jaime Gama, então chefe da diplomacia portuguesa, a quem se deverá creditar uma discreta sugestão para a criação de uma comunidade lusófona, em discurso de 1983 na cidade da Praia¹⁸. Mas não era a hora nem eram as vozes que a História queria ouvir.

A formação e a estruturação do espaço brasileiro, no entender de François Thual¹⁹, obedeceu, comprovadamente, a lógicas de expansão territorial (a Bacia do Prata, o controle da Bacia Amazônica e o Brasil central) e de controle de dados geoestratégicos²⁰ bem definidos. As suas raízes portuguesa^{21/22}, o processo pacífico que enquadrava a sua separação da coroa lusitana, as imensas riquezas que se já se conheciam em concreto ou, simplesmente, se idealizavam diferenciaram e singularizaram o país, numa zona de colonização espanhola, cujos territórios, de menor

¹⁴ Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940, pp. 36, 42-58 e *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.

¹⁵ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976, pp. 235 ss. e *Oceano Moreno*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137.

¹⁶ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1967, pp. 69-70.

¹⁷ Manuel de Sá-Machado, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, pp. 25-48.

¹⁸ Jaime Gama sugeriu, mesmo, a designação de *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

¹⁹ François Thual, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996, pp. 111-116.

²⁰ René Armand Dreifuss, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.

²¹ Thomas E. Skidmore, *Uma História do Brasil*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S. A., 1998, pp. 17-47.

²² Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala e Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972, pp. 182 e ss.

porte, só nos teatros de guerra obtiveram as suas independências.

Essas circunstâncias parecem ter imposto, desde os primórdios da independência, à estratégia nacional brasileira²³, comportamentos especiais para evitar, por um lado, pudesse vir o país a ser tomado pelos seus vizinhos como ameaça latente a controlar ou a combater, criando condições permanentes e sólidas que pudessem dissuadir eventuais tentativas de agressão e até da constituição de coalizões que pusessem em causa a integridade da sua soberania e, por outro lado, pudessem sustentar de imediato a ocupação do já vastíssimo espaço que vinha da colonização, garantindo-lhe a inteireza e a unidade²⁴. Ainda no período que corresponde à soberania portuguesa, a colônia, fazendo prova de correto sentido do espaço, praticou uma política de expansão territorial que foi muito além dos quase 3 milhões de metros quadrados que resultariam da aplicação rigorosa do Tratado de Tordesilhas. O brasileiro Alexandre de Gusmão, ministro de D. José, Rei de Portugal, muito contribuiu para esse notável ganho de espaço, com a energia e sajaria com que sustentou a apli-

cação do princípio *uti possidetis*²⁵ na delimitação das fronteiras entre a colônia portuguesa e as que se encontravam sob soberania espanhola²⁶.

Desde meados do Séc. XIX, o controle da embocadura do Rio da Prata assim como o das bacias fluviais a montante, conduziram o Brasil e a Argentina a sucessivos momentos de grande tensão, muitas vezes degenerados em confrontos militares, antagonismo que só terminou com a criação de um Estado-tampão, o Uruguai, a separar os dois contendores²⁷. Na Bacia do Prata, de forma a assegurar o controle militar e comercial de artérias vitais, tratou-se de ganhar posições em afluentes ou defluentes dos grandes rios sul-americanos, em prejuízo da Argentina, Paraguai e Uruguai. Entretanto, parte dos ganhos territoriais obtidos no Brasil platino pela diplomacia (Tratado de Madrid de 1750) e pela guerra, viriam a ser perdidos em 1777, no Tratado de Santo Ildefonso que entregou, à Espanha, o Território das Missões e a Colônia de Sacramento. D. Maria I, em Portugal, não dispôs de força bastante para evitar que, por esse instrumento, Castela ficasse com

²³ Em 1821, o estadista brasileiro José Bonifácio, deu a público, em *Lembranças e Apontamentos*, a sua visão geopolítica de um Brasil grande-nação. O histórico documento revela-se como um programa completo da transformação da colônia num Estado poderoso e proeminente.

²⁴ Inúmeros analistas do Brasil ficam perplexos ao pesquisarem a causa da unidade desse colosso que é o Brasil, principalmente por terem diante dos olhos a realidade da América Espanhola, toda esfacelada. Uns, classificam-na como milagre; outros, descobrem ser apenas obra do destino; estes, indicam a religião; aqueles, a língua; nenhum, porém, até agora, apontou a causa real dessa unidade do Brasil, um país continente. Ninguém deixa de admirar-se desse todo gigantesco, de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, ser conquistado, povoado e deixado íntegro, por um punhado de portugueses e de sua descendência... Cfr. Lysias Rodrigues, *A Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1947, P. 81.

²⁵ Consagrado, em 1750, pelo Tratado de Madrid, o princípio legitima a posse da terra por quem primeiro a ocupe e colonize. Os portugueses, invocando o princípio, alargaram, muito para além do limites previstos no Tratado de Tordesilhas, as dimensões da sua colônia.

²⁶ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 8 e ss.

²⁷ Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985, estuda, minuciosamente, a política brasileira no Rio da Prata durante o Período Imperial.

o controle da foz do Rio Uruguai no Prata e, dominando as suas duas margens, com a exclusividade de navegação no mesmo.

A Amazônia, desafiante pela sua extensão, valor estratégico, riqueza em minério e riqueza vegetal, foi território conquistado, no período colonial, à Coroa espanhola, que a ele tinha indiscutível direito nos termos do Tratado de Tordesilha²⁸. Pela força, quando foi necessário, o Brasil defendeu depois, ali a sua soberania, amiúde ameaçada e sempre constrangida. Foi o caso da preten-

*A Amazônia, desafiante
pela sua extensão, valor estratégico,
riqueza em minério e riqueza
vegetal, foi território conquistado,
no período colonial, à Coroa
espanhola, que a ele tinha
indiscutível direito nos termos do
Tratado de Tordesilha.
Pela força, quando foi necessário,
o Brasil defendeu depois, ali a sua
soberania, amiúde ameaçada
e sempre constrangida.*

são imperialista dos Estados Unidos incluir a hipótese da conquista da Amazônia nos seus planos de expansão para o sul. Washington patrocinou, oficiosamente, um amplo e eficaz movimento de propaganda que sustentava ser a conquista do grande espaço brasileiro derivada da necessidade do seu desenvolvimento e a benefício das suas populações²⁹. A demora na execução do plano norte-americano de ocupação de algumas das Antilhas e o fato de o governo brasileiro ter aberto o rio à

navegação de navios estrangeiros, parece justificar não se terem consumado as intenções norte-americanas.

Na Amazônia a ampliação e o controle da sua vasta bacia foi objetivo perseguido com visão de Estado e pertinácia, saldando-se pela conquista de grandes espaços que se encontravam na soberania da Venezuela, Colômbia, Bolívia e Peru, na convicção da necessidade e vantagem de dominar as fontes hidrológicas que alimentam o Amazonas, integrando, na terra brasileira, as diversas ama-

zônias nacionais ou, noutra perspectiva, tornando brasileira a pan-amazônia^{30/31}.

Recorrendo à arbitragem dirigida, em 1900, pelo presidente suíço, conseguiram os brasileiros ver garantidos os direitos à soberania de uma parte do sul da Guiana Francesa, confirmando as reivindicações que os portugueses sempre sustentaram anteriormente à independência. E Lysias Rodrigues explica-nos as razões brasileiras, dizendo, em 1947, e com grande franqueza, que tal território permitiria *aquela sonha-*

²⁸ Capistrano de Abreu, citado por Meira Mattos em *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980, p. 32, diz que a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, enquanto, ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola.

²⁹ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, p. 31.

³⁰ General Meira Mattos, capítulos *Projeção da geopolítica pan-amazônica* e *Organização do espaço amazônico*, in *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 63-78 e 159-175.

³¹ Atualmente, vigora o Tratado de Cooperação da Amazônia assinado, em 1978, pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A linha de contorno dessa massa é de 17.500 quilômetros, sendo 16.000 de fronteiras terrestres e 1.500 de litoral, o que traduz o quociente de continentalidade de 11, resultante da aplicação da fórmula de F. Supan (Qc=quociente de continentalidade= $\frac{\text{extensão do limite terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$). Cfr. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 120-121.

da defesa da embocadura do Rio Amazonas. O pensador brasileiro invoca Halford Mackinder para justificar o interesse da sua pátria na aquisição dessa parte da Guiana: os russos, a partir do *heartland*³² poderiam, eventualmente, conquistar a Europa, depois a África e, a partir daqui, indaga, não ficaria o *bastião do Nordeste, novamente sob ameaça impressionante? A boca do Amazonas, Belém do Pará, é hoje uma esquina do Mundo, necessária, imprescindível, as ligações marítimas com os Estados Unidos*. Como defender a embocadura do Amazonas, pergunta-se Lysias Rodrigues fornecendo, também, a solução: *A resposta é implícita. Precisa o Brasil da Guiana Francesa com urgência. As trancas são necessárias antes de as portas serem arrombadas*³³. Assim se foi construindo o Brasil amazônico dos nossos dias.

Para encurtar razões, o Brasil, seus estadistas³⁴ e seus militares³⁵ seguiram, com rigor atento e lúcido realismo, a consabida regra segundo a qual o espaço geopolítico conquista-se primeiro, defende-se depois e, por fim, valoriza-se. No quadro das complexas e muitas vezes não pacíficas relações inter-regionais³⁶, sublinhadas por rivalida-

des nunca satisfeitas e sempre renovadas, em face dos fatores que o isolavam perigosamente do conjunto da comunidade hispano-sul-americana, o Brasil, ancorado, praticamente, na sua fachada marítima, escolheu cedo que não podia deixar de ter, como preocupação primeira e decisiva, progredir rapidamente no espaço, forçando a interiorização, com o que podia colmatar muitas das suas vulnerabilidades, construindo e consolidando a nação e a sua segurança e, a partir dela, conquistar e manter a sua estabilidade territorial³⁷. Na segunda metade do século XIX, e no curto espaço de 60 anos, fazendo a guerra ou indo por diplomacia clarividente³⁸, persistente e estrategicamente correta, o Brasil acrescentou-se de 938 mil quilômetros quadrados (mais de 10 vezes a área de Portugal).

O Brasil ia, assim, seguro, ao encontro da visão do português Gabriel Soares de Sousa que, em 1587, no *Tratado Descritivo do Brasil* predissera: *Está capaz para se edificar nele um grande Império, o qual com poucas despesas desses Reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo*.

A sobrevivência das nações é uma árdua e complexa prova num quotidiano fei-

³² Halford John Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, in *The Geographical Journal*, 1904, Vol., XXIII, N. 4, pp. 423-437 e *The Round World and the Winning of the Peace*, in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.

³³ Lysias Rodrigues A., *op. cit.*, pp. 118 e ss.

³⁴ Refira-se, entre tantos, o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), que obteve retumbante vitória no caso das fronteiras com a Argentina e com as Guianas. Nessa última disputa, o seu êxito de negociador significou a incorporação, na soberania brasileira, de mais de 500 mil quilômetros quadrados. Cfr. General Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975, pp. 49 e ss.

³⁵ Entre outros, o famoso sertanista General Cândido Mariano Rondon, grande impulsionador da integração nacional. Cfr. Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, p. 51.

³⁶ Para uma análise pormenorizada dos conflitos geopolíticos regionais na América do Sul. Cfr. Philip Kelly, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas Press, 1997, pp. 135 e ss. e D. Gordon Bennett, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Company, 1998, pp. 251-264.

³⁷ Segundo Gilberto Freyre, *a estrutura lusitana do Brasil é um fenómeno nacional*, in *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 182.

³⁸ José Osvaldo de Meira Pena, *Brazilian Geopolitics and Foreign Policy*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone And Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 101 - 110. Para o A., *Brazil is a product of diplomacy*.

to de constrangimentos internos e externos e o Brasil brasileiro iniciou, *em trópicos brutos e indevassados, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem*³⁹, a sua existência. Num espaço vigorosamente disputado, com graves vulnerabilidades, especialmente a que decorria da debilidade de um fator geopolítico inquestionavelmente importante: grandes e imensos vazios no *hinterland*, fraca densidade populacional nos primeiros tempos, insuficiente em excesso para ocupar⁴⁰ toda a vasta terra que tinha por diante (8,5 milhões de quilômetros quadrados), para empreender a fixação das gentes dispersas por pequenos núcleos de colonização atlântica e para a defender, da ambição permanente dos espanhóis, *vácuo de poder que atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça*⁴¹.

Só a esclarecida visão dos seus estadistas, a aventura dos bandeirantes na sua marcha para Oeste a partir de Piratinin-ga.^{42/43} e dos seus regimentos conseguiu, partindo do núcleo geo-histórico ancorado no litoral, esboçar e guardar fronteiras, firmar em terra inacessível⁴⁴ a soberania, saberá Deus como⁴⁵. Borba Gato, Tavares Raposo, Chico Preto, Pascoal Moreira Cabral, Dias Pais, Pedro Teixeira⁴⁶, agenciando pelos matagais densos e inóspitos fortuna feita de metais preciosos e captura de silvícolas, deixaram, nesses itinerários o delineamento do *heartland* do Brasil⁴⁷. O decorrer dos séculos e os estímulos oficiais substanciados numa política organizada de colonização⁴⁸ que deram origem a grandes correntes migratória⁴⁹, foram alargando e dando vida às suas fron-

³⁹ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 27 e ss.

⁴⁰ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 36 e ss. e 55-70.

⁴¹ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43.

⁴² Therezinha de Castro, *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, IBGE/Colégio Pedro II, 1992, pp. 95-100.

⁴³ O escritor brasileiro Monteiro Lobato diz-nos que "A bandeira..... nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso destino, *como povo e como nação*. No espaço, foi ela que traçou o retrato verde-físico do Brasil. Para mim, pois, a bandeira não é apenas o episódio histórico mais brasileiro. Além de haver trocado o retrato geográfico do Brasil, é um fenômeno social e político que ajuda a esclarecer muitas das nossas instituições atuais". Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, pág. 56 e ss.

⁴⁴ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43: *Aí estão ainda a nos testemunhar a política previdente de nossos avós, o Forte Príncipe da Beira no Guaporé, Tabatinga no Amazonas, Marabitanas no Rio Negro e São Joaquim no Rio Branco. O que urge fazer, em outra escala e com outros meios, é ainda a mesma idéia velha em circunstâncias novas. E preciso tamponar o deserto.*

⁴⁵ Michel Foucher, *L'Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986, p. 155 e ss., Friedrich Ratzel, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988, pp. 332 e ss. (*a fronteira é um produto do movimento*) e René Armand Dreifuss, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.

⁴⁶ Homem de Cantanhede, terra que o homenageia com um monumento em praça pública. Pedro Teixeira conquistou a Amazônia para a coroa portuguesa subindo, pela primeira vez, o Rio Amazonas até à cordilheira dos Andes.

⁴⁷ Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 76, citando Seraphim Leite: *Agarraram com as suas mãos poderosas a Linha de Tordesilhas e a lançaram tão longe para o Oeste, que por escassos 12 graus caía ela em pleno Oceano Pacífico*. Cf. Golbery do Couto e Silva, *Aspectos Geopolíticos del Brasil - 1952*, in F.A. Milia, W. Siewert et al., *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar 1978, pp. 53-87: *É de toda a evidência que o heartland central, pela sua simples e clara expressão espacial e pela posição superior de que desfruta no conjunto, como centro natural de toda a estrutura, tem implícito um manifesto destino imperialista..... Convém, entretanto, valorizar um pouco mais atentamente o grau relativo da sua própria articulação natural interna, de que dependerá, sem dúvida alguma, a possibilidade de, mediata ou imediatamente, se organizar e estruturar para a concretização daquele destino promissor.*

⁴⁸ Castro Barreto, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

⁴⁹ Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984, p. 71.

teiras antropogeográficas⁵⁰, o com o alargamento sistemático do ecúmeno brasileiro e atenuando essa vulnerabilidade e, todavia, ainda nos nossos dias, apesar de caminhar para os 200 milhões de habitantes⁵¹, foi possível que Meira Mattos anotasse, em 1977, a *distorção geopolítica de possuir (o Brasil) imensa massa continental, vazia e quase desconhecida*⁵².

Tem sido uma política de continentalidade seguida com intenção, a da rápida e segura integração nacional, com a uma bem planeada política de vertebração do território por linhas interiores⁵³ que visará a transformação do potencial territorial em poder concretizado; o espaço de progressão é, ainda, enorme, mas a aceleração do desenvolvimento tem trazido às fronteiras econômicas grandes extensões geográficas do Norte, do Oeste, da Amazônia, do sertão mato-grossense e goiano. A vitalização desses espaços interiores, com uma economia própria, que independa do

comércio marítimo, continuará a ser um objetivo essencial do Estado brasileiro. Como afirmou Golbery, a *incorporação efetiva de todo o território nacional é um dos objetivos nacionais permanentes*⁵⁴.

O homem eurotropical caracterizado, magistralmente, por Gilberto Freyre⁵⁵, acelera e com determinação, o passo final para o interior do continente brasileiro através de um adequado sistema de circulação interna que mobiliza todas as espécies de meios e sistemas e para todos os quadrantes⁵⁶, cruzando o Brasil em todas as direções segundo um vasto e estratégico plano destinado não já à conquista e conformação dos limites do Estado, mas à tonificação das suas raízes e da consistência do núcleo central ecumênico do Brasil (Golbery⁵⁷), preparando-o para os novos desafios que a potência emergente que ele é, possa melhor cumprir, nesse mundo de incertezas, o futuro de grande potência que está no seu destino histórico.

⁵⁰ Everardo Backheuser, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1952, pp. 111 e ss.

⁵¹ Oscar Soares Barata, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989; A.F.K. Organski, *World Politics*, 4ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1960, pp. 137-147, estuda o concurso decisivo do fator geopolítico variável população para o poder dos Estados. Organski, entre outros, sustenta que 200 milhões de habitantes é o *quantum optimum* mínimo para que se possa reconhecer, nos nossos dias, uma grande potência. O Brasil tem, já, uma relação território/população muito favorável à condição de potência emergente, parecendo útil recordar que o Prof. Penck, concluiu, nos seus estudos, que o Brasil poderia abrigar com segurança um bilhão e duzentos milhões de habitantes (Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 85) e Robert Strausz-Hupé, *Population and Element of National Power*, in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D. Van Nostrand Company, Inc., 1951, pp. 111-116.

Os brasileiros são, segundo o censo do ano passado, 169.544.443, com a taxa de crescimento anual de 1,93%, a menor desde o censo de 1950 em que a média foi de 2,39%.

⁵² Gen Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977, pp. 139.

⁵³ Gen Meira Mattos, *ibidem*, p. 139. Em *Geopolítica e Trópicos*, p. 134, este A. refere, mesmo, um modelo brasileiro de política de interiorização.

⁵⁴ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 74-75.

⁵⁵ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 323.

⁵⁶ Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Nacional Editora, 1947, pp. 151 e ss., 192-201, 215 e 227. O A. analisa, em pormenor, nesta obra por muitos considerada o texto fundador da geopolítica brasileira, a função geopolítica das comunicações no Brasil. Cfr. Ainda Shiguenoli Myamoto, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus Editora, pp. 150 e ss.

⁵⁷ Golbery do Couto e Silva, *Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952*, in *La Atlantidada. Un Espacio Geopolítico*, pp. 53-87.

Tal como o Marechal Mário Travassos aconselhara nas suas reflexões⁵⁸, o Brasil caminha para Oeste.

Recentemente, o *Council on Foreign Relations* afirmou ser o Brasil a terceira maior democracia do mundo. É a maior potência entre os países em desenvolvimento, com uma economia em rápida progressão, duas vezes maior que a da Rússia e quase do tamanho da da China. Segundo a revista *Veja*⁵⁹, entre as razões que fundamentam essas conclusões

Recentemente, o Council on Foreign Relations afirmou ser o Brasil a terceira maior democracia do mundo. É a maior potência entre os países em desenvolvimento, com uma economia em rápida progressão, duas vezes maior que a da Rússia e quase do tamanho da da China.

do conhecido instituto nova-iorquino, está o fato de o Brasil ser o líder dos países emergentes e não apenas na América Latina. Em matéria de capacidade de consumo, o PIB brasileiro ultrapassa o trilhão de dólares, o que faz do país a quinta economia mundial, apenas atrás dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Além disso, o Brasil surge, na nova economia, ainda mais forte. Tem 40% dos usuários de Internet da América Latina. O dobro dos do México.

Acresce que o Brasil é, hoje, um dos maiores receptores mundiais de investimento estrangeiro, comprovada a sua excepcional capacidade de desenvolvimento diversificado e manejo dinâmico e agressivo dos mercados internacionais; no ano de 2000, foi de 33 bilhões de dólares a massa financeira investida no país; os investimentos americanos por exemplo, são cinco vezes maiores que os feitos na China⁶⁰.

Meira Mattos, em *Geopolítica e Trópicos*⁶¹ mostra-nos, numa síntese que capitulou *A Epopéia do Homem Brasileiro nas Últimas Décadas*, o Brasil dos nossos dias. Analisa, com rigor, os elementos que compõem o seu espaço geopolítico e de cuja interação resulta o poder brasileiros⁶²: a extensão, a configuração e a posição geográfica e as suas consequências geopolíticas; a população, o caráter nacional e o sentimento de coesão, apesar da diversidade das suas origens⁶³; os recursos naturais, a capacidade de produzir e desen-

⁵⁸ Mário Travassos, *op. cit.*, pp. 243-247: *Para Oeste!* Tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão da *facies* geográfica do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspetos ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem de urgência dos cometimentos

⁵⁹ Edição de 21 de Fevereiro de 2001.

⁶⁰ Portugal é, atualmente, o terceiro investidor internacional no Brasil. Cfr. Ernâni Rodrigues Lopes, *Perspectivas das Relações Económicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.

⁶¹ Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 72-100.

⁶² Em 1980, o Prof. Ray S. Cline, considerou o Brasil a terceira potência mundial, como resultado da aplicação da sua controversa fórmula e método de avaliação do poder dos Estados: $Pp = (T + P + I + M) \times (V + E)$: Pp, poder percebido; T, território; P, população; I, capacidade industrial; M, capacidade militar; V, vontade nacional e E, estratégia nacional ou projeto nacional. Cline atribuiu o primeiro lugar à União Soviética (458 pontos), seguida dos Estados Unidos (304 pontos) e do Brasil (137 pontos). A Argentina, com 22 pontos, quedou-se pelo vigésimo segundo lugar. Cfr. Ray S. Cline, *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980, p. 173.

⁶³ Gilberto Freyre em *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 324 e ss., capítulo *O Brasileiro como tipo nacional e homem eurotropical*: na p. 324, escreve: *Há já um tipo nacional de homem brasileiro para o qual vem convergindo vários*

volver economia, tecnologia e ciência de nível internacional, o estádio concluído da integração nacional e a avaliação positiva da capacidade militar. O autor faz, ainda, com discreto entusiasmo e sério fundamento, a apologia da modernização do Brasil como fator decisivo do seu poder futuro. E não se fará esforço em o acompanhar no sutil otimismo que deixa transparecer no texto em que vai traçando, na análise de todos os fatores geradores de poder, o perfil irrecusável de uma grande potência⁶⁴.

Cumprindo a regra, o Brasil firmou-se, com energia e firmeza, na terra-continente, avançando por todos os espaços de propagação que os seus objetivos aconselharam, com um seu sentido de espaço (*raumsinn*) sempre acutilante; defendeu-os com firmeza e proveito, nas chancelarias e, algumas vezes, nos campos de guerra; e, finalmente, reuniu condições e mobilizou energias para o impulso e sustentação do seu desenvolvimento, que vem cumprindo com resultados notáveis em todas as suas regiões naturais. A sua continentalização é realidade⁶⁵.

A relação natural do Brasil com o Atlântico vem dos princípios da sua existência como entidade política. Do mar atlântico vieram os primeiros colonizado-

res portugueses, ao longo das suas costas foram-se gerando os seus núcleos geo-históricos de que irradiaram a fixação no litoral e a penetração no interior próximo; o mar assegurou a comunicação entre todos, potenciou a vida e manteve o comércio das donatárias entre si e para o exterior, de pau-brasil, primeiro e, depois, do açúcar, do café e das pedras preciosas. Nos primeiros séculos, a maritimidade das colônias portuguesas no Brasil garantiu-lhes a comunicação, interior e exterior⁶⁶.

A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o fato de o grosso da população (80%), do produto interno bruto (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo 7.408 quilômetros da sua fachada marítima de 500km de largura, sendo que o comércio internacional do Brasil é, ainda, e em 98% (130 MT), realizado através da artéria econômica que é o Atlântico⁶⁷.

O Atlântico representa, ainda, para o Brasil, uma extraordinária fonte de recursos econômicos⁶⁸, além da pesca, por si já de elevado valor. Ao adotar o conceito de 200 milhas de mar patrimonial, o Estado brasileiro assegurou a exploração de riquezas de incalculável valor, como petróleo e

subtipos regionais que podemos considerar básicos na formação que ainda se processa desse tipo bio-socio-cultural total. Esse tipo pensamos alguns no seu aspecto biológico, é menos uma síntese racial que uma síntese ultra-racial: uma meta-raça. Uma além raça.

⁶⁴ Hervé Coutau-Bégarie, *Géostratégie de l'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985, pp. 151-167.

⁶⁵ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 134: *Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar, e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente.*

⁶⁶ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 130-131.

⁶⁷ Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 57 e 157. Cfr. André Vigarié, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris ISC/Éditions Economica, 1995, pp. 300 e ss.

⁶⁸ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, p. 81: em 1985, o valor dos alimentos com origem no mar situou-se entre 12 a 15 bilhões de dólares; o valor global do petróleo extraído de superfícies submersas foi de 100 bilhões de dólares, pouco menos de metade do PNB brasileiro.

gás, nódulos de manganês (que contêm partículas de outros minérios), cobre, estanho, cobalto e níquel. Esses, os interesses diretos e particulares do Brasil.

Mas o Atlântico Sul projeta-se, também, noutros planos que convirá acentuar⁶⁹.

Os principais feixes de comércio marítimo, com origem no Índico e mercados do Médio Oriente e Austrália passam por ele e nem a reabertura ao tráfego, em 1975, do Canal de Suez, repôs o *statu quo ante*, pois mais de 50% da importação europeia e 25% da norte-americana de petróleo, por exemplo, continua a fazer-se pela rota do Cabo, rota vital do mundo industrializado.

Além de tanto, o próprio comércio gerado nos países ribeirinhos é assinalável: os produtos tropicais africanos e sul-americanos, as matérias primas estratégicas (petróleo, ouro, diamantes, cobre) de que a Europa e os EUA não podem prescindir⁷⁰, vem sublinhar a importância do Atlântico

Sul⁷¹ como oceano de caminhos marítimos imprescindíveis ao equilíbrio geoestratégico mundial. Quanto ao Brasil, a sua posição face ao oceano articula-o diretamente com cerca de 50 países⁷². A maritimidade do Estado brasileiro é um bem valioso.

A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o fato de o grosso da população (80%), do produto interno bruto (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo 7.408 quilômetros da sua fachada marítima de 500km de largura, sendo que o comércio internacional do Brasil é, ainda, e em 98% (130 MT), realizado através da artéria econômica que é o Atlântico.

O Brasil viveu boa parte da sua existência intimamente ligado ao mar, pelas razões que deixamos atrás. A ocupação do interior do seu espaço geopolítico de forma planeada, política de tempos recentes, não secundarizou, no entanto, o papel do Atlântico Sul, autêntico pulmão marítimo, na sua estratégia nacional⁷³.

Os seus mais conhecidos geopolitólogos permanecem fiéis à dimensão oceânica do Brasil acrescentando-lhe, ao valor econômico, a valia estratégica. É de meridiana clareza a visão de Meira Mattos⁷⁴: a ocupação da costa atlântica africana, qualquer que seja a sua localização, por uma potência hostil ao seu país, determinará sensíveis alterações políticas e até militares, visto que sig-

⁶⁹ Cfr. Yves Salkin, *Regard sur l'Atlantique Sud*, in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102 e Virginia Gamba-Stonehouse, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.

⁷⁰ Hervé Courtau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁷¹ Hervé Courtau-Bégarie, *op. cit.*, p. 57 e Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 55-57, sobre o interesse do Brasil na África e no Atlântico Sul.

⁷² Paulo Henrique da Rocha Corrêa, *Noções de Geopolítica do Brasil*, conferência na Câmara Federal, 1975, pp. 66-71. Ao analisar a importância do mar para o Brasil afirma que, por ele, o Brasil alcança a *África e Portugal*, isto é, a *Comunidade Lusitana*, o que abre novas perspectivas à expansão brasileira.

⁷³ Carlos de Meira Mattos, *The Strategic Importance of the South Atlantic*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.

⁷⁴ Gen Meira Mattos, *Brasil, Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975, pp. 20 e ss.

nificará uma plataforma potencial de agressão ao saliente nordestino. Seja do ponto de vista do interesse da segurança brasileira seja, ainda, no que diz respeito à defesa do mundo ocidental, a África será no seu entender, o primeiro interesse estratégico do Brasil. A defesa do seu país começaria, assim, na outra margem atlântica, nas praias africanas⁷⁵, *um limite de nossa segurança estratégica*.

O General Golbery do Couto e Silva tem pensamento mais explícito e mais ambicioso. Partindo do fato de a geografia conferir à costa brasileira, especialmente ao saliente nordestino, um valor estratégico relevante, entende que de uma tal circunstância decorre a instituição de uma situação de monopólio brasileiro no domínio do Atlântico Sul. Dai conclui Golbery que o aproveitamento dessa situação confere, ao Brasil, um *destino manifesto* (à semelhança da doutrina norte-americana do *manifest destiny*)⁷⁶,

que inspirou e justificou a expansão dos EUA no continente e nos oceanos⁷⁷, que seria, e naturalmente, o fator legitimante da previsível hegemonização do quadro regional⁷⁸.

Esses dois expoentes do pensamento geopolítico e geoestratégico brasileiro não ficaram sós nesse entendimento da acentuação da importância do Atlântico Sul para relevantes interesses do seu país. Desde tempos recuados, muitos outros autores, civis e militares⁷⁹, sustentaram dever o Estado brasileiro olhar politicamente para o Atlântico, especialmente para a área do sul e para África⁸⁰. Sempre se deu como certo que eventual bloqueio desse mar por potência hostil, significaria o isolamento e a asfixia econômica.

O Brasil, pugnando por legítimos interesses, não se alheou da reorganização do espaço antártico e composição dos múltiplos interesses em presença⁸¹, o que veio a

⁷⁵ Gen Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, p. 119: *A proteção de nossos limites de comunicação no Atlântico Sul, de nosso comércio exterior e de nossas águas territoriais, exige que tenhamos uma estratégia marítima, a qual será parte de uma estratégia global para o Atlântico Sul*.

⁷⁶ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999, pp. 137 e 180-181, sobre o conceito de *manifest destiny*.

⁷⁷ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 52 e ss. A tese sofreu violenta contestação por parte de E. Guglielmelli, em *Golbery do Couto e Silva, el Destino Manifesto Brasileño e el Atlantico Sud* in F. M. Milia, W. Siewert et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105. Para este A. argentino, a concepção de Golbery é tendenciosa e tão arbitrária como a Geopolítica de Haushofer e da Escola de Munique, inspiradores do III Reich.

⁷⁸ Também Vicente A. Palermo, em *Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlantico Sur*, in F. A. Milia, W. Siebert, et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194 critica acerbamente a política de hegemonização do Brasil e sustenta a necessidade de uma articulação de interesses com o Brasil e Jonathan R. Barton, *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.

⁷⁹ Os argentinos e outros interessados na zona tem-se mantido sempre atentos ao pensamento geoestratégico brasileiro. Bernardo Quagliotti de Bellis, em *Geopolítica del Atlantico Sur*, in F. A. Milia, W. Siebert et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 18-52, revela que já em 1828 um diplomata britânico manifestava a sua preocupação pelo forte interesse brasileiro pela fronteira atlântica, o que poderia, eventualmente, vir a pôr em risco o comércio inglês com a Índia, a China e toda a Ásia Oriental e Pacífico.

⁸⁰ *A tentação africana do Brasil no dizer de François Thual*, op. cit., p. 114.

⁸¹ Cfr. Ishwar Chandra Sharma, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-India Publications, 1992; F. M. Auburn, *Gás y petróleo frente a la costa (Off-Shore) en la Antartida*, e Héctor Maria Balmaceda, *Tendencias Geopolíticas en el Atlantico Sur*, in C. J. Moneta, S. Hilton, J. S. Tulchin et al., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlantico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1963, pp. 161-194 e 59-88; e Jack Child, *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Pareger Publishers, 1988.

culminar no Tratado de 1960⁸², e destinou o continente austral exclusivamente a fins pacíficos⁸³. Ao contrário do que aconteceu com a Argentina e o Chile, o Brasil não pôde sustentar, na partilha desse espaço, ser o continente antártico como que o prolongamento do território sul-americano. Não obstante, fundamentou irrecusavelmente os seus interesses e direitos⁸⁴ em termos de geoestratégia marítima, vindo a aderir ao Tratado em 1975, salvaguardando, deste modo, os seus designios e obtendo, ainda, reparação justa para a lesão do seu prestígio ao ser colocado numa situação política de insofrível inferioridade relativamente à Argentina, sua rival de séculos que, pelo Tratado, na opinião de alguns dos seus próceres, adquirira a categoria de Grande Argentina dada a situação de bi-continentalidade (América Latina e Antártica)⁸⁵ em que ficara investida.

De par com a presença em todo o espaço do Atlântico Sul, o Brasil conserva sempre presente o imperativo da projeção do seu poder para a imensidão do Oceano Pacífico o Grande Mediterrâneo para onde parecem concentrar-se, para a concretização do futuro, os interesses eco-

nômicos e estratégicos de todas as grandes potências ribeirinhas e as de outras paragens. Esta bi-oceanidade pretende o Brasil viabilizá-la seja através do Estreito de Magalhães e do Canal do Panamá, seja pela ampla bacia fluvial amazônica com pontos terminais no Equador e, especialmente, no Peru⁸⁶, grande exportador, procura encontrar, nesse alvo, mercados potenciais que constituam novos estímulos ao seu desenvolvimento.

O Brasil chegou a ser, no Império, uma potência marítima continental de vulto, decaindo a partir daí. Iniciaram-se, depois, os tempos da ocupação efetiva de todo o vasto espaço continental assumida num projeto nacional que mobilizou energias de toda a natureza e transformou o Brasil na potência emergente dos nossos dias. O Estado brasileiro avaliará quando e como virá a combinar as suas potencialidades marítimas e continentais na síntese final que realizará, na plenitude, o seu excepcional poder potencial.

Trata-se, pois, da resolução do grande dilema brasileiro que coloca o Brasil entre dois destinos⁸⁷: de um lado, a vastidão do seu rico *hinterland*, um repto perma-

⁸² Sobre a internacionalização da Antártica, cft. Ricardo Pedro Quadrei, *La Antártida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 17 e ss. e L. P. Kirwan, *The Partition of Antártica*, in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds, *The Changing World. Studies in Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956, pp. 982-1002.83. Artigo 1º do Tratado da Antártica, firmado em Washington, D.C., a 1º de dezembro de 1959, por 12 países entre os quais a Argentina e o Chile: *1. A Antártica será usada somente para propósitos pacíficos. Serão proibidas, inter alia, todas as medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações militares, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas.*

⁸⁴ Therezinha de Castro, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976, pp. 110-114 e Capítulo sobre Geopolítica e Geoestratégia, pp. 115-126.

⁸⁵ François Thual, *op. cit.*, p. 114.

⁸⁶ François Thual, *op. cit.*, p. 114. Este A. refere, ainda, a pretensão do Brasil de acesso ao sistema econômico da União Européia, para o que poderia contar com a plataforma geográfica que é Portugal. Cfr., neste sentido, Adriano Moreira, *A Relação Privilegiada Portugal-Brasil*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 391-401 e Francisco de Assis Grieco, *O Brasil e a Nova Geopolítica Européia*, São Paulo, Edições Aduaneiras, 1992, pp. 183-184.

⁸⁷ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 61-62.

nente, aberto a todas as fascinantes aventuras da fixação de gentes empreendedoras, da criação da vida e do desenvolvimento social, cultural e econômico; um desafio constante às capacidades do Estado e às de uma sociedade que se propõe, mais uma vez, e pelo seu futuro, pôr em marcha, as novas *bandeiras*; do outro, o mar oceano que partilha, desde o início, a sua História, mas também agente de prosperidade e fator de segurança.

As prioridades que hoje parecem pre-va- lecentes ficaram delineadas anteriormente: ocupação, estabilidade territorial e desenvolvimento, isto é, uma continentalidade consolidada e próspera que possa ser suporte da atlanticidade que aqueles autores, para só falar neles, julgam, a vários títulos, elemento insubstituível do conceito estratégico nacional brasileiro.

A grande potência continental ou, mesmo, inter-continental⁸⁸, resultante da

interação desses dois fatores, está no horizonte próximo.

Chegará, certamente, o momento em que o Brasil terá por reunidos os pressupostos da explicitação completa dos seus interesses nacionais a concretizar no Atlântico Sul e na África e, em decorrência, a assunção das responsabilidades correlativas.

Grande potência política e econômica de todo o espaço em referência, país multirracial, país lusófono, líder natural do mundo que teve a colonização portuguesa⁸⁹ como traço comum, o Brasil, tal como foi o único articulador aceitável da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa parece estar, pela sua grandeza, pelos seus méritos e por exigência iniludível dos seus próprios interesses de Estado, vocacionado para ser o garante do êxito futuro da Instituição. Essa liderança, anteviu Adriano Moreira, e o destino manifesto do Brasil⁹⁰. ●

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de, *Geopolítica do Brasil*, 4ª ed., S. Paulo, Editora Ática, S.A., 1995.
- AUBURN, F. M., *Gás y petróleo frente a la costa (Off-Shore) en la Antártida*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 161-194.
- BACKHEUSER, Everardo, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
- BALMACEDA, Héctor Maria, *Tendencias Geopolíticas en el Atlántico Sur*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 59-88.
- BANDEIRA, Moniz, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985.
- BARATA, Óscar Soares, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989.
- BARTON, Jonathan R., *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.
- BARRETO, Castro, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

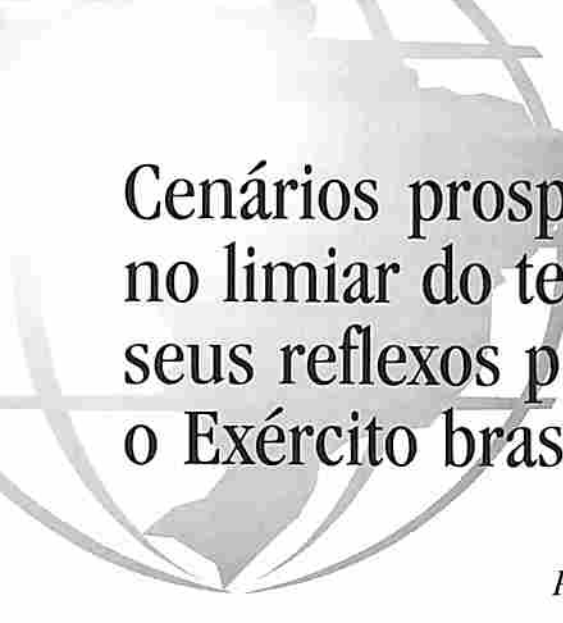
⁸⁸ François Thual, *op. cit.*, p. 115.

⁸⁹ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, pp. 184-185, prevê vir a ser o Brasil o líder em potencial dessa grande comunidade luso-tropical.

⁹⁰ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, p. 237.

- BELLIS, Bernardo Quagliotti de, *Geopolítica del Atlántico Sur*, in F.A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 19-52.
- BENNETT, D. Gordon, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Compant, 1998, pp. 251-264.
- CAMPBELL, Horace, *Pan Africanism in the Twenty-First Century*, in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp. 212-228.
- CASTRO, Therezinha de, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976.
- , *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1992.
- , *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- CHILD, Jack, *Antartica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Praeger Publishers, 1988.
- CLINE, Ray S., *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980.
- CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha, *Noções de Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, conferências na Câmara Federal, 1975.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- DECREAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- DREIFUSS, René Armand, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.
- FLORY, Maurice, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972.
- , *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.
- , *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.
- , *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940.
- FOUCHER, Michel, *L'Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986.
- GAMBA-STONEHOUSE, Virginia, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.
- GRIECO, Francisco de Assis, *O Brasil e a Nova Geopolítica Européia*, S. Paulo, Edições Aduaneiras, 1992.
- GRIMAL, Henri, *La Decolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985.
- GUGLIAMELLI, Juan E., *Golbery do Couto e Silva, el Destino Manifiesto brasileño y el Atlántico Sur*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105.
- HAYES, Margaret Daly, *Brasil y el Atlántico Sur: cambios en las perspectivas de um problema que se vislumbra*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 89-102.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- KELLY, Philip, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas, 1997.
- KIRWAN, L. P., *The Partition of Antartica*, in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds., *The Changing World. Studies in Political Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, *Perspectivas das Relações Econômicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.
- LUCHAIRE, François, *Droit d'Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

- MACKINDER, Halford John, *The Geographical Pivot of History*, in *Geographical Journal*, 1904, Vol. XXIII, N. 4, pp. 423-437.
- MACKINDER, Halford John, *The Round World and the Winning of the Peace*, in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.
- MATTOS, Carlos de Meira, *The Strategic Importance of the South Atlantic*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of Southern Cone Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.
- _____, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- _____, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975.
- _____, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- _____, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- _____, *Geopolítica y Teoría de las Fronteras*, Buenos Aires, Círculo Militar, 1997.
- MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus Editora, 1995.
- MOREIRA, Adriano, *A Relação Privilegiada Portugal-Brasil*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 391-401.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999.
- _____, *A Europa em Formação (A crise do Atlântico)*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica/IRIDC, 1976.
- _____, *Oceano Moreno in Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137.
- ORGANSKI, A. F. K., *World Politics*, 4ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1960.
- PALERMO, Vicente A., *Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194.
- PENNA, José Osvaldo de Meira, *Brazilian Geopolitics and Foreign Policy*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 100-110.
- PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*, 23ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- QUADREI, Ricardo Pedro, *La Antartida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983.
- RATZEL, Friedrich, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988.
- RODRIGUES, Lysias A., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1947.
- SALKIN, Yves, "Regard sur l'Atlantique Sud", in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102.
- SÁ-MACHADO, Manuel de, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.
- SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, E. do A., 1968.
- SHARMA, Ishwar Chandra, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-India, Publications, 1992.
- SILVA, Golbery do Couto e, *Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires Ediciones Pleamar, 1978, pp. 53-87.
- _____, *Geopolítica do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1967.
- STRAUSZ-HUPE, Robert, *Population as an Element of National Power*, in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D. Van Nostrand Company, Inc., 1951.
- SKIDMORE, Thomas, *Uma História do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, Editora Paz e Terra, S. A., 1998.
- TRAVASSOS, Mário, *Projeção Continental do Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.
- THUAL, François, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996.
- VIGARIÉ, André, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris, ISC/Éditions Economica, 1995.
- WODDIS, Jack e Philippe, *Africa: los orígenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, S.L., 1968.



Cenários prospectivos no limiar do terceiro milênio: seus reflexos para o Exército brasileiro¹

*Richard Fernandez Nunes**

RESUMO

O artigo oferece subsídios para a visualização de alternativas possíveis de futura concretização, apresenta sugestões para o seu acompanhamento e identifica os reflexos para o planejamento estratégico do Exército Brasileiro decorrentes de cenários que se delineiam no limite do terceiro milênio.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento estratégico, prospecção.

Os cenários que traduzem a maneira como o País irá enfrentar os desafios do terceiro milênio têm estreita relação com o planejamento estratégico do Exército. Portanto, é necessário inserir-se no seu processo de construção e influir para que se concretize o futuro desejado.

O simbolismo que caracteriza os grandes marcos cronológicos induz a especulações sobre os destinos da humanidade. O início do terceiro milênio, que se distingue por retratar um período de extraordinário avanço científico-tecnológico, causador de profundas modi-

ficações em todos os campos da atividade humana, não foge à regra.

Em momento como este, intensifica-se uma preocupação constante do homem: o conhecimento do futuro. Como o porvir é quase sempre incerto e decidir é posicionar-se em relação a ele, várias institui-

* Major de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME. Matéria extraída de monografia elaborada por exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME.

ções têm buscado atualizar seus planejamentos e adequar-se aos novos tempos, mediante a utilização de procedimentos capazes de reduzir incertezas e de favorecer a aproximação do futuro aos interesses visados.

O planejamento estratégico é o processo que se destina a produzir um ou mais estados desejados no futuro. Visa portanto, a escolher a estratégia adequada para prepará-los, exigindo do seu executor postura pró-ativa, ou seja, a adoção de ações antecipadas, destinadas a influir na concretização do futuro almejado.

Nesse sentido, estudos prospectivos são instrumentos valiosos para o planejamento e identificação de oportunidades, bem como para a definição das ações decorrentes. A partir de uma abordagem ampla e interdisciplinar, baseada na elaboração de cenários representativos dos futuros com possibilidade de ocorrência, a prospecção constitui um processo contínuo de pensar o futuro para proporcionar apoio à tomada de decisão.

ESTUDO PRELIMINAR

A Guerra Fria e a reconstrução da Europa impuseram o desenvolvimento de novas metodologias para planejamentos de médio e longo prazo, com uma mudança de mentalidade: do futuro único da previsão clássica para os vários futuros possíveis da prospectiva. O futuro passou a ser visto como algo a ser elaborado, modificado por meio de ações desenvolvidas no presente.

A criação do *Centre D'Études Prospectives*, na França, e da Rand Corporation, nos EUA, propiciou condições para a implementação da chamada ciência do futuro. Institutos similares surgiram em outros

países, difundindo a prospectiva. O conhecimento de alguns conceitos básicos sobre o tema, apresentados a seguir, é imprescindível para o seu acompanhamento:

Cenário prospectivo - Descrição de uma situação futura possível e da progressiva combinação dos eventos que conduzem à sua concretização. Conforme a concepção, pode ser: *normativo*, quando figura desejado para um sistema, sendo escolhido e imposto pelo decisor estratégico; *exploratório*, quando caracteriza um futuro possível ou provável, mediante a simulação e desdobramento de certas condicionantes, sem que se expresse qualquer opção por resultados.

Evento futuro - Hipótese de ocorrência de um acontecimento que se infere de um fato portador de futuro próprio de um determinado sistema, ou de um fator exógeno.

Fato portador de futuro - Fato que pode causar impacto sobre um cenário projetado. É mais significativo quando caracteriza uma ruptura de tendência.

Decisor Estratégico - Autoridade que fixa os propósitos do estudo prospectivo a ser realizado, determina a amplitude do sistema a ser analisado, estabelece um marco temporal sobre o qual se deve trabalhar e seleciona os componentes do grupo de controle e os peritos que devem participar dos trabalhos.

Grupo de controle - Analistas que, mediante a realização de manipulações e simulações, são responsáveis pela interpretação dos cenários e pelas conclusões do trabalho prospectivo e sugestões a serem encaminhadas ao decisor estratégico. É constituído, normalmente, por integrantes dos quadros permanentes da organização.

Peritos - Especialistas, possuidores de boa cultura geral e detentores de uma visão global do sistema para o qual irão opinar. Em geral, não pertencem à organização.

A construção dos cenários alternativos do futuro de um sistema consiste na determinação das probabilidades de ocorrência de distintos eventos, na verificação da influência de cada evento sobre os demais, na seleção das combinações que apresentem maior possibilidade de realizar-se e na interpretação e descrição das combinações mais prováveis. Há vários métodos e técnicas especificamente desenvolvidos para isso, entre os quais os abaixo testados.

Brainstorming - Técnica de dinâmica de grupo que visa à produção do máximo de soluções para determinado problema, mediante a apresentação de idéias novas e livres de qualquer restrição. É utilizada para levantar eventos futuros a partir de fatos portadores de futuro ou fatores exógenos.

Método Delphi - Consiste na arguição de peritos sobre uma lista de eventos futuros levantada pela técnica de *brainstorming*. Suas opiniões devem ser analisadas pelo grupo de controle e propostas, sucessivamente, até que se obtenha consenso ou a sua estabilização. Com ele, elimina-se um problema recorrente em trabalhos em grupo: a pressão ou influência de alguns membros sobre outros.

Métodos de Impactos Cruzados - Criado para complementar o Método Delphi, corrige sua deficiência de não considerar a interação entre os eventos. Por seu intermédio, os peritos avaliam o impacto que a ocorrência de cada evento causaria sobre a probabilidade de ocorrência dos demais. A partir dele, são obtidos os cenários exploratórios, em ordem decrescente de probabilidade.

Fases de execução (método adotado pela Escola Superior de Guerra - ESG)

- Definição dos elementos básicos: o decisor define o tema estratégico a ser analisado e seu limite espaço-temporal, escolhe o grupo de controle e os peritos.

- Avaliação da conjuntura: são levantados fatos portadores de futuro e, mediante a técnica do "brainstorming", os eventos futuros correspondentes.

- Construção de cenários: usa-se os Métodos Delphi e de Impactos Cruzados, normalmente com apoio de programas computacionais.

- Análise dos cenários: são escolhidos o cenário mais provável; o tendente, que poderá se confundir com o mais provável, se não forem identificadas rupturas de tendência, um cenário exploratório otimista e outro pessimista. O decisor estratégico pode escolher o cenário normativo, para o qual deseja orientar as ações.

Essa metodologia adotada pela ESG se baseia no programa PÍTIA, desenvolvido no Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV) e exposto na obra de Raul Grumbach, *Prospectiva - a chave para o planejamento estratégico*.

O planejamento estratégico do EB está consubstanciado no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). As diretrizes e ações estratégicas se baseiam na Avaliação do Exército, contida no Livro 2 do SIPLEX. Nele é apresentado apenas um cenário prospectivo, considerado como o mais provável. Não são apresentados cenários alternativos. A construção de um cenário desejado não é considerada.

Os reflexos que esse estudo preliminar traz para o EB são ensinamentos quanto à necessidade de adotar e difundir uma

metodologia de construção de cenários prospectivos, integrada de maneira interdisciplinar às demais forças singulares e organizações civis, mediante a sistematização de procedimentos por uma estrutura organizacional específica. Assim, o SIPLEX retrataria com maior rigor científico os futuros possíveis, permitindo ao Comando da Força, inclusive, a adoção de um cenário normativo para nortear o planejamento estratégico.

TEMAS ESTRATÉGICOS

A análise de temas estratégicos de nível mundial é de fundamental importância para a compreensão mais exata do quadro que servirá de base para a composição de uma rede temática de possíveis eventos e fatos geradores de futuro. A nova ordem mundial multipolarizada, o fortalecimento das tendências globalizantes, novos conceitos jurídicos sobre soberania e a extraordinária velocidade dos avanços tecnológicos constituem desafios para o Brasil. Os cenários que traduzem a maneira como o País irá enfrentá-los têm estreita relação com o planejamento estratégico de defesa.

Os temas estratégicos latino-americanos estabelecem ligação entre o quadro mundial e o brasileiro, numa rede temática de possíveis eventos e fatos geradores de futuro mais condizente com os cenários prospectivos de interesse para o nosso Exército. Considerando-se a importância do contexto regional para o Brasil e sua marcante relação com a noção de soberania, é essencial a atribuição de prioridade ao seu acompanhamento prospectivo. Para isso, a construção de cenários sobre integração

regional, ecologia, narcotráfico e papel das Forças Armadas é imprescindível.

O Exército pode e deve monitorar esses temas estratégicos, de modo a antecipar-se à evolução dos acontecimentos, identificar rupturas de tendências, ratificar estimativas e reorientar planejamentos. Isso pode ser feito por intermédio do trabalho coordenado de adidos militares, de oficiais designados para missões no exterior, do Estado-Maior do Exército (EME), do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e do Centro de Estudos Estratégicos (CEE)/ECEME. Também podem ser utilizadas conexões com outras Forças Armadas e instituições públicas e privadas.

Para que proporcione os melhores resultados possíveis, esse trabalho deve ser sistematizado, criando-se rotinas de procedimento, especializando-se recursos humanos orientados para o cumprimento de distintas missões, estabelecendo-se ligações e alocando-se os recursos necessários.

Os temas nacionais completam a rede temática apreciada. O estudo prospectivo dessa rede pode constituir uma ferramenta útil para que o EB atue deliberadamente para a consecução de cenários desejados e reaja com oportunidade aos eventos contrários aos seus interesses.

A histórica dificuldade de se realizar planejamento de longo prazo no Brasil, em virtude de suas características sociais, políticas e econômicas, também tem afetado a defesa nacional. Por isso, é necessário que o Estado-Maior do Exército atribua absoluta prioridade a trabalhos que contribuam para que o SIPLEX fundamente com rigor a avaliação do Exército, base para as fases política e estratégica do planejamento. Também é indispensável o emprego

coordenado de todos os meios disponíveis para que se obtenham as vantagens decorrentes da conjugação de esforços.

As atividades de inteligência continuarão a ser essenciais para a obtenção de conhecimentos necessários à elaboração de cenários. É desejável que o Centro de Inteligência do Exército CIE, além de conduzi-las, apoie outros elementos envolvidos em tarefas de prospecção.

Na política interna, devido à importância das relações com os partidos políticos e com o Congresso, caberia uma reformulação da Assessoria Parlamentar (AP). O tratamento de temas sensíveis para o futuro do nosso Exército exige preparação cuidadosa e específica do pessoal designado para integrá-la. A elevação do grau hierárquico do Chefe da AP também deveria ser considerada, para conferir maior *status* ao interlocutor da Força com senadores e deputados federais.

Na política externa, é fundamental o estreito relacionamento da 5ª Subchefia do EME com o Ministério das Relações Exteriores. A projeção internacional do País e a promoção de seus interesses devem ser monitoradas permanentemente, a fim de se aproveitar oportunidades e neutralizar óbices.

ESTÁGIO ATUAL

A apreciação de trabalhos em andamento em outras organizações permite identificar aspectos a considerar no emprego de cenários prospectivos como base para o planejamento estratégico do Exército. Planos de inteligência, abrangência e prazo para os estudos, integração a redes de prospecção e programas computacionais

de apoio constituem-se em fundamentos importantes para a estruturação organizacional e a sistematização de procedimentos para uma aplicação mais adequada da prospectiva, voltada para o preparo e emprego da Força Terrestre.

Redes de Prospecção

O Programa ProspeCTar do Ministério da Ciência e Tecnologia pode constituir-se numa oportunidade para que o Exército se integre às redes de prospecção que aquele ministério pretende estabelecer, a fim de obter dados sobre fatos geradores de futuro e eventos e interpretações de cenários, em áreas específicas do conhecimento, além de oferecer condições para que o Exército aporte contribuições aos demais integrantes de tais redes, de acordo com sua visão estratégica.

O que de mais importante proporciona o ProspeCTar é a metodologia que será aplicada para montar as redes de prospecção. Em função dela, o Exército poderá propor ao Ministério da Defesa (MD), às demais forças singulares e às instituições que julgar conveniente o estabelecimento de redes que atendam aos seus interesses específicos.

Essa integração poderá ocorrer de forma centralizada, ou descentralizada, com os diversos órgãos e escalões do Exército conectando-se a distintas redes, conforme suas especificidades. Essa é a maneira ideal, pela agilidade que proporciona. Para isso, é necessário que se garantam mecanismos para que todos os elementos da Força, envolvidos com o trabalho, compartilhem os conhecimentos adquiridos.

Programa PÍLIA

Considerando que o Ministério da Defesa deverá utilizar este programa, a

ESG, a Marinha do Brasil e o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - CPEAEx - da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército já o empregam, seria interessante que o EB o adotasse, a fim de facilitar a integração entre seus sistemas.

Deve ser constituído um grupo de controle capaz de trabalhar com cenários abrangentes, que atendam integralmente à estratégia militar terrestre, de modo a fundamentar a avaliação do SIPLEX. Para isso, é interessante que seja composto por elementos das subchefias do EME. Devem ser selecionados como peritos, civis e militares da ativa e da reserva, em virtude das funções que exerçam ou da especialização em determinados assuntos.

Seção de Futuro

O grupo de controle do EME poderia enquadrar uma Seção de Futuro. Seus integrantes teriam que visualizar o Exército, nos seus múltiplos aspectos, num prazo razoavelmente longo, de modo a não considerar a disponibilidade de recursos financeiros e injunções da conjuntura política, bem como acompanhar a evolução de outros exércitos em termos de doutrina, material bélico, logística, organização para o combate, táticas e técnicas operacionais.

A *Seção de Futuro* permitiria uma concentração de criatividade em prol da solução de problemas enfrentados pelo EB, do acompanhamento das mudanças na arte da guerra e da orientação para desenvolvimentos doutrinários e tecnológicos.

Flexibilização da cadeia de comando

A agilidade requerida para o aproveitamento de oportunidades que permitam a adequação do planejamento estratégico à constante evolução da situação, impõe a

necessidade de se flexibilizar a estrutura hierarquizada do Exército. O incremento de canais técnicos e sistemas nos moldes de *ouvidorias* pode contribuir decisivamente para isso. É interessante proporcionar aos escalões mais baixos participação mais intensa no processo decisório, a fim de aproveitar a variedade de experiências e a criatividade disponível entre os integrantes da Força. Isto seria bastante útil, por exemplo, para a *Seção de Futuro* proposta no tópico anterior.

Integração acadêmica

O CEE/ECEME poderá desempenhar importante papel com relação aos estudos prospectivos. Para isso, é necessário que sejam aproveitadas todas as oportunidades de integração com outros centros civis e militares, por intermédio de redes e de intercâmbios bilaterais. Assim, o CEE/ECEME lograria manter-se na vanguarda intelectual e sintonizado com as hipóteses de futuro de interesse para o Exército.

Comunicação Social

Qualquer que seja o cenário alternativo visualizado neste limiar de terceiro milênio, deve-se considerar que a opinião pública exercerá influência cada vez maior no processo decisório. Operações psicológicas destinadas a manter a boa imagem do Exército e a apoiar as operações militares deverão ser enfatizadas.

Uma vez definido o cenário normativo pelo decisor estratégico, as atividades de inteligência deveriam voltar-se para a continuidade do respectivo processo analítico, enquanto as ações de comunicação social passariam a representar sua superfície visível. Objetivo, público-alvo e idéia-força das campanhas deveriam ser diretamente vinculados às diretrizes do planeja-

mento estratégico, correspondente ao futuro desejado pelo EB.

CONCLUSÃO

O início de terceiro milênio, marcado por aceleradas transformações e indagações sobre o futuro da humanidade e de suas instituições, impõe grandes desafios para o nosso Exército modernizar-se, preservando valores e tradições; olhar para o futuro, sem descuidar do presente. Como a prospectiva trata exatamente da relação entre ações do presente e hipóteses de futuro, pode-se concluir que o Exército deve apoiar seu planejamento estratégico em cenários que representem os vários futuros possíveis, com o intuito de atuar para construir o futuro desejado e dificultar a ocorrência dos que contrariem seus interesses.

Uma vez que não há cenários elaborados com a abrangência necessária para fundamentar diretrizes de planejamento, o trabalho foi baseado numa abordagem concêntrica de temas estratégicos, compreendendo os níveis mundial, latino-americano e nacional, particularizando os aspectos diretamente relacionados com a Força Terrestre.

Entre os objetivos da política de defesa encontram-se a projeção do Brasil no concerto das nações, sua maior inserção no processo decisório internacional e a consecução e manutenção dos seus interesses no exterior. Daí se conclui que é necessário que o EB abandone, cada vez mais, a postura centrada nas ameaças, adotando atitude mais ativa, para respaldar ações estratégicas do País. Essa mudança de paradigma deve ser baseada em cená-

rios que expressem a concretização dos interesses brasileiros.

Além das conclusões da análise dos temas estratégicos, os trabalhos prospectivos em andamento também permitem extrair idéias para dotar o nosso Exército de uma metodologia de construção de cenários prospectivos, de uma sistematização de procedimentos e de uma estrutura organizacional específica.

Constata-se que a construção de cenários é tarefa de tal maneira complexa, que tem fomentado a criação de redes de prospecção, compostas por várias organizações e pelas informações por elas geradas. A obtenção de bons resultados dependerá da interação cooperativa entre universidades, institutos de pesquisa, entidades públicas e privadas.

Moldar cenários prospectivos no tempo de incertezas que caracteriza o início do terceiro milênio requer uma interdisciplinaridade dificilmente alcançada. Por isso, impõe-se a adoção de medidas pró-ativas de estreitamento de relações com outras instituições. O Exército tem desenvolvido um programa de modernização, particularmente apoiado no vetor educacional, que pode atender à essa demanda. A integração do recém-criado CEE/ECEME à comunidade acadêmica poderá constituir valioso instrumento para a contínua análise prospectiva de temas de interesse para o Exército.

O trabalho prospectivo no Exército deve ser sistematizado, criando-se rotinas de procedimento, especializando-se recursos humanos orientados para o cumprimento de distintas missões, estabelecendo-se ligações e alocando-se os recursos necessários, para que proporcione os melho-

res resultados possíveis. Em todos os casos, as ações realizadas pelo Exército devem prever o emprego de seus recursos de maneira coordenada. Também é indispensável a integração às demais forças singulares, por intermédio do MD, para que se obtenham as vantagens decorrentes da conjugação de esforços.

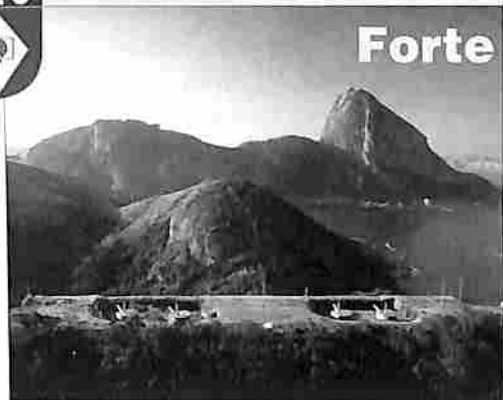
O Exército deve adotar uma metodologia de construção de cenários prospectivos. O programa PÍTIA é apontado como boa solução, em vista da facilidade que trará para a integração com outros elementos do MD. A estrutura organizacional do Exército deve ser adaptada, de modo a permitir a realização de contínua análise prospectiva. São sugeridas a instalação de um grupo de controle no EME, a previsão de peritos e a criação de uma

Seção de Futuro. A flexibilização da cadeia de comando também pode constituir medida adequada para incentivar-se e aproveitar-se a criatividade dos integrantes da Força.

Assim, as sugestões apresentadas neste ensaio visam a permitir que o SIPLEX retrate com maior rigor científico os futuros possíveis, permitindo ao Comando da Força, inclusive, a adoção de um cenário normativo para o seu planejamento estratégico. Os cenários que traduzem a maneira como o País irá enfrentar os desafios do terceiro milênio têm estreita relação com o planejamento estratégico do Exército. Inserir-se no seu processo de construção e influir para que se concretize um futuro desejado é dever da Instituição e de todos os seus integrantes. ●



Diretoria de Assuntos Culturais



Forte Duque de Caxias

Praça Almirante Júlio de Noronha,
s/nº Leme – CEP: 22010-020
Tels.: 2275-3122 e 2275-7696
Fax: 2275-0100
Visitação: sábados e domingos,
das 9h às 17h
Ingressos: R\$ 3,00
(incluindo transporte interno).
Crianças não pagam.

Comentários e Informações

A CRISE ORÇAMENTÁRIA NAS FORÇAS ARMADAS

Carlos de Meira Mattos*

O mirrado orçamento da Defesa sofreu o segundo corte este ano. Tão pesadas reduções de despesas obrigaram as nossas três Armas - Exército, Marinha e Aeronáutica - a reduzir a um nível extremamente preocupante suas capacidades operacionais.

Sabemos, estamos cansados de saber, que o atual governo não tem sensibilidade para os problemas de defesa nacional, e isto ele vem demonstrando há quase oito anos. Sabemos também que os cortes orçamentários, sob a alegação da necessidade de redução indispensável de despesas, não atingem os interesses eleitorais da equipe que ocupa o Palácio do Planalto.

Em termos de *Política com P maiúsculo* ou de estadismo, é uma inconsciência ignorar a importância das Forças Armadas no contexto de uma política nacional. O Brasil é uma potência média, possuidor do quarto patrimônio geográfico em extensão do mundo, da sexta população mais numerosa do planeta, alcançou uma posição de relevo entre as dez maio-

res economias e foi capaz de fundir numa cultura homogênea os seus traços de miscigenação racial.

Não somos uma pequena nação inexpressiva no concerto mundial. Temos muito a preservar e muitíssimos interesses a defender neste jogo de ambições da política internacional. Neste jogo de disputas nada ético que revela a política o que pesa é o poder nacional, e o poder nacional tem como atributo inseparável o poder militar. Todos os grandes estadistas do mundo e do Brasil entenderam esse truísmo. Para citarmos entre os brasileiros, destacamos Rio Branco, Calógeras, Getúlio Vargas e Castello Branco.

Os políticos geralmente não entendem a extensão do poder. Perguntaram ao ex-presidente dos EUA Woodrow Wilson, professor emérito de ciência política da Universidade Princeton, qual a diferença entre um estadista e um político. Respondeu ele: *O estadista é aquele que tem a preocupação permanente com os interesses da nação, o político tem seus interesses vinculados ao partido e aos seus problemas pessoais.*

A maioria de nossos políticos não é capaz de entender a abrangência da política nacional. Por isso, não compreende a importância das Forças Armadas. Repete

* General-de-Divisão. Doutor em Ciência Política e Conselheiro da ESG.

como realejo o falso conceito de que, *como não temos um inimigo visível, não precisamos de Forças Armadas*. Ignora as lições da história e do mundo contemporâneo. Ignora os interesses internacionais do Brasil. Pretende que defendamos os nossos interesses essenciais, no âmbito regional e mundial, sem nos apresentarmos como a potência média que somos, revestida da plenitude de nossos atributos de poder.

Seria insano querermos competir em poder militar com as grandes potências. O nosso poder militar tem que ser adequado à nossa qualificação de potência média, que, no tumulto de disputas antagônicas e ambições ocultas do mundo atual, seja capaz de nos garantir uma posição ativa, para fazer respeitar e a defender os interesses nacionais. É preciso não esquecer o princípio basilar de que o poder e a Justiça sem a reserva da força são inoperantes.

A existência da força nas disputas internacionais de interesses, de desdobramentos sempre imprevisíveis, é um argumento de persuasão ou de dissuasão, atuante muito antes de precisar ser empregada. Quase sempre evita o seu emprego, o que seria a guerra.

A força do adversário nessas disputas representa, no mínimo, um *preço a pagar* que o lado contrário tem que avaliar se vale a pena ser pago. Basta observar o quadro de disputas no cenário mundial para se convencer de que é o poder militar de dissuasão de países menos poderosos, impondo um *preço a pagar*, que vem contendo o avanço das conquistas dos mais poderosos.

Nossas responsabilidades com o passado, com as aspirações legítimas do presente e das gerações vindouras está impondo aos candidatos que disputam a futura

chefia do governo vir proclamar à nação como entendem e quais os seus projetos sobre a defesa nacional. Os candidatos à Presidência da República pretendem ser estadistas, devem provar que o são.

MUSEU DA TRANSGRESSÃO¹

*Affonso Romano de Sant'anna**

Um dos princípios da arte moderna é a transgressão. Transgredir tornou-se o primeiro e, em alguns casos, o único mandamento da modernidade. No princípio, quando derivava da necessidade de sair do aprisionamento do sistema clássico, a transgressão estética era árdua e sujeita a penalidades.

Mas um dia a transgressão virou norma. Como assinalou o poeta e crítico Eduardo Sanguinetti, que foi vanguardista do Grupo 1963, na Itália, esse movimento de transgressão teve dois momentos no século passado: o heróico e o cínico. O primeiro consistiu na luta pelo poder, o segundo na manutenção paradoxal desse poder.

Sim, a transgressão virou norma. Qualquer artista iniciante começa por transgredir. Ainda não sabe as regras, mas já as renega. E cria-se uma situação absurda. Transgredir o quê, se antes dele, no passado recente, só havia transgressores? Transgredir a transgressão? Ora, isto, a rigor, leva a um paradoxo, pois a única maneira de transgredir radicalmente a transgressão é contestar a transgressão, reinstalar uma certa ordem e refazer o sistema. Mas se alguém

* Jornalista.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 11.05.2002.

contesta a transgressão, é logo taxado de conservador, de reacionário e retrógrado. Como sair dessa armadilha da modernidade? Passamos tanto tempo achando que o transgredir nos instalava na modernidade, que receamos repensar a transgressão, temendo com isto ser expulsos da modernidade.

Em torno de 1970, na universidade, professores se compraziam em dissertar sobre *transgressão*. Teorizar sobre transgressão já trazia um gozo acadêmico, fácil, à distância. E havia, além de uma natural urgência juvenil em ser transgressor, um certo charme em ser contestador, marginal, participante. Já desde os anos 50, aliás, os valores sociais, antes rígidos, pareciam cair como uma seqüência de dominó: o louvor à guerrilha, o poder jovem, o desprestígio da virgindade, a pílula anticoncepcional, o casamento aberto, as reivindicações dos negros, dos índios, dos homossexuais, enfim, a inclusão dos *excluídos* tornou-se palavra de ordem. Assim, a cultura teve que aprender a absorver não apenas a antiarte, mas seu igual e contrário – a contracultura.

Na arte exacerbou-se o princípio da transgressão já exposto no futurismo, dadaísmo e outros movimentos. A arte saiu de vez dos museus, espalhou-se em instalações pela natureza. O teatro foi para a rua, para qualquer lugar configurando *happenings* e performances. Até o lixo virou arte de luxo. Tudo passou a ser música: John Cage enche de espectadores um prédio em Nova York para ouvir um concerto vivo de buzinas e barulhos de carros que passam pela avenida. *Dissecta membra*: fragmentação, cadáveres expostos, sangue, esperma e fezes viram obra de arte nas bienais e galerias, e o cinema se compraz em catástrofes cada vez maiores, como contraparte estética à tragédia cotidi-

ana. No palco expõe-se o corpo nu, e exibem-se cruamente relações eróticas nos meios de comunicação. Assim como a arte e a não-arte se acoplaram, o público e o privado se confundiram. Não só revistas eróticas desvelam as intimidades dos artistas, como a qualquer hora a televisão é capaz de mostrar programas tipo *reality shows*. Enfim, defrontamo-nos com uma questão: a banalização da transgressão tanto estética quanto ética.

O impulso à transgressão, por outro lado, é natural e cultural. Miticamente na sociedade grega está, por exemplo, em Prometeu indo arrebatador o fogo proibido do Olimpo e, na cultura judaico-cristã, na transgressão ocorrida no Éden. De certo modo, a transgressão move a história. Mas pode também paralisá-la num círculo viciosamente fatal onde a perversão cheira morte. Transgressão por transgressão pode ser um retorno à horda primitiva. É necessário um mecanismo de assimilação do contrário, uma interseção entre movimento e repouso, sístole e diástole, sangue arterial e venoso, para manter o organismo vivo.

Houve quem dissesse que a história é a história da liberdade. Houve quem dissesse que a história é a história da repressão. As duas afirmações se tocam pelo extremo, e no substrato de ambos está a transgressão como diferenciação histórica.

A psicanálise costuma referir-se ao “gozo da transgressão”. Do ponto de vista erótico e social *os indivíduos têm a sedução de provar seus limites e um certo prazer em violar a lei. Em nossa sociedade isto é exibido diariamente nas manchetes que falam sobre as drogas e a violência.*

Transgressão. Trans-agressão. Transa e agressão.

A banalização da transgressão ética e estética transformou o que poderia ser o gozo da transgressão em algo que está no espaço do medo, do pânico e da impotência a que o “gozo” é substituído pelo “desprazer” artístico. *E exige-se que o público se submeta masoquistamente a isto, como se essa forma de submissão fosse prova de inteligência e abertura dos sentidos.*

Transgredir e/ou agredir o público pode ser um perverso gesto em si mesmo e não constituição de um objeto estético.

No princípio da modernidade os artistas diziam como Mário de Andrade: *Eu insulto o burguês!* Mas paradoxal e ironicamente os burgueses contornaram, domesticaram e se deliciaram com os insultos, com as transgressões. Compraram os quadros, foram aos concertos e construíram museus fabulosos para armazenar os impérios éticos e estéticos.

A transgressão virou peça de museu.

Hoje a transgressão está de tal modo catalogada, que se pode escrever a história da transgressão. E pior: visitar o Museu da Transgressão.

AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

*Manuel Cambeses Júnior**

O Brasil e a República Popular da China, separados geograficamente por vastos oceanos, contam com acentuadas diferenças no processo histórico, regime político, sistema social, tradição cultural e condições naturais. Porém, possuem muito em comum no sentido

da salvaguarda da independência e da soberania nacional, na luta pela construção da Pátria e da própria identidade.

A China, desde o século XIX, durante a gestão da Dinastia Qing, estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil. Muitos chineses, vencendo todos os tipos de dificuldades, atravessaram os oceanos para chegar até o Brasil, e juntaram-se ao povo local para ajudar a construir, com o seu trabalho, a Nação brasileira. Os dados estatísticos demonstram que, na atualidade, existem no Brasil cerca de 200 mil chineses e seus descendentes. Eles criaram amizades e estabeleceram profundas raízes com o povo brasileiro, compartilhando o mesmo destino, as mesmas alegrias e agruras.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil, as relações bilaterais, em todas as áreas, vêm se desenvolvendo de maneira bastante satisfatória e evidenciam resultados altamente compensadores. Nos primeiros anos da década de 1990, os líderes dos dois países chegaram ao consenso de estabelecer uma união duradoura, estável e de benefício mútuo. Assim, o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma sólida parceria estratégica. Desde então, a cooperação amistosa entre os dois países entrou numa nova época. Altas autoridades brasileiras e chinesas trocaram visitas, com relativa frequência, o que aumentou o conhecimento e a confiança mútuos. O presidente da China, Jiang Zemin, visitou duas vezes o Brasil, nos anos de 1993 e 2001. O presidente Fernando Henrique Cardoso também visitou a China no ano de 1995. Os dois países compartilham visões e posições idênticas ou semelhantes em importantes temas

* Coronel Aviador. Conferencista Especial da ESG.

internacionais e, através de uma excelente coordenação de suas ações e apoios recíprocos, lograram alcançar excelentes resultados junto à Organização das Nações Unidas e demais organismos internacionais.

As cooperações econômica-comercial e científico-tecnológica são dois fortes pilares na construção da parceria estratégica, sino-brasileira, e vêm se aprofundando de forma crescente. Na área econômica e comercial, as estatísticas chinesas demonstram que o volume total do comércio entre a China e o Brasil atingiu a expressiva cifra de 2,8 bilhões de dólares no ano 2000, o que representa 160 vezes mais do que o volume registrado em 1974, ano em que se restabeleceram as relações diplomáticas entre os dois países, durante a gestão do presidente Ernesto Geisel. As estatísticas brasileiras mostram que, no primeiro semestre de 2001, a exportação brasileira com a China cresceu 91,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Brasil já é o maior parceiro comercial da China na América Latina, há vários anos consecutivos, e a China também tornou-se um dos dez maiores mercados para a exportação brasileira. A cooperação econômica e os investimentos mútuos vêm aumentando, progressivamente, a cada ano. As empresas chinesas nas áreas de processamento de madeira, siderurgia, eletrodomésticos e telecomunicações estão realizando investimentos maciços para instalarem-se no Brasil. A título de exemplo, a empresa chinesa *Gree* investiu 20 milhões de dólares em Manaus e instalou uma unidade montadora de aparelhos de ar-condicionado, de última geração, com capacidade de produção anual na ordem de 200 mil unidades. A *Usina Siderúrgica*

Baoshan acabou de assinar um acordo com a *Companhia Vale do Rio Doce* para explorar, na modalidade de *joint-venture*, minas de ferro em Minas Gerais. A parte chinesa investirá 20 milhões de dólares e comprará todo o minério de ferro extraído dessa mina. Alguns empresários brasileiros também fizeram investimentos na China. Empresas brasileiras famosas como a CVRD, a CBMM e a Embraer mantêm boas relações de cooperação com a parte chinesa e instalaram escritórios de representação na China. As cooperações na área hidrelétrica já tiveram progressos significativos. Na licitação para a instalação de turbinas-geradoras, para o projeto Três Gargantas, empresas brasileiras ganharam a concorrência para a instalação de seis turbinas, colaborando, desta maneira, na construção da maior hidrelétrica do mundo.

Na área de ciência e tecnologia, o primeiro satélite de sensoriamento de recursos terrestres – desenvolvido e fabricado em parceria pelos dois países –, foi lançado com sucesso, em outubro de 1999, e teve sua vida útil prolongada, em face de excelentes resultados tecnológicos alcançados. O segundo satélite está sendo montado no Brasil, conforme havia sido planejado. Durante a visita do Chanceler chinês Tang Jiaxuan ao Brasil, no ano de 2000, as duas partes assinaram acordos sobre o desenvolvimento e fabricação, em conjunto, dos terceiro e quarto satélites. Na área espacial, a cooperação entre os dois países, já se tornou um edificante exemplo, para os países em desenvolvimento, no estabelecimento de parcerias objetivando o domínio de alta tecnologia. Além disso, os dois países estão incrementando novas e profícuas cooperações nas áreas de tecnolo-

gia de informática, biotecnologia e desenvolvimento de novos materiais avançados.

A China e o Brasil são os maiores países emergentes situados, respectivamente, a Leste e Oeste do globo terrestre. Ambos estão se dedicando ao desenvolvimento de suas economias e à melhoria do padrão da vida de seus povos, carreando, primordialmente, grandes responsabilidades para o progresso e prosperidade de suas respectivas regiões e, secundariamente, para o desfrute de toda a humanidade. O aprofundamento e o fortalecimento constantes da parceria estratégica entre os dois países, não apenas correspondem aos interesses fundamentais dos seus povos, como também ajudam na defesa da paz e no desenvolvimento em níveis regional e mundial. O governo chinês tem atribuído muita importância a isso. Em abril de 2001, o presidente Jiang Zemin visitou o Brasil pela Segunda vez, e teve uma proveitosa conversa e troca de opiniões, com o presidente brasileiro, sobre o desenvolvimento **contínuo** da parceria estratégica entre os dois países no alvorecer deste século. Os dois presidentes chegaram a um acordo abrangente, o que ergueu um novo e significativo marco no avanço do relacionamento entre as duas Nações. Nessa oportunidade, foram propostas algumas iniciativas para aquecer o relacionamento entre a China e o Brasil e que, ao nosso ver, servem como diretrizes para incrementar, substancialmente, as relações sino-brasileiras:

- desenvolver a confiança mútua, através do aumento do entendimento e da igualdade de oportunidades, nas parcerias entre brasileiros e chineses;

- **continuar o estreitamento** das relações políticas entre a China e o Brasil, in-

tensificando diálogos e cooperações bilaterais, em todos os níveis e em todas as áreas. Embora, na atualidade, a tecnologia das telecomunicações e da informática faculte a que as pessoas saibam o que está acontecendo no outro lado do mundo, sem sair de casa, o velho ditado *mais vale ver uma vez do que ouvir cem vezes* continua valendo. É assaz importante que mais brasileiros, de diferentes setores de atividades, possam ir dar uma minuciosa olhada na China, para testemunhar a gigantesca mudança que lá ocorre e ouvir os sentimentos e pensamentos dos cidadãos comuns chineses. Também devemos estimular as visitas de chineses ao Brasil, para reconhecer e entender, com maior profundidade, o nosso País;

- **salvaguardar os direitos e interesses legítimos** dos países em desenvolvimento, no cenário internacional, através da intensificação de consultas bilaterais e apoios mútuos. Os dois países devem continuar os amplos diálogos sobre os importantes temas internacionais, coordenar as posições, valorizarem-se e apoiarem-se reciprocamente em ações concatenadas. Em organismos ou organizações internacionais tais como a ONU, o FMI, devem engendrar esforços no sentido de buscar consensos e ampliar as cooperações. A China tornou-se, recentemente, membro formal da Organização Mundial do Comércio (OMC). Isto, certamente, abrirá um novo e importante nicho para as cooperações econômicas e comerciais internacionais entre a China e o Brasil. A China está disposta a intensificar a coordenação com o Brasil na OMC, para que todos os países possam tirar benefícios em comum no **processo** da globalização econômica;

• ampliar as cooperações econômicas e comerciais na base de benefício e desenvolvimento comuns. A China e o Brasil possuem imensos recursos naturais, eficiente controle dos setores produtivos, domínio de tecnologia-de-ponta e mercado interno com enorme potencialidade. As perspectivas de cooperação entre os dois países são vastas. As duas partes devem explorar as suas potencialidades e promover o crescimento gradual do comércio, elevando o valor agregado dos produtos exportados, dando maior importância à ampliação do investimento mútuo e ao desenvolvimento de parcerias que envolvam alta tecnologia. O governo brasileiro já classificou a China como um dos países mais importantes para a expansão da sua pauta de exportações. É importante que empresários brasileiros conheçam o mercado chinês e negociem cooperações e parcerias, ao mesmo tempo que devemos estimular que empresas chinesas explorem a potencialidade do mercado brasileiro.

Finalizando, entendemos que faz-se mister que seja estabelecido, com ênfase, um abrangente e completo relacionamento de cooperação com China, visualizando a um futuro de médio e longo prazos. Brasileiros e chineses têm realidades muito semelhantes e compartilham muitos interesses comuns. Devemos libertar a nossa imaginação em relação às cooperações bilaterais, diversificando as formas e ampliando as áreas de atuação. Por um imperativo geoestratégico, torna-se imprescindível enriquecer e aprofundar o conteúdo da parceria estratégica sino-brasileira, aumentando os intercâmbios e as cooperações bilaterais, em todas as áreas e em todos os níveis, criando benefícios, tendo como

meta atingir os objetivos colimados, ou seja, o progresso e o bem comum de ambos os povos.

EDUCAÇÃO NA NOVA INGLATERRA¹

*Arnaldo Niskier**

As economias são distintas. As populações também. Uma é rica e poderosa. A outra está à procura do seu melhor caminho, sem deixar de ser emergente. É claro que, em tais circunstâncias, qualquer comparação peca pela base. Referimo-nos à educação comparada de nível médio dos Estados Unidos e do Brasil.

Uma viagem de estudos aos estados de Connecticut e Massachusetts, na região em que praticamente nasceu a nação americana, permitiu conhecer algumas das melhores *high schools* do país, de fortíssimo compromisso com a qualidade do ensino.

Ali não existe a preocupação com um número avultado de alunos. As escolas costumam ter em média 500 alunos, distribuídos entre os *boarding* e os *day students*. Os primeiros, que pagam a anuidade média de 30 mil dólares, permanecem no campus a semana inteira, assistidos de forma permanente por seus professores de tempo integral (em geral jovens), que, depois das aulas, ficam à disposição dos alunos até que, às 22h30m, as luzes se apaguem compulsoriamente. Rapazes em média de 17 anos ficarão em seus prédios próprios, e moças da mesma idade irão para os seus dormitórios, em geral na pro-

* Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 30.04.2002.

porção de dois por quarto. Televisão? Só nas salas de convivência.

Um pormenor que chama a atenção é a relação aluno/professor. Em nenhuma hipótese ela ultrapassa 12:1. As aulas são interativas, os alunos de gravata o tempo todo, sendo chamados de Mr. e Mrs. por seus mestres. Eles anunciam a próxima aula, para que os jovens estudem a matéria, apresentem seus trabalhos e tirem as dúvidas na aula propriamente dita. Pudemos assistir a duas aulas, uma de literatura latino-americana sobre Gabriel García Márquez e outra sobre filosofia, abordando o tema *De Sócrates a Sartre*. A impressão mais forte foi o nível de motivação dos alunos. Ninguém sai da sala sem esclarecer pontos eventualmente obscuros. Não se pode obter esse resultado qualitativo com turmas de 50 alunos. Nem com escolas de 5 mil alunos, como as há no sistema de ensino do Rio de Janeiro. É possível garantir qualidade com esses números exorbitantes?

A preocupação, hoje, em relação ao sistema de ensino nos EUA, que está sendo criticado pela imprensa e pela sociedade, é com a formação geral, humanística. Insistem na obrigatoriedade de disciplinas como língua inglesa, história e filosofia, a fim de garantir uma sólida base para o aprendizado tecnológico, em laboratórios deslumbrantes. Isto sem desprezar o que eles chamam de *liberal arts*, em que se empenham de forma toda especial.

Não há nenhuma experiência de educação à distância, nem o emprego da Internet oficialmente. Quando perguntados pelo emprego dessas tecnologias, os diretores (todos também dão aulas) sorriram, defendendo a idéia de que escolas

tradicionais são as que ensinam melhor, sem precisar de recursos novidadeiros. *O que importa* – observou David Holmes, *headmaster* da Suffield Academy – *é que se mantenha o tempo todo a qualidade do ensino, o que se faz pela relação saudável de trocas entre alunos e professores*. Os diretores também dão aulas, para não perder o contato com os seus alunos, e “aprender com eles”. Assim se pratica a educação para a cidadania.

A partir das 15 horas – foi o que vimos em Suffield, na Williston Northampton e em Deerfield (a maior de todas) – iniciam-se as atividades artísticas ou desportivas, que se prolongam até quase a hora do jantar. Depois da refeição coletiva, ainda sobra um espaço para estudar ou tirar dúvidas, antes do apagão compulsório. A explicação do êxito desses empreendimentos? A forte disciplina imposta a todos os integrantes do processo, sem exceção, além da garantia de salários altamente compensadores para os seus responsáveis.

O orçamento anual da Suffield Academy é de US\$ 12 milhões somente para as despesas operacionais. Mas qualquer acréscimo patrimonial, como a construção de um novo prédio para os departamentos de história e liderança, é financiado por generosas e constantes doações, em geral dos ex-alunos ou pais de alunos. Nesse caso específico, a doação foi de US\$ 4,5 milhões, com benefícios na linha do imposto de renda, feita por um doador cubano que enriqueceu nos Estados Unidos, criando uma firma de telepizza. Retirou-se do negócio com US\$ 1,2 bilhão. Como seu filho havia estudado na Suffield, com muito sucesso posterior na universidade, ele optou pela doação, e o novo prédio, im-

ponente, estará funcionando a partir de agosto próximo.

Estamos muito longe desse espírito comunitário. A nossa Receita Federal, que tem demonstrado tanta competência, bem que poderia pensar num projeto semelhante ao dos Estados Unidos, no incentivo a doações para escolas, mesmo que sejam particulares, mas que prestem bons serviços à população.

É com esse conjunto de fatores – insistimos na idéia de valorização do humanismo necessário – que se poderia modificar a dura realidade brasileira. O nosso ensino médio cresce e já tem 9 milhões de alunos; mas o que dizer da qualidade das escolas, da falta de incentivo aos professores, da ausência de boas bibliotecas e de apetrechados laboratórios? Só uma verdadeira revolução poderá modificar esse quadro de carências, para que nossos alunos possam se comprometer, como os da Suffield Academy, com o *Esse Quam Videri* que se encontra na Inscrição da sua origem (1833): *Ser o que parece*.

A ESQUERDA NO PODER¹

*Jarbas Passarinho**

Não convencem os que acham ultrapassada a distinção doutrinária entre esquerda e direita. Ninguém menos que Bobbio, um socialista de espírito aberto, sustenta a manutenção da diferença, ainda advertindo que ne-

nhum esquerdista possa deixar de admitir que a esquerda de hoje não é mais a de ontem. É que a realidade é bem mais rica do que as tipologias que ignoram a mutabilidade a que o tempo as expõe. De resto, seria simplismo colocar a discussão sob a visão da antítese que pressupõe que quem não é de direita é de esquerda, e vice-versa.

Entre nós, isso prevalece mesmo entre intelectuais de um lado e do outro, ou para dar à esquerda o monopólio do humanismo. Na explicação do próprio talentoso pensador político italiano, *enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação perante as iniquidades das sociedades contemporâneas, eles carregarão consigo os ideais que há mais e um século têm distinguido todas as esquerdas da história*. Ele mesmo, que condena a tentação do simplismo, cede a ela. Direita seria, pois, aplaudir tais iniquidades, ser imobilista defensor do *status quo*. Simone de Beauvoir foi ainda mais pejorativa, ao dizer que a ideologia da direita é o medo.

Há a considerar os diversos matizes da esquerda brasileira, e é pensando neles que digo estar a esquerda no poder há 20 anos, quando a oposição venceu as eleições para governador em dez dos mais prestigiosos estados da Federação – entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nomes emblemáticos, como os anistiados Leonel Brizola e Miguel Arraes, e resistentes desde 31 de março de 1964, como Tancredo Neves, Franco Montoro e Pedro Simon, elegeram-se governadores. Mas com exceção de Leonel Brizola, que inspirara a guerrilha do Caparaó, desbaratada sem um tiro, os outros

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Artigo publicado em O Estado de São Paulo, edição de 04.06.2002

só poderiam ser considerados de esquerda segundo o critério simplista da antítese. De qualquer maneira, tratou-se de vitória da oposição, em cujos partidos foi notória a presença de esquerdistas até radicais, em dupla militância, nomeados pelos governadores oposicionistas.

O presidente João Figueiredo, dois anos mais, concluía o mandato. Eleito para suceder-lhe, Tancredo Neves morreu e o seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência. Embora originário da Arena e ex-presidente do PDS, o Dr. Sarney não representou a volta ao poder pelos seguidores de 31 de março de 1964. O seu Ministério foi constituído segundo lista que Tancredo houvera autorizado. Nele Sarney aceitou nomear até um antigo desafeto da política maranhense. Ulysses Guimarães, que presidia a Constituinte, era a eminência parada, *um Richelieu no conselho do rei Luís XIII*. Tão forte que o governador Jereissati, convidado para o Ministério da Fazenda pelo presidente, teve de ser desconvidado. A esquerda escreveu a Constituição de carácter xenófobo e estatizante. Há dias, em palestra na Confederação Nacional da Indústria, o senador gaúcho José Fogaça disse que a Constituinte foi a resposta ao regime autoritário, posto que não tenha sido ele um constituinte.

Fernando Collor não veio da direita, não obstante seu pai tenha sido da Arena. Adepto do social-liberalismo, abeberado em José Guilherme Merquior, Collor foi um reformista, o que o fez, no espectro ideológico, odiado pela esquerda, especialmente a radical, e pela direita imobilista. Ele mesmo previu isso ao dizer que *iria escandalizar a esquerda e indignar a direita*. Sua breve gestão malogrou seu inten-

to. Sucedeu-lhe Itamar Franco, de perfil histórico à esquerda. E a ele, Fernando Henrique Cardoso, de passado marxista, do qual evoluiu para a social-democracia.

No primeiro mandato, a vitória sobre Lula deveu muito, se não totalmente, à adesão do PFL, de origem na Arena, braço político do regime derivado de março de 64. Foi, já, a disputa entre a esquerda light e a radical de então.

Na sua reeleição, o PFL voltou a contribuir para a vitória e foi o mais fiel aliado, talvez motivado pela *ideologia do medo* mas feliz por auxiliar o presidente a reformar a Constituição esquerdista que ele ajudara a escrever como constituinte em 1987. Mas, sempre que os antigos companheiros de viagem o acusam de haver traído os ideais de outrora, o presidente reclama a condição de homem de esquerda.

A rigor, pois, a esquerda, de matizes diversos, vem governando o Brasil há 20 anos. O balanço não parece dos mais admiráveis. Os militares encontraram o País no 49º lugar das economias do mundo. Deixaram-no no 8º. A oposição, que hoje é governo, bradava que isso custara o preço da péssima distribuição de renda. Hoje o PIB brasileiro caiu para o 10º do mundo, ameaçado de perder a posição para o México, e o Brasil aparece como a pior distribuição de renda do mundo.

Mais uma vez, elegeremos um presidente de esquerda, a escolher entre Lula, de perfil histórico atenuado para efeito eleitoral, Serra, da antiga AP, ex-presidente da UNE, devoto de Santa Rita de Cássia, Garotinho, cristão-novo do socialismo de Arraes, e Ciro Gomes, que evoluiu da Arena para o partido que deu novo nome ao Partido Comunista Brasileiro.

Enquanto na Europa a direita derrota a esquerda socialista, nós somos um país de esquerdas... Qual delas?

HISTÓRIA MARXISTA É CHARLATANISMO¹

Olavo de Carvalho*

Com honrosas e inevitáveis exceções, a historiografia disponível no mercado livreiro nacional é de orientação predominantemente marxista ta ou filomarxista. Por isso nossa visão da História é estereotipada e falsa ao ponto de confundir-se com a ficção e a propaganda. A História que os brasileiros aprendem nas escolas e nos livros é uma História para cabos eleitorais.

É que ninguém pode ser marxista também sem ler tudo com suspicácia paranóica em busca de motivações políticas ocultas, e abster-se, por princípio, de fazer o mesmo com aquilo que se escreve. Com a maior naturalidade um marxista escarafunchará o *discurso do poder* nas entrelinhas dos autores mais apolíticos e devotados à pura ciência, ao mesmo tempo que se recusará a examinar a presença do mesmo elemento em tipos que, como ele, estão ostensivamente empenhados na luta pelo poder.

Para o marxista, a História, por definição, não é ciência descritiva ou explicativa, mas arma de luta por um objetivo bem determinado. *Não se trata de interpretar o mundo, mas de transformá-lo.* O passado não tem pois aí nenhum direito próprio à

existência, senão como pretexto para o futuro que se tem em vista. Daí que deformá-lo seja, para o historiador marxista, um direito e até um dever.

Marxismo, em suma, é inconsciência sistematizada.

E note-se que estou falando do marxismo melhorzinho, intelectualmente *respeitável*. Decerto não é esse tipo de marxismo que se pratica majoritariamente, no Brasil ou fora: é um marxismo de *agitprop*, que busca antes o escândalo das denúncias anticapitalistas do que o conhecimento histórico mesmo num sentido longínquo e metafórico do termo.

Um exemplo é esse desprezível *Genocídio americano - A Guerra do Paraguai*, de Júlio J. Chiavenato, que consagrou por vinte anos o mito comunista de uma luta genocida a serviço do banco Rothschild, até ser completamente destruído por Francisco Fernando Monteoliva Doratioto no recém-publicado *Maldita guerra - Nova história da Guerra do Paraguai*.

Mesmo em obras de pura consulta o charlatanismo marxista não deixa de introduzir as mais escabrosas falsificações. Já denunciei aqui um grotesco *Dicionário crítico do pensamento de direita*, obra de 114 sumidades acadêmicas, que excluía sistematicamente todos os pensadores direitistas mais célebres - de T. S. Eliot a von Mises, de Böhm-Bawerk a Irving Kristol e Russel Kirk - colocando em lugar deles grosseiros panfletários nazistas como Goebbels e Streicher, para dar a impressão de que direitistas não pensam e, quando pensam, é para premeditar crimes hediondos.

Mas o caso mais escandaloso, pelo volume e pelas ambições, é o *Livro negro do capitalismo*, preparado às pressas por uma

* Escritor e filósofo.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 25.05.02.

equipe de historiadores filocomunistas para neutralizar o vexame do *Livro negro do comunismo*. Nesse último, um grupo de marxistas arrependidos, com Stéphane Courtois à frente, fazia as contas e confessava que, com seu total mínimo de cem milhões de vítimas, o comunismo tinha sido o maior flagelo de todos os tempos, superando os efeitos somados de todas as guerras, epidemias e terremotos do século mais violento da História.

Mais que depressa, a tropa esquerdista designou uma equipe de emergência, com Gilles Perrault no comando, para transmutar o prejuízo em lucro. Missão: produzir a ferro e fogo cem milhões de vítimas do capitalismo, de modo a estabelecer, na impossibilidade do resgate da imagem comunista, ao menos um arremedo de equivalência moral entre os dois regimes.

É verdade que países capitalistas se meteram em guerras e mataram pessoas. Mas uma coisa é matar inimigos em guerra, outra coisa é um Estado dizimar sua própria população civil. O total de cem milhões de vítimas apontado por Stéphane Courtois excluía, por princípio, soldados mortos em campo de batalha, atendo-se ao genocídio praticado pelos comunistas contra populações desarmadas, quase sempre nos seus próprios países. Nada de semelhante podia-se encontrar nas nações capitalistas, exceto mediante o expediente de chamar capitalistas o regime nacional-socialista ou o feudalismo da China imperial. Perrault e assessores não hesitaram em fazer isso, mas ainda assim os números ficavam muito abaixo do desejado. Era preciso, pois, falsear mais fundo, incluindo na soma das *vítimas do capitalismo* os combatentes mortos em batalhas.

Mas mesmo então o capitalismo saía bonito. Os EUA, por exemplo, em todas as intervenções militares em que se meteram ao longo de um século, não mataram mais de dois milhões de inimigos, uma quota bem modesta para um país que se pretendia carimbar como a mais agressiva potência imperialista de todos os tempos.

Perrault e sua turma, por fim, salvaram-se da encrenca mediante a decisão cínica de atribuir ao capitalismo a culpa por todas as mortes ocorridas na Segunda Guerra Mundial (50 milhões no total, incluindo as efetuadas pelas tropas nazistas e soviéticas), na guerra civil da Rússia (6 milhões, incluindo a metade liquidada pelo governo revolucionário), na guerra do Vietnã (2 milhões, incluindo as vítimas dos vietcongues), na guerra na Argélia (um milhão e duzentas mil, incluindo as que foram mortas pelos rebeldes comunistas), na guerra civil espanhola (700 mil mortos dos dois lados) e – santa misericórdia! – no massacre de Ruanda (500 mil mortos, todos eles sacrificados pela incitação igualitarista dos *pobres hutus* contra os *ricos tutsi*).

E assim por diante.

Resultado: debitando-se na conta capitalista os crimes cometidos pelos comunistas, o, capitalismo se revelava mesmo um regime tão violento e maldoso quanto o comunismo, ficando assim estabelecida a equivalência moral, *quod erat demonstrandum*.

Será que chamar isso de vigarice, de intrujice barata, de propaganda enganosa, é apenas uma *opinião política*, tão discutível e moralmente relativa quanto sua contrária? Ou é uma questão de moralidade elementar?

Mas se o leitor pensa que alguns dos protagonistas dessas façanhas sente ao menos um pouco de vergonha do que fez, está

muito enganado. Todos têm a consciência tranqüila de trabalhar pelo bem e pela verdade. Se lhes atiramos na cara a iniquidade de seus feitos, eles nos viram as costas com a altivez principesca de quem não dá atenção a qualquer um, muito menos a (vade retro!) anticomunistas.

Mais ainda, com a mesma cara-de-pau com que deformam o conjunto eles mentem nos detalhes. Logo atrás do sucesso de Perrault aparecia o Dr. Emir Sader, nas orelhas de um livro de Alain Besançon, falsificando com a maior sem-cerimônia o conteúdo da obra: se no corpo do texto o autor afirmava que os crimes nazistas eram muito mais alardeados pela mídia do que os comunistas, o homúnculo das orelhas, mentindo duplamente, nos fatos e na fonte, invertia a informação, alegando que todos só queriam falar do comunismo e nunca do nazismo...

Será exagero dizer que a falsa consciência levada a esse ponto é uma forma de sociopatia?

GLOBALIZAÇÃO VERSUS MONOPOLARIDADE

*Reis Friede**

Embora os EUA demonstrem uma natural aversão em associar os fenômenos da *globalização* e da *monopolaridade*, muitos estudiosos preferem entender, pelo menos em parte, o *processo de globalização* como uma consequência direta da plena restauração da lide-

rança absoluta dos EUA no cenário mundial a partir do início da década de 1990.

De fato, como ocorreu, em termos aproximados, no imediato período do pós-guerra (1945-50), os EUA se constituem no presente momento, na única potência global completa, ou seja, detentora, simultaneamente, de todas as variáveis do *poder nacional*, como instrumentos de projeção (e imposição) da soberania, posto que é, ao mesmo tempo, a maior potência econômica, militar, política e psicossocial do planeta.

Essa invejável posição foi resultado direto, como preferem entender alguns especialistas em geoestratégia, da política, empreendida na era Reagan, que ficou conhecida como *contraforça* e que originou, nas relações Leste-Oeste, a chamada *bipolaridade confrontativa*, típica da década de 1950, como novo matiz de competição tecnológico-militar, cujo objetivo último foi, nas palavras de seus membros diretos e indiretos (Ray Cline, Alexander Haig, Zbigniew Brzezinski, Thomas Enders, Robert Powers, entre outros) *sufocar a URSS fazendo-a desviar seus escassos recursos para uma corrida armamentista, com novos matizes tecnológicos, exaurindo, desta feita, o seu potencial econômico*.

Na época, final da década de 1970, inclusive, era comum as escolas de estado-maior das forças armadas proclamarem a todo instante a *crise militar* (e de liderança política) que minava o prestígio e a influência norte-americana no mundo, corroborada com os fatos da Guerra no Vietnã (1975), o episódio da queda do Xá e dos reféns no Irã (1979), a intervenção cubana na África (1975-79), a insurreição na América Central (notadamente na Nicarágua, 1980 etc. nos seguintes termos:

* Mestre e Doutor em Direito Público. Magistrado Federal. Autor de inúmeras obras jurídicas.

A crise militar dos Estados Unidos pode ser descrita como a principal causa da perda de poder relativo dessa nação. Mais do que qualquer outro campo, foi a decadência bélica a razão fundamental da decadência norte-americana em questões de poder global e o motivo central da crise de liderança e de determinação política.

Não restam dúvidas de que o poder militar continua sendo o principal fator de polarização global relativa e, nesse aspecto, a geratriz básica que contribui para o status de superpotência. No momento, é o poderio militar compacto de grande envergadura que resguarda o título de superpotência à União Soviética e, em determinado prisma, é o, ainda, poderoso arsenal nuclear estadunidense que reserva à América a denominação honorífica de superpotência.

Na medida em que o mundo tende a se multipolarizar, em consequência do surgimento de novos protagonistas no cenário mundial, a capacidade militar de intervenção tenderá a adquirir maior importância no ambiente internacional e, sobretudo, como instrumento eficiente de política nacional.

A nação que não conseguir compreender, com precisão, o importante papel das Forças Armadas no conjunto eficiente da estratégia nacional, na consecução de seus objetivos nacionais atuais e permanentes, estará, irremediavelmente, condenada ao declínio virtual de seu poderio relativo e a atrofia de sua autonomia política e econômica.

Os Estados Unidos, nesse momento, estão sofrendo as consequências de seus equívocos estratégicos que possibilitaram a emergência da União Soviética como grande potência militar no cenário mun-

dial a partir das décadas de 1960-70. A falta de visão global e o malogro em compreender os objetivos nacionais soviéticos fizeram a administração de Washington cometer um erro de tal proporção que condicionou o ambiente mundial a um processo, quase irreversível, de recuo norte-americano em todos os campos de poder perceptível, especialmente o militar.

Pior, também, é que condicionou o povo americano a uma atitude passiva quanto à importância do instrumento militar, provocando, como efeito do denominado trauma do Vietnã, uma mentalidade míope que resolveu fechar os olhos para os acontecimentos externos, de interesse norte-americano, com perigo de um novo isolamento da América com repercussões imprevisíveis.

Essa verdadeira doutrina estratégica de bipolaridade confrontativa, que buscava também sepultar as idéias de bipolaridade distensiva de Henry Kissinger e, de forma mais pretérita, as concepções de McNamara, foram constante e insistentemente ventiladas com maior ou menor ênfase, por seus idealizadores em diferentes ocasiões, verbis:

- Representará o segundo centenário o fim da idade americana? Talvez ... mas não necessariamente, se os norte-americanos tiverem o descortino de adaptar-se às demandas de um mundo em evolução. Entretanto, sozinhos ou num sistema político internacional mais cooperativo, de alianças cambiantes e crescente regionalismo, é muito provável que os Estados Unidos continuem sendo a esperança do mundo durante mais tempo do que os próximos vinte anos (Barry M. Meuse).*

- o fato é que se empregássemos todas as nossas armas nucleares e os russos*

empregassem todas as deles, cerca de 10% da humanidade seria aniquilada. Isso é uma calamidade que está além do alcance da compreensão humana. É uma calamidade que não se justifica de nenhuma maneira do ponto de vista moral. Mas, do ponto de vista descritivo e analítico, não é o fim d humanidade (Zbigniew Brzezinski).

- embora os danos sejam terríveis, calcula-se que ambos os lados sobreviverão e serão capazes de se refazerem após uma guerra nuclear (Conclusão do estudo PONAST II dos chefes do Estado-Maior Conjunto, EUA, 1980).

- de trinta anos para cá, a URSS se equipou com uma defesa absolutamente perturbadora; toda nação que dispõe de tais meios pode, um dia ser, tentada a utilizá-los (Marc de Joybert).

- Sendo insuperáveis em que todas as dimensões de força na década de 1960, vimos a nossa liderança diminuir ou desaparecer em setor após setor, ao mesmo tempo em que tentávamos fazer ver à União Soviética que ambos poderíamos beneficiar-nos no deslocamento de recursos militares para os usos pacíficos. A resposta soviética foi o aumento de sua estratégia e bélica, bem como a busca de meios de projetar o seu poderio militar no mundo em desenvolvimento (Thomas O. Enders).

A rivalidade é inerente num sistema que funciona sem consenso global.

(Zbigniew Brzezinski).

Também nesta fase das relações EUA-URSS, eram comuns as manifestações de descontentamento com o nível de equilíbrio militar obtido pelas iniciativas de Leonid Brejnev (1964-82), nos seguintes termos:

- deterioração da superioridade militar dos Estados Unidos é, ao lado do declí-

nio econômico relativo, a segunda, e possivelmente a principal, razão, amiúde oferecida, do declínio da influência norte-americana no mundo. Há apenas 15 anos, os EUA desfrutavam de esmagadora superioridade em bombardeiros estratégicos, mísseis balísticos, ogivas nucleares e outros sistemas de armas importantes. A partir de 1964, porém começou a expandir-se substancialmente o desdobramento de mísseis estratégicos soviéticos ante o crescente e gradativo desarmamento unilateral norte-americano. Desde então, a URSS suplantou os Estados Unidos em diversos setores militares, permitindo aos EUA conservar sua superioridade, ao menos por enquanto, somente em alguns setores ligados à qualidade do equipamento e no número de bombardeiros, quantidade geral de ogivas termonucleares, esquadra de porta-aviões e força de helicópteros. Porém a superioridade anterior dos EUA reduziu-se a um ponto em que os soviéticos lograram, grosso modo, equivalência com os EUA.

Mais importante que isso, os soviéticos parece que vão ou pretendem ir muito além da equivalência. Há indícios claros de que a URSS está determinadamente empenhada não em paridade mas em superioridade, a mesma que os Estados Unidos tinham em relação a eles, mas com uma grande diferença: Washington jamais utilizou essa vantagem contra Moscou, razão pela qual abriu mão da mesma; contudo, não há garantias de que o Kremlin só deseje a superioridade, com única e exclusiva intenção pacífica, de saciar o espírito moral de seus dirigentes.

O objetivo fundamental era não só encerrar de vez o decadente prestígio das posições de Kissinger (como já afirma-

mos), flagrantemente pessimistas em relação ao potencial estadunidense, como também desviar os rumos do confronto entre os legisladores favoráveis (apelidados de *falcões*) e desfavoráveis (apelidados de pombas) a um aumento do orçamento militar estadunidense.

(...) os Estados Unidos já não estão em condições de operar programas globais: precisam alentá-los. Já não podem impor a solução que preferem (...) nosso papel terá que ser o de (...) incentivar a iniciativa de outros. (Henry Kissinger)

Do que os Estados Unidos precisam não é de falcões ou de pombas, mas da sabedoria das corujas que entendem a natureza permanente do conflito internacional e o papel da credibilidade da força militar como instrumento de política nacional (Robert C. Powers).

Por outro ângulo, durante as décadas de 1960 e 1970, muitos intelectuais norte-americanos expuseram o mito da repressão americana, isto é, o conceito de que o envolvimento dos EUA na política de outras sociedades seria quase invariavelmente hostil à liberdade e apoiador da repressão nessas sociedades. Hans J. Morgenthau, em 1974, chegou mesmo a afirmar que *com uma invariável constância, desde o fim da Segunda Guerra, temos intervindo em nome da repressão conservadora e fascista contra a revolução e a reforma radical. Numa época em que as sociedades se acham numa etapa revolucionária ou pré-revolucionária, nós nos convertemos na primeira potência do status quo pré-revolucionário. Uma política assim pode unicamente conduzir ao desastre moral e político.*

Como enérgica reação a esse ponto de vista, os da *política de contraforça* também

souberam, com reconhecida habilidade, desferir um verdadeiro contra-ataque a este tipo de *filosofia sociológica*, impondo, por fim, uma doutrina que legitimava, em última instância, as ações interventivas que se vislumbravam à época.

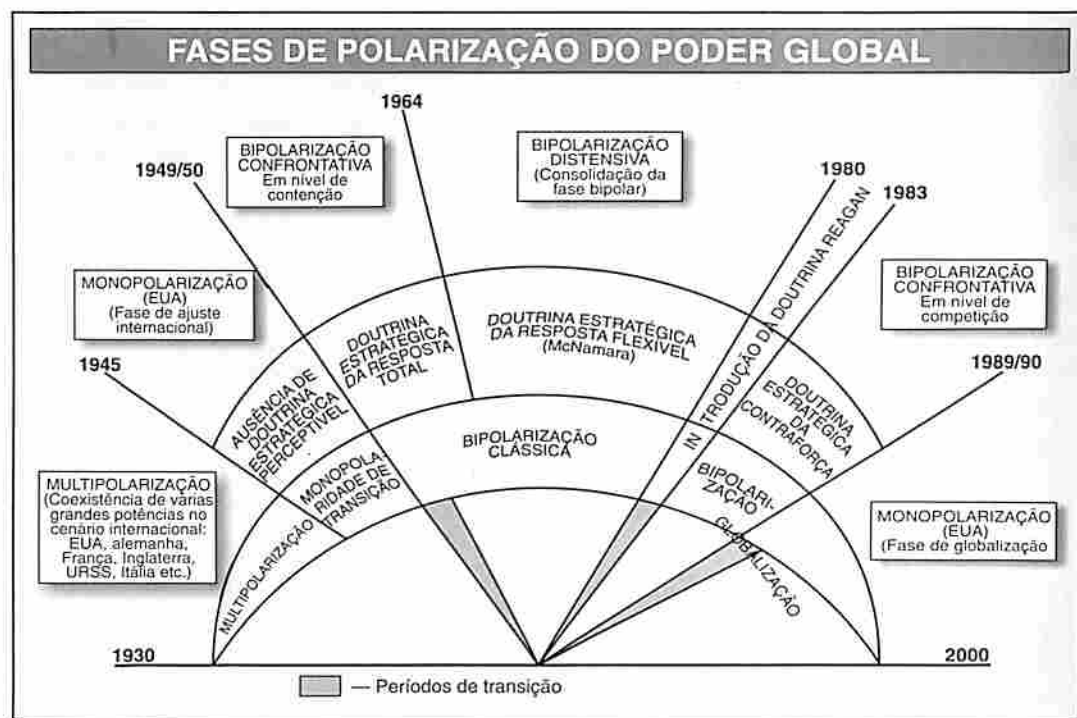
A crença de que os Estados Unidos não podem agir mal em nome dos valores da liberdade e da democracia é, evidentemente, tão errôneo no exterior como é nos EUA. Mas também é errônea a crença mais prevalecente nos círculos intelectuais dos EUA na década de 1990 - de que os Estados Unidos não poderiam nunca agir bem em nome desses valores. É muito mais provável que o poder dos EUA seja empregado em nome de tais valores do que o poder de qualquer outra nação importante (Samuel P. Huntington).

Essa nova fase, indiscutivelmente melhorou a auto-estima da Nação norte-americana, permitindo por efeito, a restauração da projeção do poderio (e da soberania) estadunidense no cenário internacional.

(...) Esse novo começo é uma renascença nacional (Presidente Ronald Reagan).

Este notável desempenho deu forma ao desafio que enfrentamos hoje de administrar sabiamente as forças desencadeadas pelo próprio dinamismo. Os Estados Unidos, por seu lado, encontram-se atualmente restaurando o seu próprio dinamismo (...) O Presidente Reagan descreveu este novo começo com uma renascença nacional. Os Estados Unidos vibram com um renovado sentimento de determinação nacional e de liderança internacional (T.O. Enders).

Mais do que isso, contudo, viabilizou o almejado retorno dos EUA à confortável situação de potência hegemônica única num novo contexto de *mundo monopolar*.



As principais prioridades dos Estados Unidos em matéria de política externa têm três componentes essenciais: a “firmeza” a “credibilidade” e o “equilíbrio” (General Alexander Haig).

Nesse aspecto particular, é forçoso concluir, em absoluta sintonia com a posição de vários estudiosos, que diferentemente de algumas *sínteses analíticas* mais conhecidas, o resultado não satisfatório do envolvimento dos EUA na *Coréia* (1950-53) e no *Vietnã* (1964-65) como bem assim da URSS no Afeganistão (1979-85), decorreu quase que exclusivamente da *confrontação bipolar indireta* (posto que as superpotências da época armavam de forma maciça os contentores diretos do conflito) e não propriamente de uma pretensa força moral ou espiritual de determinação dos povos envolvidos. No Vietnã, em

particular, não obstante a visão romântica da impotência do gigante norte-americano *vis-à-vis* com as espetaculares táticas guerrilheiras, é fato que se não fosse o fornecimento contínuo e maciço de armas soviéticas e chinesas (nunca é demais lembrar que o Vietnã do Norte possuía, à época dos fatos, a maior defesa antiaérea de mísseis do mundo fornecida e instalada pelos soviéticos), não teria ocorrido, durante praticamente toda a extensão temporal do episódio, o chamado *empate técnico*, que tornou refém tanto o Vietnã do Norte como o seu equivalente do Sul. Aliás, esta conclusão é facilmente comprovada na análise do conflito coreano, no qual as tropas da ONU, lideradas pelo General MacArthur, em apenas três meses reconquistaram a península invadida, somente caracterizando o denominado *empate técnico*.

nico com a entrada da China, com apoio da URSS através de tropas *voluntárias*.

O mesmo aconteceu com os soviéticos no *conflito do Afeganistão*, considerando que os EUA não mediram esforços em armar e treinar, inclusive contratando mercenários os adversários da URSS, na oportunidade.

Por outro lado, sem a confrontação de uma superpotência militar, o *conflito do Golfo Pérsico* (1990) transcorreu sem maiores problemas para os EUA e seus aliados, mesmo considerando a envergadura do exército de Saddam Hussein com mais de um milhão de homens, reputado um dos maiores do mundo, à época dos fatos.

ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR¹

*Hélio Leôncio Martins**

Há frases que, em duas ou três palavras, simplificam uma observação ou um acontecimento. Entre elas, figura a afirmação de que não se consegue vitória sem risco. E é exatamente o que celebramos hoje com esta simples cerimônia de encerramento do Primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar que se realiza no Brasil - um risco que se transformou em vitória. Apesar de cuidadosamente preparado, bem orientado e acompanhado, ainda assim não deixou de ser uma incógnita em relação aos resultados que alcançaria.

* Vice-Almirante. Sócio titular do IGHMB.

¹ Texto extraído da Revista do IGHMB de 2002.

Além das Escolas Militares, o meio intelectual brasileiro, de uma forma geral, dá a impressão de não aceitar que a guerra, o confronto armado e sangrento que substitui ou sucede as discordâncias ideológicas, políticas, econômicas, geográficas entre as nações, quando falham os diálogos diplomáticos, faça parte, lamentavelmente embora, das relações humanas e, como tal, deva ser incluído nas áreas das ciências sociais e humanistas. Os que o repugnam podem preferir denominá-lo anti-social ou desumano, o que, entretanto, não muda sua classificação. Condenável que seja, merecendo que se lute para extirpá-la das relações humanas, a guerra acontece sempre, tem acontecido desde o passado mais remoto, e tudo indica que continuará a acontecer, malgrado a instituição dos órgãos destinados a coibi-la, como a Liga das Nações, a ONU e os tratados bi e multinacionais. Não há século sem que seja teatro de conflitos, ou de grandes proporções envolvendo muitos países, ou menores, entre nações isoladas, ou internos, mas todos com as mesmas características de derramamento de sangue, destruição, mortes e holocaustos.

A história das nações corre pari-passu com sua história militar e atividades bélicas. Um exemplo colhido entre as muitas estatísticas incluídas na literatura e na História mostra que, só entre a segunda parte do século XVIII e o segundo semestre do século XX (de 1740 a 1974), listam-se 366 confrontos armados de aspecto relevante, causados por motivos ideológicos, econômicos, ânsia de poder, passionais ou geográficos. E o fim do século XX e os primeiros meses do século XXI, mesmo com o término da bi-polaridade

conflitante chamada a Guerra Fria, não ofereceram o tão desejável espetáculo de paz e amor decantado pelos autores que profligam a violência, elogiado e clamado em comoventes e brancas passeatas e regido pelas Nações Unidas.

Execrada, condenada, amaldiçoada que seja, a guerra não pode ser ignorada como fenômeno social, porque realmente existe, tem existido e, pelo que se percebe, continuará a existir enquanto a humanidade for como é. Negá-la não assegura sua inexistência - ou, talvez, pelo contrário aumente as possibilidades de que ocorra. E como um fato social que afeta, e como, as sociedades, agora mais do que nunca, pois interfere nas outras áreas que não as puramente militares torna-se assim necessário que sua evolução histórica, seu desenvolvimento, certas características que podem ser consideradas permanentes, sejam estudados, acompanhados, analisados, pesquisados, como todos os outros acontecimentos que influem na vida das nações, a fim de serem tirados ensinamentos dos aspectos sociais, científicos, filosóficos que afligem o mundo hoje em dia e com certeza continuarão afligi-lo no futuro. De maneira possivelmente sarcástica, Clemenceau, na Primeira Grande Guerra, afirmava ser a guerra fato muito importante para ser relegado apenas aos generais. Mas isto, dito ironicamente, tornou-se realidade atualmente. Não há segmento social ou produtivo que nela não seja envolvido. E a que órgãos cabem os estudos e análises desse envolvimento se não às universidades, aos institutos, aos centros de estudo? Apelando inclusive para a grande mestra, a História, que, com seus exemplos, ins-

trui-nos para compreender o presente e até extrapolar para a visão do futuro.

No Brasil, como temos sido pouco afetados pelos sofrimentos de uma guerra, as quais ou tem sido travadas longe do território nacional (exceto entreveros fronteiriços) ou, como nos dois últimos conflitos mundiais, empregando apenas elementos profissionais, não faz parte da nossa cultura uma preocupação especial com a guerra, como nos países que são assolados por uma em cada geração. Ficam seu estudo e suas análises limitados quase que exclusivamente aos elementos militares por dever funcional. Acresce que nas últimas décadas, como revanche de lutas políticas, há tendência desses últimos serem ignorados. E talvez muitos achem que o estudo da guerra como fato social possa contribuir para o fortalecimento da classe castrense. Não ocorre a esses temerosos que o desenvolvimento de um país, sua colocação na primeira linha das nações, na qual, queiram os pessimistas e derrotistas ou não, o Brasil tende a se posicionar, traz inevitavelmente confrontos e que uma organização militar independe da política e não se improvisa, podendo até não dispor de armas, que se compra ou se fabrica, mas não de mentalidade, que tem de ser formada em muitos anos e manter-se permanente.

E uma das vantagens da existência e da difusão de cursos semelhantes ao que terminamos é exatamente a uniformização mental que civis e militares igualmente adquirem - atingindo também estes últimos das diversas corporações - em torno do desenvolvimento dos conflitos bélicos que podem afetar a sociedade de maneira trágica. Deixarão de considerá-los

eventos emergenciais, mas uma atividade possível e provável, ainda que não desejável, na vida nacional. E que, para enfrentá-los, é imprescindível a existência de Poder organizado e preparado de antemão, em caráter permanente, e não a esdrúxula dualidade definida como poderes civil e militar, organizações que, sem dúvida, diferem em tempo de paz, mas não como poderes, e sim pela diversidade de tarefas que lhe são impostas, prontas entretanto e se confundirem em tempo de guerra - o que a História nos ensina.

Obedecendo a tais considerações e se confrontando com esse ambiente, é que a decisão da UNI/RIO, aceitando acolher o Primeiro Curso Pós-Graduado de História Militar aparece como uma iniciativa de coragem, de risco, de visão. Poderia ser criticada pelo simples fato de promovê-lo. E ser acusada de erros ao adotar programas e currículos organizados sem haver modelo anterior que servisse de orientação, apoiando-se na experiência de professores civis e militares que se viam, da mesma forma, enfrentando como iniciantes esse desafio. O ensino deveria transcender da simples descrição de batalhas ou de estratégias adotadas em determinadas situações. Dever-se-ia mostrar a filosofia, a metodologia, as problemáticas dos conflitos na História, as políticas que os criaram e as consequências - tudo que servisse de ensinamento e exemplos. Os riscos de deformações, de falhas, de se seguir caminhos errados, eram muitos, além daqueles que se poderia esperar de uma estréia.

Neste encerramento, entretanto, pode-se afirmar que nada disso aconteceu. As falhas, que houve com certeza, não ultrapassaram as que pudessem afetar o que de

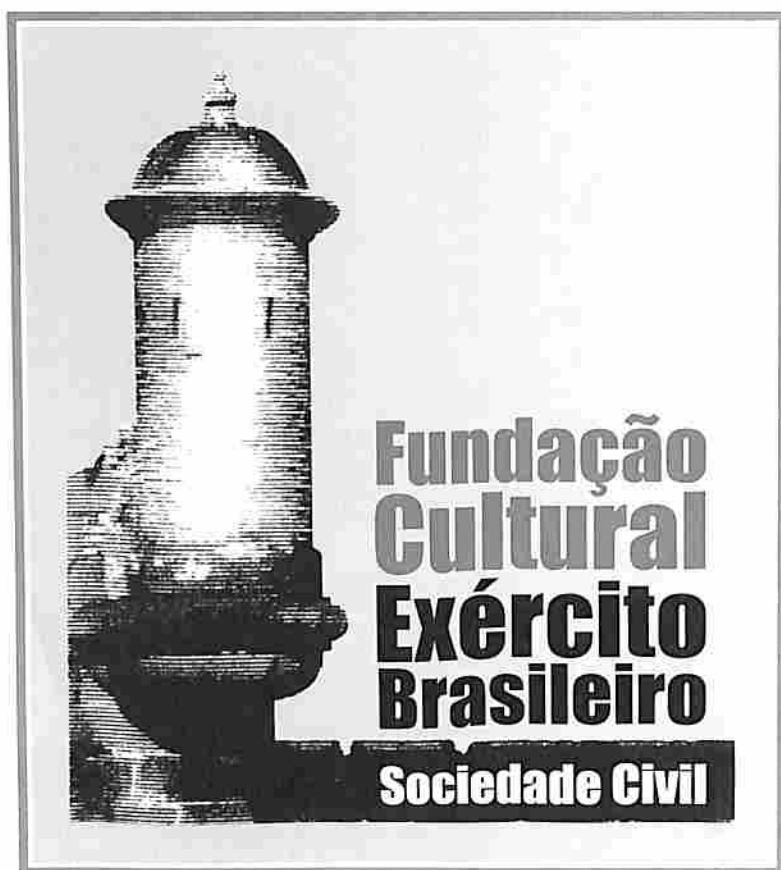
positivo se obteve com os resultados alcançados. As informações sobre o andamento do curso fui tendo nas críticas ouvidas nas reuniões de professores e nos comentários dos alunos. Mas, pessoalmente, pude observá-lo, ao ter a honra de ser convidado como orientador das teses defendidas pelas alunas da Marinha. Não se tratava de principiantes, aptas a serem influenciadas por qualquer idéia nova e elementar. Eram capitães-de-corveta, com perto de vinte anos de atividades na História, como professoras e chefes de Divisão de História e Publicações no Serviço de Documentação da Marinha, e só ressentiriam os efeitos do curso se houvesse um real acréscimo em seus conhecimentos. Tenho tido contato com ambas em toda a sua carreira na Marinha. E posso garantir que foram sensíveis as modificações que verifiquei nas teses que defenderam, aliás de muito boa qualidade. A maior amplidão com que passaram a considerar os problemas da História, a seleção das pesquisas, as conclusões tiradas das análises feitas, demonstram uma visão que talvez não tivessem antes - e que elas mesmas atribuem ao que lhes foi mostrado no curso.

Podemos assim concluir, nesta festa de encerramento, que, indiscutivelmente, o Primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar realizado na UNI/RIO foi um sucesso, apesar de todos os riscos que enfrentou. Seria este o momento também de congratularmo-nos com os fatores que o levaram à vitória, parabenizando aqueles que para isso contribuíram, organizando-o, dirigindo-o, administrando-o e ministrando-o. A lista seria extensa, mas sem diminuir o valor de todos, devemos fazer especial referência ao General-de-Exército

Frederico Sodré de Castro, que, como Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, deu todo o apoio moral e material à realização do curso, baseado na confiança que depositava em seu êxito; ao Coronel Luís Paulo Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB e ao Professor e Doutor Arno Wheling, Chefe do Departamento de História da UNI/RIO, que o idealizaram; à compreensão de sua finalidade, objetividade e orientação mostradas pela Professora Doutora Maria José Wheling,

Decana da Universidade; e ao, Professor Marcos Sanchez, a quem ficou afeto ministrar os aspectos da filosofia e metodologia da História, ainda não muito trilhados.

Mas devemos auferir a principal vitória deste curso ao fato de ele ter sido, com seus êxitos e, porque não, também com seus erros, sólido patamar para apoiar outros cursos semelhantes, freqüentados inclusive por civis, desvendando novo horizonte para a intelectualidade e História brasileiras. ●



Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, 5º andar – Ala Marcílio Dias
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20221-260 – Tel: (0xx21) 2519-5352 — Fax: (2519-5106)



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista – R\$ 210,00
☐ 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
☐ 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
☐ 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
☐ A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
☐ Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Envie cheque correio ou vale postal, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura.

Somente para militares do Exército

- ☐ 12 vezes – *Descontado em folha (somente para a Coleção General Benício)

Dados Cadastrais

Nome		
Endereço		Bairro
Cidade	UF	CEP
Tel	Fax	E-mail

Militares

Ativa ☐	Reserva ☐	Desconto em folha	*Sim ☐	Não ☐
Prec-CP	Posto/Grad	OM		

* O militar do Exército, que optar pelo desconto em 12 (doze) vezes no contracheque, deverá enviar a Carta de Anuência abaixo, devidamente preenchida e assinada pelo OD da UG a qual estiver vinculado.

Unidade

Do Ordenador de Despesas (OM ou SIP/OP)

Ao Sr Diretor da Biblioteca do Exército

Assunto: Autorização para Desconto em Folha

Referência: Portaria nº 515 de 11 Out 01 (IG 12-04)

Conforme estabelece o Art 10, item I, II e III do Capítulo IV do documento da referência, informo a V. Sa. para fins de desconto sob consignação, os dados do militar abaixo, vinculado a esta Unidade Gestora:

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Margem consignável: R\$ _____

Ordenador de Despesas

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibllex@ism.com.br

**seja
assinante
da BIBLIEX
e receba
sempre
as
melhores
obras**

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editoria Ltda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.